



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



TULANE SILVA DE SOUZA PEDROSA

**BILHAR ACADÊMICO:
Psicossociogênese das Tensões nas Relações Étnico-Raciais em
Educação no Brasil (2000-2022)**

Recife - PE

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

TULANE SILVA DE SOUZA PEDROSA

**BILHAR ACADÊMICO:
Psicossociogênese das Tensões nas Relações Étnico-Raciais em
Educação no Brasil (2000-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, linha de pesquisa: Identidades e Memórias, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Simões

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Dornelas

Recife – PE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Souza-Pedrosa, Tulane Silva de.

Bilhar acadêmico: psicossociogênese das tensões nas relações étnico-raciais em Educação no Brasil (2000-2022) / Tulane Silva de Souza. - Recife, 2024.
253f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2024.

Orientação: José Luís Simões.

Coorientação: Marcos Aurélio Dornelas da Silva.

Inclui referências.

1. Identidades; 2. Memórias; 3. Intelectuais Negros/as; 4. Professores/as. I. Simões, José Luís. II. Silva, Marcos Aurélio Dornelas da. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

TULANE SILVA DE SOUZA PEDROSA

BILHAR ACADÊMICO:
Psicossociogênese das Tensões nas Relações Étnico-Raciais em
Educação no Brasil (2000-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, linha de pesquisa: Identidades e Memórias, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: __/__/__

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Luís Simões (Orientador)

Prof. Dr. Marcos Aurélio Dornelas (Coorientador)

Prof. Dr. Fábio da Silva Paiva (UFPE – Examinador Interno)

Profa. Dra. Renísia Cristina Garcia Filice (UnB – Examinadora Externa)

Prof. Dra. Elícia Barros Guerra Souza (UFPE - Examinadora Externa ao PPGEdu)

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço a Deus pelo pai e pela mãe que ele me deu. Edilson e Dulcinéa. Gratidão pela luz, a que me deram. Sinto-me também como ave rara em extinção, e ainda lutando para que nossa história não morra. Axé!

Agradeço sem mensuração ao tamanho do meu amor por meus ajudadores fiéis, filha Larissa, pela paciência na minha ausência e, irmãos, com quem divido o meu DNA – Alice (pela correção do abstract), Viviane Souza, pela tarefa de correção página a página deste trabalho e resumen, ao caçula, Edilson, o expert nas tecnologias. Ao Fabrício, meu irmão mais velho, agradeço por ter me criado como um pai faz, filósofo por natureza, que me fez ver a vida com o amor necessário à resistência.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo, sem a qual teria sido impossível atravessar quatro anos de doutoramento e mais o período da pandemia da Covid-19.

Agradeço ainda ao Laberer - Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (UFPE/CNPq), e à ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, desse modo não corro o risco de esquecer algum nome. Ubuntu!

Aos membros da banca de qualificação, Dra. Dinah Vasconcelos Terra, Dr. Cleber Vieira, Dra. Aurenéa Oliveira e Dr. Ricardo Lucena –, sinto-me extremamente grata a vocês, pelo olhar humanizado e técnico de igual valência ao meu trabalho. E por isso, sou grata.

Por fim, agradeço a Túlio Magno, colega do doutorado, pela ajuda na árdua tarefa na elaboração da Rede de Pesquisadores/as Negros/as, e, ainda, ao meu orientador José Luís Simões e meu coorientador, Marcos Dornelas, bem como à banca que participou da defesa desta tese, Dr. Fábio da Silva Paiva, Dra. Renísia Cristina Garcia Filice, Dra. Elícia Barros Guerra Souza. Vocês mudaram minha história!

“No princípio criou Deus o céu e a terra.
E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e
o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.
E disse Deus: Haja luz; e houve luz.” (GÊNESIS 1:1-3)

RESUMO

Esta tese tem origem no Núcleo de Identidades e Memórias do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e parte do seguinte questionamento: considerando a tessitura de uma rede intelectual afrodescendente, quais as memórias dos temas prioritários enfrentados por pesquisadores/as negros/as, no Brasil? O bilhar acadêmico em tela tem início em 2000, ocasião da primeira edição do COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, entre 2000 e 2022, quando do seu retorno à cidade do Recife, sendo utilizado aqui como campo empírico de uma das formas de disputa – a das ideias intelectuais, num quadro de intenções ou rede social que passa pelo “Fenômeno Reticular” – mudanças e transformações decorrentes das relações interpessoais e de autoinscrição. (Elias, 1992, 1993, 1994a, 1994b, 2000, 2001a, 2001b, 2008) (Mbembe, 2014). Parto da hipótese de que uma rede, em última instância, constitui e é constituída pelo conjunto das memórias de seus integrantes. A produção material de seus membros, direta ou indiretamente, consciente ou não, representa os vestígios das relações biográficas em curto e longo prazo da própria construção da rede. Nesse sentido, manuseio a psicossociogênese como teoria e metodologia, o que consiste em uma análise das mudanças discursivas, comportamentais, identitárias – individuais e coletivas, de uma figuração ou rede, em determinado espaço-tempo. Logo, as fontes de análises são: os registros dos COPENEs Nacionais – formato, corpo editorial e Anais (2000-2022); o sociograma da rede de intelectuais negros/os; e entrevistas semiestruturadas. Para tanto, os objetivos foram assim formulados: a) Contribuir com o debate acerca do conceito da psicossociogênese no Brasil, com vista a analisar a emergência e as memórias da rede do Congresso de Pesquisadores Negros -COPENE entre 2000-2022; b) Identificar e contextualizar os principais temas abordados pela intelectualidade negra e as tensões geradas por ocasião do surgimento dessa rede de pesquisadores entre 2000-2022; c) Analisar os clusters de produção textual - aglomerados com alguns potenciais determinantes; d) Identificar as tensões enfrentadas pela intelectualidade negra nas relações étnico-raciais dos bilhares acadêmicos – por uma visão histórico-sociolinguística; e) Apontar as contribuições táticas da intelectualidade negra afro-brasileira para inclusão e difusão do debate em questões étnicas e raciais na opinião pública – tanto a partir das modificações das Leis, quanto nas bibliografias dos programas de pós-graduação, ou na atuação profissional como professores e professoras da educação básica. Um dos resultados, é a mobilização da figuração acadêmica negra brasileira em ocupar espaços outros para além, e, sobretudo, em prol do chão da escola.

Palavras-chave: Identidades. Memórias. Intelectuais Negras/os. Professores/as.

ABSTRACT

This thesis originates from the Center for Identities and Memories of the Graduate Program in Education at the Federal University of Pernambuco and is guided by the following question: considering the weaving of an Afro-descendant intellectual network, what are the memories of the priority themes addressed by Black researchers in Brazil? The academic billiard table under discussion begins in the year 2000, with the first edition of COPENE – the Brazilian Congress of Black Researchers – and extends to 2022, when it returned to the city of Recife. It is used here as the empirical field of one form of dispute: that of intellectual ideas, within a framework of intentions or social networks that is linked to the “Reticular Phenomenon” – changes and transformations resulting from interpersonal relations and self-inscription (Elias, 1992, 1993, 1994a, 1994b, 2000, 2001a, 2001b, 2008; Mbembe, 2014). I start from the hypothesis that a network ultimately constitutes and is constituted by the set of memories of its members. The material production of its members, directly or indirectly, consciously or not, represents the traces of biographical relations, both short and long term, in the very construction of the network. In this sense, I employ psychosociogenesis as both theory and methodology, which consists of an analysis of discursive, behavioral, and identity changes – individual and collective – within a figuration or network, in a given space-time. The sources of analysis are: the records of the National COPENEs – format, editorial board, and proceedings (2000-2022); the sociogram of the network of Black intellectuals; and semi-structured interviews. The objectives were formulated as follows: a) To contribute to the debate on the concept of psychosociogenesis in Brazil, aiming to analyze the emergence and memories of the network of the Congress of Black Researchers – COPENE, between 2000-2022; b) To identify and contextualize the main themes addressed by Black intellectuals and the tensions generated with the emergence of this research network between 2000-2022; c) To analyze clusters of textual production – groupings with some potential determinants; d) To identify the tensions faced by Black intellectuals in the ethnic-racial relations of academic billiards – from a historical-sociolinguistic perspective; e) To highlight the tactical contributions of Afro-Brazilian Black intellectuality for the inclusion and diffusion of the debate on ethnic and racial issues in public opinion – whether through legal changes, the bibliographies of graduate programs, or professional performance as teachers in basic education. One of the results is the mobilization of the Brazilian Black academic figuration to occupy other spaces beyond, and above all, in favor of the school environment.

Keywords: Identities. Memories. Black Intellectuals. Teachers.

RESUMEN

Esta tesis tiene su origen en el Núcleo de Identidades y Memorias del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Pernambuco y parte de la siguiente pregunta: considerando la trama de una red intelectual afrodescendiente, ¿cuáles son las memorias de los temas prioritarios enfrentados por investigadores/as negros/as en Brasil? El billar académico en cuestión tiene inicio en el año 2000, con la primera edición del COPENE – Congreso Brasileño de Investigadores/as Negros/as, y se extiende hasta 2022, cuando retorna a la ciudad de Recife, siendo utilizado aquí como campo empírico de una de las formas de disputa: la de las ideas intelectuales, en un marco de intenciones o red social que transita por el “Fenómeno Reticular” – cambios y transformaciones derivadas de las relaciones interpersonales y de autoinscripción (Elias, 1992, 1993, 1994a, 1994b, 2000, 2001a, 2001b, 2008; Mbembe, 2014). Parto de la hipótesis de que una red, en última instancia, constituye y es constituida por el conjunto de memorias de sus integrantes. La producción material de sus miembros, directa o indirectamente, consciente o no, representa los vestigios de las relaciones biográficas a corto y largo plazo en la propia construcción de la red. En este sentido, manejo la psicossociogénesis como teoría y metodología, lo que consiste en un análisis de los cambios discursivos, conductuales e identitarios – individuales y colectivos – de una figuración o red, en un determinado espacio-tiempo. Las fuentes de análisis son: los registros de los COPENEs Nacionales – formato, comité editorial y Anales (2000-2022); el sociograma de la red de intelectuales negros/as; y entrevistas semiestructuradas. Los objetivos se formularon de la siguiente manera: a) Contribuir al debate sobre el concepto de psicossociogénesis en Brasil, con miras a analizar la emergencia y las memorias de la red del Congreso de Investigadores/as Negros/as – COPENE entre 2000-2022; b) Identificar y contextualizar los principales temas abordados por la intelectualidad negra y las tensiones generadas con la aparición de esta red de investigadores/as entre 2000-2022; c) Analizar los clusters de producción textual – aglomerados con algunos potenciales determinantes; d) Identificar las tensiones enfrentadas por la intelectualidad negra en las relaciones étnico-raciales de los billares académicos – desde una visión histórico-sociolingüística; e) Señalar las contribuciones tácticas de la intelectualidad negra afrobrasileña para la inclusión y difusión del debate en cuestiones étnicas y raciales en la opinión pública – tanto a partir de las modificaciones legales, como en las bibliografías de los programas de posgrado, o en la actuación profesional como docentes de la educación básica. Uno de los resultados es la movilización de la figuración académica negra brasileña para ocupar otros espacios más allá, y sobre todo, en favor del suelo de la escuela.

Palabras clave: Identidades. Recuerdos. Intelectuales negros. Profesorado.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO ELIASIANO DE SOCIEDADE	46
FIGURA 2: MODELO FUNCIONALISTA DE SOCIEDADE	46
FIGURA 3: EXEMPLO ELEMENTAR DE REDE EM ARS	47
FIGURA 4: NUVEM DE PALAVRAS REFERENTE AOS TEMAS LINKADOS À EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS DOS TRABALHOS DISPONIBILIZADOS NO BANCO DE DISSERTAÇÕES E TESES DA ABPN....	79
FIGURA 5: QUADRO DE ATRIBUTOS DIÁDICOS (VALÊNCIAS ABERTAS OU RECÍPROCAS) E MONÁDICOS (NÃO DERIVA E NÃO TEM DERIVAÇÕES).....	96
FIGURA 6: EXEMPLO DE MATRIZ DE DOIS MODOS (SIMÉTRICA) CONFECCIONADA NO EXCEL.....	106
FIGURA 7: SOCIOGRAMA DE UMA REDE EM MATRIZ QUADRADA	106
FIGURA 8: SOCIOGRAMA DO III COPENE - REDE CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA MUTUAMENTE	107
FIGURA 9: EXEMPLO DE MATRIZ QUADRADA	108
FIGURA 10: REDE BASEADA NO GRAU DE INTENSIDADE EM NÚMEROS ABSOLUTOS (DEGREE CENTRALITY) 1º SINEB – X COPENE	108
FIGURA 11: REDE BASEADA NA PROXIMIDADE DOS NODES EM BETWEENNESS VI COPENE	109
FIGURA 12: ÁRVORE GENEALÓGICA DA AUTORA	111
FIGURA 13: MINHA APRESENTAÇÃO NO COPENE NORDESTE 2019 - UFPB	120
FIGURA 14: COPENE NORDESTE 2019/ UFPB – FILOSOFIAS, EPISTEMOLOGIAS E INTELECTUALIDADE NEGRO- AFRICANA.....	123
FIGURA 15 - PRINT SCREEN DA TELA DO GOOGLE BUSCANDO POR PSICOSSOCIOGÊNESE	131
FIGURA 16: CADERNO DE RESUMOS COLORIDO DO PRIMEIRO COPENE.....	143
FIGURA 17: SOCIOGRAMA DA REDE DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS EM EDUCAÇÃO DO I COPENE	150
FIGURA 18: SOCIOGRAMA DA REDE DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS EM EDUCAÇÃO DO II COPENE	151
FIGURA 19: SOCIOGRAMA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO - III COPENE	156
FIGURA 20: SOCIOGRAMA DA REDE DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS EM - EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL DO IV COPENE	159
FIGURA 21: SOCIOGRAMA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO - V COPENE, COM BASE DE ANÁLISE NA DENSIDADE DOS NODES.....	160
FIGURA 22: SOCIOGRAMA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO - VI COPENE EM ANÁLISE POR INTERLIGAÇÃO DE NODES - BETWEENNES.....	164
FIGURA 23: SOCIOGRAMA DA REDE DO SIMPÓSIO - <i>PROCESSOS IDENTIFICATÓRIOS, RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO ESCOLAR DO VII COPENE</i>	165
FIGURA 24: SOCIOGRAMA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO - VIII COPENE.....	167
FIGURA 25: SOCIOGRAMA DO GT 3 DO IX COPENE - <i>EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA</i>	169
FIGURA 26: SOCIOGRAMA DO X COPENE E 1º SINEB COM PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE UMA REDE QUADRADA.	174
FIGURA 27: SOCIOGRAMA DO X COPENE E 1º SINEB COM PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DE UMA REDE DE DOIS MODOS	175
FIGURA 28: SOCIOGRAMA DO XI COPENE E 2º SINEB COM PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO	177
FIGURA 29: SOCIOGRAMA DOS PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO DO XII COPENE.....	178
FIGURA 30: GRÁFICO EM PERCENTUAIS POR STS DO XII COPENE	181
FIGURA 31: GRÁFICO DE PERCENTUAIS EM STS EM EDUCAÇÃO DO XII COPENE.....	183
FIGURA 32: GRÁFICO EM PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES NO XII COPENE	185
FIGURA 33: GRÁFICO DE PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DIVIDIDAS POR REGIÃO – PESQUISAS EM EDUCAÇÃO XII COPENE	186
FIGURA 35: PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DO NORDESTE COM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO XII COPENE	187
FIGURA 35: PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DO SUL COM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO XII COPENE	187
FIGURA 37: PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DO SUDESTE COM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO XII COPENE.....	188
FIGURA 37: PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DO CENTRO-OESTE COM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO XII COPENE	188
FIGURA 38: PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES DO NORTE COM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO NO XII COPENE	189
FIGURA 39: IMAGENS DO I E II CADERNO DE RESUMOS DO COPENE	208
FIGURA 40: CADERNO DE RESUMOS DO III COPENE.....	210
FIGURA 41 – CAPA DO CADERNO DE RESUMOS DO IV COPENE, ANO 2006	219
FIGURA 42 – CAPA DO CADERNO DE RESUMOS DO V COPENE, ANO 2008	221

FIGURA 43 – CAPA DO CADERNO DE PROGRAMAÇÃO DO VI COPENE, ANO 2010	224
FIGURA 44 – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO VII COPENE, ANO 2012	225
FIGURA 45 – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO VIII COPENE, ANO 2014	226
FIGURA 46 – CAPA DOS ANAIS DO IX COPENE	228
FIGURA 47 – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO X COPENE, ANO 2018	230
FIGURA 48 – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO XI COPENE, ANO 2020	234
FIGURA 49 – CAPA DE SITE DO XII COPENE EM 2022	235
FIGURA 50 – DIGRESSÃO DOS MARCOS LEGAIS QUE INSTITUEM POLÍTICAS ANTIRRACISTAS	239
FIGURA 51: REDE DE INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO XII COPENE REALIZADO EM RECIFE, 2022.	241

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1- DO USO DO CONCEITO DE SOCIOGÊNESE E PSICOGÊNESE POR ORDEM DE PRODUÇÃO DO TEXTO	25
QUADRO 2: DO ESTADO DA ARTE REFERENTE AO ESTUDO DA SOCIOGÊNESE	60
QUADRO 3 DO ESTADO DA ARTE REFERENTE AO ESTUDO DA PSICOGÊNESE	65
QUADRO 4: INTELECTUAIS NEGROS/AS E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL EM EDUCAÇÃO	70
QUADRO 5: ATRIBUTOS DA ANÁLISE DE REDE SOCIAIS E POSSIBILIDADES FIGURACIONAIS.....	96
QUADRO 6: DO NÚMERO DE RESUMOS ENVIADOS A CADA EIXO.	144
QUADRO 7: DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES EM NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO EDUCAÇÃO	144
QUADRO 8: DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES EM NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO HISTÓRIA E GEOGRAFIA	144
QUADRO 9: DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES EM NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO SAÚDE E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	144
QUADRO 10: DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES EM NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO ARTE E COMUNICAÇÃO.....	145
QUADRO 11: DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES EM NÚMERO DE TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO SOCIOLOGIA E	145
QUADRO 12 SÍNTESE DE CLUSTERS TEXTUAIS EM EDUCAÇÃO DO PRIMEIRO COPENE	147
QUADRO 13: SÍNTESE DOS CLUSTERS TEXTUAIS DO II COPENE – ÁREA 2 – EDUCAÇÃO, PSICOLOGIA, FILOSOFIA E RELAÇÕES RACIAIS. TEMÁTICA: AUTO-ESTIMA, RECONHECIMENTO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO.....	151
QUADRO 14: SÍNTESE DOS CLUSTERS TEXTUAIS DO III COPENE – GT 2- ÁFRICA, AFRODESCENDENTES E EDUCAÇÃO	155
QUADRO 15: SÍNTESE DOS CLUSTERS TEXTUAIS DO IV COPENE – EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL.....	158
QUADRO 16: SÍNTESE DE CLUSTERS TEXTUAIS EM EDUCAÇÃO DO VI COPENE	161
QUADRO 17: CLUSTERS TEXTUAIS EMERGENTES NO SINEB 2018 X COPENE.....	170
QUADRO 18: CLUSTERS TEXTUAIS EM EDUCAÇÃO BÁSICA XII COPENE.....	179

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as

ANPUH – Associação Nacional de História

ARS – Análise de Redes Sociais

CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ERER – Educação das relações Étnico-Raciais

Facepe – Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia de Pernambuco

FADE – Fundação de Apoio do Desenvolvimento - UFPE

FAEPX (Fundo de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Unicamp)

FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

FEF/UNICAMP - Faculdades de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas

Festac – Festival Mundial de Artes e Culturas negras e Africanas

GT – Grupo de Trabalho

Laberer – Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais

LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação

LGBTQIA+ - lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero.

MAB – Museu da Abolição

MNU - Movimento Negro Unificado

Neab – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros

Neabi – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PPGEdu/ UFPE – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade federal de Pernambuco

PROPESQ –

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SINEB – Simpósio de Educação Básica da ABPN

SIPIC – Simpósio Internacional Processos Civilizadores

ST – Sessão Temática

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEMS - Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UESB - Universidade do Estado na Bahia

UESC – Universidade estadual de Santa Cruz – Bahia

UFAC - Universidade Federal do Acre

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

CAA – Centro Acadêmico do Agreste/ UFPE

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – São Paulo

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UnB – Universidade de Brasília

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

Unifesp – Universidade Federal de São Paulo

Unilab - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira

UNIPE – Centro Universitário de João Pessoa

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Instituição de Ensino Superior em São Leopoldo, rio Grande do Sul

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 - FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS A PARTIR DE ELIAS.....	24
1.1 - PSICOSSOCIOGÊNESE: COMO SE APRESENTA E EM QUAIS OBRAS DE ELIAS	24
1.2 - ESTADO DA ARTE E A PSICOSSOCIOGENÉTICA – UMA SINUCA DE BICO?	58
1.3 - ANÁLISE DE REDES SOCIAIS - APROXIMAÇÕES PARA EXPLICAR A PSICOSSOCIOGÊNESE EXTRAÍDA DE ELIAS.....	93
2 – MINHA PSICOSSOCIOGÊNESE E AS REGRAS DO JOGO DESTE BILHAR ACADÊMICO.....	111
3 - MEMÓRIAS E A PSICOSSOCIOGÊNESE DAS TENSÕES ENTRE A INTELLECTUALIDADE NEGRA A PARTIR DO CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS - COPENE (2000-2022)	139
3.1 – I COPENE: SONHO OU PROPÓSITO DE INTELLECTUAIS QUE DECIDIRAM IR ALÉM.....	142
3.2 – II COPENE: A LEGITIMAÇÃO DO PROPÓSITO	150
3.3 – III COPENE: AS TRANSMUTAÇÕES PRÓPRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CONGRESSO	154
3.4 – IV COPENE: RIGOR ACADÊMICO E A AFRO REFERÊNCIA.....	157
3.5 – V COPENE: SUCESSO E CRESCIMENTO	160
3.6 – VI COPENE: PERSISTÊNCIA NA EXCELÊNCIA	161
3.7 – VII COPENE: INCIDÊNCIAS PRÓPRIAS AO PROCESSO DE ADAPTABILIDADE	164
3.8 - VIII COPENE: A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DE REDES	166
3.9 – IX COPENE: REDE DE DOIS MODOS QUE EVIDENCIA A EMERGÊNCIA DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ABPN	167
3.10 – X COPENE: DE GT A FÓRUM E A CONSOLIDAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO AGENTES IMPORTANTES DA FIGURAÇÃO DE INTELLECTUAIS NEGROS/AS	170
3.11 – XI COPENE: PANDEMIA E NOVAS PERSPECTIVAS.....	176
3.12 – XII COPENE: RESISTÊNCIA E MAIOR ADERÊNCIA EM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO	178
4 - TENSÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS DE INTELLECTUAIS NEGROS NA PRODUÇÃO TEXTUAL EM EDUCAÇÃO	191
4.1 – A SEGUNDA NATUREZA: HABITUS, UM ENSAIO PSICOSSOCIOGENÉTICO DA OPINIÃO PÚBLICA E DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NO BRASIL	191
4.2 – A LÍNGUA PORTUGUESA E AS TÁTICAS IMPLÍCITAS A APROPRIAÇÃO DE SEU USO E SOBREVIVÊNCIA NO BILHAR ACADÊMICO NO BRASIL	200
4.3 – OPINIÃO PÚBLICA, ERER, COPENE E ANPUH: ANÁLISE A PARTIR DA PROGRESSÃO DOS TEMAS GERAIS EM EDUCAÇÃO	204
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	242
REFERÊNCIAS	247

INTRODUÇÃO

[...] o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes. Mostramos que o decurso do jogo é relativamente autônomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. (Elias, 2008, p.142)

Esta tese tem origem no Núcleo de Identidades e Memórias do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco e parte das seguintes reflexões: considerando o bilhar acadêmico, a psicossociogênese da sociedade brasileira e a tessitura de uma rede afro-brasileira, quais as tensões enfrentadas pelos pesquisadores/as negros/as, que apresentaram textos no COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, entre 2000 e 2022? Corolário a esta pergunta, de que maneira os pesquisadores e as pesquisadoras, assim como os professores de educação básica, contribuíram com a referida rede e resolveram suas tensões próprias das disputas nessa configuração científica na periodização definida?

Bilhar acadêmico foi uma forma que encontrei para explicar o “fenômeno reticular” eliasiano, (1994a), onde o autor compara as relações interpessoais às interações entre bolas de um jogo de bilhar. A partir deste pensamento pude visualizar melhor as interações orgânicas e em paradoxo as interações relativas ao campo das ideias intelectuais, advindas a priori da rede de intelectuais negros situados na Universidade Federal de Pernambuco. Os fenômenos reticulares, ou bilhar acadêmico – são, portanto, as interações que produzimos, sejam físicas ou intelectuais. Um modelo psicossociogênico de interações, para ser mais exata.

O bilhar acadêmico em tela tem início em 2000, ocasião da primeira edição do evento na cidade do Recife, e finaliza em 2022, após as várias edições em outras localidades brasileiras, quando do seu retorno à capital pernambucana; e é utilizado aqui no sentido conotativo figurado, como uma das formas de disputa – a das ideias intelectuais, num quadro de intenções ou rede social que passa pelo Fenômeno Reticular – mudanças e transformações decorrentes das relações interpessoais, e de autoinscrição (Elias, 1994a) (Mbembe, 2014).

Esse bilhar investigativo é guiado pelos aspectos psicossociogênicos da sociedade brasileira e pela tessitura de uma rede intelectual negra, inclusive, por professores e professoras da educação básica, que, em 2018, por salvaguardarem a Lei 10.639/2003 e produzirem ferramentas didáticas para o cumprimento deste dispositivo, passaram a ter presença táctica marcante na própria rede, objeto deste estudo. Minha proposta é manusear a psicossociogênese como teoria e metodologia, o que consiste em uma análise das mudanças discursivas, comportamentais, identitárias – individuais e coletivas, de uma figuração ou rede, em determinado espaço-tempo.

Psicossociogênese é para além da junção dos termos psicogênese e sociogênese, uma abordagem teórico-metodológica apreendida a partir dos estudos de Norbert Elias, sociólogo que tem por proposta científica, a junção de análises interdisciplinares no que tange estudos em ciências sociais, incluindo nas pesquisas deste campo, perspectivas das áreas da saúde e da história.

A ideia de bilhar acadêmico também tem um componente pessoal. Depois de ter defendido a dissertação O Grupo Escolar Elizeu Campos de Mirandiba-PE (1930-1990) (Souza, 2017), senti a necessidade de aprofundar os estudos educacionais com base em Norbert Elias. Isso decorre no momento em que eu passava por algumas tensões, especialmente no campo empírico da pesquisa de mestrado. Naquela ocasião, consegui compreender a teoria na prática, ou seja, havia um sentimento *outsider*, percebido “na minha própria pele”.

Todavia, no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação-PPGEdu/UFPE, participei de disciplinas como Estudos Individualizados, tornando possível uma aproximação mais densa com o autor que ancora a matriz teórica desta tese junto a grupos e colegas que investigavam as questões étnico-raciais. Assim, foi observando as tensões advindas dessas relações que pude elaborar a ideia da psicossociogênese, mesmo considerando que Norbert Elias, em seus estudos, tenha apresentado dois conceitos em separado, ainda que complementares; interdependentes.

Desse modo, as tensões pessoais que experimentei, por ocasião da dissertação de mestrado, juntamente com os avanços dos estudos eliasianos, são as causas principais da elaboração desta tese. Ou seja, procurei compreender as minhas próprias tensões étnico-raciais com base nas

configurações em que eu estava imersa naquele momento, bem como as tensões de outros indivíduos em rede. E, após diálogo intenso com o meu orientador Dr. José Luís e coorientador Dr. Marcos Dornelas, no intuito de reconhecer a minha historicidade, resolvi escrever este trabalho na primeira pessoa do singular, bem como expor um pouco da minha trajetória de vida, ainda que de forma breve, ressaltando, portanto, a minha psicossociogênese e as regras de um determinado jogo acadêmico-científico.

Nesse contexto, a hipótese que norteia o estudo diz respeito ao fato de que uma rede, em última instância, constitui e é constituída pelo conjunto das memórias de seus integrantes. A produção material de seus membros, direta ou indiretamente, consciente ou não, representa os vestígios das relações biográficas em curto e longo prazo da própria construção da rede.

Assim, os temas desenvolvidos pelos pesquisadores/as negros/as ao longo desses vinte anos dizem respeito a elaboração de subsídios científicos decoloniais¹, e, ou, ferramentas didáticas, que fomentem a garantia de direitos, neste caso em tela, das pessoas negras. No entanto, mesmo com meu escopo definido, devem-se ressaltar que as tensões geradas por intelectuais negros/as provocam o debate para uma educação étnico-racial, incluindo estudos das pessoas indígenas, ciganas e quilombolas.

Desse modo, nos procedimentos, utilizo-me da observação participante, dado o fato de ter sido inserida na rede de intelectuais negras/os, percorrendo caminhos turbulentos para o fazê-lo; e ainda conto com importantes fontes de análises: os registros dos COPENEs Nacionais – formato, corpo editorial e Anais (2000-2022); o sociograma da rede de intelectuais negras/os - elaborado a partir do uso das ferramentas da Análise de Redes Sociais (ARS); e entrevistas semiestruturadas.

Contudo, após dois longos anos de distância da qualificação, a reescrita desta tese inicia-se às 10 horas e 50 minutos do dia 10 de abril de 2023. A defesa

¹ O conceito de decolonialidade atravessa esta tese, pois, é um projeto político-acadêmico inserir nas instituições de ensino superior, estudos promovidos por sujeitos negros, sobretudo, mulheres negras. O estudo decolonial está diretamente ligado a interseccionalidade, ao feminismo negro e ao antirracismo, sendo aqui, umas das bolas do bilhar, ou seja, uma vertente da opinião pública existente na academia. Para compreender a decolonialidade podemos citar alguns autores: Collins (2019); Akotirene (2020); Bernadino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfogel (2018); Vergesès (2020), entre muitos outros autores.

ainda não havia sido marcada, mas, estava prevista para junho de 2023, o que, obviamente, não foi possível a sua ocorrência.

Tive financiamento da CAPES; e para falar disto preciso abrir um parêntese. Cara pessoa leitora, a vida é cheia de parênteses, e nesta tese não seria diferente. Para ter paz na escrita, isso me vale contar as minhas verdades. E os parênteses são acontecimentos paralelos a acontecimentos centrais do meu ato de escrever² este estudo tão subjetivo quanto exaustivo (Evaristo, 2020).

Sabemos [nós pesquisadoras/es] da importância das agências de fomento à pesquisa e, apesar das faltas de repasse de verbas para a educação no governo Bolsonaro [atrasando, inclusive, o pagamento de diversos bolsistas em todos os programas de pós-graduação do Brasil, já no final de seu mandato, quando já derrotado nas urnas pelo presidente Lula], eu permaneci pesquisando.

Apesar da insegurança que isso me causou, eu hoje apresento este texto, porque a única forma de permanecer inserida na grande estrutura, mesmo que à margem, é defendendo esta tese. Nesse sentido, agradeço especialmente a CAPES, por me ajudar financeiramente a resistir. Esse agradecimento se dá não pelo processo burocrático que esta agência fomenta, garantindo que nós permaneçamos, mas, por ter tido oportunidade de sentir o lado orgânico, humanizado dela. Quando faltavam três meses para a minha defesa, três meses de prorrogação com bolsa concedida pela CAPES em decorrência da pandemia de Covid-19³, houve um erro institucional cometido pela UFPE e cancelaram indevidamente este meu recurso.

Felizmente, a CAPES considerou o pedido de desculpas da UFPE, que

² Tomei de empréstimo a escrevivência elaborada pela Doutora Conceição Evaristo. Tomo de empréstimo por compreender que o estilo literário, e também, o conceito, ou, forma de conceituar uma narrativa do “eu *‘self’* mulher negra afro-brasileira”, condiz exatamente com o que quero transpor neste trabalho. Minha escrevivência é baseada nas estruturas do ser “eu mulher negra afro-brasileira”, que ressignificou suas aprendizagens, símbolos e signos, através do entendimento da psicossociogênese das transmissões de conhecimentos entre as pessoas negras nascidas em espaços de tradição de matriz africana no Brasil. sejam por vias orais inscritas na nossa identidade, ou pelas variadas formas de leitura dessa transmissão, [...] Seja pela leitura de escritas, ou leitura contextual subjetiva, Evaristo (2020) parte de uma concepção de si mesma para narrar suas escrevivências, nos deixando a possibilidade de perpetuar um novo modo de dizer a vida.

³ Portaria 55, de 29 de abril de 2020 - Data de inclusão: 20 de agosto de 2020 Data de atualização: 20 de junho de 2022.

de fato, com urgência, solicitou a anulação dos cancelamentos. No entanto, mesmo com celeridade, a UFPE não pôde me ajudar a pagar as contas do mês em que o dinheiro da bolsa não caiu na minha conta. Quer dizer, a instituição UFPE não me ajudou, mas, a Rede UFPE, sim.

Essa Rede, como todas as outras, é composta por diversos agentes⁴ e personagens, os agentes são os que pautam a instituição, os personagens são os que circulam por essa rede de alguma forma, seja como estudante, docente, servidor técnico-administrativo, terceirizado ou comerciante. Em alguns pontos, todas essas pessoas se encontram, já em outros, apenas uma pequena parcela da Rede participa. A Rede UFPE me ajudou muito, e sou grata a todas as pessoas que me ajudaram a resistir no mês em que não recebi a bolsa. Recebi doações de diversos agentes e personagens, e isso contribuiu para legitimação no requerer o fomento que me foi dado por mérito e direito. Fecho aqui meu primeiro parêntese.

Em se tratando da rede, a psicossociogênese a que me proponho analisar é a expressão evidente de uma rede de pesquisadores/as negros/as, e para avançar na análise, foi preciso mobilizar um conjunto de documentos disponíveis no site da ABPN (cadernos de resumos, anais e afins) e entrevistas com a professora Lídia Nunes Cunha – primeira presidenta da ABPN e uma das idealizadoras do COPENE; com as professoras Rosa Margarida e Josiane Clímaco, do Fórum de Educação Básica da ABPN e professora Iraneide Soares - presidenta da ABPN gestão Baobá 2022-2024, bem como participar ativamente, como profissional - jornalista, produtora cultural e pesquisadora da própria rede, neste caso, na execução do COPENE 2022, sediado na cidade do Recife-PE. Por razões técnicas, somente a entrevista da professora Lídia Cunha foi utilizada em sua totalidade.

Todavia, considerando a tessitura dessa rede de pesquisadores/as negros/as na sociedade brasileira, apresento os seguintes objetivos: **a)** Contribuir com o debate acerca do conceito da psicossociogênese no Brasil, com

⁴ O conceito de agência ou agentes aqui apregoado relaciona-se com as ações do sujeito sociológico, o que para Weber, por exemplo, tipifica as subjetividades das ações dos sujeitos, relações de poder, e eu diria, relações de poder simbólico, principalmente.

vista a analisar a emergência e as memórias da rede do Congresso de Pesquisadores Negros -COPENE entre 2000-2022; **b)** Identificar e contextualizar os principais temas abordados pela intelectualidade negra, e as tensões geradas por ocasião do surgimento dessa rede de pesquisadores entre 2000-2022; **c)** Analisar a rede de intelectuais negros/as, mais precisamente os clusters⁵ de produção textual que mais tensionam dentro da ABPN – por meio dos COPENEs, e também, fora - na rede da ANPUH Educação; **d)** Identificar as tensões enfrentadas pela intelectualidade negra nas relações étnico-raciais dos bilhares acadêmicos – por uma visão histórico-sociolinguística; **e)** Apontar as contribuições da intelectualidade negra para inclusão e difusão de uma bibliografia enegrecida nos programas de pós-graduação e em suas áreas de atuação, como professores e professoras da educação básica.

Nesse contexto, eu pretendo responder as questões desta tese a partir da minha experiência de inserção nessa rede. Além da minha observação participante, conto como aliados, os registros dos COPENEs Nacionais – formato e corpo editorial, os textos publicados nos anais no decorrer dos vinte anos de realização, a própria figuração de intelectuais negras e negros - a partir da Análise de Redes Sociais.

Válido ressaltar que este estudo é constituído por duas partes, sendo uma delas considerando o arcabouço teórico forjado na perspectiva teórica eliasiana e a outra de natureza empírica, sendo, portanto, a análise documental, as próprias entrevistas e minha participação na comissão executiva do COPENE 2022, na cidade do Recife, como referido.

⁵ O termo clusters aqui refere-se ao conceito utilizado em Análise de Redes Sociais, metodologia considerada por diversos autores como braço metodológico da sociologia, o que muito me agradou, porque o conceito sociológico desta análise é facilmente aplicado em uma figuração, sinônimo de rede em Norbert Elias. Clusters em livre tradução significa aglomerado, em ARS o termo tem a ver com aglomerados com alguns potenciais determinantes como por exemplo, grupos coesos, impenetráveis, que não recebem influência externa, e por outro lado, influenciam agentes externos.

No primeiro capítulo, **Fundamentos e Procedimentos Teóricos- Metodológicos**, faço uma explanação dos principais fundamentos da matriz eliasiana, com vista a saber como funciona a psicossociogênese abstraída dos textos de Norbert Elias. Após isso, no segundo capítulo, **Minha Psicossociogênese e as Rregas do jogo deste Bilhar Acadêmico**, abordo as premissas psicossociogenéticas, as quais chamo de as regras do jogo pertinentes ao bilhar em que estou também inserida, seja como mulher negra, periférica e pesquisadora.

No terceiro capítulo, **Memórias e a Psicossociogênese das Tensões entre a Intelectualidade Negra a partir do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as - COPENE (2000-2022)**, busco uma compreensão a partir das memórias e constituição da identidade e uma pretenciosa psicossociogênese das tensões entre a intelectualidade negra, a partir da minha própria inserção nessa figuração. E, no quarto capítulo, **Tensões Sociolinguísticas de Intelectuais Negros na Produção Textual em Educação**, a ideia é compreender as tensões cirulantes na produção científica da intelectualidade negra e, por fim, viabilizo a visualização das redes e o campo tático para as resoluções dessas tensões nas relações étnico-raciais em educação no Brasil.

1 - FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS A PARTIR DE ELIAS

É uma das características dos níveis primitivos de desenvolvimento do conhecimento humano, o fato de que os aspectos biológicos e sociais do processo de crescimento não possam ser claramente separados. (Elias, 1998, p. 51).

Este capítulo tem por objetivos apontar o modo como a psicogênese e a sociogênese se apresentam em alguns dos textos eliasianos; e tecer comentários gerais acerca destes conceitos - tática de entrada na configuração científica eliasiana, que vem se estruturando no Brasil desde 1996, a partir do Simpósio Internacional Processos Civilizadores – SIPIC, organizado pelo grupo de estudos que se convencionou chamar Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores/CNPq, constituído a priori, por intelectuais da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF/UNICAMP), com financiamento da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e FAEPX (Fundo de Amparo ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Unicamp)” (Gebara; Honorato, 2012, n.p.).

Este grupo supracitado deu origem aos estudos eliasianos no Brasil, e em sua gênese estão pesquisadores da área da saúde, sobretudo, na área de educação física, que, além de pesquisarem em seus campos de atuação, enveredam ainda, pelo campo das ciências sociais, ação totalmente possível e, na realidade, a formação ideal segundo o que reza a cartilha eliasiana do bom pesquisador em ciências sociais, pois, para Elias, 1998), a sociedade só pode ser bem estudada por aqueles que se interessam também, pela estrutura corpórea, sobretudo a estrutura cerebral dos indivíduos.

1.1 - PSICOSSOCIOGÊNESE: COMO SE APRESENTA E EM QUAIS OBRAS DE ELIAS

Para compor esta seção, tomarei de empréstimo um modelo de quadro realizado pelo meu coorientador prof. Marcos Dornelas. Na realidade, a ideia do professor não era de expor neste estudo tal feito, mas, ele há de concordar que estruturou muito bem nossa linha de raciocínio eliasiano. Abaixo, podemos observar as evidências da sociogênese e da psicogênese nos estudos eliasianos, e é o que me parece uma meta-análise, a sociogênese da psicogênese e da sociogênese em Elias, se me permitem a cacofônica e rasa explicação. Como já dito, Elias utilizava os conceitos separadamente,

portanto, faremos o entrecruzamento dos conceitos e ressignificações, tomadas as devidas proporções de seus usos.

Quadro 1- Do uso do conceito de Sociogênese e Psicogênese por ordem de produção do texto

Título em português	Publicação original	Ano da Publicação em português	Observação quanto ao uso do conceito Sociogênese	Observação quanto ao uso do conceito Psicogênese
1. A sociedade de corte	1969 alemão	2001	Sim. Utiliza-se como método, sobretudo nos dois últimos capítulos.	Não utiliza exatamente a palavra psicogênese, mas, trata da formação psíquica dos cortesãos.
2. O processo civilizador I	1939 alemão	1990	Sim	Sim
3. O processo civilizador II	1969 alemão	1993	Sim. Utiliza-se como método em todo texto e conceitua à guisa teórica.	Não utiliza exatamente a palavra, mas, em várias partes do texto fala das mudanças comportamentais atreladas a mudanças psíquicas.
4. “Estabelecidos e <i>Outsiders</i> ”	1965 – Inglês	2000	Não se utiliza do termo ou conceito, porém, salta aos olhos uma das categorias de análise da sociogênese que é a interdependência e as relações de poder.	Não exatamente, mas, trata do comportamento e dos ensinamentos repassados de geração para geração.
5. Introdução a sociologia	1970 alemão	2008 Portugal	Sim	Sim
6. “A solidão dos moribundos”	1982	2001	Não	Não
7. Scientific Establishments and Hierarchies. Sociology of the Sciences Yearbook	1982	-	Não	Não

8. "Envolvimento e alienação"	1983	1998	Sim	Não exatamente, trata de características e propriedades psicológicas como fenômeno inseparável da sociogênese.
9. A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor	2000	2005	Não	Não
10. "Sobre o tempo"	1984	1998	Não	Não
11. "A condição humana"	1985	1991	Não	Não
12. A busca da excitação. Esporte e lazer no processo de civilização	1986	1992 Portugal	Sim	Não exatamente. Mas, aborda os aspectos sociológicos e psicológicos em torno da excitação.
13. A sociedade dos indivíduos	1987	1994	Não exatamente. Fala de uma "moldagem sociogênica das funções psíquicas" (p.31)	Não se utiliza do conceito exatamente. Aborda as funções psíquicas que impõe ao indivíduo o aprendizado para viver em sociedade.
14. Os alemães	1989	1997	Sim	Sim
15. Teoria simbólica	1991	1994 Portugal	Sim. XVIII, 74, 90.	Não exatamente
16. Norbert Elias por ele mesmo	1990	2001	Não. Mas explica como chegou ao uso da sociogênese.	Não, mas fala da importância de um estudo interdisciplinar nas ciências sociais com a saúde.
17. Mozart – Sociologia de um gênio	1991	1994 Portugal	Não	Não
18. Escritos e ensaios	Vários	2006	Sim. Utiliza-se do conceito de sociogênese e ainda evidencia uma das categorias sociogênicas, opinião pública e <i>habitus</i>	Sim

Quadro elaborado em colaboração entre os autores (Dornelas, Pedrosa, 2020)

- Obra que utiliza os conceitos de sociogênese e psicogênese
- Obra que em certa medida utiliza os conceitos de sociogênese e psicogênese
- Obra que não utiliza os conceitos de sociogênese e psicogênese

Conforme o quadro acima, dos 18 livros de Norbert Elias que aqui apresento, apenas seis não abordam em nenhum momento os conceitos de sociogênese e psicogênese. Embora nem todos os seus escritos tenham abarcado com profundidade tais conceitos, mesmo aqueles que apresentam uma razoável explicação a respeito, postulam a marca do intelectual que vez por outra nos lembra da importante tarefa de atrelar estudos das ciências sociais com as pesquisas em saúde. Talvez seja esse o ponto mais interessante do autor, pois, dificilmente sociólogos, antropólogos e afins, apontam estudos que deem a mesma importância às duas áreas de análise.

Logo, cabe aqui uma observação a respeito do quadro, uma incipiente tentativa psicossociogênica de unir os conceitos que até então são fortemente grafados separadamente. Um envolvendo com maior força os estudos sociogênicos ou que citam aspectos sociogenéticos das obras eliasianas, e outro, imbricado nas pesquisas em saúde, em primazia numa discussão associada a psicocriminogênese, quando os sujeitos das pesquisas, ou amostras, são compostas por pessoas negras⁵.

Após identificarmos em quais obras Norbert Elias utiliza o conceito ou termo sociogênese e psicogênese, seja como método, teoria ou meramente expositivo, vamos adentrar nas obras, como dito anteriormente, ir ao extremo do seu uso pelo sociólogo. Seguindo uma ordem cronológica da produção, começaremos com as análises pelo livro *A sociedade de Corte* (2001b).

Para melhor compreensão de toda a obra devemos a priori compreender o uso de palavras centrais do texto, são elas: curialização, aristocrático, autocontrole, romantismo e interdependência. Essa apreensão se faz necessária

⁵ Encontramos na área da saúde, estudos que abordam o conceito, para realizar uma concepção das personalidades do sujeito, através de um acompanhamento psicodinâmico. O estudo em questão é do psicólogo Eliezer Schneider, que usa a perspectiva psicossociogênica, grafada a esse modo, para aferir a origem da personalidade criminosa, e não utiliza a teoria eliasiana. A psicologia social no âmbito judicial viabiliza neste caso, a exclusão ou confirmação de doenças patológicas, para que o acusado possa ser réu e receba um julgamento justo. Schneider (1988) deixa nítido que esta avaliação só pode ser feita através da escuta da história de vida dos acusados, a prática metodológica que permite a interação entre psicologia social, psicologia clínica e psicanálise elaboram juntas uma transição de psicossociogênese para este texto estava impregnado dessa ideia de categorização para análise, o que seria um erro continuar o fazendo. O termo "marco conceitual" é mais apropriado no âmbito das elocubrações de Norbert Elias, designa a profundidade do uso de suas palavras.

porque designam processos de mutação em Elias (2001b).

Curialização é o processo de formação da corte, aristocrático é o sistema político composto por nobres, ou seja, a estrutura social. O autocontrole é o que designa o processo do controle das emoções, o romantismo aqui é empregado para designar outro sistema de organização social, portanto, um comportamento estrutural, e a interdependência é, a meu ver, um marco conceitual, — que anteriormente eu entendia como categoria eliasiana⁶, imbricada a sociogênese, da qual esta última não pode ser desligada. A questão da interdependência ficara mais evidente neste estudo ao passo que aplicamos o método da análise de rede na figuração, o que se verá nos próximos capítulos.

Juntos, esses conceitos supracitados formam os aspectos de transformação global embutidos em Elias (2001b). Ou pelo menos, os primeiros aspectos do que viria a ser a globalização que conhecemos nos tempos atuais, já que ao desmistificar a sociedade cortesã, o sociólogo nos leva as primeiras nuances de um progresso.

Elias nos induz a crer que essas transformações são parte de um ciclo que emerge em toda civilização:

O desenvolvimento de Estados cada vez mais centralizados, com funções diversificadas, e de cortes reais cada vez mais extensas, ou, em um estágio posterior, de centros de poder e administração cada vez maiores e mais abrangentes, assim como o crescimento das capitais e cidades comerciais, crescente monetarização, comercialização e industrialização – tudo isso são apenas diversos aspectos da mesma transformação global (Elias, 2001b, p. 222).

As transformações e desenvolvimento dos Estados têm obviamente suas peculiaridades, mas as colocações de Elias (2001b) em linhas gerais transcorrem para uma observação vista de cima e distante, portanto, suspensa, apontando para uma primeira especificidade do método em questão. Estar suspenso e se colocar fora do problema de pesquisa, embora seja parte dele, é uma tarefa difícil, porém, necessária, o que pode supor a relação de envolvimento e distanciamento (1998).

Em todo aspecto do livro “A sociedade de corte”, o autor pontua, a meu ver, uma série de transformações que aparecem no processo da estrutura desse tipo específico de configuração. De camponês a urbano, de antiga nobreza a

⁶ Após algumas oitivas em seminários, aulas e orientações a respeito das enunciações eliasianas, fui instruída a não usar o termo “categoria” para o que vem a ser um marco conceitual do próprio autor, ou seja, as primeiras emergências de designações conceituais de determinado fenômeno social.

nova corte, de guerreiro a cortesão. Eis aqui outras especificidades do método da sociogênese, as mutações e descontinuidades. Essas mudanças vistas em suspenso e em longo prazo demarcam o desvelamento eliasiano. “Trata-se da interdependência constante de movimento de ascensão e queda, de integração e desintegração, de reconstrução e demolição, no decorrer do processo como um todo” (Elias, 2001b, p.222).

De maneira mais simples, pode-se perceber os significados e utilização de conceitos em um determinado período e o seu banimento em outro, exemplo dos conceitos encontrados na análise desta tese, como étnico-racial, afrodescendente etc. Isso indica, inclusive, segundo o autor, mudanças e transformações na estrutura social, na sociogênese e psicogênese.

Neste sentido, a interdependência constante colocada por Elias (2001b) sugere o exercício do controle. Tendo em vista que esses binômios ambivalentes mencionados pelo autor são puramente sociais. Ainda segundo Elias (2001b) existem “Três meios fundamentais de controle dos indivíduos na sociedade: o controle sobre os acontecimentos naturais extra-humanos; o controle dos indivíduos sobre os outros indivíduos, e o controle de cada ser humano singular sobre si mesmo” (p. 225).

Contudo, o que isso tem a ver com a teoria e método eliasianos? Ao observar as relações interdependentes numa dada sociedade e as expressões de controle, podemos notar as mudanças de *habitus* e da opinião pública, essas mudanças muitas vezes imprimem às sociogêneses. Sutil e indolor, mudamos e nem nos damos conta do porquê. De igual modo, argucioso e brando Elias produz e reproduz seu método em vários de seus estudos e muitas vezes não nos damos conta dessa realização. (Elias, 1993; 1994a; 1994b; 2001a)

O conceito de *habitus* é extremamente complexo, pode representar, inclusive a unidade do que estou tentando expressar nesta tese, ou seja, a composição da identidade nós do indivíduo e seu processo singular, a gênese do seu grupo social de origem, o nós, bem como a gênese do que conseguiu se diferenciar desse mesmo grupo enquanto composição coletiva - individualização.

A esse respeito, e com propósito de atualizar a discussão sobre o uso do conceito de *habitus* em Elias, e a negligência do seu uso quando confundido com sua apreensão em Bourdieu, por exemplo, avalio como importante expor essas

diferenciações, a partir de um quadro sintetizado por Souza (2020), onde o autor nos ajuda a compreender os seguintes aspectos:

[Em Elias] numa configuração pode ter muitos *habitus* entrelaçados, podendo se tornar mais proeminente em determinados momentos entre um ou mais indivíduos; O *habitus* tem raízes muito profundas; é socialmente herdado e passa de gerações em gerações de indivíduos; O *habitus* é a composição social do indivíduo. Sua identidade “nós”; segunda natureza; composição social (sociogênese e psicogênese); O *habitus* deve ser compreendido e aplicado na perspectiva da História de longo prazo; Saber social incorporado em longo prazo; O *habitus* não tem relação direta com a configuração; O *habitus* é a segunda natureza do indivíduo, que age independentemente a vontade de seu “proprietário”; Difícil compreensão empírica pelos processos sociais, planos e ações individuais. (Souza, 2020, p. 49)

Enquanto para Bourdieu, o conceito de *habitus* se transmite a partir de modelos contrários, ou dispares, do que pretende Elias, como podemos ver na síntese de Souza (2020):

[Em Bourdieu] O *habitus* surge do campo enquanto expressão do agente social “representante” do próprio campo: político, artístico, científico etc; O *habitus* é apropriado; incorporado na história do indivíduo por meio de suas práticas, a técnica corporal, por exemplo; O *habitus* é a expressão individual do capital cultural acumulado pelo agente social; Desenvolve a partir de suas práticas em um campo determinado, como o político, esportivo, científico, artístico etc.; O *habitus* pode ser compreendido e aplicado na perspectiva da História do tempo presente; História incorporada a curto prazo; O *habitus* tem relação direta com o campo de produção; O indivíduo pode decidir lutar pela sua aquisição, por incorporar essa ou outra técnica corporal, esse ou aquele comportamento; Fácil verificação empírica a partir da análise de determinados campos. (Souza, 2020, p. 49)

Podemos enxergar como ideias contrárias desses dois autores sobre o conceito de *habitus*, enquanto para Elias trata-se de uma segunda natureza do indivíduo, adquirida geração à geração, de difícil compreensão por se tratar de uma observação de longo prazo, para Bourdieu, há possibilidades de verificação do *habitus* a partir da história do tempo presente, o que retira o sentido de uma segunda natureza, preenchido por outro lado, pela ideia de comportamento e características comportamentais, a grosso modo.

Voltando às questões sobre as expressões de controle, é tácito afirmar que em Elias (2001b), a falta do autocontrole no processo civilizatório ou durante as mudanças figuracionais “[...] acarretam fracassos sociais, sanções por parte da autoridade, ou remorsos” (p.229). Destarte, o autocontrole é muito mais importante do que as coerções externas, dessas últimas podemos fugir e gerar

outras estruturas, mas das coerções internas não fugimos nem nos escondemos.

A análise do controle das emoções está mais próxima à psicogênese, creio eu, apesar disso devo considerar que de todo modo faz parte do método sociogênico, já que ambos os conceitos fazem parte da mesma perspectiva eliasiana. Acredito ainda que para os indivíduos não há como fugir das coerções externas, pois, é como se as pressões externas fizessem parte dos indivíduos singulares, através de uma cobrança interna.

A exemplo, temos a seguinte afirmativa: “[...] as máscaras de muitos homens haviam aderido ao rosto como parte integrante e essencial de sua própria autoestima, de seu orgulho e de sua satisfação” (Elias, 2001b, p. 233). Neste trecho Elias demarca o que avaliou como os indivíduos não saíam da configuração da corte, muito embora fossem homens livres.

A vida na corte era repleta de coerções externas e auto infligidas, outro exemplo muito forte desse processo de mudança através da coerção era a transformação dos guerreiros em cortesãos. Portanto, essa categoria de análise é muito intensa em estudos eliasianos, o que modula pouco a pouco o método por ele aplicado.

Esse modo cíclico empregado por Norbert Elias em seus estudos postula a metodologia que por vezes é negligenciada por pesquisadores das mais diversas áreas, mas, vamos tratar de historiadores e sociólogos. Uma forte crítica de Elias ao ambiente acadêmico, sobretudo, no que tange o método da escrita da história na perspectiva de longa duração, é a desunião desses profissionais mencionados.

Elias chegou a esse método de análise porque na perspectiva dele “Faltavam estudos que permitissem compreender as mutações da sociedade num longo lapso de tempo com a ajuda de provas empíricas detalhadas” (Elias, 2001a, p.147). Por esse viés, das mutações da sociedade, sentia-se falta de um método sociológico que não estivesse embebido de ideologias.

Por outro lado, a falta se fazia também no campo histórico, já que Elias ansiava por “modelos verificáveis empiricamente e, caso necessário, emendáveis ou refutáveis” (Elias, 2001a, p. 147). Ou seja, cansado de especulações nas áreas sociológicas, segundo ele, buscou por uma inovação onde fosse livre de amarras doutrinárias e conceitos reificantes presentes nos contextos políticos, e ainda, com aportes documentais próprios de métodos

historiográficos.

Observa-se que, como já dito, Elias (2001b) não destrincha nesse texto a psicogênese, mas, é no capítulo V que trata da “Etiqueta e cerimonial: comportamento e mentalidade dos homens como funções de estrutura de poder de sua sociedade”, que observamos a delicada e árdua tarefa do autor de auxiliar na compreensão do comportamento psicológico aristocrata.

Certa vez, a rainha acabara de ser despida por suas damas. A criada de quarto estava segurando a blusa e ia entregá-la à dama de honra quando a duquesa de Orléans entrou. A dama de honra devolveu a blusa à criada, que pretendia justamente entregá-la à duquesa quando chegou a condessa de Provence, nobre de um nível superior ao da duquesa. Assim, a blusa passou novamente para a dama de honra e só então a rainha foi recebê-la, das mãos da condessa de Provence. Durante todo aquele tempo, ela permaneceu nua como Deus a pôs no mundo, e precisou esperar, assistindo à maneira como as damas se cumprimentavam com sua blusa nas mãos. Luís XIV certamente não teria tolerado que a etiqueta sobrepujasse assim o objetivo principal do ato de se vestir. Contudo, a estrutura psicológica e social que acabou produzindo esse mecanismo vazio já era visível em sua época. (Elias, 2001b, p.103 e 104).

No excerto, podemos identificar um comportamento pautado em coerções externas à rainha e como o autocontrole de certa forma auxilia na perpetuação de hábitos, muito embora, um hábito vazio de sentido significativo, mas, cheio de significação psicológica. Ora, por que a rainha simplesmente não ordenou que a vestissem rapidamente, mas, ao contrário, aguardou que todos estivessem aptos para que aquela ação fosse concluída?

Contudo, todos nesse ritual de vestimenta estavam submersos na estrutura de poder aristocrático de corte, bem como na gênese que circunscrita à psiquê dos presentes, os fizeram cumprir os rituais.

Reparem que o que Elias (2001b) está tratando é de uma estrutura psicológica montada por um processo de longa duração que apesar de parecer totalmente descabido para os dias atuais, se mostravam de extrema relevância para o contexto da corte. É salutar compreendermos ainda que o comportamento é oriundo de uma reflexão psíquica. É o que comprova, por exemplo, um outro trecho do livro.

O rei utiliza a psicologia que corresponde à estrutura hierárquica e aristocrática da sociedade. Ele utiliza a competição dos cortesãos por prestígio e por favorecimentos para alterar a posição e o prestígio de um indivíduo dentro da sociedade, por meio do grau exato do favor concedido, de acordo com seus objetivos, deslocando segundo sua

necessidade as tensões e, portanto, o equilíbrio social. (Elias, 2001b, p.107).

Esses apontamentos acerca do comportamento na sociedade de corte direcionam nosso olhar para melhor compreensão do que vem a ser o conceito de psicogênese em Elias. Nossa forma de pensar, de agir, falar etc. está diretamente ligado a um princípio psíquico coercitivo, ou melhor, ao controle das emoções individuais e coletivas.

Seguindo com a proposta desta seção, dissecar a sociogênese e a psicogênese eliasiana a partir das obras do autor, sigamos adiante com o que foi sugerido desta vez a partir da obra O Processo Civilizador – volumes I e II.

Ao se tratar destes textos de Elias, entendendo que em outros países os dois volumes são um livro só, apontarei aqui uma análise mais psicogenética do primeiro volume, acreditando que há neste livro uma ênfase maior a esse respeito. E uma análise mais sociogenética do segundo tomo.

No Volume I – O Processo Civilizador: A história dos costumes (1994b) Elias descreve em linhas gerais o desenvolvimento dos conceitos de cultura e *civilité*, baseado no tratado de Erasmo de Rotterdam intitulado: “Da civilidade em crianças”. Trata-se das mudanças na estrutura da personalidade, *habitus*, e transformações sociais, e tem por objeto as mudanças não planejadas da sociedade, e como se deu a resposta a renúncia ou apropriação pulsional daquela época, além de caracterizar as ações de acordo com os espaços.

O estímulo ao pensamento, aos sentimentos e as emoções não é natural, inato, mas, sim, naturalizado pelo mundo externo. A cultura imprime neste funcionamento psíquico, basicamente, a reação dos indivíduos ao pensamento de cada época e suas rupturas. Elias (1994b) trata das mudanças comportamentais, e aqui está pautando, a partir de evidências documentais, o crescimento psicológico das sociedades ocidentais.

As séries de exemplos e suas interpretações no segundo capítulo demonstram com muita clareza um fato: O processo específico de "crescimento" psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa "civilização". (Elias,

Os exemplos mencionados são paralelos ao debate sobre os conceitos de civilização e cultura, que circundam de certa maneira o modo como as pessoas se comportam pelo ponto de vista eliasiano. Mas, diante desta última citação direta, me permitam uma crítica ao autor, que embora tivesse consciência da indissociabilidade dos conceitos de sociogênese e psicogênese, analisou a formação da sociedade e sua estrutura separadamente. Retomando a análise, observe:

O padrão social a que o indivíduo fora inicialmente obrigado a se conformar por restrição externa e finalmente reproduzido, mais suavemente ou menos, no seu íntimo através de um autocontrole que opera mesmo contra seus desejos conscientes. Desta forma, o processo sócio histórico de séculos, no curso do qual o padrão do que é julgado vergonhoso e ofensivo e lentamente elevado, reencena-se em forma abreviada na vida do ser humano individual. Se quiséssemos expressar processos repetitivos desse tipo sob a forma de leis, poderíamos falar como um paralelo as leis da biogênese, de uma lei fundamental de sociogênese e psicogênese. (Elias, 1994b, p.135)

Entendemos que há um grande esforço nos dois tomos do processo civilizador em imbricar sociogênese e psicogênese, em alguns momentos, como na citação acima, fica mais evidente esse enlace entre mudanças de comportamento e de opiniões a respeito desta conduta. Logo, a psicogênese está diretamente ligada aos indivíduos e simultaneamente aos grupos de indivíduos.

Para melhor elucidar o uso do conceito, parafraseando Elias (1994b) busquemos compreender as transições as quais as sociedades passam, vamos imaginar a maneira como as pessoas se comportavam na Idade Média e em como paulatinamente toda a agressividade e a disposição para guerra, por exemplo, foram transitando para um modo mais diplomático de se resolver os problemas centrais de uma civilização, sugerindo “um controle mais forte das emoções” (Elias, 1994b, p.80).

O controle das emoções em Elias não se refere a um estado de espírito. Não diz respeito a conseguir segurar o riso ou choro, nem tão pouco a raiva ou a alegria. Diz respeito a ações comportamentais mais profundas de uma figuração, a saber, como dormimos, como acordamos, nosso estilo de moradia, nossa vizinhança, como comemos, qual nosso poder de compra etc. Uma boa exemplificação para observar o emprego da análise de rede a partir da teoria

figuracional é no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders* (2000) que será melhor explanado mais adiante.

Então, como parte do objetivo desta seção – de discorrer brevemente alguns apontamentos de Elias no que tange à metodologia empregada em seus escritos, consideramos que a psicogênese é tão pouco observada quanto a sociogênese, mas, está presente nesse ato de compreender o pensamento de uma civilização a longo prazo, o método digressivo capaz de elucidar o princípio de algumas alterações ou as principais mudanças comportamentais ao longo de um século.

No volume II - *O Processo Civilizador: Formação de Estado e Civilização* (1993) Norbert Elias reserva seis seções para tratar da sociogênese. Na primeira parte, ele faz “Uma consideração exploratória da sociogênese do absolutismo”, que é componente da primeira introdução da obra. No primeiro capítulo, o autor discorre na seção IV “Algumas observações sobre a sociogênese das cruzadas”.

Ainda neste capítulo, nas seções VII e VIII pondera “Sobre a sociogênese do feudalismo” e “Sobre a sociogênese da Minnesang e das formas cortesãs de conduta”, respectivamente. No segundo capítulo, Elias fala “Sobre a sociogênese do Estado” e “Sobre a sociogênese do monopólio de tributação”, sendo suas últimas considerações a esse respeito nessa obra.

Nos primeiros apontamentos da sociogênese do absolutismo Elias (1993) nos faz crer que se trata de um estudo das nuances e detalhes de uma transformação estrutural, que em certa medida muda os costumes de uma sociedade. Transformações em estruturas econômicas, mais propriamente ditas, são retratadas nessa obra de maneira a historicizar a formação do Estado a partir de uma análise que só é possível se for feita, segundo Elias, na perspectiva da longa duração⁸.

A realidade é que grande parte do conjunto das obras eliasianas são

⁸ A perspectiva da longa duração é amplamente utilizada por historiadores e de certa forma deu origem ao método historiográfico da Nova História Cultural. Uma melhor observação do método pode ser visto no livro de Peter Burke, *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. No centro desta chamada revolução ou, em certa medida, desse movimento, estão os estudiosos Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie. Outros intelectuais aparecem na Escola dos Annales como Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon, Michel Vovelle, Roland Mousnier e Michel Foucault.

análises de histórias de longa duração, forte característica do autor. O Processo Civilizador: Formação de Estado e Civilização (1993), desvela uma série de narrativas que, a partir da utilização da análise de longo prazo, se permite ver de as transformações sociais de modo ampliado. E, é esse o método da sociogênese, descortinar o objeto até ver o que seria mais próximo da sua semente. Semente ou parte de transição, transformação, para ser mais congruente.

Nesse caso, ao tratar da sociogênese do absolutismo, por exemplo, Elias (1993) analisa os principais mecanismos dessa “transformação estrutural” (p.22), ou seja, ritos de passagem de um *habitus* a outro. Sendo aqui, o *habitus* visto como “uma composição social do indivíduo. Sua identidade nós” (Souza, 2020, p.49), como enfatiza um de seus comentadores.

Alguns dos mecanismos mais importantes que, em fins da Idade Média, foram aumentando o poder da autoridade central de um território podem ser descritos sumariamente neste estágio preliminar. Eles foram, de modo geral, semelhantes em todos os maiores países do Ocidente, e isso pode ser observado com especial clareza no desenvolvimento da monarquia francesa (Elias, 1993, p. 19).

Observa-se que Elias utilizará a França como exemplo para tratar da formação do Estado, e ao abordar os mecanismos evidencia o poder da autoridade central como característica existente na maioria dos países do Ocidente, elegendo, portanto, o poder central como um marco conceitual de análise que o guiará na elaboração de todo o estudo. Outra característica do autor é com relação às indagações feitas ao longo dos escritos. Essas perguntas não são para levantamento de hipóteses como sugere uma tese, servem para uma reflexão a respeito de sua proposta metodológica.

No geral, as perguntas tratam de estruturas, e nesse volume não foi diferente. Elias (1993) questiona: “E que mudança na estrutura da sociedade, dos séculos XV, XVI ou XVII em diante, concede finalmente às autoridades centrais preponderância sobre todas as forças centrífugas e, dessa forma, proporciona aos territórios maior estabilidade?” (p.25).

O questionamento obviamente não é em vão. Trata-se de uma pergunta que justifica tamanha digressão, própria do método do autor, que não se baseará nos séculos XV, XVI, ou XVII, para revelar a formação do Estado, mas, sim, nos séculos VI, VII ou VIII, aliás, ele vai à era medieval. Não obstante, justifica que

observar a partir da formação da França não limita o estudo, porque a categoria utilizada é um mecanismo existente em grande parte dos países ocidentais.

Essa relação que Elias faz em suas obras não limita os pesquisadores de diversos países. O uso desses conceitos configuracionais por outro lado, ajudam pesquisas em praticamente todos os países ocidentais, e talvez em praticamente todos os países orientais também. A questão é sempre a mesma, observar e analisar histórias de longa duração e as transformações civilizacionais de um dado lugar utilizando-se desses marcos conceituais. Em Elias (1993), é fácil se observar os seguintes aspectos: relações de interdependência, poder, motivações, tensões e divisão do trabalho. Logo, é por isso que esta tese se ocupada em analisar os temas prioritários e tensões enfrentadas em defesa desses temas, pela intelectualidade negra brasileira.

Mas voltando para o questionamento supracitado, tratando-se das forças centrífugas as quais Elias (1993) menciona, deve-se buscar compreender que tais forças são exercidas sobre os povos, nações circunvizinhas que possuem “baixo nível de coesão [...] que tendem a desintegrá-los” (p.24). Então, parafraseando tal questionamento chega-se ao seguinte dividendo: Quais mudanças foram observadas entre os séculos XV e XVII que pode fornecer ao pesquisador uma resposta plausível sobre a formação do Estado? Ou quais líderes foram mais fortes que os povos a ponto de modificar uma estrutura entre os séculos XV e XVII?

Parece que Elias (1993) ao tratar da formação do Estado, buscou primeiro compreender, a partir das evidências, o que antecedeu na respectiva configuração. As nuances de uma estrutura anterior a que ele se propõe analisar é que dão as respostas, é justamente no momento de transição de uma para outra que está a sociogênese. E não somente isso, os *habitus* anteriores à transformação é que acabam por revelar o que mudou de uma fase para outra, então não basta observar a cronologia da transformação, mas, também, o processo que configura a cada uma.

O que consta em Elias (1993) é que os processos, inclusive, se repetem. A repetição se dá ao passo da necessidade dos sujeitos envolvidos. O exemplo é de reis e príncipes que têm uma relação de interdependência. “Exceto quando ameaçados por inimigos externos, não mais necessitam do rei [...] Quando dele precisavam como líder militar, o movimento era invertido e o jogo recomeçava,

supondo que o suserano fosse vitorioso na guerra” (p.26). A relação de interdependência também é uma categoria nos estudos das configurações eliasianas. Não há como pensar em civilização pelo prisma de Elias sem entender a interdependência funcional. E é disso que se trata esse exemplo que continua.

Neste caso, graças ao poder e a ameaça que emanavam de sua espada, ele recuperava o controle real sobre todo o território e podia redistribuí-lo novamente. Esse foi um dos processos que se repetiram no desenvolvimento da sociedade ocidental em começos da Idade Média, às vezes, em forma algo modificada, em períodos posteriores. Exemplos desses processos ainda hoje se encontram fora da Europa, em regiões nas quais vigora uma estrutura social semelhante (Elias, 1993, p.26/27)

Acontece que as relações sociais não são apenas interpessoais, para Elias, elas são interdependentes funcionalmente. Ou seja, ao visualizar essa interdependência em longo prazo podem-se conferir as nuances do processo civilizatório. Obviamente, algumas pesquisas que tratam do processo civilizacional através da sociogênese tomam como metodologia secundária outros aportes, como análise do discurso, análise de conteúdo, história oral, e não há demérito nisso. Fato, é que a sociogênese em si é usada como método por Norbert Elias, como estou analisando neste trabalho.

Exemplo do uso da sociogênese como método é encontrada na digressão realizada pelo autor para remontar o surgimento do Estado. Ainda tratando da categoria poder o que ele chama de “centro social de gravidade” (Elias, 1993, p. 32) e de como se movia na Alemanha, consolidando Estados territoriais e tecendo uma trama a ponto de gerar em torno de si um grande império – o Império Romano, que por sua vez, estava tão consolidado que se dava ao luxo de “ceder lugar à restauração da autoridade central e à lenta reintegração de regiões cada vez mais extensas em torno de um único centro” (Elias, 1993, p.32). Elias (1993) aponta que deve-se observar essa reintegração e restauração dessa estrutura como o ponto de partida do absolutismo e, por sua vez, dos Estados modernos.

A cena dessa desintegração radical deve ser vista como, de certa maneira o ponto de partida, se queremos compreender como áreas menores se aglutinaram para formar uma unidade mais forte e através de que processos sociais se constituíram os órgãos centrais das unidades mais amplas de governo, que designamos pelo conceito de ‘absolutismo’ – a máquina de governo que forma o esqueleto dos

Então, é perceptível o uso da digressão para se chegar ao ponto conclusivo de sua fala. Elias (1993) faz essa dissecação para remontar a sociogênese do feudalismo, das cruzadas, das formas cortesãs de conduta e de tudo mais que se propôs a desvelar. Esse desvelar também está atrelado a outras categorias, as motivações e tensões.

Ao levantar os questionamentos próprios de seu estilo de escrita Elias (1993) revela que nosso olhar deve estar treinado para além das transições e mudanças das estruturas. Ele reitera que “[...] a questão histórica decisiva é o motivo por que mudam as instituições, e, também, a conduta e a constituição afetiva de pessoas, e por que mudam dessa maneira particular [...]” (Elias, 1993, p.37).

A crítica eliasiana é que enquanto pesquisadores não devemos estagnar nossos olhares para o fato de que as mudanças ocorrem e ponto, “Quando pesquisamos processos sociais, temos que examinar a rede de relacionamentos humanos, a própria sociedade, a fim de identificar as compulsões que as conservam em movimento” (Elias, 1993, p.38). Ou seja, como dito anteriormente, precisamos examinar o processo de estruturação, e esse processo se dá por interdependências funcionais humanas.

Vejam que as compulsões são molas propulsoras que mantêm em movimento os processos sociais, logo, é uma categoria de análise da sociogênese a qual muito embora nas ciências humanas devamos tratar dessas relações, terminamos por objetivar os sujeitos, quando não os transformamos em números, “rompemos” com a interdependência ao fim das pesquisas.

Em todo caso, não são só as motivações ou compulsões de que se trata. As tensões também estão volta e meia presentes nas categorias de análise eliasiana. Na obra em questão, Elias (1993) rememora o fato de que os conflitos também são combustíveis geradores de estruturas.

Nesse sentido, ao tratar da sociogênese das Cruzadas Elias (1993) defende que as tensões são oriundas do desejo, ou seja, das próprias compulsões. No caso das Cruzadas, o desejo por terras, almas, entre outras coisas, por parte da Igreja. A priori, o autor faz a retrospectiva própria ao método para elucidar a transição que deu origem às Cruzadas. Feito isso, ele afirma: “Não há razão para supor que, sem a orientação da Igreja e os laços religiosos

com a Terra Santa, a expansão tivesse se orientado exatamente para essa região” (Elias, 1993, p. 43).

Elias (1993) usa dessa fala para reafirmar que sem as pressões exercidas pela Igreja, talvez as Cruzadas não tomassem os rumos que tomaram. Em seguida, ele completa: “Nota-se que as tensões na sociedade não se manifestavam apenas no desejo de terra e pão. Na verdade, exerciam pressão mental sobre todas as pessoas. A pressão social forneceu a força motivadora, mais ou menos como um gerador fornece energia elétrica. Pôs pessoas em movimento” (Elias, 1993, p. 44). E, é isso que observa-se em uma rede, tal qual se apresenta nesta tese.

A realidade daquele contexto deu a Elias (1993) séculos depois, uma visão ampla das interdependências que transformaram uma estrutura, dado ao fato de que as Cruzadas deram forma e razão para a colonização no Ocidente. Quer dizer, fez parte da formação do Estado tanto na França como em outros países da Europa.

Compreendendo, portanto, que as relações de interdependência provocam mudanças nas estruturas, vou elencar outro marco conceitual bastante utilizado por Elias (1993). Trata-se da divisão do trabalho, o que sugere uma ação humana crucial para a sociogênese. Ora, as relações no que tange à segmentação laboral são amplamente estudadas por vários sociólogos, inclusive, que antecederam Norbert Elias. E, no entanto, a classificação dos ofícios nos tomos eliasianos confere o mesmo caráter das demais categorias aqui levantadas. Relação de interdependência que analisada em longa duração, aponta processos de mudanças civilizacionais.

A sociogênese é, portanto, uma espécie de análise de transição que imprime uma mudança social, a partir de comportamentos e *habitus* ativos ou passivos na estrutura ou configuração. Sua característica mais intrigante é que em momento algum de sua obra Elias (1993) aponta com precisão a sociogênese do que se propõe. Em nenhum momento é visto a imperativa: - Aqui se deu a sociogênese de... Isso é o que talvez provoque algumas críticas e quiçá desestímulos aos pesquisadores iniciantes. Portanto, para os desatentos o método da sociogênese é um veneno, que, ou mata ou vira antídoto.

Como observado no quadro 1, o livro “*Os Estabelecidos e os Outsiders*” (2000) não contém a utilização dos conceitos de sociogênese e psicogênese de

forma direta. No entanto, não podemos deixar de mencionar que o método empregado na pesquisa de Elias e Scotson (2000), há uma forte análise da estrutura da comunidade de Winston Parva e do comportamento dos moradores, e o que é isto, se não uma análise psicossociogenética?

Além disso, pode-se aferir neste livro o emprego da teoria figuracional. Neste aspecto, o conteúdo apresentado serve e muito para a compreensão de uma análise de rede nos moldes eliasianos. O modo como é exposto o comportamento dos moradores da comunidade em questão, acentua a importância do método empregado – observação, entrevistas, análise das relações de interdependência, relações hierarquizadas e, ainda, uma forte análise sobre a estigmatização do grupo estabelecido sobre o outro, assim como o exame do comportamento *outsider*. Observa-se isso no seguinte trecho:

[...] fazia-se necessária uma abordagem figuracional. Atualmente, há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classifica-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo. (Elias; Scotson, 2000, p. 23)

Em outras palavras, os autores validam a análise de rede como essencial para análise figuracional, ora, a análise de rede é exatamente a busca pela compreensão do formato, ou seja, da estrutura de um determinado grupo. Como esse grupo se concebe enquanto relações de aproximação e distanciamento entre si e com outros grupos em potencial. Além do mais, o método da análise de redes revela o grau de proximidade entre os participantes do grupo, sendo forte ou fraco.

Fora as questões metodológicas, e de ordem teórica, o próprio conceito de Estabelecido e *Outsider* promove um debate que muito interessa a esta pesquisa. Pois, acreditamos que diante da figuração que nos debruçamos - o rol acadêmico científico, há uma forte relação entre estabelecidos e *outsiders*. O que caracteriza razoavelmente os dois tipos sociais é a analogia entre ser de um grupo constituinte ou de um grupo subjugado.

Portanto, para mim, a semelhança é gritante. Uma vez que, a figuração acadêmica tem em sua estrutura indivíduos que praticamente nascem com o

fácil acesso à mesma, devido a uma certa tradição familiar, e aqueles que a duras penas adentram no mundo da pesquisa. Isso ocorre pelo fato de entender que o ambiente científico não é alcançado pela maioria da população brasileira, como já identificado na origem da rede objeto desta tese.

Pelo olhar da Análise de Redes Sociais (Capra, 2008), identifiquei essa relação através da visualização dos pontos centrais, aos quais a rede tem mais relações de interdependência e aproximação. Em contrapartida, os pontos mais periféricos, distantes uns dos outros com pouca relação entre os participantes da rede, podem ser considerados *outsiders*.

Outra analogia pode ser feita a partir de uma segunda característica da relação entre estabelecidos e *outsiders*. Trata-se da questão espaço-tempo. Entende-se que os estabelecidos são os mais antigos naquela figuração, enquanto os *outsiders* chegaram depois. Por conseguinte, o sentimento de pertença, ou identitário dos grupos se baseia no tempo ocupado no espaço geográfico.

Esta discussão é extremamente atual tanto nas universidades, quanto no Superior Tribunal Federal, que em 2023 prevê votação sob a tese do marco temporal. Que é uma espécie de solicitação de comprovação de habitação indígena, em terras originárias, antes de 1988. Em suma, e do ponto de vista espaço-tempo eliasiano, é descabida essa solicitação de conferência entre quem são os estabelecidos, e quem são os verdadeiros *outsiders* do Brasil, já que indígenas e originários são sinônimos.

Logo, sendo antecessores a qualquer forma de estrutura estatal ocidental até 1500 d.C., são os indígenas, proprietários de toda superfície terrestre brasileira, as quais puseram as plantas dos pés. No entanto, diante da colonialidade do poder, já mencionado, a prática revela que devido a apropriação regida pelos colonizadores, a pirâmide social continua com a ponta para cima, no topo, pessoas brancas de classe alta e, na base, a grande maioria negra e periférica. Os indígenas nem aparecem nessa pirâmide social, que é baseada no mundo do trabalho, num Brasil escravocrata e capitalista.

Na figuração sob análise nesta tese, sabe-se que historicamente é um espaço de indivíduos brancos, com forte inclinação teórica europeia, heteronormativo, positivista, carregado de discriminações, o que podemos chamar também de colonialidade do poder. Destarte, há estudos e teóricos que

andam antagonicamente ao pensamento eurocêntrico, como tento fazer neste momento.

O convexo nas pesquisas científicas é, por assim dizer, a base dos *outsiders* em análise, já que estes exploram temas e intelectuais que entraram depois no rol de estudos científicos distinguindo, portanto, o que já foi mencionado nesta pesquisa como mesa de bilhar, onde as bolas de diferentes cores são as linhas de pensamento de cada participante.

Os estabelecidos e os *outsiders* de Winston Parva, - exemplo fictício de Elias e Scottson (2000), não diferem tanto por assim dizer, dos componentes da figuração acadêmica, principalmente com base na sua caracterização espaço temporal e estigmatização dos *outsiders* do pensamento científico.

Todos sabem que a inserção dos marginalizados nas universidades brasileiras se deu por uma forçosa ação política, e os estudos de teóricos outrora estigmatizados quase nunca fazem parte do currículo nos cursos de graduação e pós-graduação, o que postula a perpetuação da invisibilidade das vozes subalternizadas.

Contudo, na contramão do eurocentrismo, existem estudos decoloniais, afrocêntricos e afrodiaspóricos, que têm como base teórica autores e estudiosos que instigam o pensamento identitário daqueles que buscam desbravar outras trilhas do conhecimento.

Nesse contexto, o conceito de figuração também é encontrado no livro *Introdução à Sociologia* (Elias, 2008) e, quando observa-se o quadro 1, da forma aqui exposta, constata-se que nessa obra há também o uso dos conceitos de sociogênese e psicogênese. Entretanto, *Introdução à Sociologia* não se parece com outros livros sobre a matéria.

Isto se dá pela dinâmica do autor de sempre tenta lembrar de que sendo a sociologia uma disciplina que estuda a sociedade não há como estudá-la sem tratar dos indivíduos singulares. Ou seja, a posição sócio-histórica de Elias quanto ao uso da sociologia, transpassa teorias focadas nos grupos sociais e critica autores como Marx, Weber e Parsons, como aponta Bendix no prefácio da obra à edição inglesa.

No que tange o conceito de figuração ou configuração (a depender da tradução) – Elias (2008) explica com densidade, porém, com simplicidade, que não há como estudar a sociedade sem pensar nas relações de interdependência

e nas singularidades das relações de poder impostas entre os indivíduos. Quanto a esses aspectos, pode-se observar no seguinte trecho:

Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas acções são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: «O jogo hoje a noite está muito lento!». Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objectivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das acções de um grupo de indivíduos interdependentes. Mostrámos que o decurso do jogo é relativamente autónomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. (Elias, 2008, p.142)

Logo, se é evidente que a figuração acadêmica é racista, por exemplo, não se diz apenas da sua arquitetura, - que também possui características neorracistas (Moore, 2012), mas, principalmente, das pessoas que compõem a figuração, certos de que a estrutura desta é humana singular e grupal. Sendo assim, voltando a pensar nos sujeitos estabelecidos e *outsiders* da rede, se um grupo é racista o outro é antirracista, já que são antagônicos e subsidiam relações de poder.

Ao tratar da sociogênese e psicogênese nesse livro em questão, Elias (2008) está falando justamente disso. Do estudo empírico que ressalte o pensamento, comportamento, e mudanças na estrutura da figuração, que para o autor é negligenciado por muitos estudiosos, ou seja:

Daqui decorre que esta evolução social do discurso e do pensamento, sobre as forças compulsivas dos processos naturais, tenha sido negligenciada como tema de investigação sociológica. A concepção filosófica de um conhecimento científico estático, considerado como forma de conhecimento «eternamente humana», impediu quase completamente qualquer investigação sobre a sociogênese e a psicogênese do vocabulário científico e sobre modos de discurso ou de pensamento. (Elias, 2008, p.19)

De fato, as “forças compulsivas dos processos naturais” (Elias, 2008, p.19), ou, como no caso em tela, as tensões, que de forma natural ocorre nas relações interpessoais, podem ter sido negligenciadas durante muito tempo em estudos acadêmicos, sobretudo no que tange as tensões nas relações étnico-raciais. Isso é observado, por exemplo, com as rejeições, ou, resistência as vertentes decoloniais de estudo.

No entanto, só investigações deste tipo nos colocarão no caminho certo, que nos permite explicar esta reorientação da experiência e do pensamento humanos. O problema é geralmente minimizado mesmo

antes de ser colocado pois é visto como «Um assunto meramente histórico», oposto aos chamados Problemas de teoria sistemática. Mas esta distinção constitui em si mesma uma ilustração de como é inadequada a utilização de modelos vindos das ciências naturais na interpretação de processos sociais a longo prazo, em que se inclui a «cientifização» do pensamento (Elias, 2008, p. 20)

Muito embora, como de costume, Elias não deixe explícito que a sociogênese e a psicogênese sejam um método, evidencia que sem o uso destes não é possível estudar a sociedade. Pois, tanto o comportamento quanto as oscilações grupais são o que designam as características societárias.

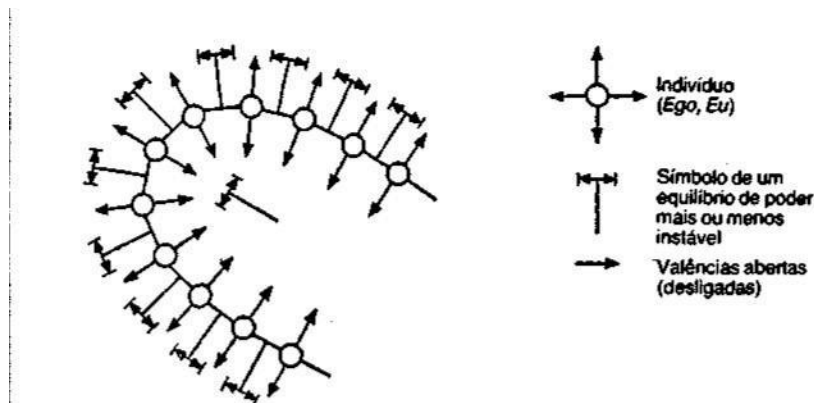
No texto original de *Introdução à Sociologia*, publicado em 1970, Elias já clama por uma inovação nos estudos sociológicos, capazes de ressignificar a capacidade crítica de pesquisadores e interessados nos resultados destas pesquisas.

Correspondentemente a estas deficiências na investigação de processos de desenvolvimento social a longo termo, ainda nos falta a compreensão geral de uma reorientação a longo prazo da linguagem e do pensamento nas sociedades europeias, nas quais o aparecimento das ciências naturais desempenharia um papel central. Tal compreensão é essencial se pretendemos obter uma visão mais clara e nítida das transformações operadas. Também facilitaria muito se as pessoas compreendessem que a sociologia atingiu actualmente um novo nível de experiência e de consciencialização. Com o constante feedback do volume sempre crescente de investigação empírica **[como alocado nesta tese]**, podemos detectar muitos modelos de conhecimento e pensamento e podemos também, à medida que o tempo passa, colocar no devido lugar outros instrumentos de linguagem e de pensamento mais adequados à investigação científica das representações sociais. (Elias, 2008, p.20) **[grifo nosso]**

A cada página na leitura desta obra, identifico o carácter inovador e interdisciplinar dos estudos eliasianos. Suas pretensões vão além da teorização ou conceituação, ele exprime, em linhas gerais, modelos de observação, ou seja, métodos de análise capazes de transpor e dialogar com o contexto de cada pesquisador.

Nesse sentido, apesar de eu falar de métodos e metodologia neste capítulo da tese, não posso comentar sobre o livro *Introdução à Sociologia* sem mencionar o modelo de sociedade proposto por Elias (2008). Aliás, é neste modelo de sociedade proposto por ele que identificou, sobremaneira, as semelhanças visuais, para além das características conceituais da análise de rede. Elias (2008) propõe um modelo de sociedade baseado nas interdependências que rompe com o modelo egocêntrico funcionalista, como apresentado na figura seguinte.

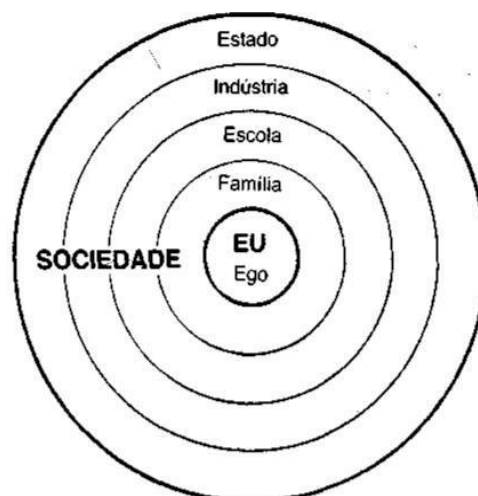
Figura 1 – Modelo eliasiano de sociedade



Fonte 1: (Eliá, 2008. p. 15)

Desse modo, enquanto na figura 1 observo a disposição em troca do modelo interdependente funcional de Elias (2008), na figura 2, o centro é o indivíduo e coexiste entre ser eu e habitar o nós. A principal diferença entre os dois modelos, é que na figura 1 o eu é também o nós, representado por uma seta indicando dois caminhos, o que ele chama de equilíbrio de poder mais ou menos instável, e valências abertas desligadas, representadas por setas indicando várias possibilidades de ligação.

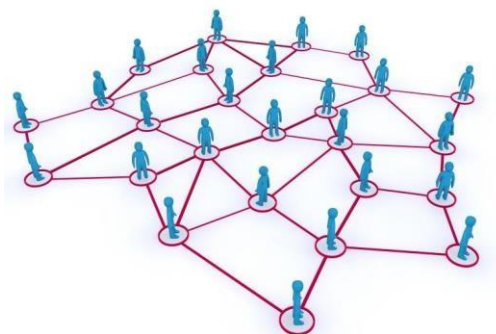
Figura 2: Modelo funcionalista de sociedade



Fonte 2: (Eliás, 2008. p.14)

Após verificar as diferenças entre as figuras 1 e 2 de modelos de sociedade propostos por Elias (2008), posso comparar, facilmente, com um exemplo elementar de rede social, disponível na figura 3.

Figura 3: Exemplo elementar de rede em ARS



Fonte 3: (Oliveira, 2015)

Como se observa, entre a figura 1 e 3, é tácita a semelhança tanto pelas ligações entre os pontos, quanto pela síntese da relação de interdependência funcional entre os nós, pois, embora os indivíduos habitem em pontos distintos, eles estão interligados por uma rede de interdependência.

Tratando do modelo de sociedade proposto por Elias (2008) posso constatar as semelhanças visuais e de conceitos com relação à análise de redes sociais. O avanço entre o que Elias (2008) propõe como modelo de sociedade e a análise de redes sociais está na identificação dos sujeitos existentes na figuração ou rede, neste exemplar, Elias (2008) chama de teia.

Sem sombra de dúvidas, a psicossociogênese e a análise de redes sociais são colaborativas nesta tese. A junção teórico-metodológica proposta imprime a este estudo um caráter inovador em educação que a meu ver concretiza em certa medida o que Norbert Elias esperava de seus sucessores – a promoção do debate sobre a união das perspectivas metodológicas, pondo fim em uma possível rixa entre os métodos histórico e o sociológico em pesquisas, além de incumbir aos eliasianos uma tarefa importante, dar mais atenção aos processos biológicos simbioticamente atrelados aos processos sociais, talvez, por isso, o sucesso do intelectual entre os professores de Sociologia do Esporte, conhecido como o grupo da Unicamp (1996).

As pesquisas psicossociogenéticas estão mais atreladas ao campo da saúde, principalmente no campo psicossocial e das psicopatologias (Nassif, 2005) (Sevalho; Dias, 2022). Dentre os 32 conteúdos encontrados no campo de busca da Google, apenas este estudo em tela tem como proposta o uso da psicossociogênese, primeiro, como uma sugestão teórico-metodológica, segundo, como conceito em pesquisas em educação e, terceiro, grafada em uma única palavra no português. O mesmo ocorre quando procurada no grifo em inglês *psychosociogenesis*, espanhol *psicosociogénesis* e alemão *psychosozio-genese*, língua materna de Norbert Elias.

Esta queixa do intelectual aos moldes de pesquisas se faz mais evidente no livro *Envolvimento e Alienação* (1998), reparem:

A confecção de instrumentos pressupõe constituição cerebral muito específica, não podendo, de modo algum, ser considerada acontecimento do aqui e agora. Não resultou de súbita iluminação de um de nossos ancestrais hominídeos que, de repente, descobriu a utilidade de uma pedra, polida e arredondada pela água corrente, enquanto míssil balístico com o qual podia matar ou ferir e enfraquecer o animal desejado como alimento. A transição para o uso de artefatos feitos pelo homem como instrumentos e seu gradual aprimoramento resultaram, nos tempos primitivos, da articulação e da mistura de dois tipos distintos de processo: um biológico e outro social.[...] O processo biológico nessa fase, entretanto, outra vez com toda a certeza, entrelaçou-se e misturou-se com o processo social de aprendizado do conhecimento que, nesse momento, deve ter sido igualmente lento. É uma das características dos níveis primitivos de desenvolvimento do conhecimento humano, o fato de que os aspectos biológicos e sociais do processo de crescimento não possam ser claramente separados. (Elias, 1998, p. 51).

O trecho acima é mais um que confirma a necessidade da junção entre sociogênese e psicogênese em processos de longa duração, sem a preocupação com a relação causa e efeito, ou mais imediatista do contexto de cada pesquisador.

Outros aspectos do uso da psicossociogênese como conceito, oriundos desta obra *Introdução à Sociologia*, farão parte do capítulo seguinte desta tese. Aqui, no que cerne o método, seria redundante continuar. Apesar disso, posso deixar algumas pistas do que esta obra representará mais a frente: auxiliará na compreensão da psicossociogênese da estigmatização dos povos afrodescendentes, além do entendimento da ambivalência entre discurso e

poder, seus usos e mutações ao longo do processo de inserção do povo negro na atmosfera intelectual, deixando de ser objeto de estudo para ser pesquisador. Dada a maneira como historicamente o indivíduo foi apresentado ao universo acadêmico, entendo que durante o processo houve uma reeducação com relação aos comportamentos e relações de interdependências, mas essa reeducação não aconteceu exatamente com o pensamento. Prova disso é o próprio currículo dos cursos de graduação e pós-graduação do Brasil. Há uma perpetuação de determinadas perspectivas teóricas.

Um exemplo dos primeiros aparecimentos de pessoas negras em estudos científicos é o caso da Sarah Bartmann, que teve sua história contada pelo cineasta Abdellatif Kechiche no filme *A Vênus Negra* (2010). “O filme começa contando a história do final, quando a genitália da Vênus, guardada em um vidro, e seu molde em gesso são apresentados numa conferência científica em Paris, 1815.” (Gusmão, 2014, p.2).

É a partir de histórias reais como a de Sarah Bartmann, que pode-se pensar na reeducação dos estabelecidos com o ingresso dos *outsiders* nas instituições científicas. Ou melhor, que mudanças comportamentais foram necessárias para que uma primeira geração de negros adentrassem no mundo acadêmico sem que estivessem esquartejados e dentro de um vidro?

O repertório completo de padrões sociais de auto-regulação que o indivíduo tem que desenvolver dentro de si, ao crescer e se transformar num indivíduo único, é específico de cada geração e, por conseguinte, num sentido mais amplo, específico de cada sociedade. Meu trabalho sobre o processo civilizador, portanto, mostrou-me com muita clareza que algo que não despertava vergonha num século anterior podia ser vergonhoso num século posterior e vice-versa. Tinha plena consciência de que também eram possíveis os movimentos no sentido oposto. Mas, qualquer que fosse a direção, a evidência da mudança deixava claro a que ponto cada pessoa era influenciada, em seu desenvolvimento, pela posição em que ingressava no fluxo do processo social. (Elias, 1994a, p.8)

O que entendo como a “autorregulação” colocada por Elias (1994a), neste caso, trata-se das idas e vindas dos comportamentos sociais. Neste capítulo não abordaremos com ênfase a questão da educação e reeducação das relações interdependentes da figuração acadêmica brasileira. Mas, para fechar a ideia de como extrair a mudança do processo, observo o forte impacto desse fluxo a que Elias (1994a) se refere na produção do conhecimento imposta sutilmente aos

corpos negros colonizados, de modo que forçosamente todos estão a cada dia escravos de um sistema – por exemplo, a meritocracia. Pensar em escalada social pelo mérito e não pensar em equidade, é uma violência.

Um outro livro de Elias que explica a sociogênese da violência ou das tensões, é *A Busca da Excitação* (Elias; Dunning, 1992). Mais uma vez uma obra que faz refletir filosoficamente, para além da sociologia e biologia envolvidas. A conceituação em Elias e Dunning (1992) é totalmente ligada à teoria figuracional e dos processos civilizacionais e, em certa medida, contém um próprio estilo de digressão, baseada tanto nos documentos históricos quanto na própria mudança a longo prazo do comportamento social.

Este é sem dúvida um livro que não me aprofundarei neste capítulo, é deste exemplar de Elias e Dunning (1992) que farei basilar para o capítulo IV, onde trataremos sobre a psicossociogênese e sociolinguística da difusão do debate étnico-racial nas universidades brasileiras.

A Sociedade dos Indivíduos (1994a), obra já citada aqui para exemplificar o porquê das mudanças sociais de geração em geração, faz uma análise psicossociogenética, pois trata de autoconsciência e imagem, da individualização no processo social e principalmente pelo trato com o Nós-Eu, que para mim é a chave para o entendimento dos nós na análise de rede.

A relação Nós-Eu apontada por Elias (1994a) está intrinsecamente ligada à figuração ou rede, por sinal, neste livro, Elias compara a figuração a uma rede, justamente por entender essa interligação natural e interdependente que são as sociedades. Portanto, não se pode esperar das obras eliasianas uma separação do Nós e do Eu, nem tampouco que ele analise a sociedade sem antes vincular as individualidades e os contextos históricos. Observem:

Não existe um grau zero da vinculabilidade social do indivíduo, um "começo" ou ruptura nítida em que ele ingresse na sociedade como que vindo de fora, como um ser não afetado pela rede, e então comece a se vincular a outros seres humanos. Ao contrário, assim como os pais são necessários para trazer um filho ao mundo, assim como a mãe nutre o filho, primeiro com seu sangue e depois com o alimento vindo de seu corpo, o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele, quer ele esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho, quer trabalhe ativamente numa grande cidade, ou

seja, um naufrago numa ilha a mil milhas de sua sociedade. Também Robinson Crusoe traz a marca de uma sociedade específica, de uma nação e uma classe específicas. Isolado em sua ilha de todas as relações que tinha com elas, ele se conduz, deseja e faz planos segundo os padrões delas, e assim exhibe comportamentos desejos e projetos diferentes dos de Sexta-Feira, por mais que os dois, se adaptem um ao outro em virtude de sua nova situação. (Elias, 1994a, p.31)

A partir deste trecho, consigo enxergar a matemática simples do pensamento sociológico eliasiano. O Nós está contido no Eu historicamente e o Eu tem representatividade no Nós a partir do momento que cresce e se desenvolve na rede, através dos processos civilizacionais impostos pela figuração em que vive, pela falta de grau zero das relações interdependentes, é impossível analisar o Eu sem compreender o Nós e vice e versa. Neste sentido, o Eu sendo a psicogênese, e o Nós a sociogênese. Contudo, por que Norbert Elias não cunhou ambos os conceitos, numa elaboração grafada, como única palavra?

Claramente, o uso desta obra será mais bem colocado no quarto capítulo, onde tratarei do *habitus*, da opinião pública e das pulsões aludidas pelo pensamento eliasiano. Onde abordarei, através dessa tríade, as mudanças comportamentais inscritas no uso da língua portuguesa. Através de perguntas que possibilitem a observação dessas mutações, por exemplo: Como a apropriação linguística beneficiou a tessitura da rede de intelectuais negros/as? Quais outras táticas foram impostas à sobrevivência? São essas algumas das questões que respondidas preencherão o quarto capítulo desta tese, ao passo que explica a importância da relação Nós-Eu na opinião pública da intelectualidade afro-brasileira.

No livro Os Alemães, é onde Elias (1997), a meu ver, realmente aponta a sociogênese e psicogênese como método com fundamentação sócio-histórica. Observamos isso na leitura do capítulo II “Uma digressão sobre o nacionalismo”. Um capítulo histórico onde o método aplicado nos remete de imediato aos tomos do Processo Civilizador I e II. Tenho esta impressão por um motivo, a palavra digressão do título do capítulo poderia ser substituída pelo conceito de sociogênese com facilidade.

No decorrer da leitura, compreendo que Elias (1997) está falando de aspectos que levaram a transformações comportamentais, portanto, além de sociogênese encontra-se uma observação psicogenética. O modo como Elias

escreve, com profundidade e leveza, é que de certo modo “ludibria” o leitor desatento, pois, sua escrita é também historiográfica, porquanto, no geral, as evidências utilizadas pelo teórico são arquivos e documentos que retratam o contexto da escrita.

Os cinco aspectos que levam as transformações sociais, segundo Elias (1997) são: 1) as mudanças na economia; 2) os movimentos emancipatórios; 3) mudanças na governabilidade; 4) mudanças nas relações de poder entre estabelecidos e *outsiders*; 5) e as consequências não planejadas oriundas das mudanças de poder juntamente com uma mudança na formação da consciência.

Toda figuração passa por algum ou por todos esses processos mencionados, como essas ações afetam as redes de interdependência vai depender do contexto histórico que essa sociedade lida com os problemas. E é justamente esta a proposta desta tese, averiguar como alguns dos aspectos supracitados interferiram nas transformações sociais da figuração acadêmica brasileira, sobretudo, a respeito do discurso étnico-racial. Assim, as fontes históricas desta tese serão os artigos científicos publicados em várias edições da COPENE e as evidências das redes.

Por enquanto, o livro *Os Alemães* (1997) também auxiliará no entendimento de cunho identitário dos personagens envolvidos na figuração acadêmica. É a partir da compreensão da influência dos processos civilizacionais no *habitus*, nas opiniões e controle das pulsões que esse entendimento é possível. Elias (1997) descreve a identidade alemã por esses aspectos, evidenciado, por exemplo, no capítulo três, quando discorre sobre o declínio do monopólio e a violência na República de Weimar.

Não é estranho tratar a questão da violência nos processos civilizacionais, na verdade, as sociedades passaram a agir com violência sobre as outras, porque, internamente, dentro dessas sociedades, já havia uma ação violenta intrínseca. Em *A Busca da Excitação*, quando Elias e Dunning (1992) trazem a gênese do desporto, fica compreensível como a longo prazo as disputas entre grupos ou até mesmo os duelos, ou seja, a ação violenta entre rivais passou a ser controlada pelo Estado, caracterizando a violência como um típico aspecto de transformação social, seja ela controlada ou não. Um dos destaques dessa obra é o fenômeno dos hooligans, quando os autores tratam da sociogênese da

violência no futebol na Grã-Bretanha.

Neste sentido, avalio *Os Alemães* (1997) como obra que atualiza o próprio método eliasiano, abrindo caminho para compreensão de sua abordagem em sociedades mais contemporâneas a nosso tempo. E mais uma vez, é um livro que traz mais luz ao entendimento do habitus atrelados a aspectos de violência.

Já a respeito do livro *Teoria Simbólica* (1994c) posso dizer que eleva todo o entendimento teórico e metodológico de Norbert Elias a um patamar extremamente filosófico e ainda assim, de fácil compreensão. Para mim, é neste exemplar que Elias (1994c) exprime suas intenções filosóficas mais profundas, acredito que a compreensão de psicogênese a partir desta leitura facilita a apreensão de todos os outros exemplares do autor.

Percebo que *Teoria Simbólica* (1994c) transpõe impressões no que tange a capacidade humana de formação dos símbolos, pois trata do ensino e aprendizagem empíricos das sociedades e suas formas mais naturais de construção de uma rede de interdependência, primordialmente estruturadas, após acesso do indivíduo aos símbolos daquela sociedade específica e sua decodificação. A teoria simbólica é, portanto, a quinta dimensão do espaço-tempo. Sua subjetivação está atrelada ao campo imagético, mas, torna-se “tangível” ou materializa-se de acordo com o repasse dos códigos, através da linguagem.

A linguagem falada e escrita não é exatamente tangível, mas, materializa formas de violência verbal, por exemplo. Neste aspecto, o que preocupa Elias (1994c) é o fato de o símbolo ser o que ele representa e não o que ele causa. A formação dos símbolos está intimamente ligada ao desenvolvimento social ou processo civilizacional de um determinado período histórico.

Desse modo, sendo a linguagem violenta, uma transmissão possível entre grupos de uma mesma sociedade, avalia-se que o tipo de transmissão afeta diretamente o repasse da mensagem, além do conteúdo transmitido, obviamente. Por esse motivo, farei mais adiante, uma análise sociolinguística, uma apreciação do comportamento do discurso nos artigos científicos selecionados, mais precisamente no quarto capítulo.

É através da avaliação do processo de elaboração de uma corrente de ideias transpassadas na rede, que traçarei uma psicossociogênese das tensões nos discursos étnico-raciais. Por isso minha observação quanto a Teoria

Simbólica (1994c) ser o livro que Elias exprime suas intenções filosóficas mais profundas e, não só isso, exprime o mais próximo do grau zero à psicogênese e a sociogênese da relação de interdependência inerentes às figurações, porquanto, a língua, segundo Elias (1994c) “[...] nos torna inteiramente dependentes dela para que sejamos reconhecidos como humanos, partes integrantes de um todo” (p.23).

Sendo assim, se eu pudesse inverter a cronologia da escrita deste autor, começaria por esta obra, que é o amadurecimento da primazia dos aspectos que provocam mudanças nos processos civilizacionais, este acontece nos primeiros anos de vida de cada indivíduo – que é o acesso da língua falada. Este acesso é que viabiliza toda permeabilização dos outros aspectos de mudança, seja econômico, de relação de poder ou de mudanças não planejadas.

É também a partir da compreensão de identidade através da língua falada por um povo, que se consegue identificar rupturas, continuidades e as tensões culturais de uma sociedade. Desta feita, todos os outros agentes que provocam transformações sociais vão se desvelando, como sugere a sociogênese do conceito de cultura e civilização, por exemplo (Elias,1994b). O modo que os conceitos são empregados dizem muito sobre eles, revelam uma carga histórica impregnada de significação.

O entendimento coletivo de um conceito transpassa o caráter de fato social da língua. Os componentes de uma figuração ou rede obrigatoriamente dependem da comunicação oral ou escrita de uma mesma língua para fazerem parte do todo. Mais um motivo, para que eu insista na prepotente suposição de que Teoria Simbólica (Elias, 1994c) deveria ser o primeiro manuscrito a ser estudado pelos entusiastas eliasianos.

Como está evidente, para toda obra que Norbert Elias usa ou contextualiza os conceitos de sociogênese e psicogênese, tem uma seção desta tese resignada a utilizar teoria e método usando como objeto de estudo a figuração acadêmica e a tessitura de uma rede de intelectuais negros/as. Logo, não seria diferente com Teoria Simbólica (1994c), que a meu ver está atrelada ao uso da língua como ferramenta de uma disputa; ou seja, é tanto uma tecnologia de guerra e de manipulação de massas, quanto um artifício de integração e legitimação dos indivíduos que compõem a figuração, como estou tratando nesta tese a ideia de uma rede de pesquisadores/as negros/as, como fizeram e fazem

o uso da linguagem para suplantar as desigualdades sociais, políticas, econômicas e, no caso em particular, as desigualdades acadêmicas e científicas.

Compreender o uso social da linguagem acadêmica, politicamente correta, frente às variações da língua portuguesa, como sugere Gonzalez (2019) e o uso do pretuguês, por exemplo, justifica a hipótese de que existem tensões entre estabelecidos e *outsiders* através do discurso na figuração analisada. Não obstante falando a mesma língua, percebe-se que não só as palavras fazem com que os indivíduos se entendam, mas, principalmente, a corrente de ideias as quais estão entrelaçados na rede, igualmente sejam compreensíveis.

Indubitavelmente, a linguagem é a primeira forma de interação entre os sujeitos. Não só os códigos gerados pela língua, mas, também, os sinais que ela exprime. Como em cada figuração familiar os sinais e códigos são passados de maneira diferente, a importância do acesso ao mais alto grau de decodificação também é tratada de maneira diferente. O que tento dizer aqui é que, para algumas pessoas da figuração acadêmica, os códigos e sinais de acesso foram perpassados de geração para geração, através de outras redes acessíveis a este, enquanto para outros indivíduos, os códigos chegaram tardiamente no processo de adesão de conhecimento, inviabilizando o acesso de geração para geração, caracterizando estes últimos como os sujeitos *outsiders* da rede científica intelectual, objeto de análise desta tese.

Por outro lado, só o fator 'acesso a linguagem' não delimita o conceito de *outsiders*, mas, levando em conta que a linguagem acadêmica é um tanto mais específica do que o português falado socialmente, que até mesmo a língua portuguesa, não era falada e compreendida por todos os membros da figuração Brasil colônia, instiga o pensamento de que se os membros marginalizados da figuração falassem outras línguas em comum que não fosse o português, e não fossem impedidos de fazê-lo, poderiam ter tecido uma rede de interdependência tão forte quanto a dos estabelecidos.

Por hipótese, quando a maioria da figuração no início do século XX já usava a língua portuguesa como padrão, gradativamente, os *outsiders* do uso desta linguagem politicamente correta começaram a se mobilizar imbuídos por um instinto de sobrevivência, experimentaram o uso da linguagem e até mesmo a compreensão de suas variações de mais alto grau de decodificação, para traçar planejamentos políticos de resistência e persistência à própria vida, como consta

no processo histórico abolicionista, para deixar um exemplo. Contudo, adentrarei nesta perspectiva com mais ênfase no capítulo quatro. Por hora, reitero que a proposta deste capítulo, dos fundamentos e procedimentos metodológicos, tem a intenção de retratar em quais produtos foi manifestado ou latente o uso da sociogênese e psicogênese pinçados como fundamentação teórico-metodológica. E que nos capítulos subsequentes e diante das propostas de cada seção, utilizarei as obras como referência mais ampla, das atribuições dos conceitos e como os aspectos ou categorias de análise da teoria dos processos civilizacionais influenciam a rede científica brasileira.

Neste sentido, para concluir esta seção, tratarei agora do uso da sociogênese e psicogênese no volume *Escritos e Ensaios: Estado, Processo, Opinião Pública* (Elias, 2006). Bom, em primeiro lugar, diferente dos outros livros de Norbert Elias, esta obra é composta por vários artigos do autor. Mesmo assim, *Escritos e Ensaios* possibilita a concepção de conceitos-chaves da teoria figuracional, estes conceitos sociológicos fundamentais, são: civilização, figuração e processos sociais. Assim, esta explanação logo de início sobre os conceitos fundantes da sociologia eliasiana auxilia no entendimento da abordagem de Elias em outros tomos do autor. E, tendo em mente o modo da aplicabilidade destes termos, consigo avançar nos meus próprios escritos e ensaios.

Assim, é nesta preposição que instigo o aprofundamento desta obra no capítulo dois desta tese. No entanto, para evitar a análise repetitiva imposta à apreciação dos trabalhos de Norbert Elias, quero transcorrer especificamente sobre o sétimo capítulo de *Escritos e Ensaios* (Elias, 2006), onde o autor promove uma justificativa esplendorosa para a teoria dos processos sociais.

Agenciando um desânimo pelo descrédito do uso da teoria desse processos, Elias (2006) segue seu discurso descontente, porém, argucioso, dando evidências da urgência de uma análise mais densa possível dos processos civilizadores no mundo científico. Por vezes, torna evidente a insatisfação no âmago das relações de poder existentes no ramo acadêmico.

Uma das tarefas de uma teoria da civilização é reconduzir ao centro da discussão nas ciências sociais — em um novo patamar e sem dogmatismo — o problema das mudanças de longo prazo das estruturas da sociedade e das estruturas da personalidade. Um tal empreendimento, no entanto, esbarra em dificuldades de comunicação específicas. Discuti-las é importante não apenas para a compreensão

das dificuldades que acompanham a recepção da própria teoria da civilização, mas também para a compreensão de problemas de recepção de inovações científicas e, mais ainda, do problema do próprio desenvolvimento da ciência. Não é preciso, aqui, falar mais acerca dos problemas teóricos cuja investigação pode contribuir para a compreensão da recepção de inovações científicas. Mas talvez seja útil chamar a atenção para alguns de seus aspectos e introduzir rapidamente alguns conceitos básicos, necessários para seu esclarecimento. História e sociologia são tratadas, hoje em dia, como disciplinas acadêmicas independentes. Seus representantes, em acordo com isso, procuram obter e manter um máximo de independência para suas disciplinas e, conseqüentemente, para si mesmos (Elias, 2006, p.207)

Como base no excerto acima, a pergunta que faço é a seguinte: por que a inovação tanto teórica quanto metodológica passa por rejeições, e, portanto, por tensões na contemporaneidade da sua elaboração e aplicação? Bom, esta é também uma preocupação desta tese. O próprio modelo metodológico que proponho aqui é a meu ver um produto passível à rejeições, justamente pensando na lógica da separação entre modelos historiográficos e sociológicos de análises.

Mas, a insistente tarefa do pesquisador em desdobramentos analíticos com base em evidências não permite que se refute por completo nenhum marco teórico-metodológico. A não ser que se tente aplicá-lo, levantando-se evidências outras que deslegitimem a aplicação. Neste sentido, as tensões são importantes para uma suposta correção, reelaboração e reaplicação do intento, ou seja, do trato teórico-metodológico submetido ao novo paradigma.

Logo, a resposta à pergunta: 'Por que a inovação causa rejeição?' Seria por que todos daquela figuração são obrigados a inovar? Ou seria por que a replicabilidade de modelos contemporâneos é mais provável se os pesquisadores estiverem na mesma rede de pensamento?

Se sim, se todos são obrigados a inovar, pressupõe-se o que é o conceito de inovação? Razoavelmente, inovar é explorar novas ideias para resolução de problemas. Mas, tenho uma visão embora parafraseando muitos estudiosos da área, que resume aos meus termos o que é inovação. Para mim, é a junção de duas coisas antigas que ao se unirem, por ideia de uma pessoa que queria resolver um problema, instrumentalizam uma ferramenta nova. A simplicidade e sagacidade ímpar de uma mala com rodinhas, por exemplo.

Então, a inovação não é exatamente a criação de algo novo, que saiu direto do mundo das ideias à sua materialização através de um sujeito, mas, o

uso das coisas antigas unidas com coisas novas, uma espécie de “reciclagem” ou ressignificação, por assim dizer.

Se os pesquisadores não são obrigados a inovar, a que custas viverá o mundo científico acadêmico, o berço da inovação no seu sentido mais pleno? Sem o princípio da inovação a figuração acadêmica não teria nenhum sentido para existir. Então se faz necessária as tensões próprias a este campo figuracional.

A replicabilidade de modelos contemporâneos de pesquisas é mais provável se os pesquisadores estiverem na mesma rede de pensamento? Se sim, existe pouca replicabilidade por existir pouca inovação? Ou, sim, existe pouca replicabilidade porque estudos contemporâneos muito similares não causam o frisson que todo pesquisador quer sentir, em ser único, ser exemplo para os demais, enfim, uma gama de pulsões. E, ainda, sim, existe pouca replicabilidade porque pesquisadores contemporâneos não têm a credibilidade que legitima o discurso nas correntes de uma rede. É provável que isso aconteça porque não se tem o fluxo de repasse e absorção das informações próprias do seu tempo.

O modelo das disposições das ideias em bancos de dissertações e teses, ou nas plataformas de publicização de artigos científicos ainda não filtram a busca a partir de um algoritmo, identificando seus gostos pessoais de leitura. O filtro é por identificação com extratores ou termos escritos no campo de busca. Portanto, quando se digita negro em alguns desses arquivos digitais, podemos encontrar de humor negro a Rio Negro, por exemplo.

Este problema dificulta a procura e a incidência de conteúdos inovadores nesta figuração. Além disso, a publicação dos artigos ou de pesquisas mais densas passam por procedimentos burocráticos que causam morosidade ao processo de divulgação destes conteúdos, dificultando a difusão e o próprio debate científico, como pontua Elias (2006). Estes argumentos resumem a importância desta pesquisa psicossociogenética, que tem por base outros autores além de Norbert Elias, como pode ser verificado na breve historiografia a seguir.

1.2 - ESTADO DA ARTE E A PSICOSSOCIOGENÉTICA – UMA SINUCA DE BICO?

Este estudo apresenta como um dos principais objetivos contribuir com o

debate acerca da teoria dos processos civilizadores no Brasil, a partir da elaboração do conceito da psicossociogênese, com vista a analisar a emergência da rede de intelectuais negros/as advinda do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as -COPENE entre 2000 e 2022, e, para tanto, faz-se necessário registrar que tanto Elias (1993, 1994a, 1994b, 1998, 2001a, 2001b), seus comentadores e, especialmente autores que fundamentaram suas pesquisas e a diversidade temática a partir do pensamento eliasiano, tratam esse conceito de forma separada, ou seja, psicogênese e sociogênese.

Neste contexto, foram encontrados a partir do extrator ou da discussão sociogênica, 10 trabalhos, 5 dissertações e 5 teses apresentadas a partir de 2008 a 2019 envoltas nas áreas das Ciências Sociais e Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Antropologia Social, Geografia, História, Educação, Educação Física, Estudos Comparados sobre as Américas e Sociologia, é o que se observa no quadro a seguir:

Quadro 2: Do Estado da arte referente ao estudo da Sociogênese

Autor Ano de Publicação	Título	Área de Concentração	Instituição de Ensino	Dissertação ou Tese
SPENILLO, GIUSEPPA MARIA DANIEL (2008)	Direito à Comunicação: uma formulação contemporânea de exigência de mudanças nas estruturas coletivas de comunicação e informação. Contribuições para uma análise sociogenesiológica e configuracional da articulação CRIS Brasil'	CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Tese

SILVA, KATIANE (2009)	Sociogênese de uma Unidade de Conservação: um estudo sobre a reserva extrativista Auati-Paraná - Fonte Boa/AM	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Dissertação
MAGALHÃES, ALINE MOREIRA (2010)	A luta pela terra como oração: sociogênese, trajetórias e narrativas do movimento Tupinambá	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Dissertação
CAVALCANTE, DIEGO FRANK MARQUES (2010)	Da Sedução Malandra à Imaginação Tática: A Sociogênese do Pensamento Futebolístico Brailleiro e sua	SOCIOLOGIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Dissertação

	Representação			
SILVA, AUXILIADORA MARIA MARTINS DA (2011)	Sociogênese Do Conceito de Etnia Negra Na Educação Brasileira	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Tese
CAMARGO, TAMARA LOPES MARTINS (2014)	Sociogênese do Estado plurinacional na Bolívia contemporânea: Etnografando o Viceministerio de Descolonización	ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Dissertação

RUBIO, RUBIA DE PAULA. (2015)	Memória e Território: Sociogênese da Luta pela Terra dos Assentados do Cafundão (MARIANA-MG).	GEOGRAFIA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Dissertação
ALVES, BERNARD JOSE PEREIRA (2015)	Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964'	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Tese
MOREIRA, TATIANA SVIESKJ (2017)	Produção científica sobre modalidades esportivas no Brasil: sociogênese do campo acadêmico-científico da Educação Física'	EDUCAÇÃO FÍSICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Tese
MENIM, FRANCIELLY GIACHINI BARBOSA (2019)	Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes	HISTÓRIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Tese

	livres e libertos na América portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766)			
--	---	--	--	--

Fonte 4: Elaborada pela autora

Dentre as pesquisas encontradas, elenco duas que são importantes para efeito de contextualização. A primeira, aborda a sociogênese do conceito de etnia negra, o que serve nesta tese para um degrau no conhecimento aqui pretendido. Trata-se de um estudo oriundo do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPE, que teve por objetivo analisar autobiografias e o Movimento Social Negro em prol da luta contra o racismo, a partir do ressignificado do conceito de raça, superado, segundo Silva (2011) pelo termo etnia negra nas dissertações e teses em educação no Brasil.

A partir da teoria da sociogênese, a autora faz uma digressão significativa, indo até o século XVIII, para identificar os primeiros indícios da aplicação do conceito de raça em produções acadêmicas em áreas como a Antropologia, Sociologia, História e Educação. Sendo essa tese advinda do mesmo Programa de Pós-graduação ao qual este estudo é vinculado, cabe aqui um parêntese auspicioso, sobre as lacunas deixadas por Silva (2011), sobretudo, no que tange à teoria eliasiana.

Elias foi um pesquisador que demonstrou em seus estudos e escritos, a humildade em reconhecer que jamais fora capaz de fazer nada sozinho, aliás, as relações de interdependência nas figurações as quais ele debruçou olhares, aponta justamente esse cuidado que todos devem ter enquanto pesquisadores. Sendo assim, fica aqui meu agradecimento a Silva (2011), sem a tese dela eu jamais chegaria ao meu máximo. Digo, o meu máximo em descortinar o novo. Minha tese teria ficado muito similar a dela se acaso eu não me atentasse para as lacunas e as tensões que foram geradas em mim através dos esforços dela. Mo dúpé o! Meu agradecimento a você em Yorubá.

Mas, por que das 10 pesquisas que se debruçaram no objeto da sociogênese escolhi apenas duas para destrinchar? Para que não haja dúvidas quanto a nossas similaridades e diferenças, poucas ou muitas, elas existirão. Ora, quantos autores escreveram sobre a história do Brasil? Quantos filósofos

trataram do problema da alma, espírito, consciência e afins? Vários. E todos eles se assemelham e se diferem, pouco ou muito.

Desse modo, Elias (2001a) se utiliza de uma indagação que se encaixa muito bem no que se pretende nesta pesquisa, não só no que se refere ao estado da arte, mas ao capítulo destinado às críticas aos artigos utilizados como fontes. Ele diz o seguinte: “Os cientistas podem às vezes se ferir mútua e muito profundamente, são capazes de desvalorizar a obra da vida de outro homem com ataques diretos e fundamentados. Quando e em que medida é necessário e justificado agir assim?” (Elias, 2001a, p. 133).

Ele continua o parágrafo dizendo que tentou evitar ao máximo destilar críticas às obras de autores vivos, mas, um dia percebeu que deveria fazê-lo, porque é inevitável. Nossas críticas aos trabalhos dos colegas acadêmicos podem ser dosadas, eu concordo se e somente se, for uma crítica fundamentada. Portanto, se você não ler meus devaneios não os critique de igual modo.

Sendo assim, as lacunas apresentadas pela tese de Silva (2011) são de cunho teórico. A autora, no meu ponto de vista, fez algo muito comum aos pesquisadores de Norbert Elias, utilizou-se do conceito de sociogênese, mas, não imprimiu seu significado intrínseco. Buscou em Henrique Cunha Júnior uma representatividade metodológica, louvável, mas superficial no que cerne a sociogênese eliasiana. No mais, devo confessar que me encantou todo seu trabalho, ótimo desempenho gramatical e léxico, fazendo jus ao título de doutora.

Sua jogada em comparar a configuração do povo preto brasileiro a partir da obra eliasiana *Os Alemães* me pareceu inusitado, mesmo sendo um livro ao qual a sociogênese aparece muito pouco. Porém, as nuances da obra enriqueceram um pouco mais a ideia original de Silva (2011). Sem contar que a autora deu a primeira tacada para os novos pesquisadores, espalhando as bolas do jogo sobre a mesa, assim como fará esta e outras pesquisas, prontas para entrar no bilhar acadêmico.

A segunda tese escolhida para leitura e síntese crítica foi escrita por Francielly Giachini Barbosa Menim. O título: *Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América*

portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766). Tanto a tese de Silva (2011) quanto a de Menim (2019) tratam das questões étnico-raciais e trazem em seu escopo teórico-metodológico as características eliasianas com análise histórica na perspectiva de longa duração.

A diferença dos dois estudos está no refinamento e abordagem na utilização do método eliasiano. Menim (2019) vinculada ao Programa de Pós-Graduação de História pela Universidade Federal do Paraná, além de nos atualizar através de uma revisão de literatura excelente, contextualiza o que vem a ser o método da sociogênese, algo que não foi apresentado em Silva (2011).

Apesar de nos demonstrar de fato, uma superação quanto ao uso do conceito de raça negra, Menim (2019) dispensa a utilização de alguns nomes que designam as pessoas de cor, a autora justifica dizendo:

Nesta tese optamos por denominá-los “africanos e afrodescendentes livres e libertos”, pois consideramos esta designação analítica mais precisa e abrangente. Apesar desta denominação, não descartamos as possibilidades destes homens terem, devido ao processo de mestiçagem, outras ancestralidades além da africana, visto que muitos descenderam também da união de africanos e afrodescendentes com portugueses e indígenas. Esta designação pretende tratar de forma mais genérica o vasto rol de denominações presentes nos relatos coevos, sem perder de vista o grau de ancestralidade africana destes indivíduos (Menim, 2019, p.28)

O termo etnia aparece apenas duas vezes no texto de Menim (2019) que tem 267 páginas. Apesar do objeto de análise da autora supracitada ser a sociogênese de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos, e aparentemente estar distante do objeto que pretendo neste estudo, a leitura revelou que seu refinamento no uso teórico-metodológico se aproxima muito mais dos objetivos almejados nesta tese, servindo-me, portanto, de inspiração.

A respeito do extrator psicogênese encontramos 16 títulos que no levantamento realizado no Banco de Dissertações e Teses da CAPES tem seus primeiros escritos a partir de 1989.

Quadro 3 Do estado da arte referente ao Estudo da Psicogênese

Autor Ano de Publicação	Título	Área de Concentração	Instituição de Ensino	Dissertação ou Tese
GODINHO, MARIA JOSEFINA PINTO (1989)	Alfabetizacao: A Psicogenese Da Escrita Em Crianças Amapaenses	EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDAD E CATÓLICA DE SÃO PAULO	Dissertação
MORAES, ZENY OLIVEIRA DE (1989)	Psicogenese Do Som E Do Ritmo A Luz Da Teoria Do Desenvolvimento De Jean Piaget: Um Estudo De Caso	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,	Tese
STEYER, VIVIAN EDITE (1999)	Por Uma Psicogênese Do Sistema Formal De Apresentação Textual: A Criança E O Processo De Letramento	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Tese
MACHADO, EDNA DE LOURDES (2000)	Psicogenese Da Leitura E Da Escrita Na Criança Surda	EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDAD E CATÓLICA DE SÃO PAULO	Tese
ROCHA, SERGIO LIZIAS COSTA DE OLIVEIRA (2000)	Psicogênese Da Masculinidade: Uma Leitura Gestáltica Sobre A Construção Da Identidade De Gênero Masculina Em Diversas Teorias E Sua Importância Para	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO CEARÁ	Dissertação

	A Escola.			
LEITE, ELNAQUE RIBEIRO COSTA (2002)	Relação Entre Desenvolvimento Cognitivo, Psicogênese Do Conhecimento Aritmético De Adição E Desempenho Escolar	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E ESTADUAL DE CAMPINAS	Dissertação
ANA MARIA MATOS RODRIGUES (2002)	Desconstrução Na Psicogênese Da Língua Escrita	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Dissertação
MELO, ELISABETE CARVALHO DE (2003)	Teoria Da Aprendizagem E Mudança No Ensino: Influências Da Teoria Da Psicogênese Da Língua Escrita Na Prática De Professor	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Dissertação
SILVA, SONIA BESSA DA COSTA NICACIO (2003)	Relação Entre Desenvolvimento Cognitivo, Psicogênese Do Conhecimento Aritmético De Multiplicação E Desempenho Escolar	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E ESTADUAL DE CAMPINAS	Dissertação
PEIXOTO, RENATA CASTELO (2004)	A Interface Entre A Língua Brasileira De Sinais (Libras) E Língua Portuguesa E Psicogenese Da	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO CEARÁ	Dissertação

	Escrita Na Criança Muda			
LEITE, TÂNIA MARIA SOARES BEZERRA RIOS (2006)	Alfabetização – Consciência Fonológica, Psicogênese Da Escrita E Conhecimento Dos Nomes Das Letras: Um Ponto De Interseção'	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DE PERNAMBUCO	Dissertação o
HOFMANN, RUTH MARGARET H (2008)	Psicogênese Da Noção De Valor Econômico Na Educação Matemática	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO PARANÁ	Dissertação o
GARBARINO, MARIANA INES (2012)	Crenças Sobre A Origem Dos Bebês Em Crianças De 4 A 9 Anos: Uma Abordagem A Partir Da Psicogênese Piagetiana E Da Psicanálise Freudiana	PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	UNIVERSIDAD E DE SÃO PAULO,	Dissertação o
SOUZA, THALITA GABINIO E. (2016)	Da Influência Das Relações Vinculares Na Psicogênese Da Esquizofrenia	PSICOLOGIA	UNIVERSIDAD E CATÓLICA DOM BOSCO	Dissertação o
TANIA MÁRCIA DA CUNHA RODRIGUES (2018)	Compreensão Sobre A Mentalidade Infantil E A Psicogênese Na Formação De Professores De Educação Infantil	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Dissertação o

	Em Uma Perspectiva Piagetiana			
NETO, RAUL MAIA DE ANDRADE NEVES (2019)	Psicogênese Da Empatia: Educação, Autoconhecimento o E Reconhecimento Do Outro	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDAD E LA SALLE	Tese
Fonte 5: Quadro elaborado pela autora				

No quadro 3 observa-se onze dissertações e cinco teses que têm como escopo teórico-metodológico a psicogênese, doze estudos oriundos do campo educacional, duas pesquisas vinculadas, especialmente, à psicologia da educação e duas advindas da psicologia.

Não é de se estranhar esse envolvimento da psicogênese com a psicologia, porém, grande parte dessas pesquisas não utiliza o conceito eliasiano da psicogênese. Utilizam-se de Vygotsky, Freud e Piaget. Norbert Elias tem grande relação com a psicanálise freudiana e, ainda, com a área da saúde. Mas imprimiu nesses conceitos suas próprias nuances sociológicas.

Norbert Elias encarava como inconcebível entender as civilizações sem entender os indivíduos biológicos, sobretudo, o órgão cerebral. Ele ministrava suas aulas de sociologia a partir de um corte do cérebro. E admitia que seus estudos na faculdade de medicina influenciaram em muito seu pensamento sociológico. Ele afirma: “Os sociólogos que não fizeram estudos de medicina falam com frequência da sociedade sem integrar em seus discursos os aspectos biológicos do homem. E isso me parece um erro” (Elias, 2001a, p.38).

Portanto, para Elias se faz necessário o entendimento biológico dos sujeitos para compreender suas organizações mentais e, por conseguinte, suas disposições sociais, que formam as estruturas. Então, você pode estar se perguntando - onde estão os estudos eliasianos que versam sobre a psicogênese em congruência com a sociogênese? Onde estão os estudos

psicossociogênicos eliasianos?

Embora Elias considerasse que psicogênese e sociogênese não são separáveis, ele mesmo não grafou ambos os conceitos em uma mesma palavra, como se faz no título desta tese. É algo que de fato não ocorreu em nenhum estudo até o presente momento. E para constar nesse estado da arte, foram encontradas duas pesquisas que carregavam em seu escopo a psicogênese e sociogênese eliasianas, juntas numa mesma frase, porém separadas em suas grafias.

Trata-se de *A Teoria dos Processos de Civilização de Norbert Elias: O Controle das Emoções no Contexto da Psicogênese e da Sociogênese*, tese de doutoramento do professor Carlos da Fonseca Brandão do ano 2000 e da dissertação que carrega o título *Letramento e alfabetização: sociogênese e/ou psicogênese, quais os caminhos da apropriação da escrita?* Da professora Flávia da Silva Castro (2011).

Em contato com o professor Brandão pude adquirir seu livro *Norbert Elias: Formação, Educação e Emoções no Processo de Civilização* publicado em 2003. Porém, sua tese não está no banco de Dissertações e Teses da CAPES, não há versões digitais reservadas pelo autor, e o mesmo não possui versões impressas disponíveis para empréstimos ou doações. Sendo assim, não poderá ser aqui sintetizada. Já o estudo de Castro (2011) não se utiliza dos conceitos sociogênese e psicogênese como propõe Elias, portanto, foge a esse escopo analisar suas colocações.

É nesse ponto que encontro-me numa sinuca de bico. E, talvez, por essa questão, haja em mim essa vontade de levar Norbert Elias ao extremo, radicalizar, extrair uma essência ainda não exprimida, ou ainda não vista por mim, em nenhuma pesquisa. Presunção? Certamente.

Sem mais, gostaria de reafirmar que sem as críticas fundamentadas à atualização desse debate eliasiano, não será possível grandes progressos. Eu dependo literalmente de você, você depende de mim.

1.2.1 – Intelectuais negros/as e o debate étnico-racial em Educação no Brasil

Para compor esta seção usarei como fonte o banco de dissertações e teses da ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, que recebe e divulga continuamente trabalhos enviados por seus/suas

associados/as. A ABPN é composta por mais de cinco mil associados/as de todas as regiões do Brasil. No site da instituição, além de matérias, artigos e a revista científica, encontramos pesquisas realizadas pelos associados da instituição - intelectuais negros/as, oriundos de diversas áreas do conhecimento.

Para o foco em tela, busquei o extrator “educação”, pesquisas construídas por esses intelectuais brasileiros e encontrei trinta e dois trabalhos, entre julho e agosto de 2023, que foram dissertações e teses no banco disponibilizado pela instituição. Primeiramente, deixe-me elucidar o quanto é satisfatório para uma pesquisadora negra encontrar trabalhos de intelectuais contemporâneos, igualmente negros, em um espaço virtual. Assim, seguem-se apontamentos da atualização do debate acerca das questões raciais, os racismos, conceituações de identidades racializadas, bem como as implicações destas identidades na educação brasileira.

Tendo em vista os apontamentos, comecei por um quadro síntese dos principais temas destas pesquisas. Para além de uma revisão e atualização desse debate, julgo pretenciosa demais a ideia de realizar síntese crítica dos trabalhos encontrados. A proposta desta seção é identificar os principais temas abordados através de nuvem de palavras, e a partir disso, apontar os autores teóricos ou conceituais que dialogam com os temas encontrados.

Quadro 4: Intelectuais negros/as e o debate étnico-racial em educação

Título	Palavras-Chave	Autor e Ano	Instituição
EDUCAÇÃO E ORIXÁS: PROCESSOS EDUCATIVOS NO ILÊ AXÉ IYA MI AGBÁ	Imaginário. Candomblé. Diversidade Cultural. Religião. Educação Multicultural. Mito. Mitologia. Orixá.	DENISE MARIA BOTELHO (2005)	USP
PRIMEIRA INFÂNCIA, AFRODESCENDÊNCIA E EDUCAÇÃO NO ARRAIAL	Primeira Infância; Educação; Afrodescendência;	FLÁVIA DE JESUS DAMIÃO (2007)	UFC

DO RETIRO	Criança Afrodescendente; Infância Afrodescendente		
A NEGAÇÃO DO CORPO NEGRO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O CORPO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	.Educação Física; Corpos Negros; Padrão de Beleza; Identificação; Representação	IVANILDE GUEDES DE MATTOS (2007)	UNEB
MOVIMENTOS NEGROS, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS	Movimentos Negros, Educação, Ensino Superior, Ação afirmativa, Sistema de Cotas	SALES AUGUSTO DOS SANTOS (2007)	UNB
A CULTURA CORPORAL E A LEI Nº 10.639/03: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA LEI NO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM SALVADOR	Educação Física. Cultura afro-brasileira. Relações raciais	ANÁLIA DE JESUS MOREIRA(2008)	UFBA
AFRICANIDADES E EDUCAÇÃO: ANCESTRALIDADE, IDENTIDADE E ORALIDADE NO PENSAMENTO DE KABENGELE MUNANGA	Africanidade; ancestralidade; identidade, oralidade, ideias pedagógicas	JULVAN MOREIRA DE OLIVEIRA (2009)	USP
RAÇA E CLASSE NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	Raça; classe; gestão educacional; cultura Negra	RENISIA CRISTINA GARCIA FILICE (2010)	UNB
EDUCAÇÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE AFRODESCENDENTES (SÃO PAULO/1918-1931)	Afrodescendentes. Educação. Associação combativa. Pós-Abolição.	WILLIAN ROBSON SOARES LUCINDO (2010)	UDESC

EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UM ESTUDO DE POLÍTICA EDUCACIONAL EM ESCOLA DE CENTRO SOCIOEDUCATIVO	Adolescentes. Lei. Medida socioeducativa. Internação. Direitos. Educação. Centros socioeducativos. Políticas educacionais	JULIANA DAS GRAÇAS GONÇALVES GUALBERTO (2011)	PUC-MINAS
TÁ LIGADO?! PRÁTICAS DE ESCUTA DE JOVENS URBANOS CONTEMPORÂNEOS E PANORAMAS SONOROS NA METRÓPOLE, UMA PAUTA PARA A EDUCAÇÃO.	Estudos Culturais; Educação; Jovens Urbanos; Práticas Culturais de Escuta; Panoramas Sonoros	MARTA CAMPOS DE QUADROS (2011)	UFRGS
DA DOCÊNCIA A MILITÂNCIA: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES ÉTNICOS NUM PROGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPINAS – 2003 A 2007	Trabalho sem palavras-chave	WILSON QUEIROZ (2012)	UNICAMP
EDUCAÇÃO, IDENTIDADE E HISTÓRIA DE VIDA DE PESSOAS NEGRAS DOUTORAS DO BRASIL	Educação, Identidade e Identidade Negra	MARIA DA CONCEIÇÃO DOS REIS (2012)	UFPE
CONTORNOS PEDAGÓGICOS DE UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	Educação escolar quilombola; movimentos sociais; educação antirracista; comunidades remanescentes de	PAULO SERGIO SILVA (2013)	UFRGS

	quilombos		
RELAÇÕES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÕES ÉTNICO-RACIAIS, CORPORAIS E DE GÊNERO	Educação Infantil. Relações sociais. Dimensão Étnico-racial. Dimensão Corporal. Relações de Gênero	EDUARDA SOUZA GAUDIO (2013)	UFSC
SENTIDOS DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS PRÁTICAS CURRICULARES DE PROFESSORE(A)S DE ESCOLAS LOCALIZADAS NO MEIO RURAL	Educação das Relações Étnico-Raciais; Políticas e Práticas Curriculares; Diferença Colonial; Interculturalidade.	MICHELE GUERREIRO FERREIRA (2013)	UFPE/CAA
NEGRITUDE EM DISCURSO: A EDUCAÇÃO NAS REVISTAS VEJA E ÉPOCA (2003-2010)	Educação escolar; Revista; Discursos; População negra.	DELTON APARECIDO FELIPE (2014)	UEM
SABERES DAS MULHERES VETERANAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: SORORIDADE A OUTRA EDUCAÇÃO!	Saberes. Mulheres veteranas. Economia solidária. Sororidade. Cooperação.	SIMONE SILVA ALVES (2014)	UFRGS
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AS SAGAS E RESILIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS PROFISSIONAIS: EM TRÊS AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS	Mulher negra. Mulher branca. Saga. Resiliência. Universidades	ELISABETH SANTOS NATEL (2014)	UNISINOS
JUSTIÇA COMO ANCESTRALIDADE: EM TORNO DE UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	Educação, Filosofia, Filosofia Africana, Justiça, Cultura afro-brasileira, Antiracismo	LUIS CARLOS SANTOS (2014)	UFBA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA – MA	Alcântara; História da Educação; Educação da população Negra; Analfabetismo; Desigualdades raciais em educação;	RICARDO COSTA DE SOUSA (2014)	UFRGS
MULHERES E EDUCAÇÃO: GÊNERO, RAÇA E IDENTIDADES	Mulheres. Educação. Feminismo. Racismo. Discriminação. Identidades	APARECIDA SUELAINÉ CARNEIRO (2015)	UFSCAR
A COOPERAÇÃO BRASILEIRA EM EDUCAÇÃO: ESTUDANTES CONVÊNIO DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA	Estudantes PALOP. Cooperação. PEC G. Língua Portuguesa. Educação.	ÁUREA GARDENI SOUSA DA SILVA (2015)	UFMT
IDENTIDADES E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA DOCÊNCIA DA ROÇA: DOCUMENTO DE REFERÊNCIA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA	Identidades. Lei nº 10.639/2003. Docência. Ruralidades. Pesquisa (auto)biográfica	ANTÔNIO JOSÉ DE SOUZA (2016)	UNEB
ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS E A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO DE QUÍMICA	Descolonização do currículo, negros e educação, Química Experimental	ANTÔNIO CESAR BATISTA ALVINO (2017)	UFG
LEI Nº 10.639/2003 - DESLOCAMENTOS DISCURSIVOS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS	Discurso, Relações raciais, formação de professores.	SILVIA REGINA DE JESUS (2017)	UFMG

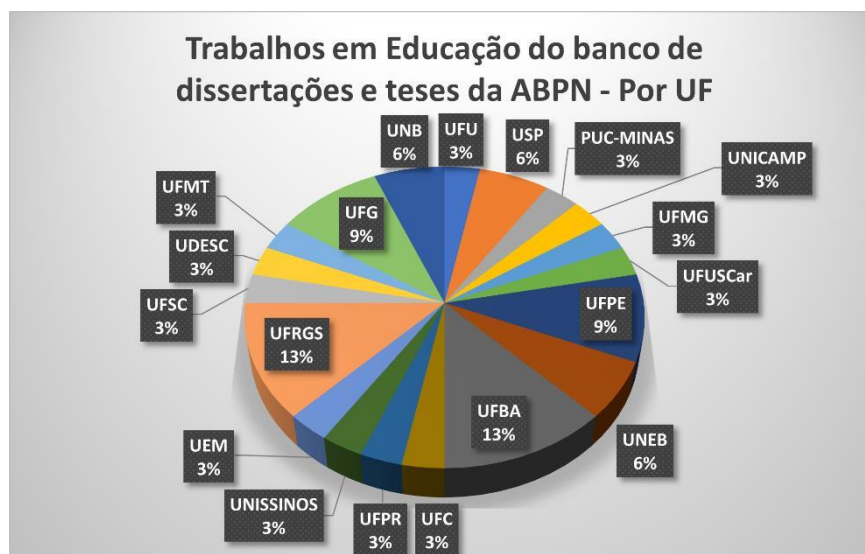
RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: TENSÕES E SILENCIAMENTOS NO CONTEXTO ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE BELO HORIZONTE			
EDUCAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E EM PORTUGAL: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS AFRODESCENDENTES	Educação Social. Juventudes. Políticas Públicas de Juventude. Afro-descendência. Experiências	CÂNDIDA ANDRADE DE MORAES (2017)	UFBA
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PRÁTICA CURRICULAR DE ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA UNILAB	Educação das Relações Étnico-Raciais. Currículo. Racismo. Racismo Epistêmico. Praxis Decolonizadora	MICHELE GUERREIRO FERREIRA (2018)	UFPE
BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA UNIDADE EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS	Branquitude. Paridade Racial. Educação Infantil. Educação das Relações Étnico-Raciais	CINTIA CARDOSO (2018)	UFPR
EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, RESISTÊNCIA E EMPODERAMENTO: ESTUDO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO DOMINGOS, EM	Educação Quilombola. Políticas Educacionais. Estado Neoliberal e Resistência	LARA LUISA SILVA GOMES FRANCO (2018)	UFU

PARACATU (MG)			
MARGINALIDADE E LUTA: POR UMA DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação Física, Descolonização, Currículo, Epistemologias, Luta	EVERTON LAMARE COSTA MELO E SILVA (2018)	UFG
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: CURRÍCULO, CULTURA, FAZERES E SABERES TRADICIONAIS NO ENSINO DE QUÍMICA	Quilombo, educação escolar quilombola, conhecimentos tradicionais, ensino de química.	MARCIANO ALVES DOS SANTOS (2018)	UFG
ÍNDICIOS DE UMA PERSPECTIVA (DE)COLONIAL NO DISCURSO DE PROFESSORES (AS) DE QUÍMICA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAI	Decolonial, Lei 10.639/03, Ensino de Química	SILNÁ MARIA BATINGA CARDOSO (2019)	UFBA

Fonte 6: Quadro elaborado pela autora

Como dito anteriormente, não optei por fazer síntese crítica dos trinta e dois trabalhos encontrados no banco de dissertações e teses da ABPN, entre julho e agosto de 2023, contudo, cabe algumas observações no trato quantitativo, haja vista que superficialmente podemos apontar direcionamentos outros, no que percebo ser problemáticas para trabalhos futuros. Neste intuito, elaborei alguns instrumentos visuais de análise, como dito, superficiais, porém, com questionamentos profundos. Observem:

Gráfico 1: Trabalhos em educação encontrados no banco de dissertações e teses da ABPN divididos por Universidades Federais



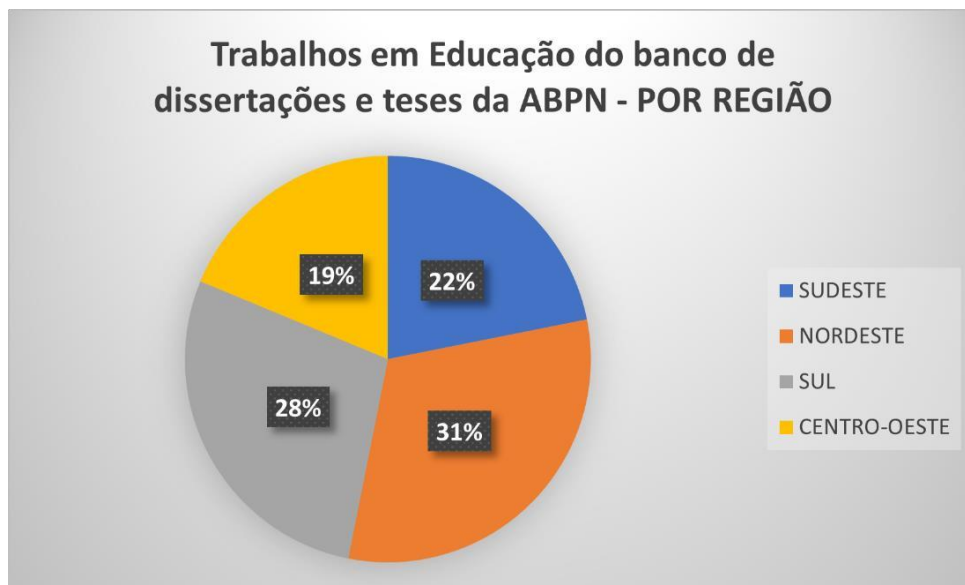
Fonte 7: Gráfico elaborado pela autora com dados encontrados entre julho e agosto de 2023.

A leitura deste gráfico permite a elocubração de um questionamento muito valioso para nós pesquisadores/as negros/as em educação. De que forma estamos tensionando os programas de pós-graduação em educação para abertura e aceitação de pesquisas com recorte étnico-racial? Ou melhor, os programas de pós-graduação em educação estão de fato abertos para receber estudos com recorte étnico-racial?

Essas perguntas me vieram a cabeça no momento de elaboração do gráfico, por observar que apenas duas universidades possuem a maior porcentagem em volume de trabalhos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Universidade Federal da Bahia – UFBA, ambas com 13% do total, disponibilizadas pela ABPN e buscadas entre julho e agosto de 2023. O que corresponde a 4 trabalhos de cada uma.

Obviamente, o banco de dados da ABPN existe por demanda, o pesquisador que sinaliza seu produto como parte da rede, mesmo assim, muitas universidades ficam de fora, o que nos remete aos questionamentos, onde estão os/as pesquisadores/as negros/as em educação das demais universidades públicas brasileiras? Certa de que existimos, onde estamos no mapa da grande rede de intelectuais? Se não estamos onde somos recebidos por paridade, onde estamos? Vejamos, agora, por região:

Gráfico 2: Trabalhos em educação encontrados no banco de dissertações e teses da ABPN divididos por região.



Fonte 8: Gráfico elaborado pela autora com dados encontrados entre julho e agosto de 2023.

Ao olhar a disposição dos trabalhos disponibilizados no banco de dissertações e teses da ABPN, por região, a pergunta se afunila. Onde estão os pesquisadores/as negros/as em educação da região norte? Então, certa de que existimos em todas as regiões do Brasil, o que pode se fazer para tensionar e dar visibilidade à rede de intelectuais negros/as, e de intelectuais de modo geral?

Bom, essas são algumas das lacunas desta tese. Não poderei responder aos meus próprios anseios aqui nesta pesquisa. Mas, será valioso o estudo que se debruçar sobre esses aspectos. Optei, no entanto, por buscar os temas prioritários das pesquisas em educação disponíveis no site da ABPN a partir das palavras-chave, pois, acredito que neste recorte encontraremos os conceitos ou vertentes aos quais estes estão ancorados, uma escolha valiosa de igual modo. Para melhor visualização observem na figura abaixo:

Mas, para uma breve resposta a indagação acima. Me basto, portanto, em pensar que a emergência da base da educação para as relações étnico- raciais do modo que a conhecemos hoje, em 2023, está ligada à opinião pública impressa nos jornais e implícita aos aderentes do Movimento Negro Unificado, que se institui no Brasil mais fortemente na década de 1970.

O Movimento Negro Unificado conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica a politiza a raça. Dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante. (Gomes, 2017. p.21)

Concordando com o que afirma Gomes (2017) a opinião pública negra politizada se apropriou das ferramentas impostas à sobrevivência para angariar espaços, recursos, em suma, empoderamento, desembocando primeiro na educação básica, e resvalando nos demais níveis educacionais. Isso, considerando as ações paralelas ao debate étnico-racial, de atendimento à outras camadas minorizadas.

Quem trata desse assunto em formato autobiográfico é a professora Petronilha Gonçalves (2011), no capítulo “Educação das relações étnico-raciais e ações afirmativas”, já fica evidente a relação da autora com o desenrolar da história da educação no Brasil, sobretudo, no que tange as tensões nas elaborações de políticas públicas enegrecidas. Compreendam a partir do que diz Gonçalves e Silva (2011).

Depois de muitas histórias e análises, constatamos que o objetivo da atuação de professores negros que conhecíamos, de modo particular de professoras, era enegrecer as escolas, não como antônimo de embranquecer, não para absorver os brancos a um modo de ser negro. O que se tinha em mente, enquanto afrodescendentes, era que todos os brasileiros viessem a conhecer legados africanos no Brasil e, por isso, esperávamos, passassem a valorizá-los. Tínhamos em mente o propósito de divulgar informações e incentivar professores de diferentes pertencimentos étnico-raciais a construir modos de ensinar capazes de desmontar justificativas socialmente aceitas para a miséria, o racismo, o sexismo, a destruição do meio ambiente, as guerras. Dessa forma, indicávamos caminhos para uma pedagogia que combatesse o racismo e toda sorte de discriminações. (Gonçalves e Silva, 2011. p. 123)

Diante destas colocações de Gonçalves e Silva (2011), e em consonância com suas reflexões, reafirmo, continua urgente desmistificar as mazelas –

orientar a população negra, desde cedo, a compreender as causas de suas condições sociais, sem bitolar na ideia de que sofrer com a miséria, com a banalização do racismo e outras violências, é a única variável possível de sobrevivência, mas, ao contrário, se apropriar do conhecimento destas, para ascender tanto socialmente, quanto individualmente. Essa foi minha apreensão do que continua Gonçalves e Silva (2011):

Empenhávamo-nos [...], para que começasse a interpretar gestos, posturas e atitudes dos alunos negros, tendo em vista a experiência de ser negro numa sociedade racista. Pretendíamos que se avaliassem resistências, tidas como má-criação, obstinação, teimosia, na perspectiva de quem pretende ser reconhecido, sem se submeter a relações inumanas dirigidas, cotidianamente, aos negros. (Gonçalves e Silva, 2011. p. 125)

Neste sentido, a emergência da EREER se dá, para um melhor convívio em sociedade, a partir da experiência nas escolas. Um avanço, certamente! A aplicabilidade da Lei, ou seja, o ensino de história e cultura afro-brasileira na Base Nacional Comum Curricular, seria a próxima etapa. Para tornar exequível a Lei 10.639/03, acontece uma movimentação étnico-racial nas universidades, sobretudo, nos programas de pós-graduação.

A partir das experiências dos professores/as da educação básica, e a inserção destes nos cursos de mestrado e doutorado, pode-se identificar o empenho desta rede em particular, em agenciar outras instâncias educacionais, para além das salas de aula. O que nos remete ao outro tema relevante entre os pesquisadores negros que disponibilizaram seus trabalhos para o banco de dissertações e teses da ABPN.

Políticas Educacionais e Ações Afirmativas – A primeira visa apontar programas, projetos e leis que ponderem as resoluções dos problemas impostos ao desenvolvimento educacional da população como um todo, já as ações afirmativas têm forte partido, designado às pessoas marginalizadas e ou minorizadas, como é o caso das pessoas negras, da comunidade LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, povos ciganos entre outros.

Tendo o modelo importado dos Estados Unidos, as Ações Afirmativas no Brasil têm público controverso, por uma crença disseminada no meu ponto de vista pelo mito da democracia racial – projeto elaborado a partir de escritos de Gilberto Freyre (48ª ed. 2003), ao qual aponta um Brasil Colônia como um

paraíso tropical, onde pessoas de raças sociais distintas vivem em acordos sociais muito bem divididos e definidos.

Estranhamente – mesmo com uma descrição patriarcal e pacífica da nação brasileira, fica evidente que o projeto de nação branca, só faz sentido por nossa ausência em grande parte da história das guerras. Internamente, sabe-se que no Brasil as relações étnico-raciais vivem sobre a pressão do racismo estrutural (Almeida, 2020), e só poderiam ser pacíficas, essas relações, em ambientes onde a população branca reconhece que é racista. É o que diz o meu otimismo.

Esse reconhecimento não deve ser ofensivo, chama-se empatia. (Borges, 2019) O fato de não reconhecer que é racista atrapalha a formação de uma estrutura social antirracista. A teia de relações fica danificada devido a um pensamento retrógrado e criminoso: o pensamento racista, ou o fortalecimento de estigmas, (Elias, 2000) além de criar rupturas no progresso de pessoas negras, incita uma série de violências, - verbais, físicas e psicológicas, sem contar as doenças sociais, para citar algumas, - miséria, fome, encarceramento em massa (Borges, 2019), aniquilamento, apagamento etc.

Por outro lado, ser uma pessoa não negra aliada ao pensamento antirracista, ajuda a promover o debate social, além do acadêmico científico, de forma que situações que em um passado recente eram encaradas como normais, hoje, já são vistas como ofensivas – e, portanto, canceladas nas relações étnico-raciais. Contrapondo a banalização do neorracismo (Moore, 2012), ou seja, o que seriam “meros preconceitos que todo o mundo tem” (p.23), passa a ser uma apreensão do Estado que “manifesta publicamente sua preocupação diante do crescente quadro de desigualdades sociorraciais” (Moore, 2012, p. 23).

O entendimento do racismo recreativo (Moreira, 2020), por exemplo, é prova de que há maneiras de se romper com as variadas formas de racismos. Logo, há como derrubar uma estrutura racista. Isso não significa que durante o processo não quebreiros alguns tijolos, ao contrário, e, no entanto, mudaremos de forma gradativa, num processo lento e de longa duração, podendo ser visualizado pelas gerações futuras, essas gerações vindouras poderão contar quantos tijolos foram quebrados para obtenção de uma sociedade antirracista.

Mas, ainda sobre a questão do entendimento do racismo recreativo, que

se difere do bullying. Esse entendimento reverberou na educação básica muito fortemente, principalmente devido ao afloramento de reproduções racistas por parte de personalidades midiáticas. Estimulando os indivíduos a escancararem suas opiniões tanto misóginas, sexistas, quanto racistas e fascistas. Esse comportamento reverberou nas famílias uma polarização de extremos, as crianças acabam por sua vez, por replicar no ambiente escolar, as opiniões e condutas adquiridas em outros contextos sociais – como as famílias.

Elias e Scotson (2000) explicam esse comportamento da seguinte forma: “A consciência que as crianças têm do status, [...] é, se possível, ainda mais aguda que a dos adultos. Muitas vezes, a segurança que uma pessoa adquire na infância, por acreditar no status superior de sua família, influencia sua autoconfiança em anos posteriores da vida **[na fase adulta]**” (p.188). Isso ocorre, segundo os autores, “mesmo que sua própria situação seja menos segura ou que seu status tenha decaído.” (p.188). **[grifo nosso]**

Adilson Moreira (2020), ao tratar do racismo recreativo na coleção Feminismos Plurais, coordenada pela contemporânea Djamila Ribeiro, fala do humor racista nos meios de comunicação. Se acaso as famílias não tenham percepção crítica do consumo simbólico, ou pior, se acaso transmitam seus produtos simbólicos, de modo que as coerções externas sejam priorizadas – violências e opressões; e estas são direcionadas a pessoas negras e pobres, qual é a graça disso?

Segundo Moreira (2020) pode-se elencar alguns aspectos a respeito do humor racista e o impacto na saúde de suas vítimas, são eles:

Primeiro, está baseado em mensagens que reproduzem a concepção de que membros de certos grupos possuem defeitos morais, motivo pelo qual sempre estão envolvidos em situações ridículas. Segundo ele reproduz estereótipos negativos sobre membros de grupos minoritários, o que reforça a percepção social de seus supostos defeitos morais inatos. [...] Terceiro, esse tipo de humor causa danos psicológicos sociais às suas vítimas. Elas se sentem moralmente degradadas por causa de piadas racistas, além de sofrerem danos materiais em função da percepção negativa que as pessoas têm delas. (Moreira, 2020. p. 78)

O que Moreira (2020) expõe, em se tratando da população negra, é uma reprodução do que imputou Elias e Scottson (2000), no livro, *Estabelecidos e Outsiders*. Neste caso, a estigmatização é o que caracteriza o outsider como tal,

num jogo coercitivo externo e interno – ao qual um grupo social estabelecido estigmatiza o outro para permanência num status superior de poder. Um dos motivos por eu concordar que quem elaborou o racismo foram os não negros, a partir do pré-conceito concebido hereditariamente.

A esse respeito, recaímos no último tema dos mais evidentes em estudos em educação dos intelectuais negros associados à ABPN. Trata-se da identidade, ou melhor, identidades. Dentre os quatro temas (Educação das Relações Étnico-Raciais - ERER; a Lei 10.639/03; Políticas [educacionais]/Ações Afirmativas e Identidades) este último é o que aparece menos, mas, não por isso perde sua relevância.

1.2.2 - A questão identitária: raças sociais/ideológicas, etnias e o fundamento teórico-metodológico psicossociogenético

Coincidentemente, o conceito de identidades se entrelaça com o escopo desta tese, não somente por estar ancorada na Linha de Pesquisa Identidades e Memórias/PPGEdu/UFPE, mas ainda, por reconhecer que a autoimagem (Elias, 1994a) e autoinscrição (Mbembe, 2014), são partes constituintes dos sujeitos, e no caso dos sujeitos negros – forçados a se redescobrirem como indivíduos, após descobrirem o peso de ser negro.

Segundo o que aponta Elias (1994a), “[...] a função primordial do termo ‘indivíduo’ consiste em expressar a ideia de que todo ser humano do mundo é ou deve ser uma entidade autônoma e, ao mesmo tempo, de que cada ser humano é, em certos aspectos, diferente de todos os demais, e talvez deva sê-lo.” (p.130).

No caso da construção das identidades negras afro-brasileiras a individualização passa inevitavelmente pela identificação psico-sócio-histórica com outros sujeitos negros, o que remete a balança Nós-Eu (Elias, 1994a), ou, neste caso numa inversão digna, à balança Eu-Nós. “Em estágios anteriores do desenvolvimento, era bastante comum a identidade-nós ter precedência sobre a identidade-eu” (Elias, 1994a, p.130), e os estágios processuais civilizacionais do Brasil, ainda jovens em comparação a outras civilizações, como da Europa, por exemplo, nos faz pensar na identidade-nós por primazia.

No entanto, no caso em tela, acredito na ideia de começar pela identidade-eu, não somente por achar digno, mas, por eu mesma ter iniciado esta tese por

uma tensão gerada em mim, e pela minha busca de identificação com o nós-intelectual-negro-afro-brasileiro. Aliás, a psicossociogênese, grafada a esse modo, sugere um escopo psicogênico (do eu), desembocado no sociogênico – o nós.

A esse respeito podemos citar ainda Achille Mbembe (2014) que apesar de criticar essa noção da busca pela identidade nos termos europeus, pois, “o pensamento europeu sempre teve a tendência para abordar a identidade não nos termos de pertença mútua [...], mas, antes na relação do mesmo ao mesmo, [...] ou ainda, no seu próprio espelho” (p.10), neste caso para designar o povo negro como “o outro”, devo reiterar que na balança Eu-Nós, não há “o outro”.

Nos termos europeus, ainda segundo Mbembe (2014), o ser negro é um mesmo ser, sem individualização, e não é o que estou fazendo aqui. Nem tão pouco, provooco a ideia de que nossa individualização é promovida pelo ideal de ser humano. Acredito, que buscamos brigar com as ferramentas do opressor, sem dúvidas, mas, sem encará-los como o ser ideal a ser espelhado, ao contrário, nos apropriar dos estigmas gerados sobre nós, sujeitos negros, é uma tática de sobrevivência, não ignorando o fato de que sim, somos diferentes, apesar de que biologicamente, somos iguais, em termos filogenéticos ou ontogênicos (Fanon, 2008).

Neste caso, vejamos o significado de alteridade, ou como coloca Mbembe (2014), o significado de “altericídio”. Por um lado, cremos nas distinções do devir do ser negro no mundo, e por outro, corremos o risco de sermos aniquilados por assim nos dizermos sobre a nossa natureza. O que nos resta, enfim, na condição de humanos negros? Domesticar, ou educar para tornar “pacífica”, toda natureza humana? Ao contrário do que fizeram os humanos brancos ao se depararem com a ideia do “Outro”.

É certo que os homens também podem destruir a habitabilidade do seu planeta para os seres humanos, e talvez já estejam em vias de o fazer. Não deixa, porém, de ser um tanto assustador ver-se que muitos homens tiram daí a conclusão de que a natureza ainda não tocada pelo homem é amiga e generosa, e de que só a intervenção dos homens nos processos da natureza é perceptível de provocar os perigos que ameaçam a humanidade. A verdade é que, devido ao mal-estar que a natureza neles provoca, os homens vêm trabalhando, há muitos milhares de anos, com objetivos a curto prazo, no sentido de domesticarem a selvática, indômita e perigosa natureza da Terra. Eles desbravaram as florestas primitivas e transformaram-nas em campos de cultivo e em jardins. Em algumas regiões, lograram exterminar os lobos, os gatos selvagens, as cobras venenosas, tudo o que lhes era

hostil. Agora, nestas regiões, podem caminhar pacificamente e sem perigo pelos campos e achar bela a natureza, entretanto domesticada e pacificada pelos homens. (Elias, 1991, p.19)

Ao que parece, devido a ostensiva aniquilação da população negra realizada pelos colonizadores escravocratas (brancos), o “altericídio” de Mbembe (2014) se assemelha em muito, com o que Elias (1991) pontua em seu livro, “*A Condição Humana*”, - assim sendo, a alteridade, ou, “o Outro” visto como primitivo, selvático, é para o homem branco, hostil, portanto, alvo da famigerada vontade de eliminação, até à extinção.

Devo confessar, sinto que “[...] a partir de mutações das estruturas do ódio e de recomposição de figuras do inimigo íntimo” (Mbembe, 2014, p.45), ser humano negro, é ser uma espécie de educador. É como se nossa individualização fosse a composição de sofrimento mais paciência. E só assim, conseguimos adentrar no Nós-negro-intelectual-afro-brasileiro.

Vejam o que diz Frantz Fanon (2008) a esse respeito da individualização:

Reagindo contra a tendência constitucionalista em psicologia do fim do século XIX, Freud, através da psicanálise, exigiu que fosse levado em consideração o fator individual. Ele substituiu a tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. De certo modo, para responder à exigência de Leconte e Damey, digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sócio – diagnóstico (Fanon, 2008, p. 28)

É um tanto ambíguo, ou melhor, ambivalente as perspectivas da individualização dos sujeitos, no entanto, ancorados nas reflexões de Fanon (2008) em “*Pele Negra Máscaras Brancas*”, e suas colocações como psiquiatra e filósofo negro numa sociedade colonizadora, fica evidente que o prognóstico do processo da individualização do sujeito negro colonizado só poderá ser bem explicado, sociogeneticamente, e em paralelo, psicogeneticamente.

Diante da convivência das raças branca e negra, pensamos que existe uma assunção em massa de um complexo psicoexistencial. Ao analisá-lo, visamos a sua destruição. Muitos pretos não se reconhecerão nas linhas que se seguem. Muitos brancos, igualmente. Mas o fato de que eu me sinta estranho ao mundo do esquizofrênico, ou do impotente sexual, em nada muda a realidade deles. (Fanon, 2008, p. 29)

A realidade é que as identidades e a individualização só existem quando adotamos a ideia que nossa existência provém, sem dúvida, das relações interpessoais. Só somos seres humanos, porque nos relacionamos com outros

semelhantes. Esse acordo existe, quando nós compreendemos, se não há identificação, através da língua, cultura e habitus, por exemplo, não há individualização.

Um indivíduo, é um sujeito plural, apesar da individualização, nossas identidades se inter cruzam, a começar pela identificação com a estrutura familiar, e depois, com a estrutura societal. O que dificulta em muito a individualização do sujeito negro, é no meu ponto de vista, os estigmas psicopatológicos destinados a nós, como uma espécie de herança genética, e sócio-histórica, em certa medida.

Todavia, no nosso caso **[sujeitos negros]**, os fenômenos vão se complicar significativamente. A família, na Europa, representa uma maneira que tem o mundo de se oferecer à criança. A estrutura familiar e a estrutura nacional mantêm relações estreitas. A militarização e a centralização da autoridade de um país conduzem automaticamente a uma recrudescência da autoridade paterna. Na Europa, e em todos os países ditos civilizados ou civilizadores, a família é um pedaço da nação. (Fanon, 2008, p.128) **[grifo nosso]**

A identidade nacional, o conhecido sentimento de pertencimento, se faz demasiadamente confuso ao se tratar das pessoas negras afro-brasileiras. E a esse respeito falo por vivência e experiências. Ao longo da vida conheci diversas pessoas fenotipicamente negras, mas, que não se auto identificavam como tal. Isso se dá justamente por conta do estigma que representa ser uma pessoa negra no Brasil, o que é uma tensão bastante sutil, pois, grande parte dessas pessoas que não se identificam como negras, se perdem nos gargalos políticos institucionais.

Ou seja, deixam de buscar garantias de direitos, em troca de uma aceitação social, que embora dê certo para pessoas negras de pele clara, dificilmente deixa o caminho aberto para as pessoas negras de pele escura ou retinta. Por outro lado, existem aquelas pessoas que tentam se enquadrar fenotipicamente (o que é impossível a não ser por fraude), em padrões estéticos negróides, para usufruir das ações afirmativas destinadas a esse grupo.

A afroconveniência, também conhecida como um mecanismo de burla da Lei 12.990/14, a Lei de Cotas, passou a ser mais bem identificada quando os primeiros sinais de fraude foram denunciados em alguns veículos de comunicação. Para uma efetivação concreta desta Lei, criaram-se bancas de heteroidentificação, para garantir que as vagas fossem preenchidas por pessoas

que estivessem no perfil das cotas, sejam elas raciais ou sociais.

As bancas de heteroidentificação ajudaram a perfilar o cotista negro a partir de uma autoidentificação, forçando a pessoa interessada na vaga afirmativa, a se olhar, se conhecer, a se saber, e a se perguntar: — Eu sou negra/o?

E quem é negro/a no Brasil? E para além disso, temos etnicidade?

Não é o objetivo desta tese responder a essa questão identitária, e há ainda as questões dos negros de pele clara que não se identificam como tal, mas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, as pessoas negras são as pretas e pardas. No entanto, as pessoas devem se autodeclarar como negras, se não houver identificação, pessoas pardas, no tocante a cor da pele, não se designavam como negras, alocando o indivíduo pardo como sujeito de outra raça social/ideológica que não a negra.

Sobre essa questão de identidade, ou autoidentificação com alguma das raças socio-culturalmente descritas no Brasil como, negra, branca, indígena e amarela, a literatura é vasta. Principalmente porque se trata de um projeto nação carregado de ideologias, as quais apontam para um Brasil racista de marca e não de origem. Ou seja, os racismos e discriminações no Brasil são pautados nos fenótipos, e não na hereditariedade, deixando confusa, muitas vezes, as relações étnico-raciais em determinados espaços, e a própria identificação como pessoa negra.

É a partir de experiências com os variados tipos de racismos, a partir destas tensões, que o sujeito passa a compreender-se como negro, porque é descriminalizado por sê-lo, veja o que afirma Guimarães (1999): “[...] diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais.” (Guimarães, 1999, p. 24)

As construções socioculturais que envolvem o contexto de formação humana das pessoas negras, no Brasil, muito embora, reconheçamos os avanços, continua carregado de estigmas, sobretudo em detrimento de pessoas negras com a pele retinta.

Embora saibamos que biologicamente não há distinção entre raças humanas, recaímos sobre o racismo sociocultural – conhecido também como

estrutural (Almeida, 2020), mas, a conceituação dos tipos de racismos por si só, não resolvem os problemas étnico-raciais. Se a autodeclaração de raça e cor é dificultada pelo sentimento de pertença confuso, compreendemos que é ainda pior quando evoluímos o conceito de etnia, dado o fato de que quando pensamos em relações étnicas, pensamos automaticamente em palavras que sofreram ressignificação, como: tribo e índio, por exemplo.

Outros sociólogos, entretanto, por considerarem o conceito de raça muito carregado de ideologia, rejeitaram até mesmo essa distinção entre 'raça' e 'etnia', preferindo falar apenas de etnia. Tal conceituação, entretanto, ao diminuir a possibilidade de distinções analíticas, é mais um meio de contornar as dificuldades da análise que de resolvê-las. Não resta dúvida, entretanto, que o conceito de etnicidade é mais amplo que o de raça. (Guimarães, 1999, p. 25)

Apesar de compreender que justamente pelo caráter sociocultural estaríamos nós, pessoas negras, mais bem identificadas, se nos considerássemos parte de uma etnia sequestrada de África, sendo, portanto, - uma etnia afro-brasileira – cooperando com o sentido de afrodescendência, estaríamos então, rejeitando o racismo? Não obstante, o conceito de etnia é considerado um termo do colonizador por intelectuais africanos. Portanto, na filosofia africana, é também cunho de críticas.

Ainda em se tratando de Brasil, Sansone (2007) aponta uma construção identitária de jovens negros baianos, em contraposição ao comportamento de seus pais, indicando um fortalecimento da consciência negra, e uma impossibilidade da ideia de grupamentos étnicos.

Sansone (2007) descreve uma juventude engajada e preocupada em se autodeclarar como negra, em sua pesquisa realizada nos primeiros anos do século XXI, e apresenta duas vertentes de progresso no que tange a construção da identidade de jovens negros naquele contexto.

Por um lado, existe o desenvolvimento de uma nova identidade negra ou, pelo menos de um tipo de orgulho negro. Há também uma nova busca da pureza na cultura afro-baiana, sobretudo em suas dimensões religiosas, que muitas vezes se expressa pela tentativa de 'reafricanizar' os cultos e os ícones através da eliminação de todos os vestígios de 'mistura' e sincretismo, em especial com o catolicismo popular. Por outro lado, há novas formas de hibridização relacionadas com as expressões culturais e religiosas negras, como a música, o carnaval, o vestuário, o cabelo e os símbolos religiosos, e há uma nova admiração pelas pessoas de cor. Existe uma percepção mais aguda do racismo, porém o novo orgulho negro nem sempre é contra os brancos, e há também um aumento contínuo de casamentos mistos. (Sansone, 2007, p. 154).

Em 2007 a escrita já apontava para uma série de ressignificações implícitas ao ato de pesquisar as relações étnico-raciais. Analisando as colocações de Sansone (2007), pude observar alguns micros avanços conceituais. Por exemplo, o que o autor chama de busca da pureza da origem, ou, 'reafricanizar', implica no meu ponto de vista, no surgimento de pesquisas embasadas na teoria da afrocentricidade no Brasil, que fogem dos elementos eurocêntricos de análises. Destarte, podemos citar ainda os estudos decoloniais.

Ao que cerne as tentativas de eliminar os sincretismos culturais, podemos avançar na discussão a partir do que Nogueira (2020) pontua a respeito de estigma e etnocentrismo históricos, [...] sobre estigma pode-se vislumbrar que, na base do preconceito, da discriminação, do racismo, de toda sorte de fobias e da própria 'intolerância religiosa', está a necessidade de categorização dos seres humanos com vistas ao reforço do etnocentrismo." (Nogueira, 2020, p. 43)

O avanço está implícito na crítica a nossa forçosa necessidade de categorização, numa obra que estuda a fundo a intolerância religiosa. A linha de raciocínio de Nogueira (2020) prevê a sensibilização em detrimento do apagamento, e em auxílio, epistemologias negras para desconstrução do racismo religioso. Pode parecer confuso, e é, mas, é através da transmissão do conhecimento e do autoconhecimento, que se vê a possibilidade de mudança de pensamento e comportamento na rede social de qualquer estrutura. Apagamento de culturas, e ausência de estudos a respeito da história ancestral, tornam os sujeitos pertencentes a esses grupos em indivíduos potencialmente invisíveis em alguns espaços.

São inúmeras as ferramentas paradoxais a esse movimento de apagamento ou invisibilização e epistemicídio, o próprio empoderamento (Bertha, 2020) aqui já mencionado, e o lugar de fala (Spivak, 2010) (Ribeiro, 2020), a compreensão da interseccionalidade (Akotirene, 2020), enfim, são esses alguns instrumentos de defesa no campo intelectual, ou como gosto de chamar, no bilhar acadêmico. Utilizados não só como argumentos de defesas da sobrevivência identitária, mas, principalmente, para uma tentativa de superação dos racismos, estruturais, institucionais e linguísticos existentes no Brasil.

Mas o que isso tem a ver com o etnocentrismo e a formação identitária? A psicossociogênese das tensões nas relações étnico-raciais exige uma

compreensão digressiva que antecede a própria noção de raças e etnias. Portanto, o que tento explicar, embora que superficialmente, é a movimentação das bolas na mesa do bilhar acadêmico, o senso e o contrassenso.

Apesar dos avanços na produção do conhecimento da educação para as relações étnico-raciais, ainda há uma preocupação no uso do termo étnico, aos quais muitos intelectuais preferem dizer, relações raciais. Fato é que a compreensão de etnias brasileiras parece caótica, e em se tratar de etnias negras, talvez, possamos elencar alguns grupos religiosos e artísticos, o que certamente deixaria de fora uma quantidade considerável de pessoas negras que não conhecem a tradição oral de suas origens.

Pensar em um povo étnico remete a um lugar talvez primitivo, tribal, muito embora seja uma resignação colonialista (Amselle, M'Bokolo, 2017). Talvez seja esse um dos fatores que prejudique o entendimento e sentimento de pertença étnico afro-brasileiro. Pois, a identidade brasileira em sua construção não colocou o negro em posição favorável na condição de sujeito capaz de identificar-se e dizer-se, sócio historicamente.

Appiah (1997), filósofo africano descreve que:

Toda identidade humana é construída e histórica; todo o mundo tem seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de 'mito', a religião, de 'heresia', e a ciência, de 'magia'. Histórias inventadas, biológicas inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente. (Appiah, 1997, p. 243)

Essa crise identitária (com os erros e imprecisões que a constitui) a qual passam os sujeitos, e em especial, os sujeitos negros, tem impacto, a exemplo, no nacionalismo e na disposição para defesa da nação (militarismo) como parte da segunda natureza. Ocorre um certo distanciamento na percepção identitária (dos sujeitos negros), devido ao deslocamento ou ressignificações dadas ao sentido prático de nacionalismo e militarismo.

Um forte exemplo das novas características dos nacionalistas e militaristas do Brasil, são os bolsonaristas, habitantes de um movimento político de extrema direita. No 23 do século XXI, uma onda de violência significativa, partiu dessas pessoas que se consideram nacionalistas, e acreditam que a polícia militar e o exército, poderiam voltar a governar o país, e

pretensiosamente, não concordam com a existência do Golpe Militar na década de 1960, por exemplo, assim como, ridicularizam os tipos de racismos, onde simplesmente o negam como parte da consciência coletiva nacional, ou pior, reafirmam a necessidade dessa violência como projeto político ideológico de branqueamento ou extinção da população negra.

Esse projeto político ideológico, certamente, existe desde o Brasil pós-abolicionista, e apesar de camuflado durante décadas, re-aflorou em grande parte da população branca habitante do bolsonarismo em 2018/2019:

O conluio dos intelectuais e dos acadêmicos “cientistas” na formulação dessa política foi decisivo para a sua aceitação. Na década de 1920, quando o Brasil estimulava através das Leis a imigração de brancos europeus (celtas, raças nórdicas, iberos, eslavos, germânicos, portugueses, austríacos, russos e italianos), “científicos endossos a esta política e seus objetivos se encontravam amplamente disponíveis. Oliveira Viana, mulato cientista social e político influente nessa década, reitera que ‘o grupo étnico que contribui com maior porção para o melting pot tem o potencial para dominar o make-up da população, não só no seu tipo morfológico, mas também em seu tipo psicológico e cultural’. (Nascimento, 2016, p. 87)

A esse respeito, concluo, por vivência, que de fato, parecer-se com sujeitos que não credibilizam a própria história nacional, a formação sociocultural e estrutural da nação, e ainda, como uma espécie humana retrógrada, que incitam a violência como principal ferramenta de manutenção de poder, não condiz com uma identificação saudável e sustentável.

O genocídio da população negra estimula, infelizmente, uma identificação étnica branqueada. “Dentro de um século ou de três séculos, isto importava; o que se fazia essencial e indisputável era a necessidade de embranquecer o povo brasileiro por dentro ou por fora.” (Nascimento, 2016, p. 88).

O etnocentrismo foi também, um mecanismo violento de sustentação de poder em países de África, o que nos faz voltar a questão que iniciou esse debate, - a reafricanização em detrimento do sincretismo afro-brasileiro. Em educação, esse debate recai sobre a EREB no ensino religioso, haja vista que o termo reafricanização em Sansone (2007) aponta para uma busca da pureza afro-baiana nas práticas religiosas, campo ao qual o sincretismo está diretamente ligado. Onde o apagamento dos ensinamentos ancestrais de um povo é uma ferramenta de genocídio e manipulação de massas.

Diante do exposto, consigo compreender que esta seção deste capítulo conseguiu razoavelmente apontar o que há de mais atual no debate sobre os

temas mais evidentes em estudos em Educação de pesquisadores/as negros/as da ABPN. Recapitulando: EREER, Lei 10.639/03, Políticas de Ações Afirmativas e Identidades. Sem dúvida são temas riquíssimos ao debate educacional.

E ainda, aponte uma sutil ideia psicossociogenética da EREER – onde assinalo pequenas mudanças e outras formas de pensar, além disso, conceituar termos que juntos promovam um movimento epistêmico antirracista. A psicossociogênese será melhor explicada na seção seguinte.

1.3 - ANÁLISE DE REDES SOCIAIS - APROXIMAÇÕES PARA EXPLICAR A PSICOSSOCIOGÊNESE EXTRAÍDA DE ELIAS

Esta seção tem por objetivo espalhar as bolas de bilhar na esperança que eu mesma, ou outros pesquisadores, possam realizar grandes jogadas no futuro. Espero o dia que consigamos realizar um estudo aprofundado onde a Análise de Redes Sociais (ARS) possa ser aplicada em sua completude, na rede de intelectuais negros brasileiros. No entanto, o texto que segue, são as minhas primeiras aproximações observadas entre a teoria figuracional e a ARS.

Busquemos compreender a psicossociogênese como um aporte teórico metodológico expresso por Elias [separadamente – psicogênese e sociogênese] de modo tão sutil a ponto de ser imperceptível nas suas obras. No que tange a psicogênese, em alguns estudos ela está presente, mas não é mencionada, dificultando ainda mais a compreensão dos pesquisadores eliasianos.

A psicossociogênese é, portanto, o puro e simples ato de desvelar, cortina a cortina de modo anacrônico, analisando a história, seja de civilizações ou de conceitos num recorte temporal de longa duração, com base em documentos produzidos no contexto analisado.

O método da sociogênese avalia o comportamento, o *habitus*, os movimentos sociais, ou melhor, os processos. Enquanto a psicogênese analisa os indícios do pensamento que precede a mudança coletiva, portanto, pressupõe-se em Elias que a opinião pública parte de um pensamento individual, porém, incutido individualmente por um coletivo, seja ele a família, a escola, os vizinhos, ou seja, redes de interdependência que sistematicamente existem.

Podemos conferir a aplicação do método em questão em diversos textos de Elias, segue, portanto, um dos trechos do Processo Civilizador volume II aos quais evidenciam o método e o documento da análise.

A população guerreira, no entanto, continuava a crescer. As pulsões e paixões dessa classe governante eram menos restringidas pelas dependências sociais e pelos processos civilizadores do que em classes superiores das eras subsequentes. A dominação da mulher pelo homem continuava intacta. 'Em todas as páginas das crônicas da época são citados cavaleiros, barões e grandes senhores que têm oito, dez 12 ou mesmo mais filhos homens (Elias, 1993, p.59)

Os documentos pesquisados por Elias dão suporte a contextualização, o que faz muitos pesquisadores acreditarem que algumas obras do sociólogo sejam livros da história civilizacional de algumas nações, sem exprimir do intelectual sua sutileza teórico-metodológica. Como podemos ver no trecho que segue:

Processos de expansão social têm limites. Cedo ou tarde, chegam ao fim. De idêntica maneira, o movimento de expansão iniciado por volta do século XI gradualmente cessou. Tornou-se cada vez mais difícil aos cavaleiros francos do Ocidente desbravar novas terras com a derrubada de florestas. Só obteriam terras além-fronteiras, quando isso fosse efetivamente possível, a custo de pesadas lutas. A colonização das regiões costeiras do Mediterrâneo oriental deu em nada após os primeiros sucessos. (Elias, 1993, p. 58)

A contação da história civilizacional faz parte do método, e certamente, aos leitores desatentos, esse contar histórico pode ser o ponto forte das obras eliasianas. A teoria figuracional termina por ser o pano de fundo, quando na realidade, é o aspecto crucial expressado por Elias, tanto nos tomos de “*O Processo Civilizador I e II*”, quanto em outras obras, como já observado na subseção 1.1 desta tese.

A análise de redes sociais trata de uma “geometria social” a qual imprime visualmente a relação de interdependência entre os componentes da rede. Higgins e Ribeiro (2018) apoiados nos precursores da análise de rede indicam a importância do método justamente por este movimento de tornar visível ou desvelar os nodos de interdependência de uma dada figuração ou rede.

O comportamento humano sempre foi estruturado através da interdependência das interações e de tudo aquilo que pressupõe a sua existência: normas sociais, sanções, formas de controle lateral, disciplinas, narrativas, meios de pagamento e troca, formas de dominação, valores, regras de parentesco, regimes de propriedade etc. [...] Há vários equívocos quando falamos de redes sociais. Muitas pessoas confundem as mídias sociais, isto é, os aplicativos digitais por meio dos quais nos comunicamos e postamos informações sobre a nossa vida para que outros curtam, com o método para analisar os dados de nossas relações sociais que nos tornam interdependentes. Muito antes da corrida metodológica pela popularmente conhecida análise de redes sociais, as ciências humanas tinham inaugurado um campo metodológico conhecido como sociometria (Higgins; Ribeiro, 2018, p. 11)

Além do conceito de sociometria outros modos de análise figuracional foram desenhando o que hoje chamamos de Análise de Redes Sociais, Higgins e Ribeiro citam George Simmel e Jacob Moreno como um dos dois notáveis pesquisadores que fizeram “uso da teoria de grafos como ferramenta de visualização e modelagem de interações. Como resultado desse esforço, surgiu a técnica do sociograma, precursora das atuais ferramentas de desenho topológico disponíveis em diversos pacotes computacionais que circulam na rede digital” (Higgins; Ribeiro, 2018, p. 11).

Há muito em comum entre a ARS e a teoria configuracional, por exemplo, a questão da separação entre pesquisas quantitativas e qualitativas, ou ainda, pesquisas sociológicas e históricas. Onde uma pressupõe o estudo de levantamento de dados numéricos e a outra de apreciação empírica ou, puramente teórica. O fator em comum nesta situação se dá pelo intercruzamento de ideias de análises, onde em ambas as rixas o denominador comum sempre é uma pesquisa, independentemente do método utilizado para obtenção do resultado.

Tudo isso serve para vermos o simplismo que supõe dividir os métodos das Ciências Sociais em qualitativos e quantitativos, como se fossem mundos separados. O observador social, nesse caso o economista ou o demógrafo, trabalha com conceitos em que a qualitas e a quantitas são inseparáveis (Higgins; Ribeiro, 2018, p. 31)

O que nos interessa a partir da citação acima é a consistência na possibilidade de imbricar as ferramentas metódicas da análise de redes sociais com o embasamento teórico da teoria do processo civilizador - configuracional.

Pois, ao nosso ver, a rede e a figuração são a mesma coisa, vistas por pontos diferentes. A rede se vê por pontos nodais, aos quais revelam a quantidade de afinidades interpessoais e o princípio destas, e a figuração se vê por grau de interdependência ou relações de poder. Ao juntar teoria figuracional com análise de redes sociais teremos um sociograma que pode mostrar a intensidade das relações entre os indivíduos da rede, quais seus centros e periferias de disseminação do conhecimento.

Higgins e Ribeiro (2018) elaboraram um quadro onde podemos aferir sob quais atributos a análise de redes sociais é apoiada, os autores fazem uma comparação com os atributos da pesquisa estatística aplicada às ciências sociais. Observe:

Figura 5: Quadro de atributos diádicos (valências abertas ou recíprocas) e monádicos (não deriva e não tem derivações)

Análise de redes Parte de atributos diádicos	Estatística aplicada às ciências sociais Parte de atributos monádicos
Parentesco: pai de, filho de,	Raça
Rol social: chefe de,	Sexo
Cognitivos: conhece a,	Renda
Afetivo: gosta de, amigo(a) de,	Idade
Ação: compartilha com,	Escolaridade
Distância: longe de, próximo a,	Categoria profissional
Co-ocorrência: na mesma escola com,	

Fonte 10: (Higgins; Ribeiro, 2018, p. 40)

Diferente dos autores, mas, ainda com base nos mesmos, proponho uma junção entre os atributos da Análise de Redes Sociais e de uma Figuração alicerçada em Norbert Elias.

Quadro 5: Atributos da Análise de Rede Sociais e possibilidades figuracionais

Atributos da Análise de Redes	Em uma figuração:
Parentesco:	Familiar
Rol social:	De ambientes de trabalho
Cognitivos:	Escolar/ Acadêmica
Afetivo:	Familiar
Ação:	De Movimentos sociais ou políticos
Distância:	De Fronteiras e/ou Centros
Co-ocorrência:	Bairros, cidades, estados e países.

Fonte 11: Quadro elaborado pela autora

No quadro acima há uma tentativa de comprovar a compatibilidade entre teoria e metodologia, levando em conta que os atributos da Análise de Redes Sociais são facilmente encontrados nas figurações propostas por Elias, portanto, há como se medir as interações de uma dada figuração e, além disso, estratificar os pontos centrais ou personagens fundamentais dela.

Ainda sobre o conceito de análise de redes e a preocupação dos cientistas sociais no uso de ferramentas que quantificam a pesquisa é válido ressaltar que diferente da estatística aplicada às ciências sociais a análise de redes é um instrumento que estuda as relações entre os indivíduos e não suas variáveis.

A análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interacção entre os actores sociais em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações a têm, pelo que a sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou efeitos cumulativos de múltiplas interacções. Esta 'análise relacional' permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas, também, o modo como eles o usam e modificam consoante os seus interesses (Portugal, 2007, p.7)

O aspecto de “análise relacional” é de suma importância para o objeto aqui alocado, pois os pesquisadores/as negros/as impulsionam conscientemente a produção do conhecimento tentando demonstrar a capacidade individual e coletiva de fazer ciência. O tecido social mencionado pela autora em muito parece com a figuração eliasiana, e esta comparação pode ser feita ainda a partir de quatro características desenhadas por Wasserman e Faust apud Portugal (2007):

1) os actores e as suas acções são vistos como interdependentes e não como unidades independentes e autónomas; 2) os laços relacionais entre actores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a acção individual; 4) os modelos de redes conceptualizam a estrutura (social, económica, política, etc.) como padrões constantes de relações entre actores (Portugal, 2007, p.6)

A título de conferência, vejamos como Norbert Elias (2006) conceitua uma figuração, e como a ideia de rede (Portugal, 2007) se aproxima do conceito eliasiano:

Há figurações de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas, apenas os seres humanos formam figurações uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração existente de seres humanos. Às quatro dimensões espaço-temporais indissolivelmente ligadas se soma, no caso dos seres humanos, uma quinta, a dos símbolos socialmente aprendidos. Sem sua apropriação, sem, por exemplo, o aprendizado de uma determinada língua especificamente social, os seres humanos não seriam capazes de se orientar no seu mundo nem de se comunicar com os outros. (Elias, 2006, p. 25)

As figurações humanas são constituídas por meio da comunicação, produção de símbolos e valores que são transmitidos a gerações futuras. Neste sentido as redes se assemelham a figuração justamente pelas relações interdependentes, sobretudo no que tange ao uso comum da linguagem e o repasse desses conhecimentos de geração a geração; além disso, tanto a figuração quanto a rede são agrupamentos estruturais que sistematizam padrões constantes entre os indivíduos. A figuração, no entanto, é para Elias, palco de transformações sociais que apesar de obter determinados padrões no espaço-tempo, sofrem mutações psico e sociogênicas em processos de longa duração.

Elias, sociólogo alemão, tem extensa literatura acerca dos processos civilizatórios – da corte à revolução Industrial, ou seja, possui obras dos planos filosóficos aos humanísticos, explicando as sociogêneses da economia, sociologia, dos *habitus* nacionais ingleses e alemães, entre outros assuntos, a opinião pública dos ingleses e dos alemães presentes nos meios de comunicação.

O autor disseminou suas ideias acerca de pesquisas da sociogênese e psicogênese, as quais segundo ele “propõem-se a revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos; e parece que desta maneira, grande número de questões que julgamos hoje complicadas, ou muito além da compreensão, podem receber respostas bem simples e precisas” (Elias, 1994, p. 17).

Suas principais obras são: *A sociedade de corte; Mozart – sociologia de um gênio; Os Alemães; Sobre o Tempo e Os Estabelecidos e Outsiders*, mas são em seus livros *O Processo Civilizador* volumes I e II, que nos concentramos para tratar da psicossociogênese das tensões que envolvem os termos etnia negra, pois são estes que abordam a cultura e aspectos civilizacionais de um

povo. Alguns Escritos e Ensaio de Elias (2006) onde tratam do *Estado, Processo e Opinião Pública*, também servem de inspiração para desmitificar a democratização racial elaborada por intelectuais e jornalistas, objeto deste estudo. Para fundamentação de uma teoria dos processos sociais – ou psicossociogênicos, Elias (2006) sintetiza:

A tarefa de uma teoria dos processos sociais consiste no diagnóstico e na explicação das tendências de longo prazo e não-planejadas, mas ao mesmo tempo estruturadas e orientadas, no desenvolvimento de estruturas da sociedade e estruturas da personalidade, que constituem a infraestrutura daquilo que em geral denominamos história (Elias, 2006, p. 197).

O autor critica a ruptura acadêmica entre história e sociologia, nos fazendo compreender que estas devem estar unidas em prol de estudos que eu parafraseio de psicossociogênicos, pois o tempo é o condicionante do desenvolvimento civilizacional complexo e de longo prazo, que diz respeito às mudanças estruturais dos grupos e dos indivíduos em sociedade.

Concordamos com a afirmativa por entendermos que a opinião pública advém do desenvolvimento civilizacional de longo prazo, e para nos provar esta hipótese, Elias (2006) trata do *habitus* nacional a partir das culturas inglesa e alemã, afirmando que a opinião pública em suas esferas políticas interna e externa, são motrizes influenciadoras de partidos, governos, mídias e acrescentaria a ciência, ou as produções científicas.

Obviamente que em cada país as reações para assuntos adversos são peculiares, e seguem o modo de pensar das nações. “Elas [**as nações**] revelam-se no modo pelo qual os seres humanos se determinam reciprocamente em suas relações sociais e no modo pelo qual reagem diante de acontecimentos pessoais ou impessoais” (Elias, 2006, p. 127. **grifo nosso**).

Compreendemos que a teoria eliasiana não se refere especificamente às questões étnicas, mas é possível pressupor que a representação da etnia negra em comunicações científicas é parte da opinião pública enquanto substrato do pensamento de determinados grupos sociais, que fazem circular suas ideias a partir de sua produção científica. De modo que, a opinião pública e o *habitus*, discutidos por Elias (2006), são reveladores de acontecimentos pessoais, de história de vida, ou impessoais, mas passíveis de reações adversas na forma

noticiosa ou científica como pretendemos identificar e analisar neste estudo.

A sociogênese e psicogênese eliasianas são termos referenciais que designam mudanças no processo histórico de longa duração e estão diretamente ligadas às mudanças comportamentais dos indivíduos, que são por sua vez, consequências dos fatos sociais e, portanto, provenientes do interior dos grupamentos humanos.

Compreendemos que a sociogênese (relação do comportamento social ao longo da história) desvenda através da psicogênese (desenvolvimento do pensamento social, ou opinião pública) o que Elias (1994a, 1994b, 1993) chama de processo civilizatório. Em suma, a teoria eliasiana acerca dos processos civilizacionais, nos ajuda a compreender a linha científica traçada pelos/as pesquisadores/as negros/as e de que forma as pressões externas influenciaram em suas utilizações epistêmicas. Essas pressões externas estão no bojo das mídias, dos órgãos reguladores, das instituições universitárias e escolares, e dos espaços de convivência mútua como, cidades, bairros, ruas etc.

Os marcos conceituais da sociogênese e psicogênese estão presentes em “*O Processo Civilizador* volumes I e II”, trata-se da formação e diferenciação da civilização e cultura, do absolutismo e do estado, através dos hábitos, condutas e costumes. A teoria nos leva a compreender o ponto crucial de nossos objetivos aqui propostos, haja vista que estudar as mudanças epistemológicas está em paralelo com as mudanças sociais.

A psicossociogênese de um termo (a qual me propus a formular) sugere que ele tenha diferentes significados de acordo com o ambiente onde está sendo empregado, mas, infere ainda, que seja utilizado de acordo com o momento social, lugar de fala do proponente ou de um conjunto de indivíduos. Ou seja, ao passo que os costumes e hábitos mudam ao longo do tempo, mudam também as formas de empregar determinados termos.

Logo, a psicogênese e sociogênese estão diretamente ligadas a uma autoimagem, a qual a teoria eliasiana também abarca em *Sociedade dos Indivíduos*. Tomando como exemplo a conversação, Elias (1994a) destrincha como um sujeito se utiliza das palavras em favor de sua formação ideológica para convencer ou ser convencido pela ideia do outro. A depender dos rumos que o diálogo toma, as ideias ali postas podem entrar ou não em acordo e perpassarem para outros grupos sociais, originando uma forma reticular, ou um

círculo de ideias. O mesmo ocorre com o conceito de rede, que “designa uma grande variedade de objetos e fenômenos” (Portugal, 2007, p.1)

Ouvimos, hoje, falar em redes em todas as áreas: nos territórios, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, nas prestações de serviços. O seu sucesso no modo como organizamos e pensamos o mundo leva, mesmo, alguns autores a falar da existência de uma ‘racionalidade reticular’” (Portugal, 2007, p.1)

O fenômeno reticular em Elias (1994a) é originário de uma comparação com as bolas do jogo de bilhar, onde ao tocar uma na outra, as bolas impulsionam-se entre si dentro de um quadro de intenções; – é o que possivelmente fazem os/as pesquisadores/as negros/as no COPENE; Já Portugal (2007), descreve esse fenômeno a partir do “[...] desenvolvimento extraordinário das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento” (p.1).

Podemos chamar este fenômeno reticular de empoderamento, forte ferramenta social utilizada por camadas étnicas, de gênero e de classes desfavorecidas pelas sociedades, que proporciona visibilidade aos marginalizados a partir da utilização e empregabilidade de termos antes não utilizados, em detrimento de termos pejorativos e discriminatórios.

Aqui, utilizaremos o conceito de empoderamento expresso por Berth (2020), onde em sua obra homônima ao conceito, descreve-o da seguinte forma: “[...] o empoderamento que seguimos neste trabalho não visa retirar o poder de um para dar a outro a ponto de inverter os polos de opressão, e sim uma postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade.” (Berth, 2020. p. 23)

A utilização do empoderamento como mola propulsora da divulgação epistêmica antirracista viabiliza a discussão e pauta a academia para combater as práticas discriminatórias institucionalizadas. Na lógica do fenômeno reticular, o empoderamento é impulsionado tanto pelo saber histórico psicogênico, quanto pelo saber e empírico sociogênico das relações.

Trata-se das reações dialógicas entre grupos acadêmicos, que se baseiam em suas formações humanas dentro de seus grupos sociais instituídos. Sendo os periódicos científicos, ferramentas desse diálogo que rebatem entre si, dentro do campo dos saberes institucionalizado.

As comunicações em congressos, como serão mostradas mais adiante, são, sobretudo, as impressões e as próprias opiniões de um determinado público, este grupo autor de reações acadêmicas carregam bases empíricas e científicas as quais sob análise crítica podem tender a políticas internas e externas do dia a dia dos brasileiros, e são também fontes de opiniões e de expressão do *habitus* social. Contudo, “[...] diferentemente do processo biológico de evolução, os processos sociais são reversíveis. Surtos em uma direção podem dar lugar a surtos contrários e ambos podem ocorrer simultaneamente.” (Elias, 2006, p. 28). Logo, o racismo pode ser parte da história do Estado, mas não necessariamente precisa existir na opinião pública em longo prazo.

Partindo do pressuposto de que o racismo passou por uma banalização ou trivialização, necessitando de uma revisão epistemológica para encontrá-lo, compreendê-lo e desmistificá-lo nas fontes elencadas para esta pesquisa, utilizaremos também como base teórica textos de Carlos Moore, cientista social cubano e jornalista dedicado aos assuntos étnicos da cultura negra. Autor de ricas matérias que contemplam a problematização da representação do sujeito com “fenótipo melanodérmico”, Moore enfatiza a importância da desmitificação do racismo, e o trata como mito ideologia do autoengano, ao qual o autor chama de neoracismo.

O autor ainda caracteriza o racismo como um “fenômeno eminente histórico ligado a conflitos reais ocorridos na história dos povos [...] um fenômeno que antecede sua própria definição” (Moore, 2012. p. 31). Significa que o termo racismo existiu antes da definição de raças humanas, e que o próprio conceito de raças humanas não existe biologicamente, e que as diferenças no campo do fenótipo humano oriundas do espaço geográfico que se encontram são irrisórias.

Neste contexto, baseando-se em estudos de Cheikh Anta Diop, Moore considera que o racismo nasceu por volta de 356 a. C. quando o império Grego conquistou o Egito, tendo sido a ocupação grega, primeiro fator condicionante do *apartheid* racial (étnico) na história das guerras e conquistas territoriais.

O neoracismo se apresenta como assinala Moore (2012) a partir do momento em que o próprio Estado, assume a gritante disparidade sócio racial e em contrapartida tende-se a trivializar tal disparidade à “esfera puramente das relações interpessoais, [ou] ao plano de meros preconceitos que todo mundo tem” (p.23. **grifo nosso**). As mudanças sócio estruturais modificam a posição do

Estado frente às relações interpessoais, logo, entender o racismo é aceitar que ele está em diversos ambientes, inclusive no campo acadêmico científico, podendo ser confrontado e superado com as mesmas armas de quem os impõe numa relação de poder intelectual, uma vez que o poder econômico subdesenvolveu os grupos economicamente desfavorecidos.

No que diz respeito ao poder econômico dos povos melanodérmicos subdesenvolvido por povos caucasianos, com sua gênese na história da colonização europeia em detrimento de países da África e da América Latina, por exemplo, Moorre sinaliza que:

O surgimento e a expansão do Capitalismo industrial, entendido como uma formação social e relações de produção específicas, só foram possíveis porque o desenvolvimento orgânico do Continente Africano foi brutalmente interrompido e logo descaracterizado em função de exigências exógenas cada vez mais poderosas. [...] O processo capitalista promovido pela Europa Ocidental singularizou o surgimento e a expansão, em grande escala, de um sistema produtivo dotado de uma dinâmica capaz de absorver, subalternizar ou esmagar todas as outras formações econômicas e sociais pré-existentes (Moore, 2012. p. 135).

Concordamos com as proposições teóricas de Moore sobre a origem do racismo e do subdesenvolvimento econômico de povos negros na sociedade contemporânea, e reiteramos a importância de estudos sobre o racismo epistêmico para desmistificar a democracia racial em seus diversos âmbitos sociais.

Haja vista que o uso das palavras está em todos os ambientes e é a principal ferramenta de comunicação e conversação, consideramos que através deste estudo impulsionaremos o debate sobre o discurso antirracista em outros grupos sociais, provocando o fenômeno reticular na rede de intelectuais como um todo, bem como nas produções acadêmicas.

1.3.1 – Procedimentos metodológicos para amostragem figuracional com ferramentas da Análise de Redes Sociais - ARS

Tendo em vista as colocações da seção 1.3, a respeito das aproximações da Análise de Redes Sociais para explicar a psicossociogênese, e - fundamentos teóricos extraídos a partir da teoria figuracional de Norbert Elias que fundamenta a metodologia da ARS, vejamos agora, os procedimentos práticos que dão formato visual a uma figuração a partir da ARS, - análise que auxilia na compreensão da teoria figuracional por aspectos visuais.

Ainda não observei algum estudo que imbricasse a ARS à teoria figuracional eliasiana, o que dá mais um carácter inovador a esta tese, no entanto, não é sobre essa imbricada que se preocupa esta seção, e sim, como a realizamos de modo prático.

A tessitura da rede de intelectuais afro-brasileiros que se debruçam sobre as problemáticas científicas educacionais foi observada a partir dos pesquisadores que participam do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE. E a esse respeito, de modo prático, emerge uma rede de um grupo específico, uma figuração a qual chamo de bilhar acadêmico.

O bilhar acadêmico (de modo figurado) é tanto a rede de pesquisadores/as negros/as, quanto a rede de intelectuais de modo mais amplo. No caso em tela, se faz evidente o estudo das tensões alocadas no primeiro grupo – entre a intelectualidade negra afro-brasileira. E para se extrair uma visualização desta figuração foram necessários alguns procedimentos técnicos operacionais.

Primeiro, houve a necessidade de se fazer um levantamento quantitativo de Grupos de Trabalhos - GTs, Eixos, ou, Sessões Temáticas – STs, que se debruçam ao escopo educacional dos COPENEs, e devido ao contexto histórico e psicossociogenético da inauguração do Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, essa necessidade se estendeu ao congresso da ANPUH.

Após levantamento quantitativo de GTs, STs e/ou Eixos, partimos para quantificação dos sujeitos envolvidos na coordenação destes e que apresentaram trabalhos nas referidas partições supracitadas; em seguida, introduzimos esses agentes numa matriz confeccionada em planilhas de Excel.

Este modo operacional corresponde ao procedimento que visa responder as seguintes questões: Quem são os/as intelectuais negros/as em evidência quantitativa nessa figuração, ou seja, quem são e quem mais produziu? E ainda, o que promoveu as valências abertas da figuração de intelectuais negros/as em termos de conteúdo?

Essas perguntas são basilares na realização metodológica da Análise de Redes Sociais, como afirma Silvia Portugal (2007).

De forma operacional, a análise a partir das redes sociais pode sintetizar-se em algumas questões muito simples: Quem? O que? Como? – Quem faz parte das redes? Quais os conteúdos dos fluxos das redes? Quais as normas que regulam a sua ação? Tomando como

referência as redes das relações sociais dos indivíduos, centro-me na operacionalização a da resposta 'Quem?', ou seja, na análise da morfologia das redes, identificando o nós e os laços que as constituem. (Portugal, 2007, p.25)

Assim como Portugal (2007) em seu texto *“Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”*, recaímos sobre o questionamento de quem seriam os agentes patrocinadores das primeiras pesquisas e preocupações dos COPENEs no decorrer dos anos, assim como, o “*nós*” constituinte dessas relações.

Constituída por uma ação não reducionista, a metodologia da ARS e a confecção de matrizes para aferição da análise se dá por meio do intercruzamento das valências abertas dos agentes envolvidos.

Neste sentido, para efeito de análise dos dados, as relações entre os atores são consideradas tão fundamentais quanto os próprios atores [...] **[o que permite]** que a qualidade das interações seja apreendida quantitativamente, possibilitando a geração de matrizes e gráficos que facilitam a visualização destas relações. Uma das vantagens do método é que predispões, naturalmente, a uma análise que enfoca múltiplos e simultâneos níveis de análise, evitando o reducionismo metodológico. (Souza, Quandt, 2008, p. 31)

As matrizes confeccionadas para este estudo, resultaram em sociogramas que revelam o campo tático da figuração estudada. Para obtenção desses resultados foram confeccionados dois tipos de redes de contato. Tanto a partir de matrizes de dois modos, quanto matrizes quadradas— o que as difere são os comportamentos dos sujeitos no ato da escrita, onde alguns escrevem individualmente, fazendo contato apenas com as coordenações de GTs e STs, ou optam pela escrita em duplas ou grupos, respectivamente.

O procedimento metodológico consiste em acrescentar nas linhas e colunas da matriz elaborada em planilha do Excel, os nomes dos atores simetricamente, e seus intercruzamentos são representados pelos números 0 e 1 – onde o “zero” representa a ausência de intercruzamento; e o “um” representa o ponto nodal entre os atores.

Para exemplificar, coloco a seguir, a imagem de uma matriz de dois modos realizada a partir de dados de um GT do congresso da ANPUH. Foi a menor matriz em termos quantitativos, o que possibilita uma boa visualização para uma melhor apreensão dos procedimentos utilizados, veja o exemplo exposto na imagem a seguir:

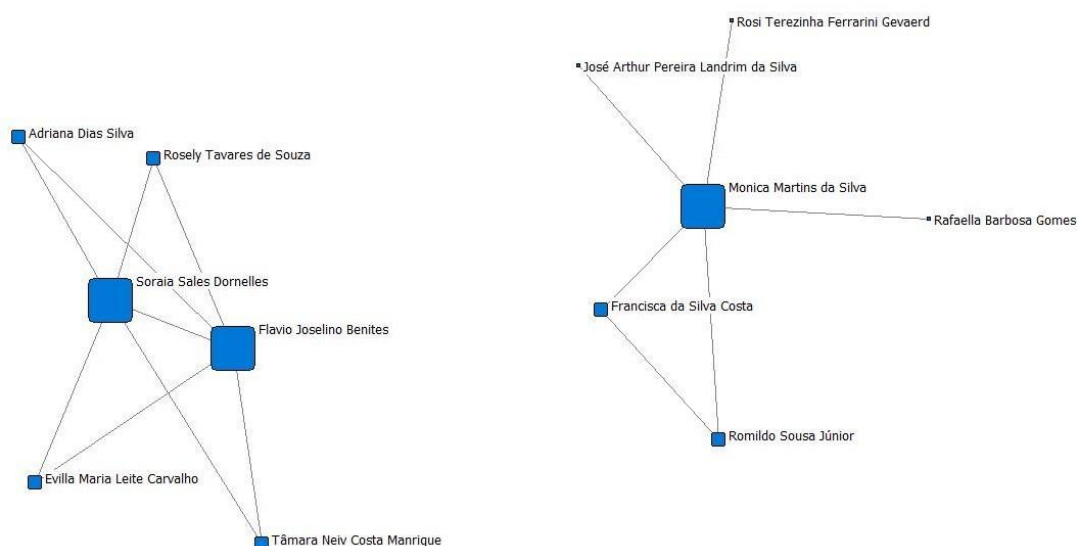
Figura 6: Exemplo de matriz de dois modos (simétrica) confeccionada no Excel

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1		Monica M	Rosi Ter	José Art	Rafaella	Romildo	Francisc	Soraia	Flávio	Tâmara	Adriana	Evilla M	Rosely T
2	Monica Martins da Silva												
3	Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	José Arthur Pereira Landrim da Silva		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Rafaella Barbosa Gomes		1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Romildo Sousa Júnior		1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
7	Francisca da Silva Costa		1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
8	Soraia Sales Dornelles		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
9	Flavio Joselino Benites		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
10	Tâmara Neiv Costa Manrique		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
11	Adriana Dias Silva		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
12	Evilla Maria Leite Carvalho		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
13	Rosely Tavares de Souza		0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0

Fonte 12: Planilha elaborada pela autora

Observem que a ausência de inter cruzamentos provoca um distanciamento entre os atores da rede, esse distanciamento é mais bem observado após a rotação dos dados da planilha na plataforma UCINET – software NetDraw, ao qual elabora o sociograma, e nos dá uma dimensão visual da rede estudada.

Figura 7: Sociograma de uma rede em matriz quadrada



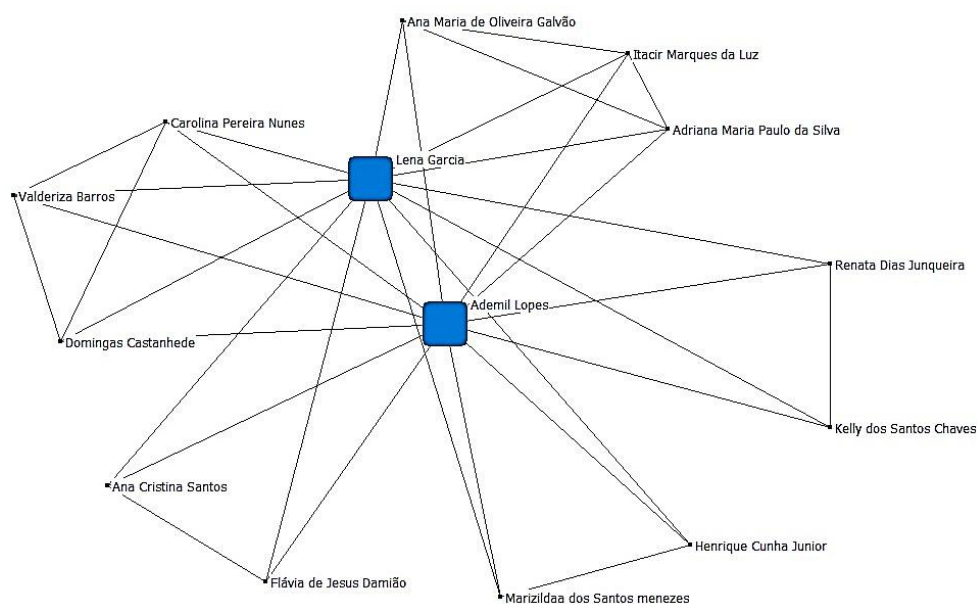
Fonte 13: Sociograma elaborado pelo coordenador com apoio do software UCINET

No caso em exemplo, grande parte dos autores escreveram individualmente (rede de dois modos), e para que a rede fosse construída, acrescentamos os nomes dos coordenadores dos GTs, STs e Eixos, uma vez

que são esses os participantes que provocam o ponto nodal da figuração.

Esse procedimento foi realizado para a construção de todas as redes, mas vale salientar que esse comportamento – da escrita individual, permite uma análise crítica, promovendo o que chamei de redes centralizadas e redes descentralizadas. Observem o exemplo do III COPENE:

Figura 8: Sociograma do III COPENE - rede centralizada e descentralizada mutuamente



Fonte 14: Sociograma elaborado pelo coorientador com apoio do software UCINET

Na figura 10 podemos observar um sociograma realizado a partir de uma matriz quadrada com autores que escreveram em duplas e/ou grupos. Apesar de o ponto nodal estar centralizado nos coordenadores do ST, as linhas que os ligam demonstram que à margem, estão os autores que enviaram textos em conjunto, dando um caráter descentralizador ao sociograma.

Figura 9: Exemplo de matriz quadrada

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1		Ademil Lopes	Lena Garcia	Marizilda dos S	Henrique C	Kelly dos	Renata Dias	Domingas C	Valdenza	Carolina Per	Itacir Marques	Ana Maria de	Adriana Mar	Ana Cristina	Flávia de Je
2	Ademil Lopes														
3	Lena Garcia														
4	Marizilda dos Santos menez	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Henrique Cunha Junior	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Kelly dos Santos Chaves	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Renata Dias Junqueira	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Domingas Castanhede	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0
9	Valderiza Barros	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
10	Carolina Pereira Nunes	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
11	Itacir Marques da Luz	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
12	Ana Maria de Oliveira Galvão	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
13	Adriana Maria Paulo da Silva	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
14	Ana Cristina Santos	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
15	Flávia de Jesus Damião	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
16															

Fonte 15: Planilha elaborada pela autora

A análise crítica desses tipos de redes advém do grau de densidade e distanciamento ou proximidade aos quais comportam-se os integrantes da figuração. No caso da rede feita a partir de uma matriz quadrada, observem que onde há o número 1, demonstra as ligações entre os autores, também sinalizados com as cores iguais. Para melhor explicação analisemos as imagens a seguir:

Figura 10: Rede baseada no grau de intensidade em números absolutos (Degree Centrality) 1º SINEB – X COPENE



Fonte 16: Sociograma elaborado pelo coorientador com apoio do software UCINET

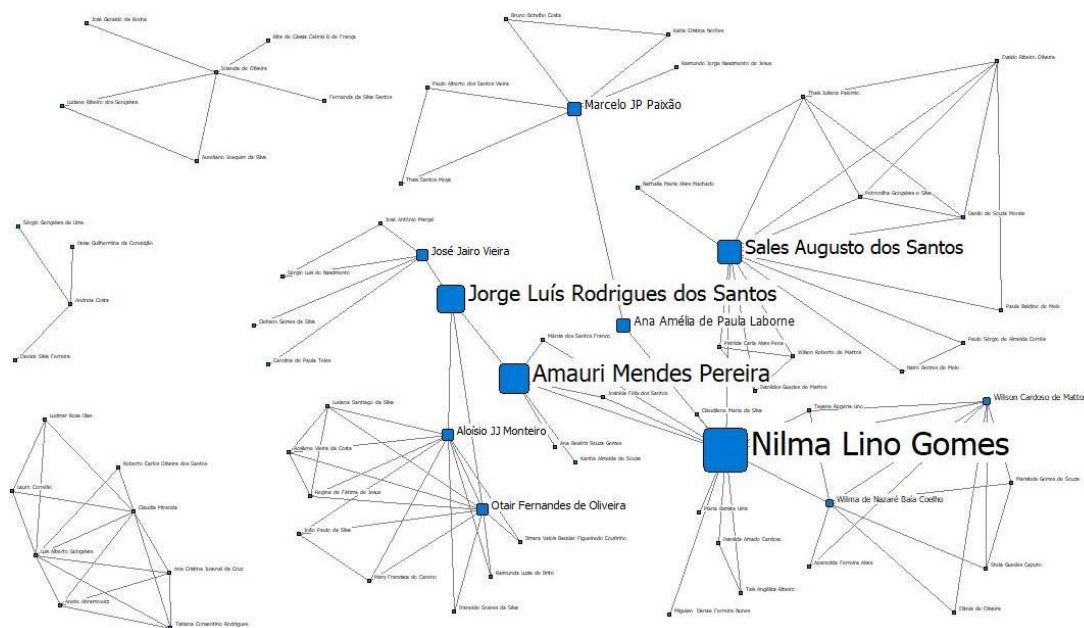
Uma rede avaliada pelo grau de intensidade dos números absolutos (Degree Centrality) mostra os nodes em evidência que mais compartilharam

conexões. “O degree de um node é dado pelo seu número de conexões. Em redes direcionadas, também podemos encontrar as variações “in degree” (número de conexões que chegam ao node) e “out degree” (número de conexões que saem do node)” (Hanking Analytics, 2018, p. 6)

No caso do exemplo exposto na imagem 12 é maior a intensidade “in degree”, ou seja, das conexões que chegam aos nodes - os quadrados em azul, do que “out degree”, das linhas que chegam aos nodes - pontos em vermelho, essa forma se dá justamente porque os personagens dessa rede concentraram-se na coordenação do evento em questão – o 1º Simpósio Permanente de Educação Básica da ABPN, que ocorreu no X COPENE, em 2018.

Na imagem a seguir, podemos avaliar as conexões em betweenness, o que implica numa avaliação dos nodes com maior intensidade e que se conectam entre eles. Sendo assim, observem os quadrados em azul da imagem 13:

Figura 11: Rede baseada na proximidade dos nodes em betweenness VI COPENE



Fonte 17: Sociograma elaborado pelo coordenador com apoio do software UCINET

Neste caso podemos observar como ponto de interligação entre os nodes mais importantes da rede, Nilma Lino Gomes e Jorge Luís Rodrigues dos Santos,

esses personagens promovem a interação entre clusters distintos na figuração, o que sugere que ambos, além de receberem as conexões (in degree) se dispuseram em – out degree, se conectando com outros nodes importantes da rede. “Esta métrica [**betweenness centrality**] assume que nodes importantes são aqueles que conectam outros nodes” (Hanking Analytics, 2018, p. 8).

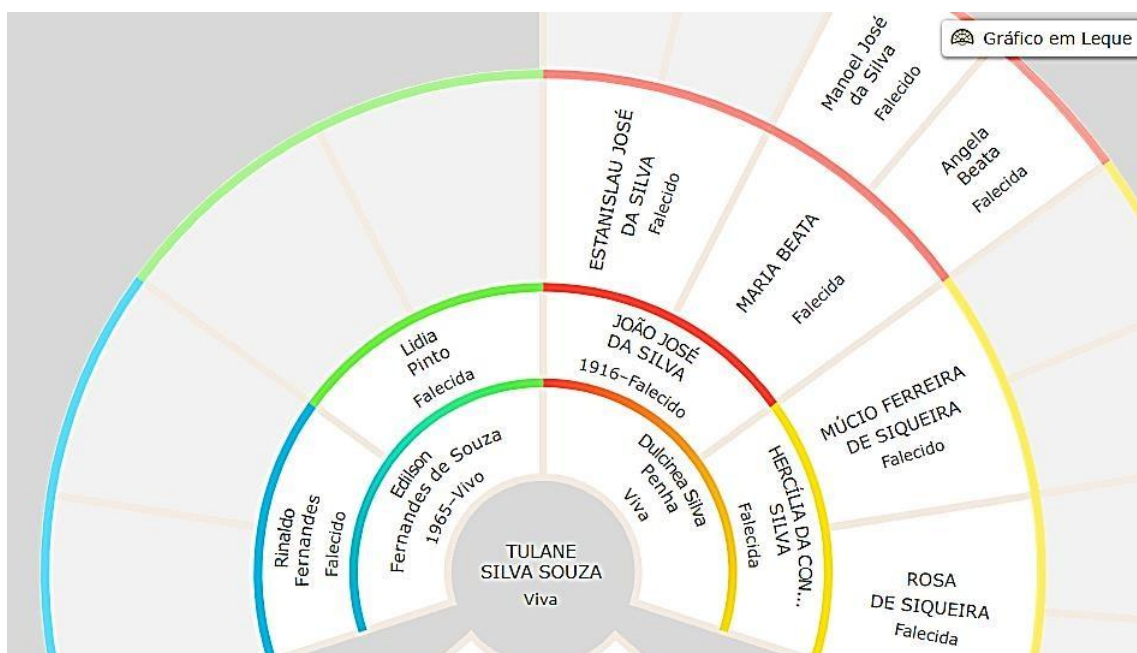
Destarte, esta seção dedicou-se em explicar os procedimentos metodológicos realizados para obtenção dos sociogramas que demonstram visualmente a disposição das figurações dos/as intelectuais negros/as que participaram dos Congressos Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, e de Sessões Temáticas em Educação, com recorte étnico-racial em congressos da ANPUH.

No entanto, para instigar o escopo metodológico em outros estudos, apresento no segundo capítulo, minha psicossociogênese, que consiste em explanar sobre as tensões geradas em mim a partir da teoria figuracional eliasiana.

2 – MINHA PSICOSSOCIOGÊNESE E AS REGRAS DO JOGO DESTE BILHAR ACADÊMICO

E é justamente esse fato de que as pessoas mudam em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral (Elias, 1994a. p. 29).

Figura 12: Árvore genealógica da autora



Fonte 18: Árvore extraída do software Familyserch

Sou Tulane Souza. Filha da Dulcinéia, neta da dona Hercília pela mãe e da dona Lídia pelo pai. A partir da busca pela minha psicossociogênese tive a surpresa de descobrir que por parte de mãe, tenho uma descendência de italianos que migraram para o Brasil por volta de 1900. A busca pela minha descendência negra, carga genética mais forte frente ao nosso fenótipo familiar, não foi ainda descoberta, porém, começo esse capítulo me perguntando: o que dos meus ancestrais me resta se não a brutal história de escravização dos nossos corpos negros?

Mulher preta da pele marrom, cabelos crespos, traços negroides bem definidos como nariz largo, sobrancelhas grossas e dentes arqueados. Mãe de Larissa e jornalista antirracista, posso dizer que minha gênese é periférica por

ter nascido em 18 de outubro de 1986 e me criado no pé do morro, no bairro Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro/RJ.

Apesar de ter vivido pouco tempo na minha terra natal, apenas seis anos, consigo me lembrar de onde saí, do caminho para a escola pública na subida do Morro do Amor. Nesse caminho, havia de tudo, traficantes armados, senhoras varrendo a calçada, rapazes pichando o muro, gente subindo, gente descendo.

O caminho da escola era muito interessante, muitos moradores daquela rua me conheciam e de certa forma me guiavam. Eu sempre estava ansiosa para ver a próxima colega, da casa seguinte. Senhoras, mulheres e adolescentes – alunas das aulas de dança afro da minha mãe. Eu nasci numa rede de dançarinos de dança afro primitiva.

Essa rede foi a primeira que contribuiu para minha formação humana. Antes mesmo da família, pois o seio familiar era mesmo esse grupo de dança. E posso dizer que contribuiu enormemente para o que eu sou hoje. A minha relação com a consciência negra vem desde os primeiros momentos de autocuidado. Lembro-me de no banho, ou quando me colocava o uniforme escolar, minha mãe dizia: — Repete comigo: Eu sou linda, maravilhosa, cheirosa e inteligente. Isso tornou-se um hábito, ao qual sigo até os dias atuais, e transmito para minha filha.

Trago essas questões para apontar o processo formativo enquanto mulher negra periférica, uma forma de incitar o que vem mais à frente nas questões interseccionais atravessadas nas formações de mulheres como eu. Eu não sou o objeto desta tese, não se trata de uma autobiografia, mas, meu olhar de pesquisadora participante e minhas questões identitárias, influenciaram totalmente nessa escrita, uma vez que pretendo falar das tensões próprias da rede de pesquisadores(as) negros(as), a partir de uma autoetnografia de minhas tentativas de inserção nessa mesma rede.

Tive uma base forte, além das aulas de dança afro, eu frequentava o terreiro de Candomblé da minha família materna. Atualmente, tenho tias e primas sacerdotisas de suas casas. Continuando as tradições religiosas antepassadas e ancestrais. Eu, por outro lado, depois de adulta, fui membra de uma igreja

evangélica pentecostal durante oito anos. Após a incidência bolsonarista¹¹ nas igrejas, passei a me excluir desse povo, até estar totalmente desmembrada.

Minhas formações identitárias iniciais não me permitiram coabitar em espaços onde se prega racismos, discriminações, violências, injustiças gritantes e subserviência total das mulheres. Isso tudo, eu encontrei nas igrejas que frequentei. E mesmo vendo isso acontecer, permaneci, e todo dia eu quebrava uma parte do meu “eu”, quando me calava diante de tudo.

Passei por muitas quebras até conseguir formular uma identidade fluida em mim, resiliente. A primeira quebra identitária não foi na busca por outra religião, a primeira anulação do meu “eu” veio aos 13 anos de idade, longe da minha mãe, quando minha avó paterna aplicou nos meus cabelos um creme alisante, a moda daquele momento.

Após o resultado eu chorei muito. Chorei porque minha mãe era cabeleireira, e era a cuidadora oficial dos meus cachos. Eu achava inclusive que era cacheada por natureza, pois, o modo como minha mãe cuidava, deixava um volume exuberante e uma definição fantástica aos meus fios. Após essa primeira ruptura, demorei mais de vinte anos para passar pela transição capilar e realmente conhecer e amar o meu crespo.

Então, eu considero que foram minhas raízes que me ensinaram a continuar persistente e segura no lugar de pessoa negra, aprendi a me medicar com a natureza, a fazer xaropes, chás, banhos, simpatias e outros rituais intrínsecos ao cotidiano da família negra, periférica, do axé.

Muitas táticas de sobrevivência nos são impostas desde muito cedo quando nascemos numa figuração parecida com a que eu nasci. Sobreviver já é por si só uma tática, porque para galgar êxito se faz necessário, às vezes, se fingir de morta.

Permanecer é um ato de resistência. No meu lugar de mulher negra periférica posso reafirmar, permanecer nos lugares onde acredito que eu mereça estar, é um ato de resistência, tem sido assim desde antes de frequentar a

¹¹ O bolsonarismo teve como principal grupo de apoio os cristãos evangélicos.

escola. Então, vou usar meu lugar de resistência para encorajar o debate sobre nós mesmas. Nós, intelectuais negras.

Eu tenho um grande defeito, eu apago as minhas escritas anteriores ao primeiro direcionamento diferente do que eu já estava seguindo. E na escrita desta tese eu sofri muitas rupturas como, divórcio, calúnias, difamações, perseguições, entre outras violências que a sociedade acaba cometendo sobre os corpos das mulheres negras.

Por conta dessas violentas rupturas identitárias e outras, que foram surgindo na minha caminhada, criei uma armadura. Esta, não foi suficiente para me proteger, por isso, além da armadura, eu tinha a língua afiada. Era a conhecida rebelde, desbocada, debochada, respondona, impaciente, soberba. Todas essas características estavam entranhadas na minha personalidade, mas isso não era eu, isso era o meu “eu” me ajudando a permanecer aonde quer que fosse.

E tenho convicção que esse meu jeito inconsequente me levou adiante, eu não batia nas portas procurando ajuda, eu entrava com os dois pés nos lugares. Falava alto e diversos palavrões, uma forma de me parecer com meus colegas homens e com meu pai. Isso mudou, hoje eu até falo palavrões, mas, a intensidade deles e o modo como me comporto hoje, com serenidade e graça é visto com olhares de admiração, e não repulsa, como antes.

E por que estou falando isso? Há um senso comum entre nós negros e negras jovens na academia, especialmente na UFPE. E para transcrever esse senso, absorvido de uma fala de MalcomX, vou contar uma situação que aconteceu entre duas mulheres negras periféricas, eu e Soraia Bevenuto.

Soraia me conheceu numa aula em que eu ministrava um curso gratuito de redação para o ENEM. Na ocasião, eu estranhei a presença dela, confesso, porque eu sabia que ela era do Neab-UFPE e eu do Laberer. Esses dois grupos tratam de estudos afro-brasileiros, sendo que o Laberer tem relação estreita com a teoria da Afrocentricidade, enquanto o Neab-UFPE, habita em outras áreas epistêmicas decoloniais.

Anos depois desse curso que ministrei, fui apresentada formalmente a Soraia, ela virou minha colega de trabalho, e era nesse ambiente do mundo do trabalho que as diferenças das duas mulheres negras periféricas apareciam.

Soraia tem uma premissa muito importante, a qual eu aprendi a respeitar, mesmo não conseguindo copiá-la. No mundo do trabalho, ela nunca leva desaforo para a casa, e sempre usa suas técnicas profissionais para justificar suas opiniões e ações. Soraia é publicitária, e é a melhor publicitária que eu já conheci na vida, pois, foi a única que me ensinou mais do que cobrou.

Eu era uma espécie de coordenadora de Soraia, mas, ela que tinha o espírito nato da liderança. Sempre me chamava atenção para os próximos passos do trabalho que estávamos executando. E em certa medida, me auxiliava na condução dos trabalhos.

Certo dia eu a cobrei sobre suas entregas das peças que estavam faltando na campanha, e ela me deu a seguinte resposta: — Mana, eu recebo mil reais, eu entrego os mil reais, eu recebo quinhentos, entrego quinhentos, porque, não sou como você! O que ela estava dizendo era que eu ganhava quinhentos e entregava mil. Quem dera, na época que ela me falou isso, eu ainda não havia recebido remuneração.

Aquela fala me cortou a alma da cabeça aos pés (lágrimas). Ela continuou: — Mana, eu não sou a preta da casa grande que foi domesticada, que teve o corpo, o comportamento e a fala moldadas para serem invisibilizados no espaço branco. Eu sou a preta da periferia raiz, do comportamento conhecido como agressivo, barraqueira, desbocada, debochada. Então, as pessoas procuram mais a você para realizar as tarefas, porque, no fundo, já sabem que seu jeito dócil de ser, jamais te deixará ser grossa, mesmo que você diga não, você é diplomática, a conhecida, sabe entrar e sabe sair. Você tem seus motivos para ser assim, mas eu, mesmo tendo muitos motivos para aceitar tudo e qualquer coisa, não aceito ser domesticada.

A domesticação tratada por Soraia impele modificações de crenças e tradições ancestrais, interfere na nossa estética negra, impõe uma autocoerção que conhecemos hoje como branqueamento. Admitir que fui embranquecida interna e externamente, domesticada, doeu muito, mas, tudo fez sentido.

Eu me vi em Soraia, me vi mais nova e com os mesmos comportamentos, só que Soraia, diferente de mim, sabe por que se comporta assim e não pretende mudar para agradar ninguém, já eu, me quebrei centenas de vezes até me sentir aceita.

Uma das coisas que herdei do cristianismo foi o gosto em ouvir conselhos, o que me ajudou a ser mais fluida e amorosa comigo mesma. O principal conselho que venho tentando seguir é o de ser humilde, porque acredito na lei da sementeira, portanto, posturas humildes plantam sementes de bondade e, assim, acredito verdadeiramente, que colherei sabedoria.

A humildade é confundida diversas vezes com pobreza, mas, trata-se de reconhecer seus limites, fraquezas e fortalezas. Ser humilde faz parte de um conjunto de ações que me leva a uma ascensão espiritual. A minha espiritualidade foi ampliada a partir da tentativa em ser humilde, e no mundo do trabalho não foi diferente. Claro, trabalhar gratuitamente, receber ordens de alguém que não te paga e ainda assim entregar o melhor, faz parte do meu “eu” atual, não foi sempre assim.

Mas existe um lugar onde a minha humildade tem dificuldades de ser mantida. Trata-se do lugar de fala. No meu lugar de fala ninguém consegue me calar, no meu lugar de fala eu posso silenciar os antagônicos, pois, no meu lugar de fala, apenas eu e minhas semelhantes podem falar. No meu lugar de fala, de mulher preta, crespa, periférica, mãe solo durante 11 anos, intelectual negra, eu vou falar. Mesmo que no futuro eu seja uma outra eu, hoje eu vou falar. E falar do começo, de onde eu achar pertinente recomendar.

Essa atitude de recomendar a escrita da tese do zero, faltando o que seriam três meses para a defesa da tese não parece ser humilde, mas recomendar virou um lema de vida muito potente para mim, eu vivo recomendo, e, mesmo assim, não desisto.

Mas, quando muitas pessoas não têm habilidades em escritas longas, fica parecendo presunção, ou soberba. Pensar que consigo atingir uma meta de 200 páginas em um mês. Mas, é válido esse parêntese, primeiro eu aprendi a ler com

quatro anos de idade, sozinha, na área do jardim da vila onde morava no Lins de Vasconcelos/RJ. A primeira palavra que eu escrevi e li foi rato, e a segunda foi rata. Meu pai estava em casa, e foi ele quem conferiu minhas primeiras palavras, o diálogo da minha memória foi o seguinte:

— Você escreveu sozinha?

— Sim.

— Então vai lá e escreve mais!

Essa traquinagem foi no caderno de desenho do meu irmão mais velho, Fabrício ficou revoltado porque perdeu uma folha preciosa do caderno, e eu me lembro que foi a partir disso que comecei a ir à escola. Se a minha memória não me trai, isso aconteceu logo após a minha festa de quatro anos, em outubro, o que significa que entrei na escola pública, no jardim I, quase no fim do ano letivo em 1990, já sabendo ler e escrever. Isso não me tornava especial, pois, apesar de saber ler e escrever eu não sabia o que era sábado e domingo, ou qualquer outro dia da semana.

Não sabia que tinha horário para as coisas, almoçar, jantar. Não sabia o que era Natal, ou Jesus. A escola me ensinou e me desensinou muita coisa, assim como as demais instituições de ensino que frequentei durante minha vida. Por exemplo, a faculdade. Na faculdade, eu fui completamente moldada pelo mercado de trabalho. Só para me parecer com uma “jornalista séria”, eu voltei a alisar o cabelo e passei a usar cremes clareadores de pele.

Os moldes que me faziam alisar o cabelo e clarear a pele, eram os mesmos que me fizeram escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso. No meu TCC escrevi cem páginas de um livro reportagem intitulado: “Mirandiba: 100 anos de história e política”, presunçosa e ingênua (risos). Apresentando esse texto num Colóquio de História em Caicó/RN foi nítido o tratamento de compaixão do professor comigo, que tentou me explicar que não se conta 100 anos de história num livro de cem páginas. (muitos risos, lembro-me disso com alegria).

Além disso, quando apresentei esse livro para uma mirandibense que estava fazendo mestrado, igual a mim, ela disse: — Nossa! Só falou do

patriarcado. Parabéns, assim mesmo! A dissertação dela era sobre mulheres negras e ressignificação do corpo negro¹², obviamente me senti bem afetada.

Então, não posso falar do meu progresso nesse campo, sem falar da minha dissertação intitulada “O Grupo Escolar Elizeu Campos de Mirandiba/PE (1930-1990)”. Frustrada, foi assim que me senti na apresentação de minha dissertação, não convidei ninguém para me assistir, não escolhi nenhum professor para a banca, não aprovei meu trabalho, o reescrevi três vezes, sempre partindo do zero. Escrever sobre uma escola instituída por um coronel? Eu me recusava, mas não tinha profundidade teórica o suficiente para bancar minhas ideias de escrita. Além do mais, tive um transtorno terrível no período de finalização do mestrado, problemas emocionais sérios, aos quais eu comecei a tratar a partir da espiritualidade (iniciação cristã) e leitura do livro “O caminho do Homem”, de Martin Buber (2011).

Apesar de continuar sentindo a força dos moldes sociais, ou as coerções externas muito fortes, impondo suas tradições sobre meu corpo, sobre meus escritos e sobre minhas projeções futuras, continuei e continuo totalmente atravessada por uma bibliografia patriarcal branca e eurocêntrica, a chamada interseccionalidade.

A minha angústia surge daí, dessa reprodução positivista que eu tanto critiquei na parte historiográfica da minha dissertação, ou, um estado da arte bem elaborado, onde eu me julgava como mais do mesmo, quando se tratava da escrita sobre instituições escolares, ou mais precisamente, sobre grupos escolares.

Eu critiquei e fiz a mesma coisa, porque minha densidade teórica era imatura demais, não que agora eu esteja muito melhor, mas, o fato, é que agora aguento ouvir sobre meus erros e corrigi-los (exercício de humildade), o que me torna melhor naquilo que me proponho a realizar. Lição 1 do guia de sobrevivência da pesquisadora preta – quando te apontam as falhas o ideal é ouvir, avaliar, corrigir, adaptar, interagir (mostrar novamente), reavaliar e adaptar quantas vezes forem necessárias.

¹² Sintam a densidade do debate que minha amiga estava fazendo no mestrado dela, enquanto eu continuava a falar do patriarcado no meu. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/7606>

Mas, voltando para a questão do apagamento das memórias anteriores, devo admitir que tenho dificuldades de começar de onde parei, vai ver é por isso que quase nunca volto atrás nas minhas decisões, mas, prometo que aqui, tudo que já foi escrito, resguardadas as escritas incoerentes apontadas na qualificação, entrarão nesta tese.

Sim, se te parece estranho eu começar a escrever do zero, depois de ter um texto aprovado na qualificação, para mim, não é estranho, pois, o que estou fazendo agora é seguir as recomendações da minha banca, aproveitando o que já está posto corretamente.

O primeiro ajuste está neste capítulo, que pode parecer introdutório, mas, na verdade, é a aplicação do escopo teórico-metodológico, pois, devo aqui explicar minimamente o título do meu estudo de tese: **“Bilhar Acadêmico: A psicossociogênese das tensões nas relações étnico-raciais da intelectualidade negra no Brasil (2000-2022).”**

A primeira parte deste título surgiu após uma tensão muito grande gerada em mim, e é um dos fatores que tornaram essa tese com nuances auto etnográficas¹³. Aliás, esse já não é o título original do texto enviado para a banca de qualificação. Mas, essa mudança, e outras serão melhor explicadas no decorrer da escrita.

Meu tema mudou uma vez, meu título mudou mais de dez vezes, a primeira vez que esse título mudou, foi quando eu o apresentei no Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, o COPENE Nordeste 2019, que aconteceu em João Pessoa, na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Naquela ocasião, meu título era “A sociogênese do conceito de etnia negra em periódicos científicos em educação no Brasil (1975-2015)”.

¹³ Vou tratar da psicossociogênese das tensões a partir de uma tensão gerada em mim, portanto, minha observação-participante é descrita nesse processo como ponto de partida auto psicossociogenético, uma vez que eu também atuo no campo da intelectualidade negra, inserida no debate primeiramente por uma necessidade acadêmica e depois profissional.

Figura 13: Minha apresentação no COPENE Nordeste 2019 - UFPB



Fonte: arquivo do álbum digital da autora na página do Facebook

Devo confessar, diante desta imagem, só eu pareço estar feliz, com sorriso largo, animada. Não consigo identificar todos os presentes, mas, eu de fato, estava feliz. É importante dizer que o texto que enviei para inscrição na sessão temática 10 – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-Africana, foi primeiramente recusado.

Contudo, após eu comentar numa aula de Educação para as Relações Étnico-Raciais, na Pós-graduação em Educação/PPGEdu/UFPE, que meu texto não havia sido aceito, naquele mesmo dia, por alguma razão, enviaram-me o “aceite”. Segue a ementa do ST:

A proposta do ST visa congrega as atividades de pesquisadores(as) e professores(as) nas temáticas das filosofias e epistemologias negras da África e da Diáspora. A história do pensamento negro, ainda que rica na profusão de autores e obras, ainda carece de divulgação e visibilidade nas universidades e educação básica no Brasil. A perspectiva de se estudar, na longa duração, as Áfricas na “filosofia da cultura” e dos diálogos (e enfrentamentos) epistemológicos afro-asiáticos, afro-mediterrânicos e afro-americanos implica o desafio de buscar significações para aquilo que Achille Mbembe delimitou como “crítica da razão negra”. A proposta se coloca na seara de tentar traduzir os elementos e as condições de produção das intelectualidades negro-africanas encontráveis no centro e nas margens do que se convencionou pensar como a geografia intelectual do “Atlântico negro”. Assim, o ST proposto espera contribuir para que as filosofias, epistemologias e historiografias negro-africanas possam ser compreendidas, sistematizadas e interpretadas através de resultados de pesquisas iniciais e avançadas no âmbito do encontro regional dos pesquisadores(as) negros(as). (COPENE, 2019)

Quando recebi o e-mail da recusa me bateu um ponto de interrogação bem frustrante, eu imaginei que meu texto, apesar de ser um projeto, ou melhor, um resumo do projeto que eu havia elaborado para entrada no doutorado na UFPE, não era bom o bastante para apresentar em um congresso de pesquisadores negros.

Isso me enfraqueceu subitamente, perdi umas lágrimas ao perceber que na minha turma, apenas eu não tive o resumo aprovado. Esse sentimento me é comum no processo de conquistas, sempre tem uma pedra no meio do caminho, e essa pedra bateu bem fundo no meu sentimento de pertença. Por que meu texto foi recusado? Seria eu uma negra pesquisadora outsider ao quadrado?

Ou seja, me senti completamente por fora dessa figuração de pesquisadores, pois, aqueles que eu via como meus semelhantes foram os primeiros a rejeitarem minhas ideias. Bom, rejeições a parte, devo dizer que isso não foi o pior que ocorreu no contexto desse congresso.

Eu apresentei meu trabalho com base numa inspiração, devo confessar que a ideia original para escrita desse texto não foi minha, foi do professor Edilson Fernandes, ele sabia que havia lacunas nessa temática “sociogênica”, e me apresentou as possibilidades de desenvolvimento num estudo de tese, simples e denso.

Bom, vou admitir que a parte do simples eu sempre entendi. Preciso abrir um parêntese aqui – o professor Edilson orientou mais de 50 pessoas nos processos de escrita em dissertações e teses, eu sempre o escuto, mas, nem sempre faço o que ele orienta, porque apesar de ser meu pai, ele não é meu orientador. Uma coisa que ele sempre me dizia era: — A escrita de uma tese, ou de uma dissertação, não é como uma escrita de um romance. Não é um romance! Nisso, ele tem total razão, porém, em 2020 ele defendeu sua tese autobiográfica de professor titular, e eu tive a oportunidade de conhecer o “eu lírico” de meu pai. (Souza,2020)

É ... A escrita de si, as histórias de vida, são compostas por uma complexidade teórico-metodológica absurda, que não há como compreender se não por uma escrita humanizada, não robotizada, diferente do que se recomenda os manuais e normas de ABNT; embora essa seja a linguagem acadêmica.

Sorte a minha, tive oportunidade de ver um intelectual voltar atrás, e hoje, em suas aulas, ele, o professor Edilson, mostra quadro a quadro as densas possibilidades metodológicas de um estudo científico biográfico ou [auto] biográfico, escrito com a leveza de um romance, fundamentado e interpretado teoricamente. Afinal, do que adianta ser robusto e incompreensível? Fechado o parêntese.

Após apresentadas as possíveis lacunas e diretrizes para o desenvolvimento de uma tese, tomei a iniciativa de ler os escritos deixados por pesquisadores que usam a sociogênese eliasiana, foi um exercício chato, confesso, e que me fez escrever mais de 20 páginas apontando os usos da sociogênese e psicogênese em Norbert Elias, essas páginas estavam alocadas numa seção chamada: Elias ao radical, pois, concordamos (eu e equipe) que para os estudiosos de Norbert Elias é importante apontar um quadro teórico psicossociogênico, e para aqueles que não conhecem o teórico, deixo minha contribuição de entendimento.

A partir dessa leitura solicitada por meu pai, fui capaz de elaborar um título, um recorte temporal, e um corpus documental diferente, ou melhor, inovador na área de Educação. Depois do título, os objetivos, uma pergunta e uma hipótese, como toda elaboração de projeto de tese. Isso tudo foi elaborado antes da minha entrada no PPGEdu, e após meu ingresso no doutorado, utilizei parte do projeto e enviei para o COPENE Nordeste 2019.

Daí chegamos novamente no e-mail onde a organização do congresso não aceita meu resumo. Eu tive um trabalho considerável para a elaboração daquele projeto de tese, o motivo era o *corpus* documental, eu iria analisar mais de mil artigos científicos aceitos em revistas Qualis A1 e A2, que tratassem ou usassem os conceitos: étnico-racial, étnicorracial, negro, negra, preto, preta, afrodescendentes, afro-brasileiros, pretos livres e libertos.

Eu achava a ideia fantástica, mas, o COPENE Nordeste 2019 não aprovou de imediato, natural que entre os pares, alguém se interessasse pela sociogênese, me dando a oportunidade de apresentar e receber instruções, próprias de uma mesa de bilhar acadêmico. Aceitei a lição 2 do manual de

sobrevivência da pesquisadora preta – é bom que exista o contraditório, principalmente entre os semelhantes.

Figura 14: COPENE Nordeste 2019/ UFPB – Filosofias, Epistemologias e Intelectualidade Negro-Africana



Fonte: arquivo pessoal da autora

Na imagem estão os apresentadores e coordenadores daquele ST no referido congresso, além de ouvintes interessados na temática.

O famigerado contraditório tão falado na academia me parece, às vezes, um jogo sem ganhadores. Porque a vitória intelectual está, em certa medida, na devolutiva social, e não apenas na realização da pesquisa. O contra hegemônico não é tão contra em alguns *clusters*¹⁴ *intelectualóides* – compostos por intelectuais que demonstram saber muito menos do que, na verdade, sabem. É um movimento comum, eu mesma usei dessa ferramenta na seção 1.3 desta tese, não é um julgamento, é um fato – esse movimento de lacunas é digno de uma tática de sobrevivência na rede de intelectuais.

¹⁴ O termo clusters aqui refere-se ao conceito utilizado em Análise de Redes Sociais, metodologia considerada por diversos autores como braço metodológico da sociologia, o que muito me agradou, porque o conceito sociológico desta análise é facilmente aplicado em uma figuração, sinônimo de rede em Norbert Elias. Clusters em livre tradução significa aglomerado, em ARS o termo tem a ver com aglomerados com alguns potenciais determinantes como por exemplo, grupos coesos, impenetráveis, que não recebem influência externa, e por outro lado, influenciam agentes externos.

Coordenada por Elio Flores (UFPB), José Nilton de Almeida (UFRPE), José Bento Rosa (UFPE) e Itacir Luz (UNILAB). A ST 10 foi composta pela apresentação de 5 trabalhos, além do meu, mais quatro colegas puderam expor aspectos relativos aos temas de suas pesquisas, submersas na sessão, Cláudia Ferreira Alexandre Gomes, Danilo Santos da Silva, Elisa Ferreira Teixeira e Valdenice José Raimundo. Os demais presentes na imagem compõem o público ouvinte aos quais não poderei nomear, por não conhecer todos os envolvidos.

Os temas de pesquisa dos comunicadores da ST 10 de acordo com as palavras-chave estão envoltos nos seguintes conceitos: Sociogênese, Etnia, Negro, Negra, afrodescendente; afrocentralidade, racismo, feminismo negro; Abdias Nascimento; Pan-africanismo; Autoexílio; Ativismo Negro. Antirracismo. Consciência histórica. Epistemologia negra. Cultura histórica; Gênero, Raça, Lélia Gonzalez, Feminismo Negro, Interseccionalidade.

Ao tentar participar dessa figuração de pesquisadores negros me vi à margem, e em seguida me coloquei à margem propositalmente, para poder tentar uma primeira suspensão metodológica, ver de fora. Daí o nome Bilhar Acadêmico, onde os jogadores veem de fora as suas jogadas, mesmo assim estão dentro do jogo, podem prever jogadas do oponente, as tacadas certas, os possíveis impedimentos, conhecem as regras inscritas e subjetivamente inscritas no processo de intelectualização negra, e, ainda, no processo de inserção na rede de intelectuais negras já estabelecida.

Na minha primeira tentativa de inserção nessa figuração mencionada, passávamos (nós da comunidade acadêmica da UFPE) pela escolha de reitor, onde um dos candidatos era meu pai. No dia em que viajei para João Pessoa estavam apurando os votos na reitoria. Assim que eu cheguei no hotel, recebi pelo WhatsApp a notícia de sua derrota eleitoral.

Dentre os pesquisadores negros da UFPE que estavam em João Pessoa no congresso, apenas eu havia votado e expressado total apoio ao professor Edilson. Todos os outros negros e negras demonstraram publicamente, vossos apoios ao candidato branco. E festejaram no Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, a ida do escolhido branco para o segundo turno da disputa, entre brancos na UFPE de 2019.

Esse fator, até então, não havia me feito mudar de ideia sobre meu estudo de tese, instigou mesmo, saber quem dentre os negros e negras da ciência estavam sendo aceitos nas revistas Qualis A1 e A2. Mas, afinal, o que eu queria provar com isso? Ou melhor, qual reflexo desse estudo para a intelectualidade negra? Na minha qualificação fica mais evidente que o corpus documental grandioso que eu amava tanto, não me daria as respostas que esta tese merece.

Mas, voltamos ao Bilhar Acadêmico. Essa analogia parte primeiro do modo como eu vejo a academia e depois, de um conceito eliasiano - o fenômeno reticular. Vejo a intelectualidade numa arena de interesses ideológicos, e os jogadores dão suas tacadas em formato de opinião, as bolas são as opiniões, e suas cores refletem suas posições e pontuações no jogo.

A bola branca é a única que não pontua, mas quando encaçapada, faz o jogador perder a vez e alguns pontos. Na minha analogia, na academia, a bola branca é a hegemonia eurocêntrica, ou que torna tudo hegemônico, que conduz as outras opiniões. No bilhar, a bola preta é a mais valiosa, quem encaçapar a bola preta vence o jogo. Na academia não é diferente, basta compreender o racismo científico inserido a partir da intelectualidade tradicional eurocêntrica, éramos (nós pessoas negras) mais valiosas quando encaçapadas como objeto de estudo, concentradas numa perspectiva e num diagnóstico branco de nós mesmas.

Atualmente, no ano 2023 do século XXI, a bola preta continua representando grande valor, sobretudo, no auxílio ou condução de opiniões de diversas tonalidades, substituindo ou agenciando o papel da bola branca, numa proposta contra hegemônica no uso de conceitos e teorias. Essa relação de poder está sendo observada para este estudo, e observada por dentro.

Essa minha visão está baseada nos moldes que eu mesma sofri nesse processo de intelectualização, a bibliografia utilizada na minha graduação e no mestrado foi toda composta por pessoas brancas, além dos artigos e livros do meu pai com suas parcerias, eu não tinha contato com referencial bibliográfico enegrecido até 2019.

No que tange a explicação do olhar eliasiano sobre minha analogia, observe o seguinte sobre o fenômeno reticular intrínseco ao Bilhar Acadêmico.

Tomando como exemplo a conversação, Elias (1994a) destrincha como um sujeito se utiliza das palavras em favor de sua formação ideológica para convencer ou ser convencido pela ideia do outro. A depender dos rumos que o diálogo toma, as ideias ali postas podem entrar ou não em acordo e perpassarem para outros grupos sociais, originando uma forma reticular, ou um círculo de ideias.

A característica especial desse tipo de processo, que podemos chamar de imagem reticular, é que no decorrer dele, cada um dos interlocutores forma ideias que não existiam antes ou leva adiante ideias que já estavam presentes. Mas a direção e a ordem seguidas por essa formação e transformação das ideias não são explicáveis unicamente pela estrutura de um ou outro parceiro, e sim pela relação entre os dois. E é justamente esse fato de que as pessoas mudam em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral (Elias, 1994a. p. 29).

A comparação com as bolas do jogo de bilhar, origina-se desse fenômeno onde ao tocar uma bola na outra, ambas se friccionam e impulsionam-se dentro de um quadro de intenções, este fenômeno acontece, portanto, dentro de uma arena de discussões, comparável ao ambiente acadêmico, por exemplo, onde interesses epistêmicos estimulam saberes e mudanças variáveis nos produtos divulgados pelos pesquisadores, como por exemplo, seus resumos enviados aos GTs de congressos.

Quando enviei meu resumo ao COPENE Nordeste 2019, minha intensão era de buscar as primeiras emergências do conceito de etnia negra e algumas variações de seu uso em periódicos científicos de educação no Brasil, mas, ao apresentar a ideia senti os primeiros impactos das convergências de interesses diante das apreciações e indagações feitas a mim, por intelectuais mais velhos, a quem devo educadamente respeitar e extrair o que de melhor me coube.

Na ocasião, me foi perguntado, por exemplo, se eu queria substituir o uso do conceito de raça por etnia, e o que isso teria de valor para a intelectualidade negra na atual conjuntura política (de extrema direita, bolsonarista). Se eu estava tentando negar o racismo estrutural e estruturante que sofremos, e ainda, fui questionada pela escolha da fonte de inspiração que me conduzia no momento, que no julgamento dos professores presentes não dava profundidade teórica ao meu intento.

Após esse congresso ainda fui tratada com outro tipo de desdém acadêmico, fui caluniada por uma professora em grupos de WhatsApp compostos apenas por professores do Centro de Educação da UFPE. Não sei ao certo o que ela escreveu, mas, meu orientador me chamou para perguntar sobre eu ter plagiado um texto, de uma professora da referida Universidade.

Eu expliquei a ele que a professora era minha fonte de inspiração, e que na realidade ela sabia disso, pois, estava presente na minha apresentação no COPENE Nordeste 2019, e pôde ouvir de mim, toda minha admiração pelo texto dela. E que ela havia deixado lacunas para que eu, ou qualquer outro pesquisador, seguissem os passos dela, podendo, também, me tornar doutora. Ela havia sido citada no texto e nas referências bibliográficas, portanto, não havia plágio, como algumas pessoas vieram me perguntar depois.

Essa situação e as lágrimas deixadas na sala do meu orientador, professor Zé Luís, me impulsionaram a mudar. É, eu mudei mesmo depois disso! Fiquei muito decepcionada. Mas, o professor Zé Luís teve um papel fundamental nas minhas decisões futuras. Como ele sempre diz, se não pode ajudar, também não atrapalha.

O papel dele foi crucial, porque ouvir dele o que eu ouvi, foi importante. Primeiro ele me incentivou a não mudar de tema. Enquanto eu chorava, ele pesava os prós e os contras. Se eu mudasse de tema estaria me dando por vencida, (e a proposta do bilhar é sempre analisar a próxima jogada depois do estrago deixado pelo oponente). Não podemos jogar opiniões ao vento sem o peso das comprovações. De igual modo, não teremos antíteses sem bons argumentos. Essa, a gente conta como lição número 3 do guia de sobrevivência da pesquisadora preta.

O que meu orientador me ajudou a fazer foi sair de cabeça erguida daquela sala, porque, eu ao contrário de muita gente, havia escrito um artigo que fora aceito para publicação em uma revista Qualis A1. Resultado da parte empírica da minha dissertação, sim, aquela que eu não aprovei. E ele, conseguiu abrir mais vagas na Pós-graduação, devido aos nossos esforços nessa escrita.

Ele sempre deixa nítido que o mérito é meu dessa publicação, mas, na verdade, sem a revisão dele eu não teria enviado o texto para a revista, eu tinha raiva do meu jeito de escrever. Como meu pai dizia, romantizado.

Ele ressaltou também, que com empenho, eu poderia publicar um artigo em revista e um em livro, por ano de doutoramento, o que me colocaria num patamar equivalente a alguns professores da graduação e da pós-graduação em educação da UFPE. E isso, causa algumas tensões e movimentações nas figurações, o famoso burburinho, Elias (2006) chama de fofoca.

A força motivacional do professor Zé Luís só não foi suficiente para me manter focada, um ano depois eu ainda não havia repaginado meu projeto original, então, veio o SIPIC 2020, Simpósio Internacional Processos Civilizadores. Onde os estudiosos eliasianos se reúnem, e não porque somos um grupo enorme no Brasil e fora do Brasil, quem não temos um déficit em densidade teórica, é o que dizem os mais experientes.

Para escrever para esse simpósio eu precisava reconstruir meu projeto de tese, e nesse período eu conheci meu coorientador, Marcos Aurélio Dornelas, que fazia Pós-doutorado naquela ocasião. Ele chegou com uma didática simples, sistematizando o estudo em Elias, a partir de ordem cronológica de escrita, e não por ordem de publicação em língua portuguesa. Isso fez uma chave importante virar na minha mente, porque eu passei a entender Norbert Elias por maturação de ideias, e não por sucesso da obra.

Por isso quis levar Norbert Elias ao seu radical, então aconteceu o inesperado, no que tange a elaboração de um conceito novo, conceito este que por si só já exprime uma inovação aos estudos eliasianos, sem precisar forçar uma barra, trata-se da psicossociogênese – grafada a esse modo.

Eu gastei um monte de linhas tentando explicar que a psicossociogênese é a junção entre a sociogênese e a psicogênese expressas em Elias (1993, 1994a, 1994b, 2006) de modo que juntas, funcionam como ferramenta metodológica numa análise configuracional. Uma ferramenta psicossociogenética que ao invés de dizer como a identifiquei, como no texto enviado para a banca de qualificação, tento mostrar como ela se aplica no capítulo introdutório.

Digo que é uma tentativa por três motivos: 1) pode ser que eu consiga, mas, você não perceba; 2) pode ser que eu não consiga, mas, mesmo assim, você não perceba, ou, 3) pode ser que eu consiga e você perceba, entenda e replique. É o que pretendo com esta tese.

É mais ou menos isso, a escrita eliasiana é fascinante a ponto de seus estudiosos confessarem que poucos entre eles, os veteranos, têm capacidade de replicar a densidade teórica impressa nos livros de Norbert Elias. Vários entre nós, (eliasianos contemporâneos) nem tem consciência da teoria ali expressa. Eu demorei quase dez anos lendo Elias, para compreender o elementar, e só compreendi o elementar em Elias, após apreensão dos conceitos de cultura, civilização, sociedade, figuração, símbolos, estabelecidos, *outsiders*, sociogênese, psicogênese, relações interpessoais, habitus, emoções, entre outros, isso, após participar de cursos, e sistematização no aprofundamento de estudos sobre suas obras.

Além da apreensão dos conceitos, teoria e metodologia eliasianas, exercitei minha escrita na elaboração de artigos que apontam o uso metodológico em Elias. Uma das organizadoras de um livro com escritos eliasianos que participei comentou, que apenas dois artigos dos 25 aceitos, abordavam a perspectiva teórica-metodológica abundante em Elias¹⁵ (Vieira, Freitas-Junior, 2020). Esse exercício do conhecimento em artigos me fez publicar em algumas revistas e livros ao longo do doutoramento, como imaginou meu orientador.

Eu demorei um ano para reorganizar as ideias. Então vem a lição gold do guia de sobrevivência da pesquisadora preta. Recalculando a rota. Minha tática para reformular meu projeto de tese foi : 1) ver o meu tema por uma visão de cima, onde meu título poderia mudar e continuar tendo a essência eliasiana da qual eu não abria mão; 2) Ver o tema de outros pesquisadores por dentro – lendo o resumo, a introdução, os capítulos teórico-metodológicos e as considerações finais; 3) Ver nossas diferenças, nossas equivalências; 4) Ver o estado da arte dos pesquisadores, compreender quais argumentos e justificativas para o uso

¹⁵ Trata-se do artigo: Aportes metodológicos da noção de sociogênese em Norbert Elias, autores – Tulane Souza, Marcos Aurélio Dornelas e Catarina da Silva.

da sociogênese e ou psicogênese que eles estavam usando, por fim, 5) Extrair algo de novo dessa análise.

Eu percebi, ao fazer o levantamento de dissertações e teses dos pesquisadores brasileiros, que a psicogênese em Elias é pouco falada, tratando de aspectos do uso teórico-metodológico, quase não é mencionada. Ela está ligada ao conceito de controle das emoções eliasiano. Mas é muito sutil até nos próprios estudos de Norbert Elias.

Já o conceito de sociogênese é mais utilizado, porém, apesar de estar mais presente em dissertações e teses, seu uso, muitas vezes, aparece apenas em citações, não é exatamente exercitado como aporte teórico-metodológico. Ao perceber isso, eu perguntei a meu pai: Seria possível juntar a sociogênese e a psicogênese? E ele respondeu: — Sim, totalmente possível, elas já são inseparáveis.

Essa resposta me deixou pensativa, se são inseparáveis, por que não se apresentam dessa forma nos textos escritos pelo próprio Norbert Elias? Por que os estudiosos de Elias não utilizam esse conceito da forma que eu o vejo? Então fiz essa última pergunta ao meu coorientador, e ele me respondeu da seguinte forma: — Muitos leitores de Elias acham que seus livros apenas contam uma história. Mas para ele contar essa história ele imprime alguns conceitos, e fala das mudanças do uso desses conceitos em uma determinada localidade, numa análise de longa duração, o que para os historiadores e sociólogos é uma tarefa complexa, porque a metodologia de pesquisa da história e da sociologia são diferentes, causando uma tensão, como meu coorientador sempre insiste em dizer (Dornelas, 2020).

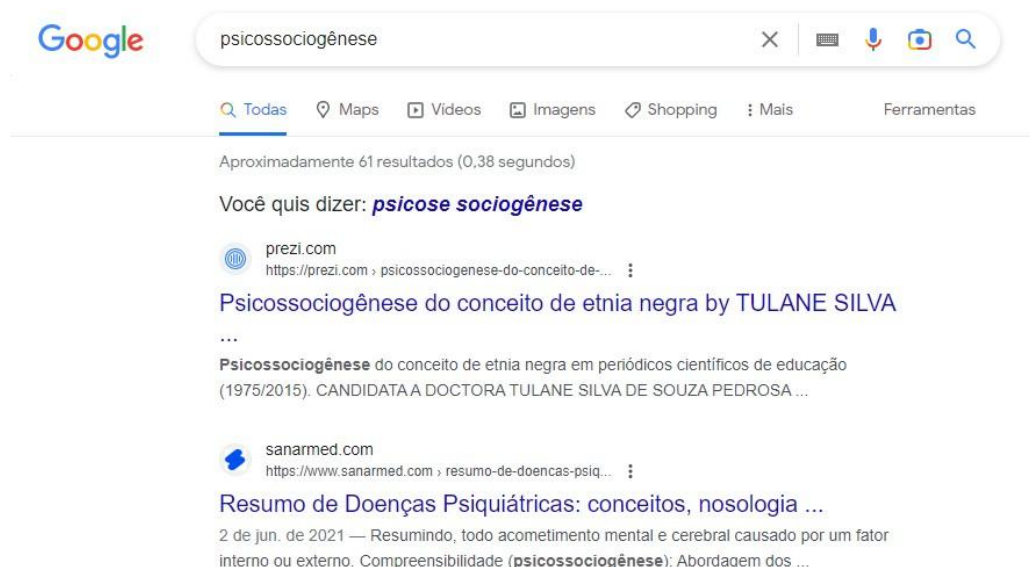
Assim, compreendendo a explicação do meu coorientador pude ir um pouco mais fundo na observação, pois, além disso, a psicogênese está fortemente concentrada em estudos da área de saúde, o que abrange aspectos do corpo físico enquanto unidade – seu funcionamento, aspectos estéticos, identitários, ser único, que se caracteriza como tal, a partir do recebimento de conhecimentos básicos de sobrevivência – como a fala, e de relações interpessoais – como pedir ajuda. Ou seja, ele passa a ser um indivíduo quando começa a receber instruções de como sê-lo transmitidas por outros indivíduos.

Portanto, apenas um indivíduo pode identificar o outro como tal. Do mesmo modo, posso invalidar a existência de outra unidade pensante, caso não consiga me comunicar com ela. Falo da questão da língua enquanto símbolo, mas também, falo de aspectos sociais, da língua como símbolo político.

Eu fiz especialização em políticas educacionais e inovação, tenho que dizer que as pessoas no geral menosprezam o valor da inovação nas nossas vidas. Mas, hoje, eu não sei pensar, sem pensar em como inovar para resolver meus problemas. E foi a partir de técnicas de inovação apreendidas na nessa especialização, que consegui razoavelmente unir esses dois conceitos, elaborando uma proposta inovadora, sem retirar ou acrescentar nada novo, usando o que já está posto, exatamente como uma mala de rodinhas.

Para resolver meu problema de originalidade eu busquei caminhos prováveis dentro do que já existia. E deu certo.

Figura 15 - Print Screen da tela do Google buscando por psicossociogênese.



Fonte 19: Print de tela realizado pela autora às 10:30 do dia 12/04/2023

Um pouco da proposta é pesquisar essas tensões e ou conflitos que existem dentro da academia no que diz respeito aos escritos da intelectualidade negra, fazer como disse uma professora no momento do debate sobre meu resumo no COPENE Nordeste 2019: — Muitas vezes precisamos ouvir o que

está sendo dito, ler o que já foi escrito sobre o objeto e usar como escada, para ir e ver além.

Ou seja, “Quando subimos um degrau na escala do conhecimento e, em sua condição de sujeito do saber, a humanidade passa a ser incluída nesse mesmo saber, o caráter simbólico dessas quatro dimensões torna-se reconhecível” (Elias, 1998, p.32). Porquanto tomar ciência de um conhecimento é essencial para poder expandi-lo.

Tal como numa mesa de bilhar, estamos nós, pesquisadores e pesquisadoras com suas identidades étnicas, crenças, valores ou a falta deles, sempre no encalço de provarmos nossas hipóteses ou redescobrir a roda. Estamos o tempo todo debatendo, criando ou desfazendo tensões. Numa leitura e outra, buscamos uma forma de esgotar nossa mente com dado objeto, porque temos certeza de que não esgotaremos o objeto.

Cada bola de bilhar gera uma fricção, e são elas as opiniões, às vezes nossas opiniões esbarram em outras e nos faz retroceder, estagnar ou encaçapar. Nesse caso, todos nós, julgo eu, queremos ter mais força e sermos vitoriosos. Mas, quem ganha no jogo de bilhar não são as bolas, são os jogadores. Então, as opiniões nem sempre importam, e sim, as estratégias matemáticas com que as emitimos.

E é disso que se trata esta pesquisa, do desvelamento das táticas utilizadas em torno das tensões existentes em nossas relações, e ainda, sobre o uso do lugar de fala, empoderamento e permanência em posições de poder. Podemos dizer que nós, negros e negras, não concordamos em tudo a respeito de diversos temas. Não somos obrigados a concordar. Como esse debate se dá no âmbito acadêmico é o que instiga essa investigação.

Podemos chamar este fenômeno reticular de empoderamento, forte ferramenta social utilizada por camadas étnicas, de gênero e de classes minorizadas pelas sociedades, que proporciona visibilidade aos marginalizados a partir da utilização e empregabilidade de termos antes não utilizados, em detrimento de termos pejorativos e discriminatórios.

A utilização do empoderamento como mola propulsora da divulgação epistêmica (antirracista) viabiliza a discussão e pauta a academia para combater as práticas discriminatórias institucionalizadas. Na lógica do fenômeno reticular, o empoderamento, e outros instrumentos táticos de permanência no poder, são impulsionados tanto pelo saber histórico psicogênico transmitido geneticamente de corpos ancestrais e pela oralidade, quanto pelo saber empírico coletivo, tratando-se das relações interpessoais, uma sociogênese das relações.

Percebam, cheguei ao ponto em que devo explicar as “**relações étnico-raciais da intelectualidade negra** no Brasil entre **2000 e 2022**”, como está consignado entre os meus objetivos. Se houvesse chance de passar por essas palavras em negrito sem falar o que elas representam epistemologicamente, eu o faria.

Corri dessa tarefa inúmeras vezes, mas, o professor Cleber Vieira (Unifesp), presente na minha banca de qualificação, me passou uma lista com alguns autores importantes na discussão de conceitos como: étnico-racial, étnicorracial, etnorracial. Vejam como isso não é uma tarefa fácil, até porque devo apresentar depois uma justificativa da minha escolha pelo uso do conceito étnico-racial, com hífen.

Quando comecei essa escrita no meu título ainda tinha a palavra afrodescendente, e eu a substituí por negra, porque socialmente há conflitos no entendimento de quem é negro e afrodescendente no Brasil. Essa questão também deve ser explicada. Além desses motivos, devo apontar quais outros aspectos me fizeram escolher essas palavras e esse recorte temporal.

Em 2019 eu paguei uma disciplina eletiva chamada Educação para as relações Étnico-Raciais, com uma ementa e bibliografia baseadas na teoria da Afrocentricidade, o que me cativou profundamente, apesar de, ser a única negra da sala sem trabalho aprovado no COPENE Nordeste 2019. As aulas eram magníficas, e a bibliografia utilizada era toda composta por autores negros.

Essa disciplina me fez entrar no LABERER – Laboratório de Educação para as Relações Étnico-Raciais, grupo liderado atualmente pelos professores Conceição dos Reis, Cledson Severino e Elizama Messias. Porém, em sua

fundação, o Laberer teve como um dos membros fundadores o professor Edilson, sim, meu pai.

Esse laboratório é minha casa dentro da UFPE, e eu me sinto parte dele. Por questões políticas institucionais, o Laberer foi um filho renegado pelo meu pai, mas, que eu abracei como meu quilombo acadêmico, uma das formas de me diferenciar das opiniões políticas de quem o instituiu. Somos um time dentro do bilhar, um time com jogadas e escolhas individuais. E se quer ir longe, vá em bando!

Um exemplo prático de como a EREER me ajudou. Eu já havia lido Frantz Fanon no mestrado, mas, só consegui captar as similaridades entre Fanon e Elias no que tange a psicogênese, a partir de uma leitura aquilombada. Foi a partir dessa disciplina que eu pude compreender também, a importância do debate étnico e o entendimento da importância de envolver na discussão, os povos originários.

Não significa que a partir disso consigamos definir etnias negras no Brasil, porque o uso de seu conceito aplica-se à grupos com habitus repassados de geração a geração, sucedido por um ou vários aspectos em comum característicos desse povo. Dando um exemplo, você conseguiria identificar um grupo por conta de seus comportamentos, vestimentas, rituais, língua, linguagem corporal, entre outros elementos, e de pronto conseguir afirmar, que essas pessoas negras são oriundas dos banto, ou dos sudaneses?

Aqui no Brasil as pessoas negras passaram por processos coercitivos externos diferentes das que nunca saíram do continente Africano. E isso fez com que nossos laços étnicos se perdessem ao logo do tempo. Já com os povos originários do Brasil esse laço étnico ainda não se rompeu por completo, apesar de também terem passado e ainda passam por apagamentos. Então, como forma de fortalecimento do debate étnico escolho, e creio ser importante, falar da utilização do conceito étnico-racial.

Esse esforço se dá pela compreensão de que esse fortalecimento é uma reação ao processo de embranquecimento, apagamento e aniquilação dos povos negros e indígenas da nação brasileira. Nossas etnias hereditárias (afro) não nos foram contadas, mas, prefiro a opção de não contribuir para esse

apagamento. Inclusive, devo ressaltar que o termo etnia contribui para inclusão dos povos ciganos e quilombolas também.

Como já dito, sou formada em comunicação social – habilitada em jornalismo. Mas não é da minha formação acadêmica que se trata esta seção. E sim, da minha formação humana - psicossociogenética. Trata-se das minhas pulsões e talvez dessa escrita atrevida por vezes dissoluta.

A escolha por Norbert Elias como teórico central desta tese não é por um acaso, ou quiçá para agradar e seguir a linha dos meus orientadores. Eu me apaixonei por Norbert Elias. Minha primeira leitura eliasiana foi do livro *Os Estabelecidos e Outsiders* e eu comprei o livro pelo título mesmo. Não imaginava nada do que poderia encontrar ali. Até que descobri que eu vivia essa relação de estabelecido e outsider, vivia em casa, na faculdade, e principalmente na cidade em que morava na época. Mirandiba, sertão pernambucano. Eu fiquei deslumbrada com aquilo. Minha vida em poucas palavras, eu era e sou em alguns espaços, uma outsider.

Não havia problema nisso até que eu entendi que deveria expor isso por meio das palavras, como eu costumo dizer, brigar com as armas dos que bateram primeiro. Apropriar-me dos rituais daqueles que me oprimiram, responder na mesma língua, volume e altura. E fui me apropriando.

Eu ouvi de tudo: — Jornalista não é historiador! — Não é qualquer um que mete a colher na educação! — Pra ficar ruim tem que melhorar muito! — Não te dou dois meses, você vai desistir! — Por que você não faz pedagogia primeiro!? — Não força uma barra! E por aí vai. Sem contar os insultos racistas que aguentei, às vezes calada outras vezes gritando, mas a verdade é que eu aguentei e ainda aguento.

Bom, então para ninguém achar que eu quero reservar um capítulo para falar de mim, mas, sim, do meu processo, vou explicar o motivo dessa escrita atrevida por vezes dissoluta. No meu mestrado eu tentei de tudo para colocar no papel a história racista de qual fiz parte, mas, meu objeto de estudo não tinha nada a ver com a minha vida.

Então mesmo sem poder me utilizar com afinco das leituras que havia feito sobre o processo civilizador e essa relação de poder estrutural que é a do racista e do racializado eu lia, conversava sobre, e debatia. Quando me perguntavam: - Mas, do que se trata sua dissertação? Eu respondia: - Então, é sobre grupo escolar, mas a instituição que eu estou investigando separava os negros dos brancos.

O problema é que nas entrevistas oficiais para a escrita do trabalho, ninguém confirmava isso. Ninguém dizia para a jornalista o que não queriam publicar, e eu, terminei a dissertação com o que tinha mesmo, um nó na garganta. Quebrei a lógica da continuidade das pesquisas, e enfim, comecei a pesquisar o que eu realmente queria através da perspectiva de quem me enamei.

Posso afirmar hoje nessa mesa de bilhar eu sou amante. E fazer o que ama é sensacional. Porém, o amor causa invejas e mais uma vez pude sentir na pele a repulsa dos estabelecidos. Essas tensões acadêmicas as quais eu me atrevo a estudar não são paulatinas, são diárias e ferrenhas. A começar por nossa estética, somos encarados como numa passarela, somos alvo de fofocas, de críticas, condenações, e as vezes, de assédios.

Então, mesmo me sentindo empoderada pensei em desistir do tema. Porque as tensões que nos rodeiam não vêm apenas dos estabelecidos brancos, vêm dos poucos estabelecidos negros que ali se encontram. Estudar essas tensões foi uma estratégia para me manter em suspenso, em segurança e não mais ser alvo delas.

É como manda o método eliasiano, as regras do jogo por assim dizer. Mas, mais do que isso. Observar as armas utilizadas, as que me feriram e talvez as aniquilar do ambiente. Tarefa árdua, mas, digna. Tudo é possível ao que crê no poder da ancestralidade. E eu não me imaginava alvo de nada disso, me sentia parte do ambiente acadêmico, por causa do mestrado. Devo ter pisado no pé de alguém e mudaram as regras.

Mas toda essa minha fala está atrelada aos pensamentos de Pierre Bourdieu e Roger Chartier (2017) no livro "*O sociólogo e o historiador*". Onde essas tensões no campo acadêmico são tratadas como "falsos problemas". Na

realidade Chartier pergunta a Bourdieu por que as diferentes abordagens do campo histórico, antropológico e sociológico são “falsos problemas, sem deixarem de ser essenciais” (p. 46).

A resposta de Bourdieu é simples:

[...] se é possível verificar a perpetuação desses falsos problemas sociológicos e científicos é porque, muitas vezes, eles se apoiam em verdadeiros problemas sociais ou em verdadeiros interesses sociais. [...] O interesse pelos falsos problemas deve-se ao fato de que eles são eternos. Além disso, do ponto de vista da ciência, esses falsos problemas estão enraizados, muitas vezes, em verdadeiros problemas políticos. (Bourdieu, 2017, p. 46 e 47)

Através dessa resposta se pode dar o tom do que vem a ser essa breve seção, não chega a ser uma justificativa para dizer que qualquer pessoa pode ser historiador ou sociólogo sem os devidos aparatos formativos. Mas, é um relato de quem se apropriou do debate, da linguagem, das ferramentas, para fazer parte do jogo. Colocando-me em suspenso e objetivando essas tensões como se eu mesma não fizesse parte delas.

Para me fazer entender vou adiante dizendo que meu problema de pesquisa é a tensão acadêmica, especificamente a que circula sobre debate étnico-racial. E minha escolha teórico-metodológica (por um teórico branco), minha aparência estética (ora alisada, ora cacheada), minha religião, ou seja, minha identidade é alvo desses conflitos científicos (hipoteticamente).

Se isso é um falso problema sócio-histórico estarei em suspenso para descobrir. Quanto às críticas acerca da escolha teórico-metodológica tenho uma observação pouco convencional. Norbert Elias era branco, judeu alemão, não casou, não teve filhos, sofreu com as opressões de Hitler por esse motivo exilou-se, mas, não é este o peso da minha escolha.

Tentei muito empretecer a teoria basilar desta pesquisa, mas, para o que me ardeu o coração não achei ainda um teórico negro que abarcasse minhas intenções objetivas. Minha escolha pela psicossociogênese foi justamente para levar o debate étnico-racial para os campos eliasianos. E obviamente, como ninguém faz nada sozinho, durante todo o escrito permeará uma bibliografia negra.

Ainda embebida de Bourdieu e Chartier devo acrescentar que nas leituras que fiz sobre o processo civilizador, ou melhor, nas leituras sobre o que escreveram sobre a teoria eliasiana, pude observar o quanto pesquisadores utilizam a imbricada relação entre esses três autores. Bourdieu por exemplo, tem um ponto de interseção com Elias, no que diz respeito ao habitus. Além disso, Bourdieu considera, assim como Norbert Elias, que não há oposição entre indivíduo e sociedade.

O que quero dizer é que por mais que o teórico escolhido seja capaz de abarcar e dar conta de tudo que me proponho na tese, nada me impede de beber de outras fontes teóricas, essa relação de interdependência acadêmica também faz parte das pulsões e tensões a serem expostas nesse objeto de tese. No mais, quanto a minha essência identitária, me considero nessa mesa de bilhar a dona das fichas. Só observando, ditando as regras e quem serão os jogadores. Todo pesquisador se coloca nesse papel nenhum pouco imparcial.

Escolhemos a quem daremos voz, como nos convém, e exatamente como um jogo, iniciamos a partida com suposições acerca de nós mesmos e dos outros. Algumas vezes convencemos alguns espectadores de nossa razão científica, outras vezes não causamos os impactos desejados, mas estamos no jogo. “Vivendo e aprendendo a jogar, nem sempre ganhando, nem sempre perdendo, mas, apreendendo a jogar” (Arantes, 1981).

3 - MEMÓRIAS E A PSICOSSOCIOGÊNESE DAS TENSÕES ENTRE A INTELLECTUALIDADE NEGRA A PARTIR DO CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS - COPENE (2000-2022).

A psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada não pode, por isso mesmo, ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa "civilização". (Elias, 1994b, p.15)

O objetivo deste capítulo é analisar a emergência e as memórias da rede de intelectuais negros, a partir de uma análise psicossociogenética; identificar e contextualizar as incidências dos primeiros agentes da rede de intelectuais negros/as no Brasil, e as tensões políticas internas geradas por ocasião do surgimento dessa rede de pesquisadores entre 2000-2022.

Para alcançar este objetivo irei começar contando da entrevista que realizei com a professora Lídia Cunha, atualmente é professora na Universidade do Estado na Bahia-UESB. Na época, ela era servidora técnica administrativa, na UFPE, e além do trabalho técnico administrativo, era aluna do mestrado em Educação, no PPGEdu.

Em um congresso da ANPUH em 1999, realizado em Florianópolis, Lídia estava com mais dois colegas, Gerusa Romão e Paulino de Jesus ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), numa conversa informal num café, pós mesa redonda. Nessa conversa eles avaliavam a baixa representação de pessoas negras num congresso nacional do campo das Ciências Humanas, área a qual, Lídia e os demais colegas se viam como maioria.

Mesmo assim, a presença de pesquisadores negros se fazia pequena, diante do público geral do evento, e esse aspecto do congresso da ANPUH, foi percebido de uma forma onde o problema sugeriu uma ação, propriamente dita, e não mais uma pesquisa.

Nessa mesa num café dentro do pátio da UDESC, Lídia Cunha faz o seguinte questionamento: — E que tal se fizéssemos um congresso só da gente? A ideia pareceu ótima, e Paulino reiterou: — Precisamos saber quem vai querer assumir uma coisa dessas! Afinal, realizar um congresso não é tarefa fácil, e um

congresso só de pesquisadores negros, não poderia ser inferior qualitativamente, sob hipótese alguma.

Havia questionamentos outros, e diversas inquietações diante da vontade de realizar um congresso apenas com intelectuais negros/as. A época desse diálogo entre Lídia, Gerusa e Paulino estava efervescendo com a virada do milênio e do século. Há em todos nós pesquisadores negros, diversos entraves político-sociais, que nos atravessam mais fortemente quando atingimos camadas pouco habitadas por nossos semelhantes.

Ao ouvir a professora Lídia, pude compreender os primeiros gatilhos gerados naquele insight entre os três colegas intelectuais, que foram os obstáculos para execução de um projeto de aquilombamento acadêmico. Apesar de despretensiosa a conversa gerou frutos, no meu ponto de vista, porque pensaram primeiro em como resolver os pequenos problemas que já apareciam naquela conversa informal, financiamento, local, coordenação etc.

O lugar de realização do evento por exemplo, por que Recife e não Florianópolis? E por que não a UFPE? Segundo Lídia, Recife foi escolhida por uma questão política. Ela disse: — Seria legal que fosse em Recife, bem nas barbas de Gilberto Freyre! Eu transcrevo essa frase numa provocação aos aderentes ao mito da democracia racial.

Minha impressão, é que a profa. Lídia Cunha junto com os amigos, ajudou a elaborar uma das maiores respostas à falácia da democracia racial no Brasil. O Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE, foi uma tática de autoinscrição e sobrevivência que nos garante hoje, ocupar espaços como os Ministérios de Ciência e Tecnologia, da Educação, e, secretarias nestes e outros ministérios da União.

A ocupação desses espaços se deu por essas e outras ações, que não estavam necessariamente ligadas ao Movimento Negro Unificado de forma institucionalizada, mas, estavam ligadas de forma intrínseca e extrínseca, a uma organização por valências abertas, ou seja, as quais os sujeitos estão potencialmente ligados através de um nodo, nó, ou, nós. (Elias, 1994b)

Os pontos nodais de uma rede social, quando considerados em valências abertas, não prevê a potencialidade da rede, mas o potencial desse nó. Qual é o nó entre pesquisadores/as negros/as capaz de nos atrair a ponto de nos agrupar, e nos fazer criar uma rede própria de interesses em comum?

A Ignorância Branca (Mills, 2018), vai dizer que não há motivos para que criemos um congresso com recorte étnico-racial. Mas, eu acredito que o racismo institucional, estrutural com o qual subsistimos foi, e ainda é, o nó que nos une, além disso, nos impulsiona.

Ao voltar para Recife, a profa. Lídia procurou alguns professores e professoras das Universidades Federais aos quais tinha contato, dentre eles, o professor Henrique Cunha Júnior. Encontrando-o, falou da ideia embrionária que teve com os colegas Paulino e Gerusa, e o professor Henrique mencionou uma tentativa parecida em 1990, num evento chamado – Intelectuais Negros Paulistas.

Este evento entre os intelectuais negros paulistas tinha previsão de se tornar nacional, mas, não ocorreu, segundo o que contou o professor Henrique, então, ele se propôs em auxiliar e coordenar uma nova proposta de realização. Lídia era mestranda na época, então, segundo o que consta as regras de comissões executivas de eventos científicos acadêmicos, apenas doutores podem fazê-lo.

Observemos a partir daqui, diante do que relatou a professora Lídia Cunha (UESB), o que foram seus entraves e, portanto, tensões, para elaboração de um congresso que teve pouco apoio em recursos humanos dos servidores da casa, sendo esta, a UFPE. Henrique Cunha Júnior na ocasião do evento, estava como professor na Universidade Federal do Ceará.

A UFPE era o local de trabalho de Lídia, e sua relação com os professores, segundo ela, sempre foi muito boa. Ela não imaginava o quão seria difícil conseguir o apoio institucional, sobretudo, das pessoas com as quais ela tinha alguma relação, inclusive professores negros.

A análise dessa dificuldade encontrada por Lídia, em angariar apoio dentro da UFPE pode ser orientada pela questão Estabelecidos e *Outsiders*,

devido ao estigma gerado sobre o papel e a função dela naquele espaço enquanto técnica-administrativo, e pela sua posição na hierarquia acadêmico-científica, enquanto estudante de mestrado da casa.

3.1 – I COPENE: SONHO OU PROPÓSITO DE INTELLECTUAIS QUE DECIDIRAM IR ALÉM

“Um sonho em grupo”, assim a profa. Lídia Cunha descreveu o que foi o COPENE em seu estágio embrionário. Um sonho exequível, o congresso está em sua 12ª edição, com fôlego para mais dezenas de edições. Acontece que a partir do primeiro evento deu-se início à Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, que surge não só para subsidiar e angariar recursos para a realização do congresso e de outros projetos que constituem a instituição. Como também, fomentar pesquisas escritas por intelectuais negros, como pudemos ler na seção anterior a esta.

Mesmo diante das dificuldades, a professora conseguiu recursos e apoio institucional da PROPESQ/UFPE, Museu da Abolição -MAB, da prefeitura de Camaragibe, do Governo do Estado de Pernambuco através da secretaria de Justiça, da Facepe, Unicap, Ministério da Justiça, Fundação Palmares e FADE/UFPE. Confira na imagem a capa do caderno de resumos do primeiro COPENE.

Figura 16: Caderno de resumos colorido do primeiro COPENE



Fonte 20: Arquivo pessoal da professora Lídia Cunha

No site da ABPN a capa do caderno está em preto e branco, o que dificulta uma análise. A logomarca do evento foi feita por Amaury Cunha, e nela vimos uma mão segurando um livro robusto, no dorso da mão uma réplica de parte da bandeira do Brasil. As cores verde, amarelo e azul, também remetendo a um nacionalismo. O tema: O negro e a produção do conhecimento – dos 500 anos ao século XXI.

Em abril de 2000 o Brasil “comemorava” seus 500 anos, e em novembro do mesmo ano, a organização do congresso promove um evento voltado para a busca de intelectuais negros e suas produções, afinal, o que estavam elaborando os pesquisadores negros/as? Do que estávamos falando a essa época? Quais nossos interesses frente aos racismos?

Para iniciar apresentarei alguns quadros que sintetizam os eixos e quantitativos de resumos da primeira edição do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as realizado no ano 2000 na Universidade Federal de Pernambuco.

Quadro 6: Do número de resumos enviados a cada eixo.

Eixos	Nº de Resumos
Educação	34
História e Geografia	12
Saúde e Ciências Biológicas	3
Artes e Comunicação	6
Sociologia e Antropologia	23
Total	78

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 7: Das instituições participantes em número de trabalhos apresentados no eixo Educação

Instituição	Trabalhos Apresentados
UFC	2
UFRPE	1
UERJ	1
USP	6
UNICAMP	1
UFSM	1
UFMT	2
UFC	2
UFPI	5
UFSC	1
UFBA	1
PUC/SP	1
UFRGS	2
SEM INSTITUIÇÃO	4

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 8: Das instituições participantes em número de trabalhos apresentados no eixo História e Geografia

Instituição	Trabalhos Apresentados
USP	3
UERJ	1
UFPE	2
UESC	1
UFMG	1
UNEB	1
UFBA	1
SEM INSTITUIÇÃO	4

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 9: Das instituições participantes em número de trabalhos apresentados no eixo Saúde e Ciências Biológicas

Instituição	Trabalhos Apresentados
UFMG/PUC/MG	1
UNEB	1
UFBA	1

Quadro 10: Das instituições participantes em número de trabalhos apresentados no eixo Arte e Comunicação

Instituição	Trabalhos Apresentados
UERJ	1
USP	1
UNESP/Bauru	1
SEM INSTITUIÇÃO	3

Fonte: Elaborada pela autora

Quadro 11: Das instituições participantes em número de trabalhos apresentados no eixo Sociologia e

Antropologia

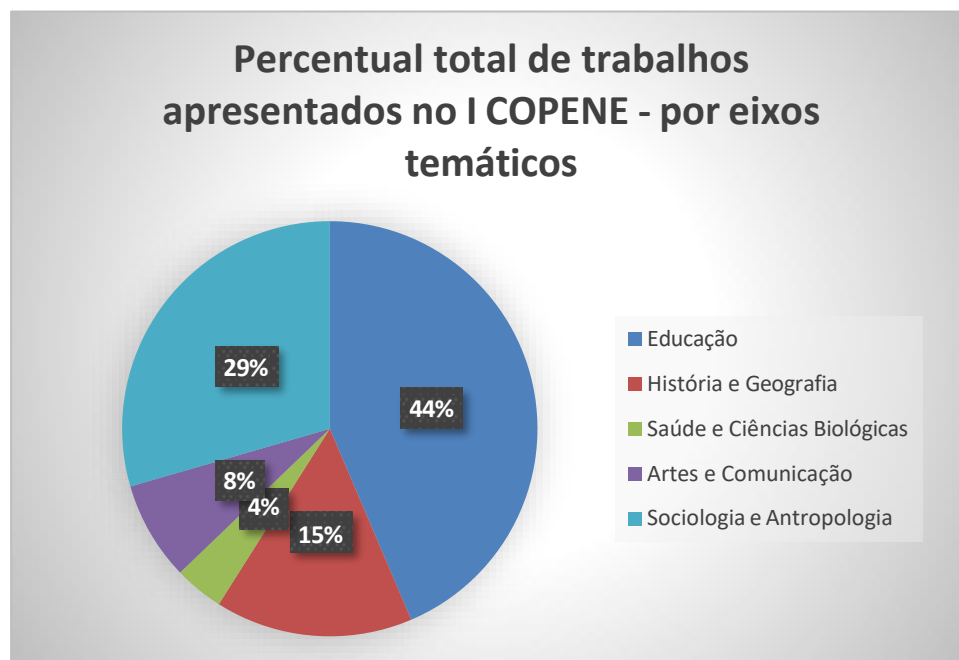
Instituição	Trabalhos Apresentados
UFMA	2
UNESP/Araraquara	1
UNESP/Assis	1
PUC/SP	1
USP	4
UNEB	1
UFPI	1
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO	1
UNESP/Mariana	1
UERJ	1
SORBONE PANTHEON	1

Fonte: Elaborada pela autora

Nos quadros podemos observar o mapa de apresentações do primeiro COPENE, dividido por eixos, e instituição, foram 78 resumos divididos em 5 áreas: Educação, História e Geografia; Saúde e Ciências Biológicas, Artes e Comunicação; Sociologia e Antropologia. Muitas instituições se fizeram presentes, e estranhamente, a UFPE, não esteve em evidência em um evento realizado na instituição, com apenas 2 trabalhos apresentados, ambos na área de História e Geografia.

O maior número de trabalhos se concentra na área de educação, o que garante um bom corpus documental para os objetivos em tela. Mas neste capítulo o escopo é apresentar a gênese da rede de pesquisadores em Educação – uma representação das memórias, indicando os personagens que apresentaram textos nos congressos, assim como a permanência destes no decorrer das edições nacionais do evento. Observem a movimentação da rede em percentuais:

Gráfico 3: Percentual de trabalhos do I COPENE – divididos por eixos temáticos

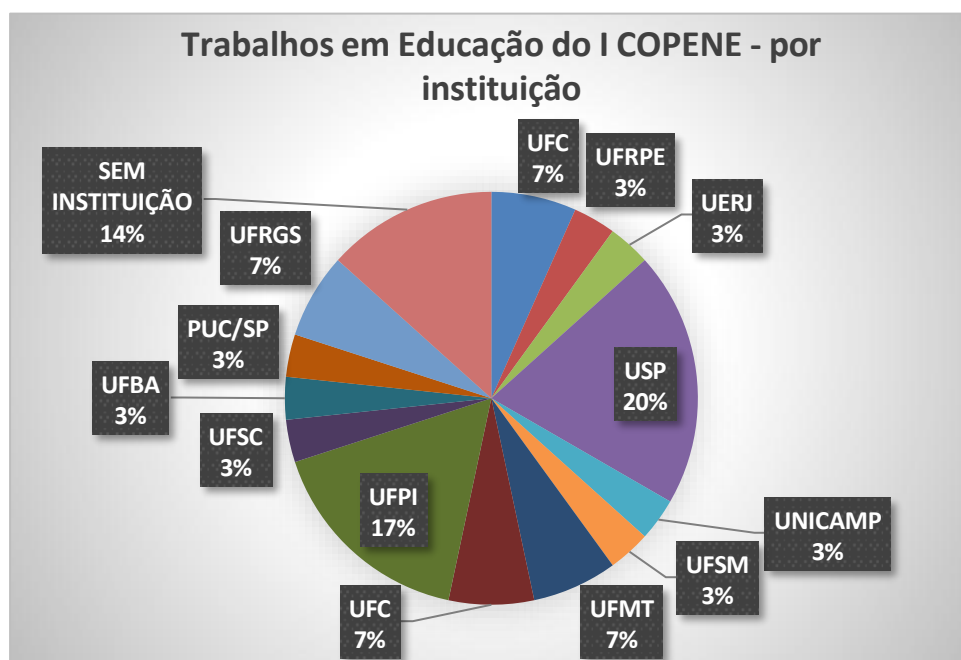


Fonte 21: gráfico elaborado pela autora

Para tanto, preciso explicar que o COPENE a que me refiro são das edições nacionais do evento, que contém também edições regionais. Sendo o primeiro COPENE um congresso nacional, e por querer investigar agentes de todo o Brasil, se faz necessário esse recorte. Observem em percentuais, as instituições com maior envolvimento textual no escopo Educação:

A USP foi a universidade com maior número de participantes, correspondendo a 20% do total de textos enviados para o eixo temático Educação. Certamente com o passar do tempo novos personagens adentram à rede, aumentando não só o volume de trabalhos apresentados, mas também, a necessidade de abrangência dos eixos temáticos. Para um breve exemplo, enquanto na virada do século havia 5 linhas de pesquisa na primeira realização do congresso, no ano de 2022 foram 50 sessões temáticas.

Gráfico 4: Trabalhos em Educação do I Copene, divididos por instituição



Fonte 22: Gráfico elaborado pela autora

A urgência em especializar os professores e professoras deu, no meu ponto de vista, um caráter político à rede de intelectuais negros que estudam Educação. Para uma tentativa em exemplificar esta afirmação elenquei oito resumos do eixo em questão, o critério de escolha foram os artigos escritos por mais de um autor. Esse critério é baseado na perspectiva da história dos intelectuais. Onde se fomenta a ideia de que é a partir de duplas e trios que se iniciam novas escolas de pensamento, formulação de conceitos e inovações metodológicas, pois, ninguém vai longe sozinho. Por este entendimento, se faz coerente a análise, embora que quantitativa, a partir dos intelectuais que iniciaram a rede dividindo a autoria com outros pensadores de seus temas.

Quadro 12 Síntese de clusters textuais em educação do primeiro COPENE

Instituição	Autores	Título do resumo

UNICAMP	<ul style="list-style-type: none"> •Waldemar Paulo Rosa •Geraldo Ferreira Mendes •José Galdino Pereira 	Fundação de Amparo ao Estudante Negro: uma proposta
UFF	<ul style="list-style-type: none"> • Iolanda Oliveira • Moema de Poli Teixeira • Maria Lúcia Rodrigues Müller 	Cor e magistério
UFF	<ul style="list-style-type: none"> • Iolanda Oliveira • Miriam dos Santos Valdim 	Implicações raciais nas trajetórias das professoras das series iniciais
UFF	<ul style="list-style-type: none"> •Iolanda Oliveira •Dayse de Oliveira Gomes 	Questão racial na revista Nova Escola
UFC	<ul style="list-style-type: none"> •Sandra Haudée Petit •Rebeca Alcântara Silva 	O encontro com a poética na construção de um processo de reflexão sobre o aluno negro
UFSCar	<ul style="list-style-type: none"> •Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva • Ivani de Lourdes Marchesi de Oliveira •Maria Waldenez de Oliveira 	Capoeira: Método Alternativo de Educação
UFRGS	<ul style="list-style-type: none"> •Marilene Leal Paré •Marlene Brugalli •Angelita Fialho Silveira 	Heterogeneidade: um estudo sobre a diversidade na realidade escolar
UFUSCar	<ul style="list-style-type: none"> •Sidney Alves Costa •Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva 	Direitos humanos e combate ao racismo: significações de um militante

	• Maria Waldenez	
--	------------------	--

Fonte 23: Anais I COPENE

Os textos apresentados, embora que incipientes, dão um direcionamento do que estava preocupando os intelectuais negros envolvidos que buscaram se agrupar para tentativa de resolução de algumas problemáticas. Nesse contexto, podemos apontar que os primeiros grupos da rede que estudavam educação estavam inclinados para o entendimento das representações da negritude nos espaços e nas ferramentas educativas.

Prova disso é o avanço de pesquisas e intervenções políticas de alguns desses autores na história da educação brasileira. Sandra Petit tem artigos e pesquisas na área de formação de professores, onde apresenta uma proposta pretagógica de formação – na qual os formandos possam ter contato com outras realidades educativas, como a educação quilombola e ou originária.

Petronilha Gonçalves, além de ter sido relatora na elaboração da Lei 10.639/03, tem um trabalho sistemático no que tange o processo de mudanças na forma de pensar educação e educação das relações étnico-raciais. Intelectual que nos ajuda a compreender a filosofia africana do UBUNTU, “eu sou porque você é – ou, eu sou, porque nós somos”.

Nota-se que nos dois textos aos quais Petronilha estava envolvida, um dirige-se a práxis educativas, portanto, curriculares, e o outro, ao direito à educação das relações étnico-raciais como combate ao racismo. Não à toa, a professora coordenou o II COPENE que adotou o seguinte tema geral: “De preto a afro-descendente: a pesquisa sobre relações étnico/raciais no Brasil”, que aconteceu na UFSCar em 2002. Sua linha de pesquisa e movimentação na rede de intelectuais negros, sobretudo suas produções, auxiliam no progresso e avanço da população negra na garantia de direitos. [No ano da elaboração desta temática a palavra afrodescendente ainda era escrita com hífen]

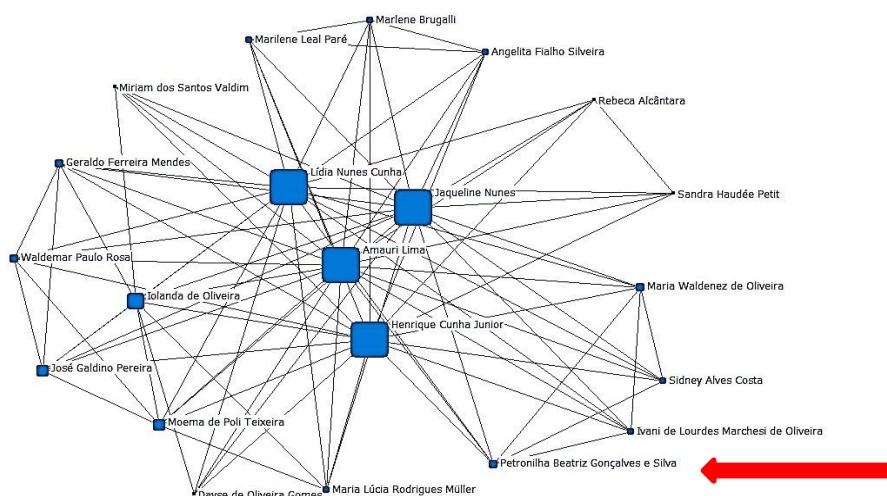
A formação destes pequenos grupos e da própria rede de intelectuais negros ganha forças na segunda edição do evento, os eixos ganham subtemas e a inscrição de trabalhos aumenta consideravelmente. O eixo Educação passa

a se chamar Educação, Psicologia, Filosofia e Relações Raciais – temática: autoestima, reconhecimento e formação do cidadão.

Esse aumento no leque temático no II COPENE, reforça a ideia de que os resumos da primeira edição forçam uma abertura para as demais linhas de pesquisas dos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Foram 53 resumos comportados nessa área, e dentre estes, 8 foram escritos por duplas ou grupos. Vejam esse comparativo a partir da mobilização figuracional obtida pela Análise de Redes Sociais.

Nos nodes [quadrados maiores em azul] encontram-se os organizadores ou coordenadores do primeiro COPENE, a seta em vermelho indica a localização da professora Petronilha Beatriz, à margem e com baixa densidade no node [quadrado pequeno em azul], comparem a movimentação da figuração apresentada entre as figuras 21 e 22:

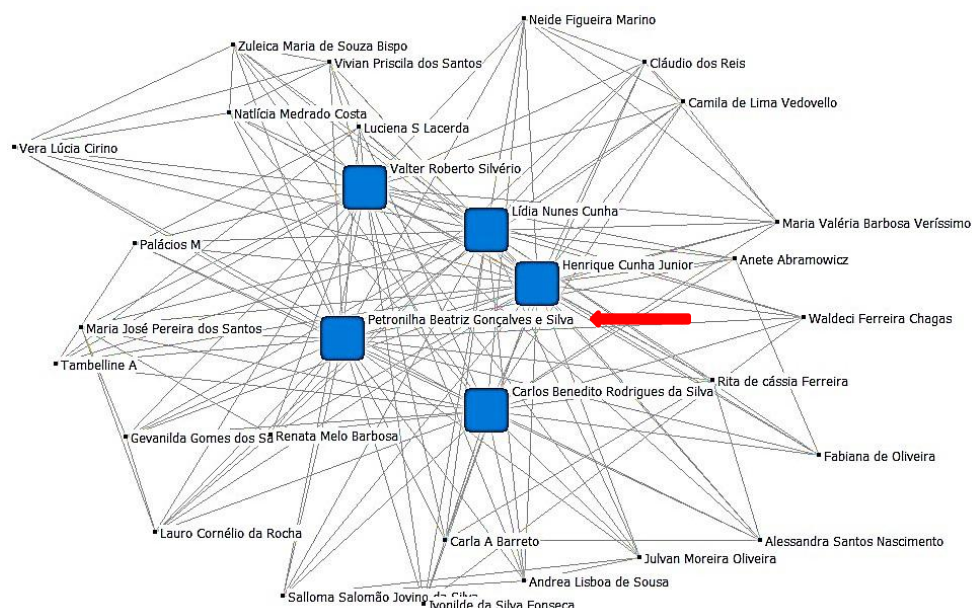
Figura 17: Sociograma da rede de pesquisadores/as negros/as em Educação do I COPENE



Fonte 24: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do Netdrawn – UCINET

3.2 – II COPENE: A LEGITIMAÇÃO DO PROPÓSITO

Figura 18: Sociograma da rede de pesquisadores/as negros/as em Educação do II COPENE



Fonte 25: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do Netdrawn – UCINET

A movimentação da figuração que leva um agente da margem ao centro acontece pela mobilização do sujeito. No exemplo dado entre o primeiro e segundo COPENE, não só aumentam a quantidade de inscritos, mas principalmente, a capacidade da escrita em grupos ou duplas que levam o agente mobilizador da margem para o centro das ideias a serem discutidas.

Quadro 13: Síntese dos clusters textuais do II COPENE – Área 2 – Educação, psicologia, filosofia e relações raciais. Temática: auto-estima, reconhecimento e formação do cidadão.

Instituição	Autores	Título do resumo
UNESP- Araraquara FCL/CAR	<ul style="list-style-type: none"> • Alessandra Santos Nascimento • Rita de Cássia Ferreira • Carla A. Barreto 	Censo Étnico-Racial : Instrumento auxiliar para elaboração da identidade Étnica-Racial enquanto uma exigência para construção não mistificada da identidade nacional
USP	<ul style="list-style-type: none"> • Julvan Moreira de Oliveira 	Políticas Educacionais e Relações Étnico-Raciais

	<ul style="list-style-type: none"> • Andrea Lisboa de Sousa • Salloma Salomão Jovino da Silva 	
UNESP-Marília	<ul style="list-style-type: none"> • Maria Valéria Barbosa Veríssimo • Cláudio dos Reis • Neide Figueira Marino • Camila de Lima Vedovello 	Processo de Ensino e Aprendizagem: instrument de superação ou reprodução do racismo no cotidiano escolar?
UFUSCar	<ul style="list-style-type: none"> • Fabiana de Oliveira • Anete Abramowicz 	A afirmação positiva das diferenças a partir da análise dos relatos de meninas negras.
UNIFE	<ul style="list-style-type: none"> • Ivonilde da Silva Fonseca • Waldeci Ferreira Chagas 	As relações interétnicas no cotidiano das escolas municipais de João Pessoa
UFRJ	<ul style="list-style-type: none"> • Luciene S. Lacerda • Palácios, M. • Tambelline, A. 	Sou mais que sindicalista , sou revolucionária: o que pensam os sindicalistas negros anti-racistas sobre a relação entre racismo, saúde e trabalho
USP-SP PUC-SP	<ul style="list-style-type: none"> • Lauro Cornélio de da Rocha • Gevanilda Gomes dos Santos 	A questão Etno-Racial e a formação permanente de educadores(as)

	<ul style="list-style-type: none"> • Renata Melo Barbosa • Maria José Pereira dos Santos 	
Prefeitura Municipal de São Carlos	<ul style="list-style-type: none"> • Natlícia Medrado Costa • Vivian Priscila dos Santos • Vera Lúcia Cirino • Zuleica Maria de Souza Bispo 	O trabalho e o Negro

Fonte 26: Anais do II COPENE

Além do aumento em números de inscritos, áreas de conhecimento e de subtópicos dentro desses campos, o II COPENE passa a ter uma comissão organizadora composta apenas por professores mestres e doutores, dentre eles a já mencionadas professoras Lídia Cunha, Petronilha Gonçalves e Silva e o professor Henrique Cunha Júnior, que estavam presentes também na primeira edição do evento.

A professora Lídia Cunha, foi a primeira presidenta da associação (2000-2002), e esteve na chapa do que se chamou primeira diretoria da ABPN (2002-2004), ao lado do professor Henrique e do professor Carlos Benedito. Na assembleia destinada a membros da associação no III COPENE em 2004, é eleita uma chapa a qual não estavam mais presentes, nem a professora Lídia, nem o professor Henrique.

As mudanças que ocorreram e ainda ocorrem no formato e na execução do COPENE são próprias ao processo adaptativo e interativo ao qual passa toda e qualquer figuração que se dispõe em valências abertas, com um potencial colaborativo e cooperativo com relações interdependentes. Os ajustes são próprios aos contextos de cada instituição que sedia o evento.

O III COPENE recebeu o tema – “Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para os afrodescendentes” foi realizado a partir de um esforço em conjunto entre o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão – NEAB/UFMA e a ABPN. Os NEABs são pequenas redes cujo um dos objetivos é disseminar uma bibliografia enegrecida nos Programas de Pós-Graduação de Instituições públicas e privadas.

O surgimento dos NEABs é anterior ao primeiro COPENE, segundo alguns sites institucionais de UF's, essas sub-redes emergem a partir de 1959 com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, na Universidade Federal da Bahia – UFBA. Após alteração da Lei 10.639/03, para 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira e indígena, alguns NEABs passaram a incluir os Indígenas na sigla. Os NEABs, são, portanto, uma modificação na rede tornando-a mais abrangente e inclusiva.

Com essa tentativa de inclusão, surgem também o que chamamos de grupos correlatos. São grupos que não carregam a sigla de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas, mas que, estudam as relações étnico-raciais, incluindo estudos dos povos ciganos e quilombolas, por exemplo.

Essas mudanças nas micro redes de intelectuais negros dentro das instituições universitárias reverberam em certa medida no sucesso que é o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Os avanços nas pesquisas destes núcleos e grupos correlatos, em especial, promovem tensões primeiro dentro de cada instituição, pois, estão ocupando os espaços onde antes, só habitavam pessoas brancas. E depois, acompanhando o movimento reticular, instigam o alcance das comunidades do entorno das instituições. Esse é inclusive o movimento natural que deveria seguir todas as instituições de ensino superior, a tríade – ensino, pesquisa e extensão.

3.3 – III COPENE: AS TRANSMUTAÇÕES PRÓPRIAS À OPERACIONALIZAÇÃO DE UM CONGRESSO

No III COPENE, o caderno de resumos ganha um formato de publicação, com ficha catalográfica, índice, corpo editorial e secretaria executiva. Nota-se que com o passar do tempo o congresso ganha robustez, não necessariamente

em volume de inscritos, mas, na identificação de intelectuais negros contemporâneos com alguns nós em comum, e neste caso, não é apenas dos racismos que estamos falando, esse pode ser nosso nó primitivo, esses nós estão agora, nos métodos, nos conceitos e nas bibliografias utilizadas nos trabalhos apresentados.

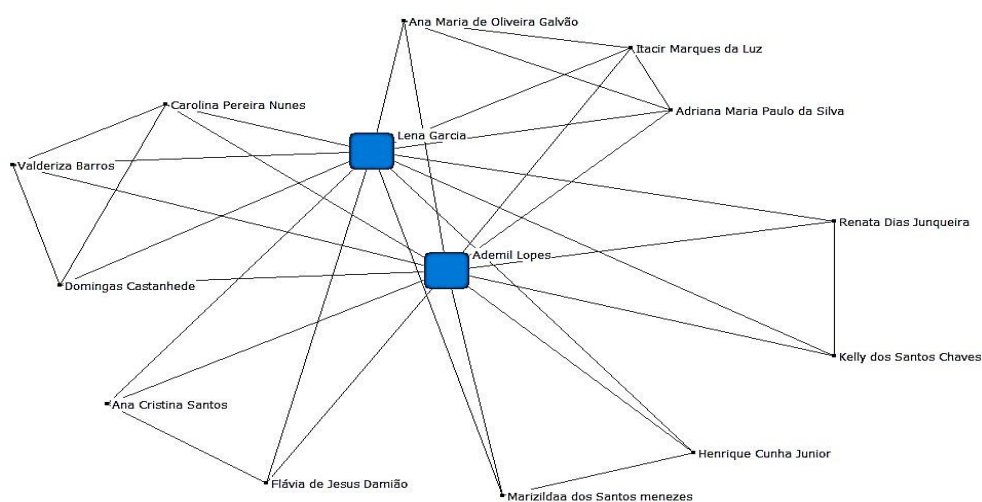
Quadro 14: Síntese dos clusters textuais do III COPENE – GT 2- África, afrodescendentes e educação

Instituição	Autores	Título do resumo
UNESP UFC	<ul style="list-style-type: none"> • Marizilda dos Santos Menezes • Henrique Cunha Júnior 	Tear e o saber africano na área têxtil
UFG	<ul style="list-style-type: none"> • Kelly dos Santos Chaves • Renata Dias Junqueira 	A África entre palavras e imagens no livro didático de geografia para o ensino fundamental
UFMA	<ul style="list-style-type: none"> • Domingas Cantanhede • Valderiza Barros • Carolina Pereira Nunes 	A educação do negro no Brasil
	<ul style="list-style-type: none"> • Itacir Marques da Luz • Ana Maria de Oliveira Galvão • Adriana Maria Paulo da Silva 	Trabalhadores negros e instrução no Recife: a sociedade dos artistas mecânicos e liberais de Pernambuco (1830-1850)
	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Cristina Santos • Flavia de Jesus Damião 	Ações afirmativas e educação infantil: questões limites e possibilidades

Fonte 27: Anais III COPENE

Na terceira edição do evento, o GT que envolvia a temática educacional, recebeu 19 resumos, aos quais 5 foram escritos em grupos ou duplas. Acredito que essa baixa com relação ao segundo COPENE em número de inscritos na área educacional, se deu justamente pelo aumento do rigor, imposto por um corpo editorial mais exigente, certamente. Além disso, houve uma maior oferta em oficinas e minicursos, talvez uma migração de público interno, tática de participação e manutenção na rede.

Figura 19: Sociograma de pesquisadores em Educação - III COPENE



Fonte 28: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do Netdrawn – UCINET

Por deixar em aberto diversos aspectos da figuração de intelectuais negros/as, eu julgo importante que outros estudos investiguem a rede a fundo, as relações de poder, o potencial de liderança de cada cluster, são aspectos que exigem um trato metodológico diferente do que almejam os objetivos desta tese. Neste capítulo, o intuito é fazer um levantamento quantitativo do processo progressivo de estudos em educação, realizados por pesquisadores/as negros/as, além de uma demonstração visual dos clusters em educação. Esse levantamento auxilia na percepção da organização da rede tanto entre os intelectuais negros/as, como também, dos intelectuais negros/as em relação aos intelectuais brancos, nos espaços dificilmente habitados por intelectuais negros.

Paralelo aos congressos a ABPN trabalha fortemente para manutenção de agentes negros na estrutura governamental em âmbitos regionais e nacional, pensando, elaborando e tensionando pautas que ao serem fortalecidas, promovem mudanças nas estruturas racistas, como as Leis 10.639/03, 11.645/08 e a 12.711/2012 – a Lei de Cotas. Essas mudanças nascem primeiramente no campo das ideias da rede, até que atingem a sociedade, transformando correntes de pensamentos e até a opinião pública.

Em 2004, ano de realização do terceiro COPENE, quem assume a presidência da ABPN é a professora Nilma Lino Gomes – primeira reitora negra no Brasil, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Unilab, (2013) e Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (2015-2016), junto a ela estavam presentes na diretoria da ABPN os professores, Wilson Roberto de Matos, Moisés de Melo Santana e Eliane Borges da Silva.

O envolvimento de alguns sujeitos da rede de intelectuais negros/as com outras redes, sendo algumas, até maiores, legitima o que parece um endomarketing – movimentação que autopromove e ao mesmo tempo, promove um coletivo, para que se constitua ondas propulsoras de um conjunto nodal de ideias.

A legitimação de ondas de pensamento também se dá por meio da opinião pública, expressa não somente nos meios de comunicação de massa, mas, sobretudo, no século XXI, por meio das mídias sociais, como o Twitter e o YouTube, por exemplo.

A tentativa aqui é de mostrar a relevância da movimentação de alguns agentes que compõe a rede de intelectuais negros/as em concomitância a outras redes que impulsionam soluções no campo da política pública. Essas últimas, no geral, são compostas por movimentos sociais e partidos políticos.

3.4 – IV COPENE: RIGOR ACADÊMICO E A AFRO REFERÊNCIA

No IV COPENE, realizado em 2006 pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB, pudemos observar mudanças mais bruscas, que vão desde a elaboração de uma apresentação no caderno de resumos, que descreve o processo e comemora os avanços da rede de intelectuais negros/as em seus

primeiros anos de existência, ao Comitê Científico, que tem como convidados personalidades como Kabengele Munanga, Muniz Sodré, Petronilha Gonçalves, importantes presenças que discutem em seus textos o que também foi tema do congresso: “Brasil Negro e suas Africanidades: Produção e transmissão de Conhecimentos.”

Nota-se que quão maior é a autoridade do comitê científico do congresso, menor é o número de resumos escritos em duplas ou grupos e publicados nos anais. Dentre os 16 textos enviados para a área – Educação, gênero e diversidade étnico-racial do IV COPENE, apenas dois foram escritos por mais de um autor.

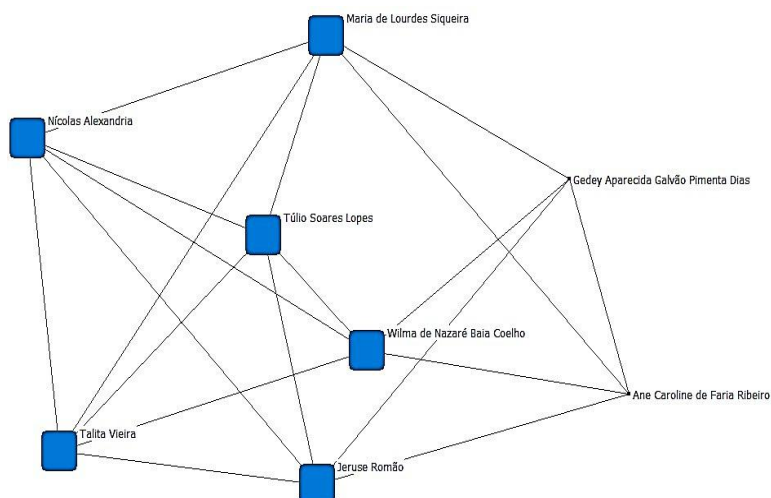
Quadro 15: Síntese dos clusters textuais do IV COPENE – Educação, Gênero e diversidade étnico-racial

Instituição	Autores	Título do resumo
NEAB-UERJ	<ul style="list-style-type: none"> • Nicolás Alexandria • Talita Vieira • Túlio Soares Lopes 	Ensino de história e de ciências sociais: desafio das licenciaturas e interseções disciplinares/ cinegro: cinema, educação e relações raciais
	<ul style="list-style-type: none"> • Ane Caroline de Faria Ribeiro. • Gedey Aparecida Galvão Pimenta Dias 	Produção de Materiais para o ensino crítico de Inglês: uma abordagem racial

Fonte 29 Anais IV COPENE

Diante desses entraves, como a baixa em textos escritos em duplas ou grupos, avalio que acaba nos escapando alguns nomes de relevância na figuração. Frente a essas questões, fiz a opção de analisar não somente a movimentação dos agentes que comunicaram seus trabalhos, mas também, e em comparação com as demais redes dos COPENEs subsequentes, as coordenações dos STs. Que de certa forma centralizam a estrutura da rede. Como no caso do IV COPENE. Vejam:

Figura 20: Sociograma da rede de pesquisadores/as negros/as em - Educação, Gênero e diversidade étnico-racial do IV COPENE



Fonte 30: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do NetDrawn- UCINET

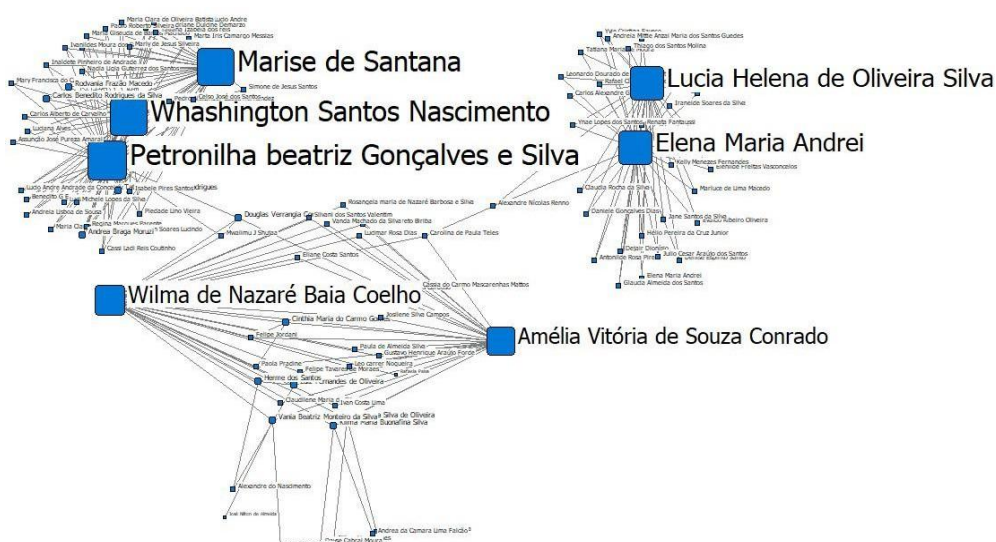
Como dito no parágrafo anterior, acresci a esse cluster os nomes dos coordenadores do ST - Educação, Gênero e Diversidade Étnico-racial. Essa ideia surgiu após analisar todas as redes dos COPENEs, principalmente pelo fato de entender que sem esses acréscimos, não compreenderíamos a psicossociogênese de algumas sessões temáticas, eixos e grupos de trabalho, porque no meu ponto de vista, além da inserção de conceitos novos na grande área Educação, alguns agentes da figuração passam a ter mais evidência, justamente por conseguirem aderência de novos/as pesquisadores/as no estudo das sub-temáticas.

Ao IV COPENE, posso ressaltar o nome da professora Wilma de Nazaré Baia Coelho, que apesar de aparecer timidamente nesta edição do evento, tem notória visibilidade em congressos futuros.

3.5 – V COPENE: SUCESSO E CRESCIMENTO

Diferente das edições anteriores, o V COPENE, não registrou nenhum resumo escrito em duplas ou grupos para a área de educação. No entanto, o volume de inscritos cresceu absurdamente. O eixo temático Educação, Gênero e Hierarquias Étnico-Raciais subdividiu-se em três grupos de trabalhos: Relações Étnico-Raciais, Educação e Identidades, com 29 inscritos; Educação, Formação de professores e relações étnico-Raciais, com 24 resumos enviados; e, Questões negras na educação, com mais 30 textos, somando um número de 83 produtos.

Figura 21: Sociograma de pesquisadores em Educação - V COPENE, com base de análise na densidade dos nodes



Fonte 31: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

Aponta-se um aumento em inscritos, e a necessidade de dividir o eixo educação, para abrangência das temáticas. Seguindo o critério de inserção dos nomes dos coordenadores dessas STs supracitadas, fica evidente o caráter centralizador da rede, por outro lado, demonstra a autonomia dos/as pesquisadores/as inscritos. Avalio como positivo a segurança em envios de textos solo, corrobora ao amadurecimento da figuração, no meu ponto de vista, por outro lado, não deixa evidente os agentes que enviam suas comunicações, apenas quem as recebe. Vejam como fica a rede a partir do critério centralizado nas densidades dos nodes “in degree” [degree node label], na figura 25.

3.6 – VI COPENE: PERSISTÊNCIA NA EXCELÊNCIA

As mudanças nas nuances figurativas de uma rede sugerem a meu ver uma tática de sobrevivência, tática implícita ao bilhar acadêmico. O VI COPENE também subdividiu o eixo educação em GTs, foram eles, Educação para as Relações Étnico-Raciais; Políticas de Ação Afirmativa, Educação e Identidades Diaspóricas; Educação e Políticas Públicas e Educação e Formação de Professores. Foi também colocado no bojo da educação o GT Políticas de Ação Afirmativa e Igualdade Racial, que receberam juntos, 41 trabalhos, dentre estes, 14 foram escritos por mais de um autor.

Quadro 16: Síntese de clusters textuais em educação do VI COPENE

Instituição	Autores	Título do Resumo
UNESP	<ul style="list-style-type: none">• Ivanilda Amado Cardoso• Taís Angélica Ribeiro	Gênero e Educação: A construção da identidade da menina negra
UFMG	<ul style="list-style-type: none">• Nilma Lino Gomes• Tayane Rogéria Lino	Desafios e Possibilidades na formação de professores(as)
UFUSCar	<ul style="list-style-type: none">• Ana Cristina Juvenal da Cruz• Anete Abramowicz• Tatiane Cosentino Rodrigues	Entrecruzando caminhos pela educação: da busca a igualdade racial à reivindicação da diversidade e da diferença
UNESP-Assis	<ul style="list-style-type: none">• Mary Francisca do Careno• João Paulo da Silva	As ações afirmativas e a escola: relações raciais no ensino fundamental
UERJ	<ul style="list-style-type: none">• Regina de Fátima de Jesus	Práticas pedagógicas Afirmativas: as micro-ações no cotidiano escolar

	<ul style="list-style-type: none"> • Luciana Santiago da Silva • Rosilene Vieira da Costa 	
UFMG	<ul style="list-style-type: none"> • Nilma Lino Gomes • Josinéia Fleix dos Santos • Márcia dos Santos Franco 	Escolas Públicas abertas para a diversidade étnico-racial: do empenho pessoal ao coletivo de educadores
	<ul style="list-style-type: none"> • Paulo Alberto dos Santos Vieira • Thays dos Santos Moya 	Que raça é esta que interroga a nação: ação afirmativa, ensino superior no Brasil e Estado no Brasil contemporâneo
UFMG	<ul style="list-style-type: none"> • Ana Amélia de Paula Laborne • Nilma Lino Gomes 	Trajetórias de docentes do ensino superior: ações afirmativas e o contexto da Universidade Federal de Minas Gerais
UNEB	<ul style="list-style-type: none"> • Ivanilde Guedes de Mattos • Patrícia Carla Alves Pena • Wilson Roberto de Mattos 	Ações Afirmativas na UNEB: Os primeiros resultados
UFUSCar	<ul style="list-style-type: none"> • Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva • Danilo de Souza Morais 	Acompanhamento de estudantes ingressantes por reserva de vagas na UFUSCar: um processo em construção

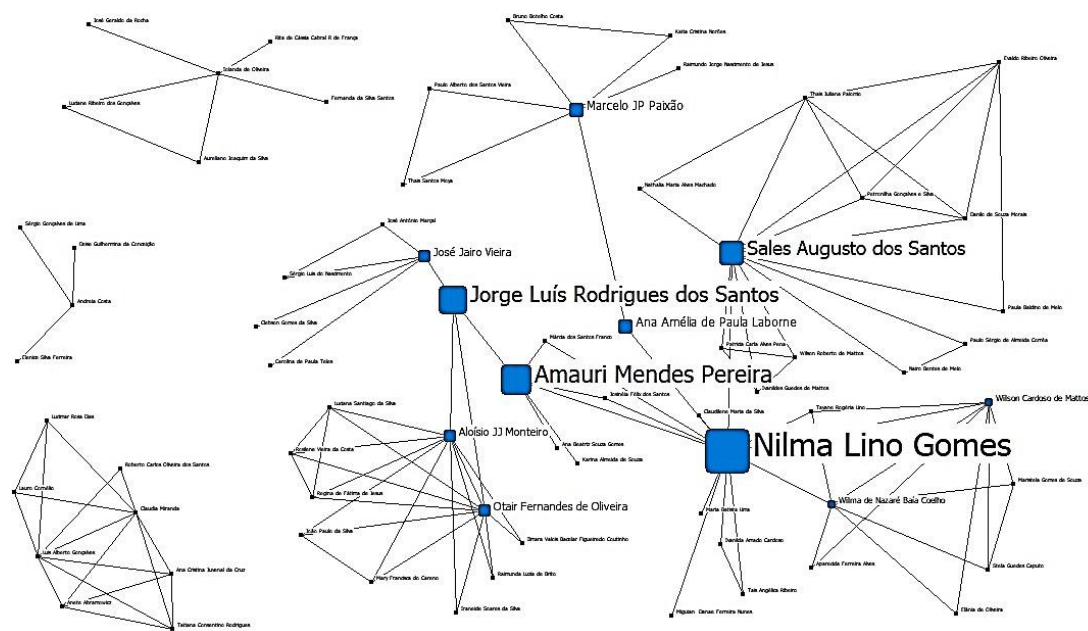
	<ul style="list-style-type: none"> • Evaldo Ribeiro Oliveira • Thais Juliana Palomino 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Natália Maria Alves Machado • Paula Balduino de Melo 	Reflexões sobre o sistema de cotas raciais na Universidade de Brasília: entre golpes e resistência
	<ul style="list-style-type: none"> • Nairo Bentes de Melo • Paulo Sérgio de Almeida Corrêa 	Institucionalização e querelas envolvendo a política pública de inclusão social por meio do sistema de cotas nas universidades brasileiras
UNICAMP	<ul style="list-style-type: none"> • Luciane Ribeiro Dias Gonçalves • Aureliano Joaquim da Silva 	Educação étnicorracial e currículo: desafio de mudança

Fonte 32: Anais VI COPENE

Diante dos nomes de peso que integraram parte da comunicação oral do VI COPENE, percebe-se a qual rigor estamos falando. O grande número de trabalhos inscritos demonstra os esforços da rede em divulgar suas pesquisas entre os intelectuais negros/as. Na rede abaixo podemos observar a importância das interligações entre os nodes [betweenness nodes].

Além de nomes já conhecidos em pesquisas em Educação, observa-se a interligação entre STs a partir de agentes que escreveram para mais de um eixo, ampliando a interligação das temáticas e por conseguinte a interação por valências abertas e relações de interdependência.

Figura 22: Sociograma de pesquisadores em Educação - VI COPENE em análise por interligação de nodes - betweennes



Fonte 33: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

As relações de interdependências entre os nós [nodes] constam em maior densidade a partir da professora Nilma Lino Gomes, no entanto, é a partir dos professores Jorge Luís Rodrigues dos Santos, Amauri mendes e Sales Augusto que observamos a interação de boa parte da rede através desses nós. Além destes, os professores Marcelo J.J. Paixão e Ana Amélia de Paula Laborne, identifica-se a ligação com menor densidade, mas, que ressalta as relações de interdependência entre os grupos que compõem essa figuração.

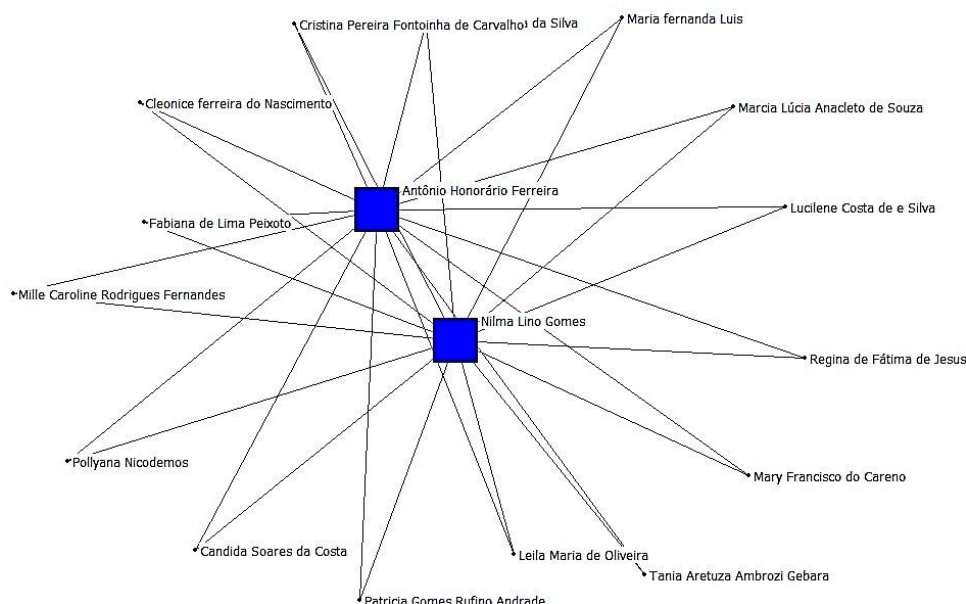
3.7 – VII COPENE: INCIDÊNCIAS PRÓPRIAS AO PROCESSO DE ADAPTABILIDADE

Os anais do VII COPENE está incompleto no site da ABPN, o que dificulta a catalogação proposta neste capítulo. O tema do congresso realizado pela UDESC em 2012 foi: Os desafios da luta antirracista no século XXI, e os resumos foram enviados apenas por um autor, o VII COPENE realizou o Primeiro Encontro de Pesquisadores em Saúde da População Negra e I Seminário de Iniciação Científica.

Mesmo com as dificuldades metodológicas impostas a produção científica, resolvi elaborar a rede do VII COPENE, naquela ocasião, a professora Nilma Lino Gomes e Antônio Honorato Ferreira, coordenaram o Simpósio temático: *Processos Identificatórios, Relações Raciais e Educação Escolar*.

Outros Simpósios remetentes a grande área Educação fizeram parte da sétima edição do congresso, no entanto, como já mencionado, estas comunicações não aparecem completas nos Anais do evento, para tanto, devo reiterar que, apesar disso, me propus a demonstrar a rede parcial que faz parte dessas memórias.

Figura 23: Sociograma da rede do simpósio - *Processos Identificatórios, Relações Raciais e Educação Escolar* do VII COPENE



Fonte 34: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

Esses clusters de produção textual existentes dentro da rede de intelectuais negros tendem a aumentar com o passar do tempo, e a necessidade de se ampliar o congresso a partir da criação de fóruns e simpósios, só demonstra o potencial da rede em incluir, diversificar, ampliar e difundir o debate étnico-racial no Brasil.

Para constar nas memórias aqui expostas, deixarei os temas dos Simpósios linkados à Educação do VII COPENE: *Infância e Juventude Negra* e

Educação: desafios e possibilidades de igualdade racial no Brasil; Educação e Africanidades: trilhas, desafios e possibilidades; Reações Étnico-Raciais nos Currículos da Educação Básica; Políticas Públicas de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais;

Os nomes dos Simpósios à cima foram retirados do sumário dos Anais, onde não consta nome de proponentes e de autores, fugindo a todos os critérios para elaboração de uma rede. Além do site da ABPN, busquei por essas informações em outros sites institucionais, no entanto, sem sucesso.

3.8 - VIII COPENE: A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO PARA CONSOLIDAÇÃO DE REDES

Infelizmente, essa dificuldade metodológica não ficou apenas nos anais do VII COPENE, nos anais da oitava edição do Congresso, realizada na Universidade Federal do Pará – UFPA, também esbarrei em alguns entraves, porém, apesar de a sistematização dos textos dos Anais não indicar de qual sessão temática era oriundo, fiz uma busca pelo principal critério da elaboração de uma rede, a partir de pesquisadores que escreveram em duplas ou grupos.

Para que a rede fosse constituída, e devido ao grande número de inscritos, resultando em um documento com 1985 páginas, o segundo critério foi uma busca por textos nos quais os títulos indicassem uma relação com a grande área educação, pois, as sessões temáticas que subdividiam o congresso expressavam por si só esse nó.

ST 1 – A Lei 10.639/03 e o ensino de história: dilemas, conflitos e experiências de uma década; ST 3 – Ação Afirmativa e Afro-Brasileiro: realizações, dilemas e perspectivas; ST 6 – Educação, relações raciais e ensino da história e cultura da África e Afro-Brasileira; ST 9 – Relações Étnico-Raciais nos Currículos da Educação Básica; ST 16 – Ações Afirmativas e Sucesso Acadêmico; e ST 20 – Políticas Públicas, Educação e Africanidades.

Diante dessas STs busquei por textos cujo título evidenciavam os extratores: Educação, Ensino e Currículo, escritos por duplas ou grupos, com esses critérios obtivemos uma rede aparentemente dispersa, mas que demonstra o potencial processual evolutivo do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

Figura 24: Sociograma de pesquisadores em Educação - VIII COPENE



Fonte 35: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

O maior node [betweenness e in degree] desta rede é o da professora Wilma de Nazaré Baía Coelho. Ela praticamente mobilizou uma rede dentro da rede, e desta vez, não apenas por coordenar uma ST, mas, principalmente, pela quantidade de coautorias, ou orientações de trabalhos enviados, o que a tornou dentro desta figuração em particular, a professora mais atuante, além da mais citada em textos aos quais não estava presente, nem como coautora, nem como orientadora.

3.9 – IX COPENE: REDE DE DOIS MODOS QUE EVIDENCIA A EMERGÊNCIA DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA ABPN

Diferente do que ocorre nos Anais do VIII COPENE, os Anais da nona edição do congresso, apresenta uma divisão por GTs, no entanto, talvez por critério de inscrição, ou por decisão dos próprios participantes inscritos, não houve recepção de textos com mais de um autor. Para que a rede do IX COPENE – realizado pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) fosse

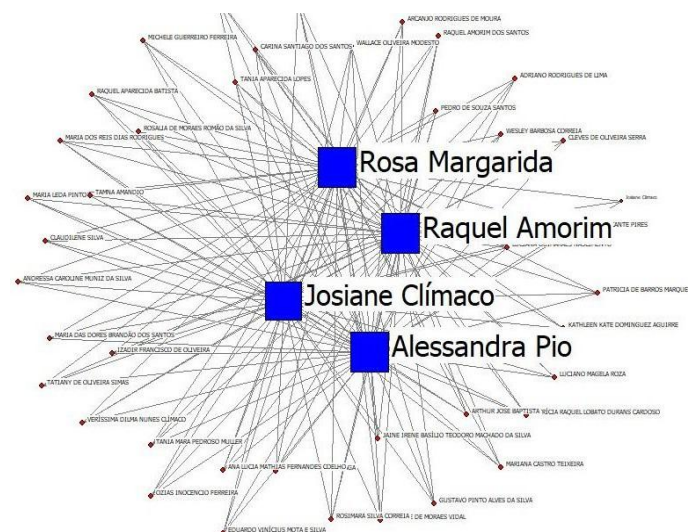
constituída, elenquei o critério de análise de rede de “dois modos” – com dois conjuntos de elenco, que se constitui a partir da inserção dos coordenadores como principais receptores dos nós.

Apesar dessa razoável explicação, devo confessar que nos Anais da nona edição do evento não ficou evidente quem eram os proponentes dos grupos de trabalho, ou sessões temáticas, o que me levou a uma busca diferenciada. Ao observar que dois GTs representavam a grande área educação, *GT 3 – Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica* e *GT 4 – Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola no Brasil: interfaces e convergências, dilemas e desafios*; pude constatar uma psicossociogênese do Fórum de Educação Básica da ABPN.

O GT 3 teve uma representatividade expressiva em sites de mídias sociais, como o Facebook, e foi nessa busca externa aos meios de comunicação da própria ABPN, que consegui identificar essa expressividade. Do GT 4, mesmo fazendo os mesmos caminhos de procura, não consegui encontrar nada além do que já estava nos Anais do IX COPENE.

Por esse motivo, acredito que a mobilização incessante das agentes que subsidiaram o GT 3, para além do solicitado pelo referido congresso, promoveu a primeira emergência [psicossociogenética] na consolidação de um grupo de intelectuais negras preocupadas com a Educação Básica, e com as políticas públicas que a envolvem. Observem:

Figura 25: Sociograma do GT 3 do IX COPENE - Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica



Fonte 36: Sociograma elaborado pelo coordenador a partir do software NetDrawn-UCINET

Como dito anteriormente, não tenho certeza de que as professoras, Alessandra Pio, Josiane Clímaco, Raquel Amorim e Rosa Margarida, foram de fato as coordenadoras do GT 3 no IX COPENE, no entanto, quando busquei na Google, a partir do título do GT, foram os nomes delas que apareceram, tanto a partir de imagens de suas páginas pessoais no Facebook, e comemorações do sucesso do GT em questão, quanto na página do evento na mesma mídia.

Apesar disso, no Histórico do Fórum disponível no site da instituição, encontramos a seguinte menção:

Finalmente, após GTs que se multiplicaram, a criação de um Fórum Permanente de Educação Básica foi colocado em pauta, como condição única da participação da professora Alessandra Pio na Chapa Dandaras, para a gestão 2016/2018. Como secretária Executiva da ABPN, a docente lançou o Fórum no IX COPENE, ocorrido em janeiro de 2017 na UFMS e UEMS. Naquele momento a justificativa para a existência de um Fórum para o segmento da Educação Básica foi essencialmente a de ter a representatividade desses docentes em primeira pessoa, para que a ABPN não reproduzisse a lógica existente de trazer a Educação Básica apenas pelos olhos pesquisadores das universidades. O chamado foi para que o primeiro encontro ocorresse no próximo COPENE Nacional, e assim foi.(ABPN, 2022).

Embora essa seja a história oficializada, devido a sistematização dos Anais da nona edição do COPENE, não pude evitar os nomes que surgiram na busca por informações detalhadas sobre a realização do GT 3 daquela ocasião. Não fica explícita as tensões envoltas ao processo, e apesar de oficialmente o Fórum ter sido lançado no IX COPENE, nos Anais ele ainda aparece como GT.

Em todo caso, se trona evidente as manobras políticas internas para a consolidação do Fórum e presença dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Básica no congresso, evidentemente, com a premissa de reverter a lógica academicista que se perpetua em outros congressos.

3.10 – X COPENE: DE GT A FÓRUM E A CONSOLIDAÇÃO DE PROFESSORES/AS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO AGENTES IMPORTANTES DA FIGURAÇÃO DE INTELECTUAIS NEGROS/AS

Na décima edição do COPENE, em 2018, sediado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acontece o Primeiro Simpósio de Educação Básica da ABPN - SINEB, o que no meu ponto de vista, nos faz mudar completamente o olhar para a rede, que antes era composta por professores e professoras da educação básica espalhados nos GTs em educação, e agora, formam o Fórum Permanente de Educação Básica, para fortalecer e legitimar a presença deles na rede de intelectuais negros/as.

No site da ABPN consta que a priori, a intenção era de agregar NEABs da Educação Básica, ao Consórcio de NEABs e NEABIs, no entanto, as tensões que circundavam essa expectativa tinha como principais interlocutores professoras negras.

Inclusive, a esse respeito, devo deixar explícito que nos Anais da décima edição do evento disponibilizado no site da ABPN, consta apenas a programação do SINEB, o que me faz refletir sobre um congresso baseado no fortalecimento de uma figuração acadêmica a partir dos trabalhadores da Educação Básica.

As Sessões Temáticas do SINEB-2018 foram: Educação Básica e Experiências Emancipatórias na Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais; Educação de Jovens e Adultos e Relações Étnico-Raciais na Educação Básica; e Relações Raciais na Educação Básica: pesquisas, práticas e construção de saberes; esse conjunto de STs receberam 42 trabalhos, aos quais 22 foram escritos por mais de um autor.

Quadro 17: Clusters textuais emergentes no SINEB 2018 X Copene

Autores	Títulos
---------	---------

Claudia Cristina Rezende Puentes, Luana Tavares da Silva	Conhecendo a nossa história: da África ao Brasil. Uma proposta de revisar a educação e a laicidade – Formando gerações sem racismo
Izarete da Silva de Oliveira, Paloma Pereira da Silva, Kênia Gonçalves Costa	Da Escola ao Quilombo: trajetória socioespacial do PIBID de Geografia Araguaína /TO
Gleicielle da Silva Oliveira, Célio José dos Santos	Relações intersubjetivas e o ser jovem: construções a partir do Sarau da Onça
Juliano Gonçalves Pereira, Helbert Rodrigues, Michely Cristina dos Passos Santos, Heitor Gabriel Alcino Reis de Almeida, Brás da Costa Guimarães Júnior, Luiz Philipe Gonsalves Andrade, Samara da Silva Marques, Leandro Soares Vieira França	O porquê de outra ideia de Juventude Negra Brasileira
Gabriela Franklin Laurindo, Júlio Omar da Silva Lourenço, Jorge Luís Rodrigues dos Santos	Diversidade(s) e Diferença(s) na Escola: Discutindo Raça e Currículo no Contexto Escolar.
Carla de Oliveira Romão, Daiana da Silva	Entre Carolinas e Dandaras – reconhecendo histórias e formando para a cidadania
Rogério Mendes de Lima, Maria Carolina de Jesus Pinto da Silva, Samella Moreira dos Santos, Fabio Gustavo Marques Fernandes	Quem Sabe Faz a Hora: gênero, raça e classe entre estudantes de ensino médio de uma escola federal da periferia do Rio de Janeiro
Joana Elisa Costa Oscar, Patrícia Sodré dos Santos, Renata Francis Teodoro, Ananda da Luz Ferreira	Grupo de Trabalho Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil: um relato de experiência no Município do Rio De Janeiro
Jones César da Paixão, Jean Carlos Barbosa dos Santos	Literatura afro-brasileira como elemento de construção da identidade negra.
Deidiane Costa Guimarães, Raquel Amorim dos Santos	Política Curricular e Relações Raciais: A Lei 10.639/2003 nos discursos de Documentos Oficiais na Amazônia Bragantina-PA

Wickson Moreira Ribeiro, Camille de Sousa Fernandes Tantow, Vitor Mateus da Silva Domingues, Stéphane Marçal Sabino	Para além da história única do pós-abolição: contribuições de Maria de Lourdes Vale Nascimento e Juliano Moreira para a descolonização do pensamento
Patricia Raquel Lobato Durans Cardoso, Diely Caroline Pereira Sousa de Almada	Intersecções étnico-raciais, de gênero e de classe na trajetória dos discentes no Campus IFMA Santa Inês
Rodrigo Fernandes Moraes, Antônio Santos	Identificando e desconstruindo a colonialidade no Ensino de Física
Lucineide Lima de Paulo, Marcelo Cardoso da Costa	A história e a cultura afro-brasileira e indígena no Instituto Federal do Rio de Janeiro: o relato da experiência do NEABI em Duque de Caxias
Cláudia Regina dos Anjos, Juliana Gouthier Macedo	Educação e relações raciais: visibilidades distorcidas nos materiais didáticos para o ensino/aprendizagem de Artes Visuais na EJA
Jonaza Glória dos Santos, Najó Glória dos Santos, Suanam Glória Fontany	Estigmas na educação: uma perspectiva teórica
Jane Moreira, Silvani dos Santos Valentim	Experiências didático pedagógicas entre professores de Sabará/Brasil e Obuasi/Ghana e o fortalecimento das africanidades.
Arcanjo Rodrigues de Moura, Anna M. Canavarro Benite	Virtualizando a Experimentação no Ensino de Química: Vitamina C e Diáspora Africana.
Daniel Henrique de Oliveira Silva, Guilherme Lopes dos Santos, Matheus Braz de Souza, Matheus Rodrigues	Fazendo pesquisa no Ensino Médio: preconceito e evasão escolar de LGBTs negros.
Suéria Dantas de Oliveira Silva, Tatiany de Oliveira Simas	Relações sócio raciais e afetivas de estudantes do ensino médio de escola pública de João Pessoa: entre o mito da democracia racial e o racismo à brasileira

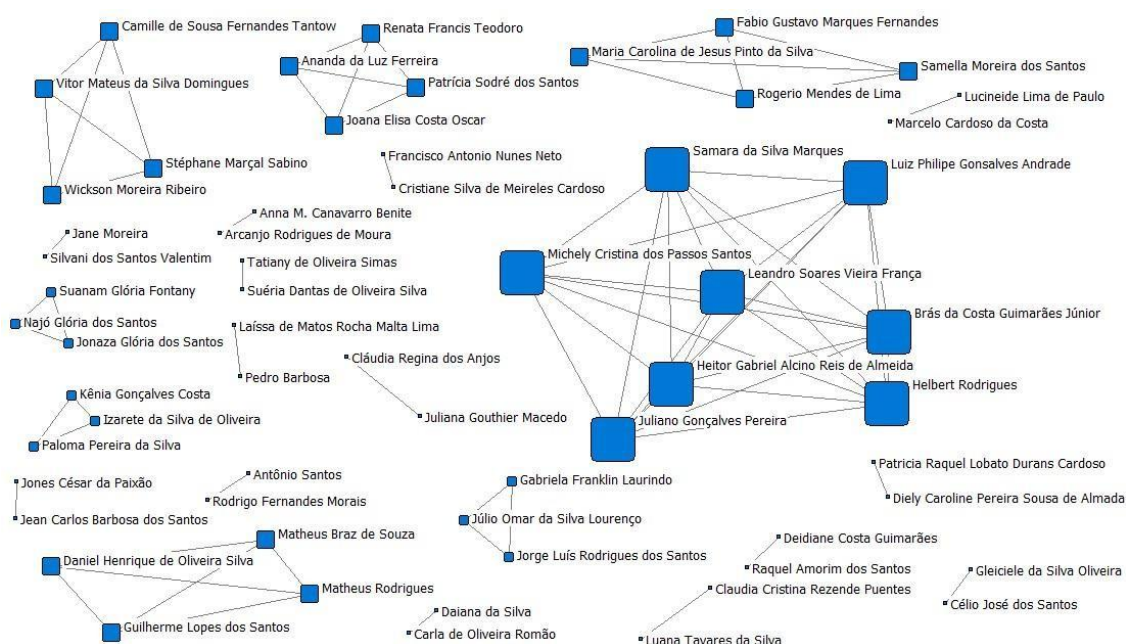
Laíssa de Matos Rocha Malta Lima, Pedro Barbosa	As Relações Étnico-Raciais na Cidade de Goiânia e o Genocídio da Juventude Negra.
Cristiane Silva de Meireles Cardoso, Francisco Antonio Nunes Neto	A Educação das Relações Étnico-Raciais Através de um Aplicativo de Interação Social para a Autoidentificação

Fonte 37: Quadro realizado pela autora

Se no X COPENE as temáticas sob a grande área Educação estavam ancoradas na Educação Básica, não pude relutar em me aprofundar sobre esse aspecto, até porque, as características dessa rede falam muito sobre o aspecto das redes seguintes, tendo em vista que boa parte dos intelectuais com presença marcante nos COPENEs são trabalhadores do que eles chamam do “chão da escola”.

Os trabalhadores da Educação Básica não só fomentam pesquisas acadêmico científicas, como atribuem a esta figuração ferramentas, sejam elas didáticas (livros e sequências) ou planos de ação (políticas públicas), que contribuem para o fortalecimento da rede de intelectuais negros/as e para a rede de profissionais da educação que se aliam ao ensino antirracista. Vejam como a rede do X COPENE se fortaleceu [em nodes por análise em betweenness] quando legitimada pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, e analisada a partir do critério de uma rede quadrada, ou seja, apenas com agentes que escreveram em duplas ou grupos:

Figura 26: Sociograma do X COPENE e 1º SINEB com pesquisadores em Educação Básica a partir de uma rede quadrada.



Fonte 38: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

Optei por fazer duas redes do X COPENE, uma que refletisse a realidade dos participantes que escreveram em duplas ou grupos, e outra que tratasse dos participantes solo em relação às coordenações das STs. Essa opção se deu após compreender a importância dos esforços das professoras que iniciaram essa rede em “particular” dentro dos COPENEs, afinal, tudo começou com um GT, e foi essa mobilização que em certa medida, provocou um maior número de participantes na figuração de intelectuais negros/as. É isso que reflete a análise realizada em “dois modos”. Observem:

Figura 27: Sociograma do X COPENE e 1º SINEB com pesquisadores em Educação Básica a partir de uma rede de dois modos



Fonte 39 : Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

Nota-se a partir da quantidade de ligações dos nós do elenco de coordenadores do I SINEB que a rede de trabalhadores/as da educação passa a ter maior volume em inscritos, nos dois sociogramas da rede do X COPENE, observa-se que em duplas e grupos, ou em trabalhos solo, há uma forte participação de pesquisadores/as que tratam da Educação, neste caso, da Educação Básica.

Dentre as coordenações de STs relativos a Educação Básica podemos observar a reincidência da professora Alessandra Pio, que a partir desse momento torna-se uma das primeiras coordenadoras do Fórum Permanente de Educação Básica da ABPN, sendo a proponente fundadora (2018-2020), juntamente com as professoras Rosa Margarida (coordenadora do SINEB 2018-2020) e Josiane Clímaco (Diretora de Áreas Acadêmicas 2018-2020). Um dos princípios do Fórum gira em torno da “aplicação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (ABPN, 2022) que obriga o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

3.11 – XI COPENE: PANDEMIA E NOVAS PERSPECTIVAS

O Fórum de Educação Básica tem presença marcante nos COPENES subsequentes, e devido a pandemia de Covid-19, o XI COPENE, organizado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi realizado de forma remota, o que de certo modo, afetou toda conjuntura de ideação de congressos de maneira geral.

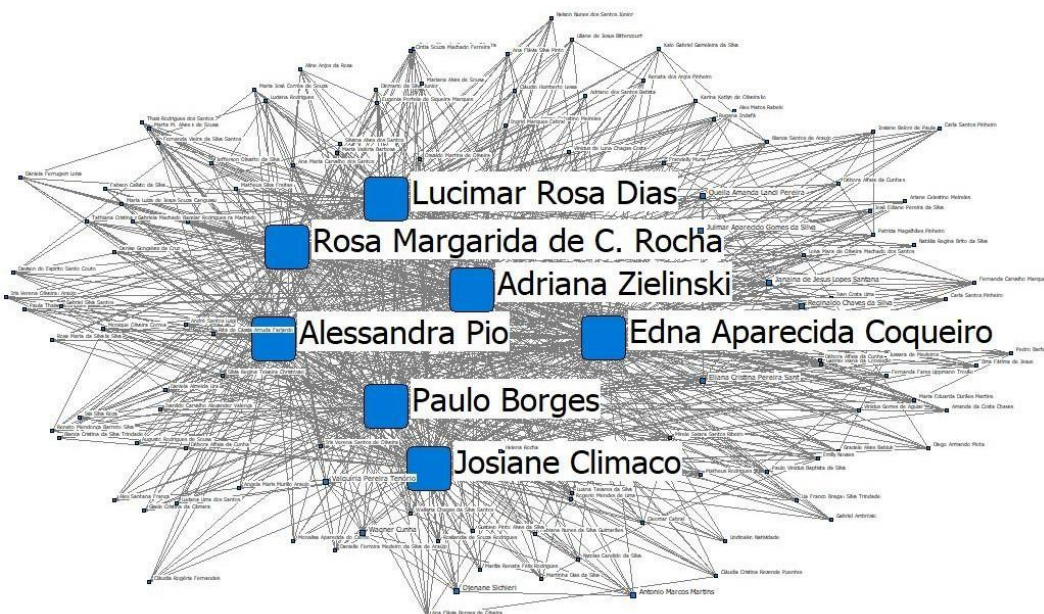
O COPENE 2020 teve a grande área Educação dividida em 4 sessões temáticas e cada uma delas recebeu cerca de 15 trabalhos, todos escritos individualmente. As sessões temáticas foram: *ERER; História e culturas africanas e afro-brasileiras: formação docente e práticas pedagógicas; Gênero, raça, educação: reflexões e desafios contemporâneos; Raça, gênero, sexualidade em educação; educação para as relações étnico-raciais e suas implicações político-didáticas; e Artes e cultura afro-brasileira e africana e educação: múltiplas abordagens.*

A lógica da divisão da grande área Educação em STs permanece, as reuniões do Fórum Permanente de Educação Básica passam a deliberar com mais ênfase sobre os estudos acerca do artigo 26-A da LDB, preocupados principalmente com as práticas desenvolvidas imbuídas no fortalecimento e cumprimento da Lei.

O Fórum é instância consultiva, propositiva, indicadora, fomentadora e de acompanhamento das ações na área de Educação Básica. O Fórum tem por finalidade acompanhar a implantação e implementação da legislação supracitada na Educação Básica e promover a produção de conhecimento docente através das práticas desenvolvidas, assim como promover estudos e debates sobre esta política e o enfrentamento ao racismo que esta demanda. (ABPN, 2022)

No que tange a constituição de uma rede preocupada com a Educação Básica, e uma educação antirracista, podemos observar através do sociograma a seguir, o aumento da densidade em estudos promovidos pela mobilização das professoras que articularam essa promoção.

Figura 28: Sociograma do XI COPENE e 2º SINEB com pesquisadores em Educação



Fonte 40: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

Observa-se que o grau e a densidade em escritos em educação sofrem uma modificação significativa, se comparado ao X COPENE e 1º SINEB. A partir dos nomes das professoras Alessandra Pio, Rosa Margarida e Josiane Clímaco fica evidente a relação interdependente desta rede, as demais professoras com alto grau [in dregree] inevitavelmente estão ligadas às valências abertas deixadas pelo trio que iniciou a mobilização de agentes para permanência da discussão em Educação Básica nos congressos da ABPN.

Além dessa característica do recorte de gênero, e apesar da forte presença do professor Paulo Borges, torna-se comprovada a ideia da professora Alessandra Pio, de que o elenco com maior incidência em estudos em Educação Básica, é majoritariamente feminino, como indica o site da instituição:

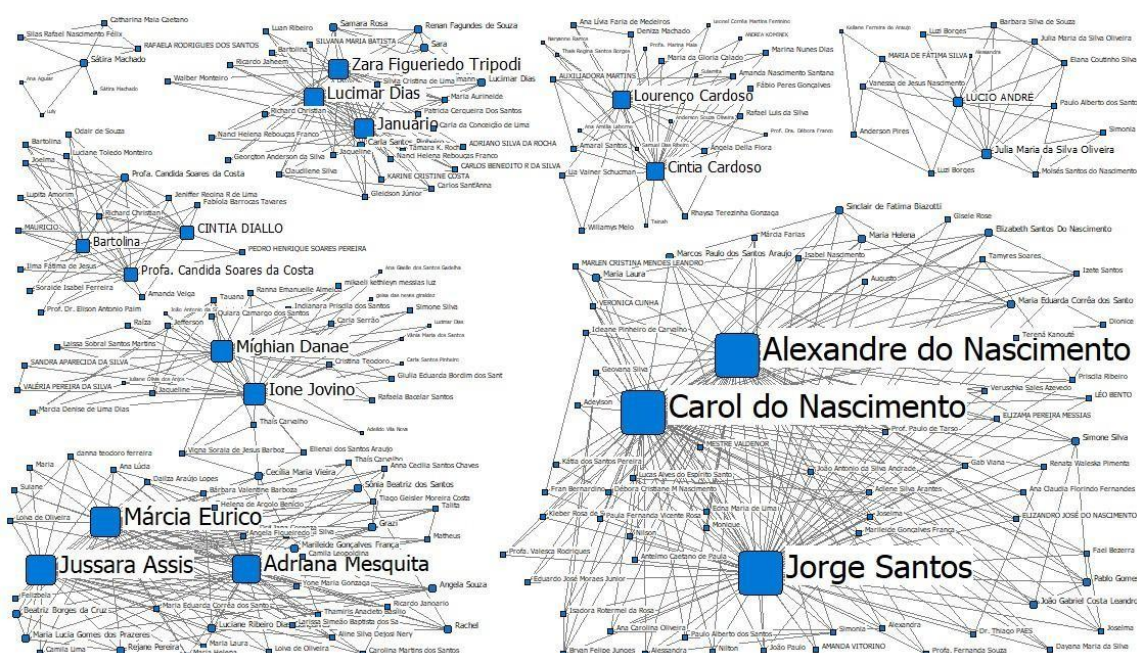
Nesta empreitada, a professora Alessandra Pio buscou professores doutores para organizar Grupos de Trabalho, ou Sessões Temáticas, de Educação Básica. Começou com o professor Alexandre Nascimento, da Educação Técnica e Tecnológica. Mas, percebendo que a maioria absoluta do segmento que representava é de mulheres e negras, passou a investir nessa representatividade. Contou com o apoio da professora doutora Fabiana Lima (UFSB) e de amigas também mestrandas e docentes da Educação Básica: Célia Christo (UNIRIO) e Josiane Climaco (UFBA). (ABPN, 2022)

Caberia, no entanto, uma análise nos dados brutos de inscritos de cada COPENE para aferição por Análise de Redes Sociais do universo de pesquisadores/as por eixos, áreas ou sessões temáticas. No estudo em tela, preocupei-me com a intelectualidade negra que pesquisa educação.

Seria essa, talvez, mais uma tensão pertinente ao escopo psicossociogenético das memórias dos COPENEs, o fortalecimento do recorte de gênero em estudos em Educação Básica? Veremos adiante, que com a abrangência dos STs na grande área Educação, de modo geral, a presença feminina prevalece.

3.12 – XII COPENE: RESISTÊNCIA E MAIOR ADERÊNCIA EM PESQUISAS EM EDUCAÇÃO

Figura 29: Sociograma dos pesquisadores em Educação do XII COPENE



Fonte 41: Sociograma elaborado pelo coorientador a partir do software NetDrawn- UCINET

No XII COPENE, em seu retorno ao Recife, em 2022, foram 50 STs e o Eixo Educação ficou subdividido em dezoito sessões temáticas, desta vez, além das sessões destinadas a Educação Básica, houve uma ampliação significativa para educação superior. Natural que isso ocorresse, tendo em vista que muitos professores e professoras da Educação Básica passam a transitar também nos

ambientes acadêmicos, uma forma de garantir a participação destes nas coordenações de mesas redondas, simpósios, STs e afins.

Ainda sob o reflexo da Covid-19, o XII COPENE foi realizado no formato híbrido. A ideia foi para comportar o maior número possível de participantes, pensando nas situações de saúde pública, e a insegurança da população acadêmica em relação a aglomerações.

De fato, se observarmos a rede na figura 33 acima, teremos uma noção do quanto teríamos que dispor em espaços que comportassem em média 300 pessoas simultaneamente, sendo estas, apenas agentes que estudam Educação.

Além disso, muitos desses participantes escreveram em duplas ou grupos, para uma breve exemplificação, elenquei alguns clusters textuais de pesquisadores com textos em Educação Básica, o que não reflete a magnitude do evento, certamente. Observem:

Quadro 18: Clusters textuais em Educação Básica XII COPENE

<i>Edna Maria de Lima (EREM ANTÔNIO INÁCIO), Adlene Silva Arantes (Universidade de Pernambuco-UPE), Lucas Alves do Espírito Santo (PREFE)</i>	Equidade e Relações Étnico-Raciais: perspectivas e possibilidades de implementação da Lei 10.639/03 em uma escola do município de Feira Nova-PE
<i>Lucas Alves do Espírito Santo (PREFE), Adlene Silva Arantes (Universidade de Pernambuco-UPE), Edna Maria de Lima (EREM ANTÔNIO INÁCIO)</i>	As Percepções Sobre o Racismo: o que dizem os/as estudantes de uma escola de ensino fundamental de Lagoa de Itaenga/PE?
<i>Márcia Farias (Instituto Federal de Educação Ciência E tecnologia do Sertão pernambucano - Campus Salgueiro), ELIZANDRO JOSÉ DO NASCIMENTO</i>	Formação de Professores em Educação Etnico Racial

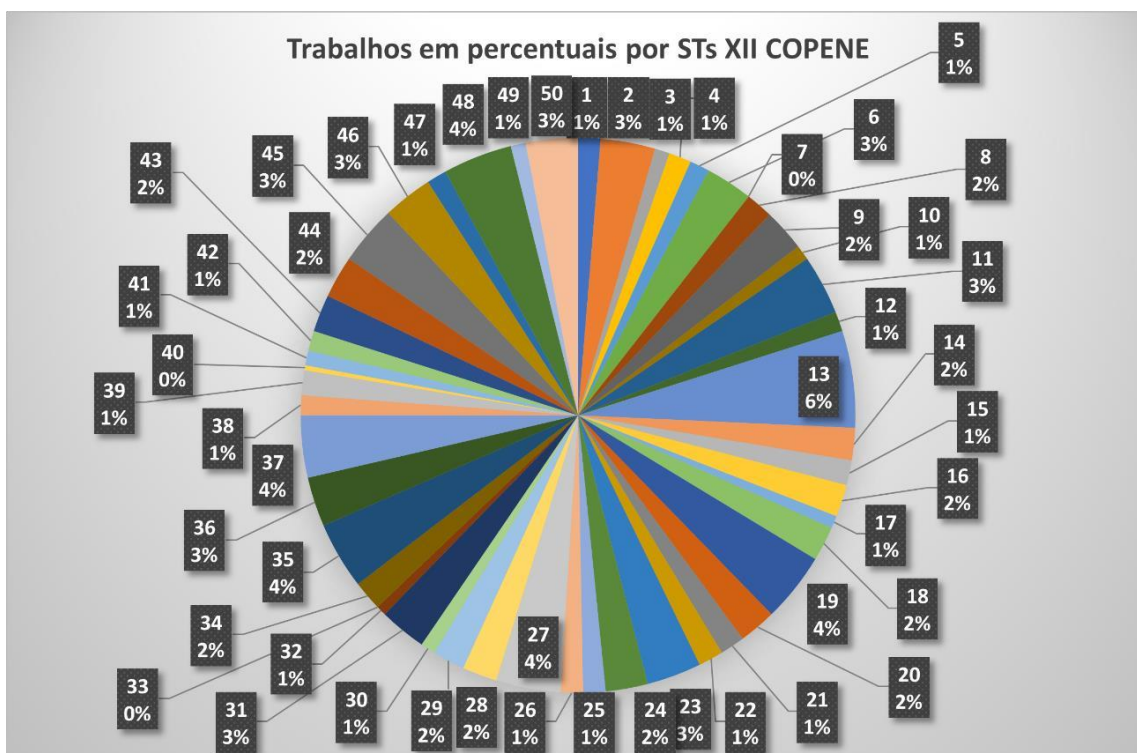
<i>João Paulo (Professor da rede básica de ensino), Marileide Gonçalves França (Universidade Federal do Espírito Santo)</i>	Educação das Relações Étnico-Raciais: Práticas Pedagógicas e Currículo e uma Escola Estadual no município de Alegre – ES
<i>Simone Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), Pablo Gomes (IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), João Gabriel Costa Leandro (IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), Marcos Paulo dos Santos Araujo (IFMA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão)</i>	Proposta de modelo para elaboração de cartilhas de combate ao racismo, homofobia e violência de gênero na escola
<i>Maria Laura (não), Maria Helena (Técnica em Educação - UDESC), Maria Eduarda Corrêa dos Santo (UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina), Sinclair de Fatima Biazotti (NEAB/UDESC)</i>	A política curricular de Santa Catarina e seu contexto da prática: Educação das Relações étnico-raciais e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC
<i>Fael Bezerra (Discente), Joselma (UFPE - Universidade Federal de Pernambuco)</i>	Contribuições do Movimento Negro e Demais Coletivos à Escola: prática pedagógica antirracista no agreste de Pernambuco
<i>Soraide Isabel Ferreira (Universidade Federal de Mato Grosso), Profa. Candida Soares da Costa (Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT))</i>	Políticas Afirmativas: educação antirracista e permanência estudantil
<i>Luciano Soares da Silva (Secretaria de Educação), Gabriela do Espírito Santo (Escola Mun. Sueli Chagas), Pedro Henrique F. de Melo (Escola Estadual SILVANA SANTOS BISPO (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA -SEC/BA), iole macedo vanin (UFBA - Universidade Federal da Bahia)</i>	Visitando uma Aldeia Indígena como Atividade Extraclasse para os Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental de uma

<i>l Aurino Maciel)</i>	Escola na Zona Rural de São Sebastião – AL: relato de experiência
<i>SILVANA SANTOS BISPO (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEC/BA), iole macedo vanin (UFBA - Universidade Federal da Bahia)</i>	Mulheres Quilombolas em Terras Baianas: educação, ativismos, saberes e poderes de sujeitas insubmissas
<i>IFATOMISIN (UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas), PEDRO HENRIQUE SOARES PEREIRA (ESCOLA ALTERNATIVA)</i>	Memória, oralidade e educação quilombola: o caso da comunidade Pau D'Arco

Fonte 42: Quadro realizado pela autora

Apesar deste tímido exemplo de clusters textuais em Educação Básica, devo reiterar o sucesso desta edição do COPENE. Foram 692 textos enviados, destes, 280 foram para STs em Educação. Observem o gráfico a seguir, que reflete a magnitude do evento:

Figura 30: Gráfico em percentuais por STs do XII COPENE



Fonte 43: Gráfico elaborado pela autora

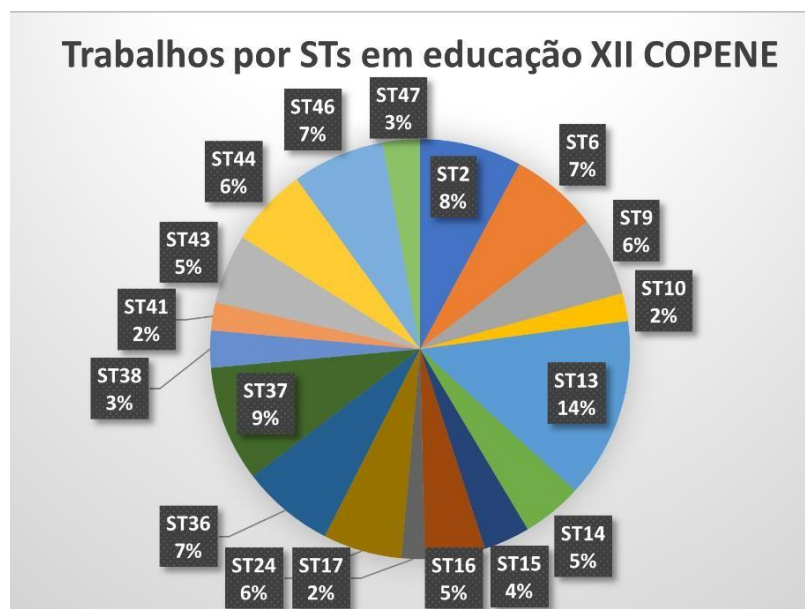
A análise do gráfico acima permite-nos a visualização das STs com maior número de inscrições, entre todas, a ST 13 - *Educação das Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico*; é que mais absorveu inscrições, ocupando o primeiro lugar com 6% de adesão. Em segundo lugar temos as STs 19 - *Epistemologias feministas negras e políticas do cuidado*; 27 - *Juventudes negras e indígenas: encarceramento, genocídio e resistências – reflexões decoloniais e interseccionais*; 35 - *Pensamento Negra Descolonial: Arte-Ciência performando gestos epistemológicos e metodológicos*; e 37 - *Pesquisa, ensino e extensão em Neabs e grupos correlatos - trajetórias de educação antirracista*; todas com 4% dos trabalhos inscritos.

Para seguir os critérios realizados na análise do primeiro COPENE, e para uma comparação em números com este último (COPENE 2022) no Eixo Educação, devemos considerar alguns aspectos psicossociogenéticos das memórias. Além da reincidência de uma maior adesão na grande área Educação, os aspectos regionais também devem fazer parte desta aferição.

Começamos, portanto, pela análise dos trabalhos enviados para o escopo educacional. Como já dito, este eixo passou a subdividir-se desde a quinta edição do evento, com o passar dos anos, aumenta-se o rigor e modificam-se as estruturas hierárquicas da própria ABPN, tensionando para recortes de gênero, escopos metodológicos, e para além disso, uma mobilização crucial para inserção de agentes que muito embora realizem na prática o aprendizado científico, não são considerados intelectuais por boa parte da figuração acadêmica, sendo estes, os professores e professoras da Educação Básica.

Observem como as STs em Educação se comportam quando analisadas em percentuais individualmente:

Figura 31: Gráfico de percentuais em STs em Educação do XII COPENE



Fonte 44: Gráfico realizado pela autora

Sendo 40% do total de trabalhos no XII COPENE, as pesquisas em Educação comportam um papel crucial na mobilização da figuração de intelectuais negros/as. A respeito disso, além da já mencionada ST 13, com 14% dos 280 trabalhos enviados, compreendam a relevância das temáticas estudadas por cada ST:

- 2 - A importância da Extensão na educação para as relações étnico-raciais;
- 6 - Branquitude, branquidade, branco, brancura, branquitude acrítica, branquitude na educação;
- 9 - Crianças e Infâncias Negras – Educação, Cultura, Conhecimento e Interseccionalidade: desafios contemporâneos para igualdade étnico-racial no Brasil;
- 10 - Cyber-Afro-Ativismo diaspórico, juventudes e redes educativas;
- 14 - Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola: Interfaces e Convergências, Dilemas e Desafios;

- 15 - EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E INDÍGENA: Realidades, práxis e resistência;
- 16 - Educação Quilombola, Educação Escolar Quilombola e Territorialidades no contexto de luta por Direitos;
- 17 - Educomunicação e TDIC na ERER;
- 24 - Infâncias, pedagogias e relações étnico-raciais: possibilidades e desafios para a educação infantil antirracista nos 20 anos da Lei 10.639/2003;
- 36 - Perspectivas Interseccionais na Educação: subjetividades dissidentes em raça, gênero e sexualidades;
- 37 - Pesquisa, ensino e extensão em Neabs e grupos correlatos - trajetórias de educação antirracista;
- 38 - Políticas curriculares de ação afirmativa na formação de profissionais da educação no Ensino Superior;
- 41 - Práticas de resistência na Educação das Relações Étnico Raciais durante e pós Covid/ 19;
- 43 - Produção de Saberes Africanos e Afrodiaspóricos: Cooperação, Pesquisas e Agenda política Antirracista;
- 44 - Raça e Educação Básica: Padrões e Tendências das Política Públicas Educacionais;
- 46 - Relações Étnico Raciais e Educação Física;
- 47 - Religião e racismo nas escolas.

De questões identitárias a preocupações com a extensão, base da tríade da Educação Superior [ensino, pesquisa e extensão], os temas das sessões dedicadas a Educação do XII COPENE refletem a necessidade dos subtópicos desta grande área.

No que diz respeito a distribuição geográfica dos estudos em enviados ao XII COPENE, percebe-se uma movimentação ainda maior, pois, se no primeiro COPENE não houve participação de instituições das cinco regiões do Brasil, na edição de 2022 já não há dúvidas de que o congresso é alcançado, conhecido e reconhecido por diversas instituições brasileiras, sendo a Universidade Federal

do Acre (UFAC) a primeira colocada no ranking de envios de trabalhos em números absolutos e com recorte em estudos em Educação, com 5% do total de trabalhos enviados, estando a frente da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), ambas com 3% de participação. Vejam:

Figura 32: Gráfico em percentuais de participação de instituições no XII COPENE

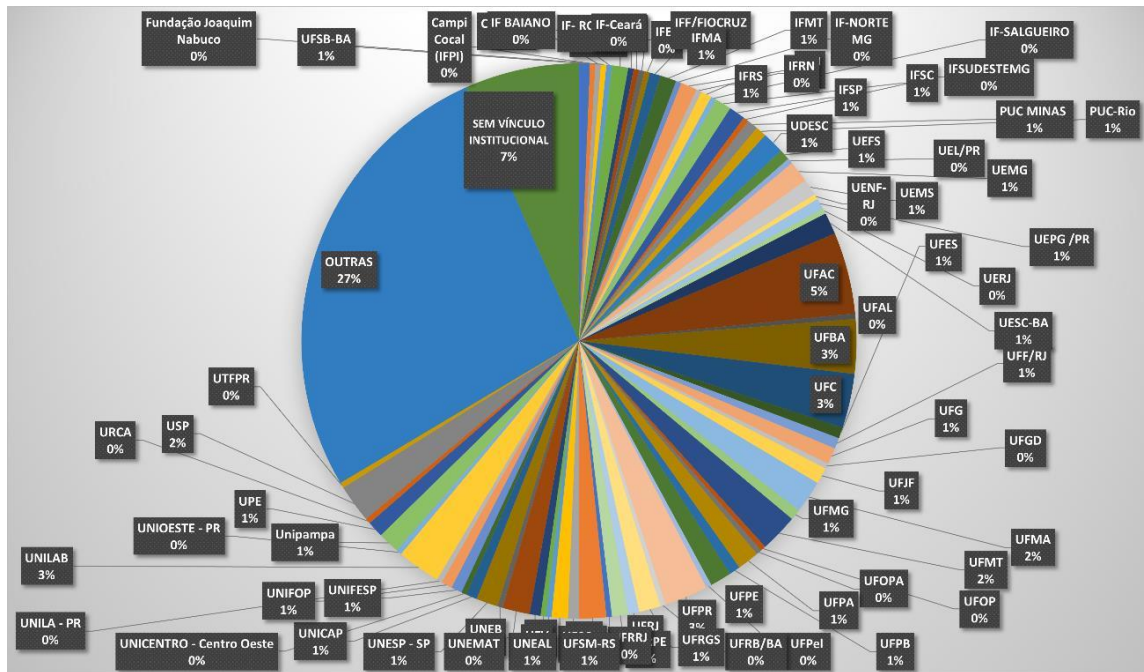
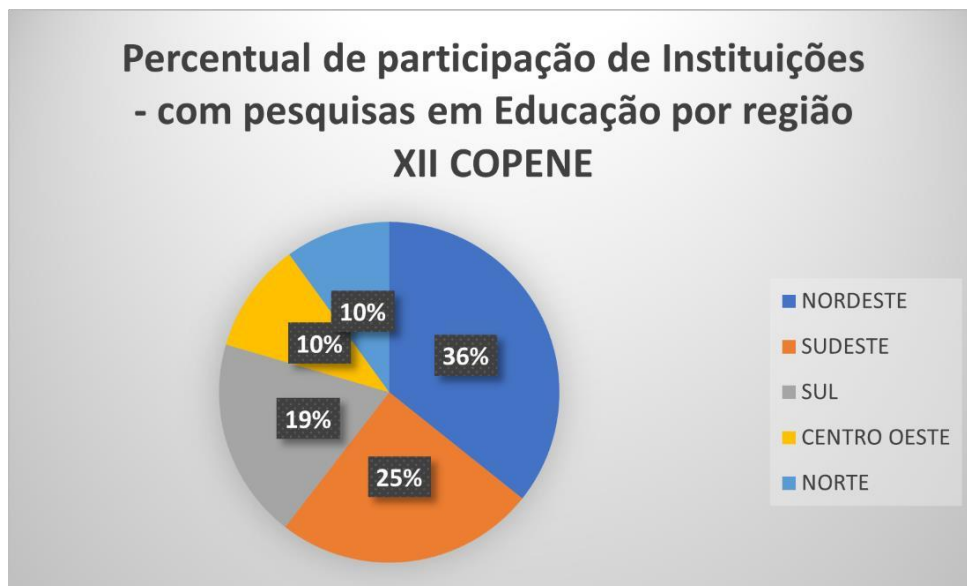


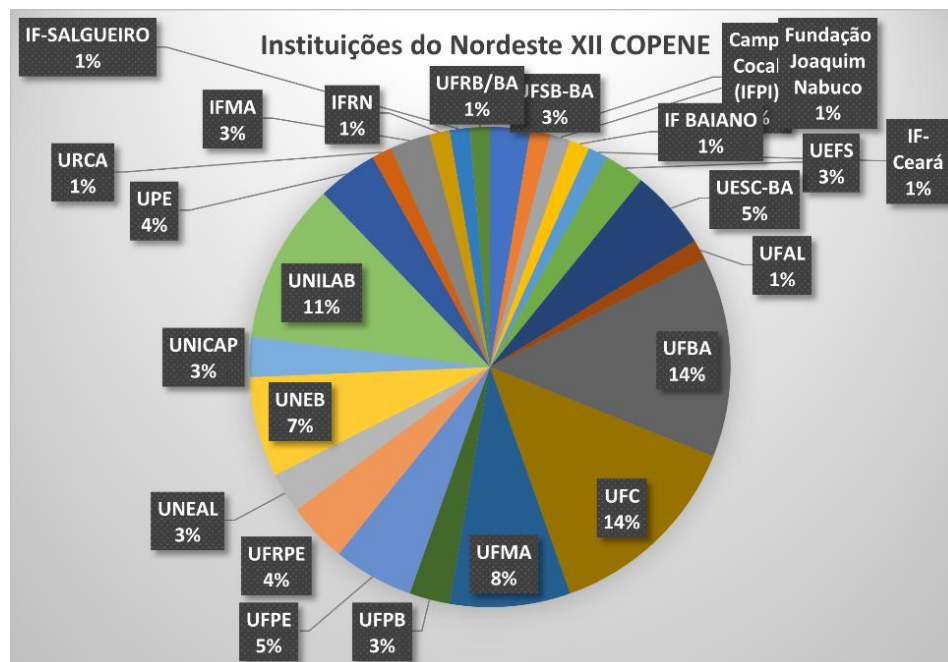
Figura 33: Gráfico de percentual de participação de instituições divididas por região – Pesquisas em Educação XII COPENE



Fonte 46: Gráfico elaborado pela autora

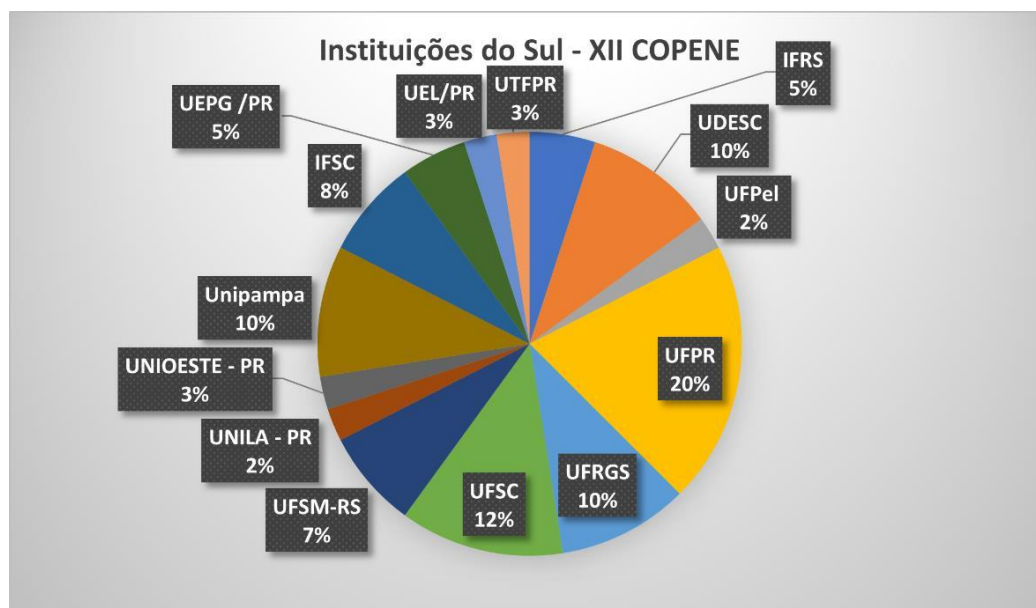
Apesar de no total em números absolutos e por instituições a UFAC aparecer com maior percentual, quando dividido por região, o nordeste aparece com maior incidência de participação de pesquisas em Educação no XII COPENE devido a quantidade de instituições dessa região, em seguida o sudeste, o sul e com menos participações, as instituições do centro-oeste e norte. Vejamos agora, um bloco de imagens dos gráficos de participação das instituições por cada região, que apresentaram trabalhos em Educação:

Figura 35: Percentual de instituições do Nordeste com pesquisas em Educação no XII COPENE



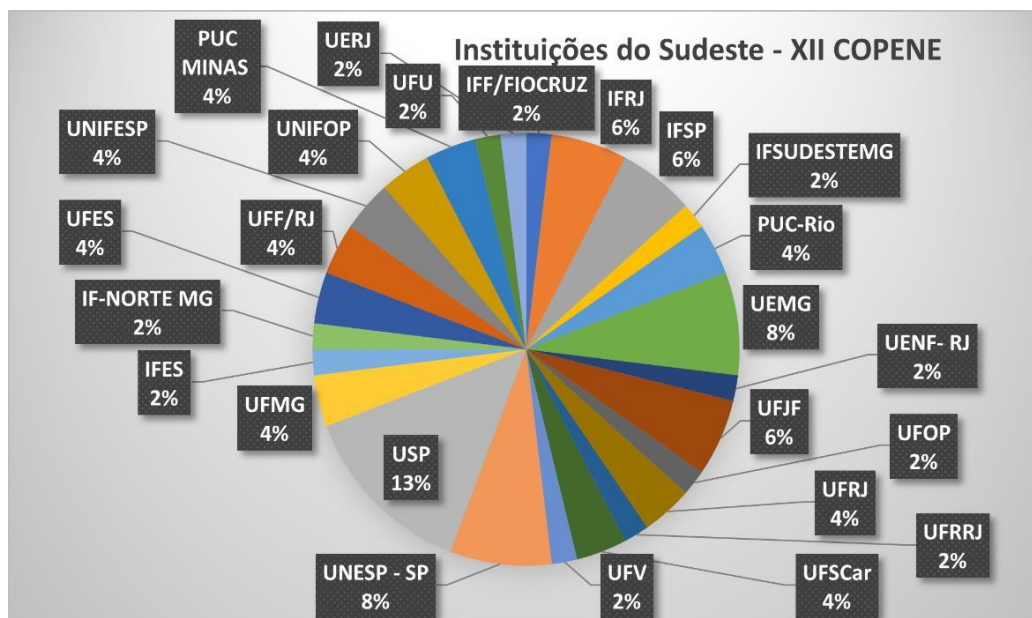
Fonte 48: Gráfico elaborado pela autora

Figura 35: Percentual de instituições do Sul com pesquisas em Educação no XII COPENE



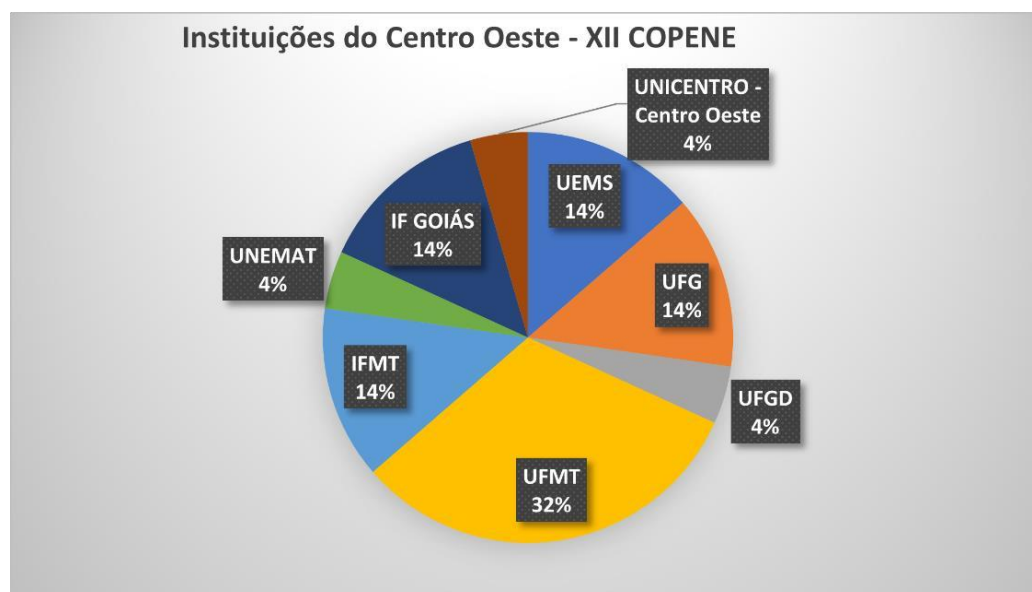
Fonte 48: Gráfico elaborado pela autora

Figura 37: Percentual de instituições do Sudeste com pesquisas em Educação no XII COPENE



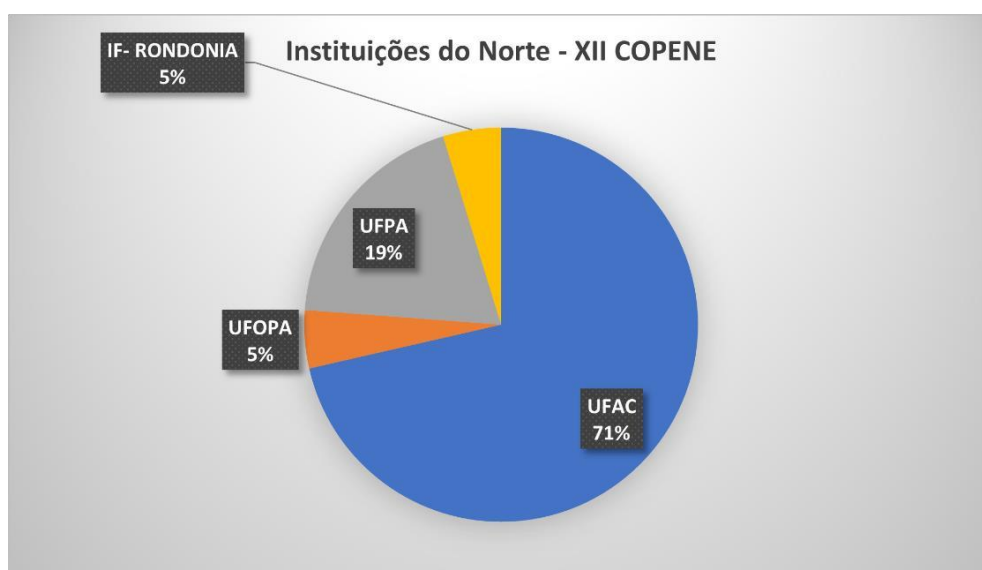
Fonte 50: Gráfico elaborado pela autora

Figura 37: Percentual de instituições do Centro-Oeste com pesquisas em Educação no XII COPENE



Fonte 50: Gráfico elaborado pela autora

Figura 38: Percentual de instituições do Norte com pesquisas em Educação no XII COPENE



Fonte 51: Gráfico elaborado pela autora

Das instituições da região Nordeste com pesquisas em Educação, a UFBA e a UFC apresentam 14% de inscrições, logo em seguida a UFMA, com 8%. Do Sudeste identificamos a USP com 13%, UNIFESP e UEMG com 8%, no Sul a UFPR tem 20% dos inscritos, em seguida a UFSC e UFRGS, com 12% e 10% respectivamente. No Centro-Oeste a UFMT lidera o ranking com 32% das inscrições, o IF-MT, IF-GO, a UEMS e a UFG aparecem com mesmo número de participações, 14% cada uma. No Norte a liderança fica com a UFAC com 71% e a UFPA em segundo lugar com 19%.

Tendo em vista que a UFAC se apresentou com maior número de trabalhos em Educação, cabe aqui uma avaliação sobre a participação desta universidade. A instituição supracitada não teve seus trabalhos diluídos em diversas STs, sua incidência está na ST 37 - *Pesquisa, ensino e extensão em Neabs e grupos correlatos - trajetórias de educação antirracista*.

Dos 25 trabalhos inscritos nesta sessão, 15 são da UFAC, além disso, a coordenação da ST ficou a cargo dos professores Jardel Silva França e Bianca Albuquerque, ambos docentes da Universidade Federal do Acre. Essa mobilização demonstra a importância do engajamento dos professores e professoras para o fortalecimento de redes de intelectuais, em quaisquer áreas.

As tensões oriundas do processo de pesquisa são dissolvidas ao passo que se fortalece uma rede, sendo esta premissa, parte que comprova minha hipótese, no capítulo seguinte vamos destrinchar as tensões sociolinguísticas geradas a partir das mudanças (socioculturais) flexionadas na área de educação, entre, e a partir da intelectualidade negra. Além das mudanças postuladas pelo modo de escrita, tentaremos analisar de que forma a opinião pública pode interferir, ou, gerar fricções no campo acadêmico científico, seja por mobilizações individuais de duplas ou grupos de intelectuais, de movimentos sociais, ou pela interlocução midiática.

4 - TENSÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS DE INTELLECTUAIS NEGROS NA PRODUÇÃO TEXTUAL EM EDUCAÇÃO

Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro. O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial (Fanon, 2008, p.33)

Com o objetivo de analisar a tessitura da rede de intelectuais negros/as, mais precisamente os clusters de produção textual em Educação da ABPN – por meio dos COPENEs, e, também, fora – na rede da ANPUH, em especial da ANPUH Educação que foi lançada no congresso da ANPUH em 2019; trago como proposta para alcance do objetivo deste capítulo uma abordagem envolta no *habitus* eliasiano – a segunda natureza dos indivíduos impressa pela cultura no contexto social em que cresce o sujeito; e na opinião pública, com base na progressão dos temas gerais, e eixos, áreas ou sessões temáticas em educação do COPENE e indicando o contexto sócio-histórico aos quais estes estão inclinados.

Além disso, pretendo identificar as tensões enfrentadas pela intelectualidade negra nas relações étnico-raciais dos bilhares acadêmicos – por uma visão histórico-sociolinguística.

4.1 – A SEGUNDA NATUREZA: *HABITUS*, UM ENSAIO PSICOSSOCIOGENÉTICO DA OPINIÃO PÚBLICA E DA INTELLECTUALIDADE NEGRA NO BRASIL.

Começemos por elucidar as questões do *habitus* eliasiano - podemos compreendê-lo como nacionalismo, por exemplo. “É importante ressaltar que a nacionalidade não é o resultado apenas do espontaneísmo ou do acaso; mecanismos e práticas institucionalizadas de poder condicionadas por estruturas político-econômicas atuam decisivamente na constituição da nacionalidade” (Almeida, 2020, p. 99)

Neste sentido, o *habitus* se constitui em parte, a partir do nascimento do indivíduo, seja nascido num contexto tradicional patriarcal, ou não, é o primeiro local de formação, é o local do cuidado, caso não seja recebido para ser cuidado, ao nascer, o sujeito morre.

Pensando nesse primeiro local do acolhimento e a depender, diante do sucesso em estar vivo, o sujeito passa a interagir com as pessoas que o cerca, e a aprender a ser um indivíduo, essa aprendizagem em repetição de comportamentos que inevitavelmente acontece no decorrer do tempo, molda o sujeito até que ele consiga interagir com outras instituições de aprendizagem para além da família.

Os comportamentos dos indivíduos advêm da capacidade neural de percepção em adaptar-se ao meio em que vive. A neurociência descreve o comportamento do cérebro como se o órgão pudesse replicar as ligações dessa realidade a partir da rede neural – numa espécie de representação da realidade dentro da própria cabeça, “[...] tendo observado isso, o neurocientista colombiano Rodolfo Liinás (1934) descreve como o cérebro representa abstratamente a realidade – o mundo que ele recebe através dos sentidos, caso se queira dizer assim.” (Kickhöfel, 2014, p. 37).

A partir dessa perspectiva, os sentidos aos quais passam os indivíduos – a saber, controle das emoções: coercitivo externo e interno - é resultado do modo como funciona o cérebro – “por processamento paralelo e por reconhecimento de padrões, e assim faz previsões a partir de correlações passadas” (Kickhöfel, 2014, p.39).

Essas correlações estão ligadas tanto a uma tradição – cultura, quanto ao contexto social, no entanto, “os processos cerebrais são sobretudo ‘conversas’ consigo mesmo” (Kickhöfel, 2014, p.40), ou seja, o exercício do autocontrole ainda é o recurso mais utilizado pelos indivíduos. É o que em Elias (1994b) poder-se-ia chamar de psicogênese e ou coerções internas, ao pensar num controle das emoções, por exemplo.

Essa questão é importante porque explica o motivo pelo qual o habitus eliasiano é chamado de segunda natureza, porque além de transmitir uma tradição, não baseada necessariamente no comportamento, transmite também, o sentimento de pertencimento, como nascer em duas famílias, sendo a segunda família, a pátria, a aldeia, a nação, a comunidade, a raça (social), a etnia, o time de futebol, para deixar alguns exemplos.

Eu diria que esse sentimento de pertença se transcreve como um genoma social, inserido na segunda natureza a partir da convivência em alguns grupos, redes ou figurações. Como nós, pessoas negras afro-brasileiras, nascemos distante do ponto nodal de transmissão desse sentimento, e por eu mesma não me sentir brasileira, durante muito tempo da minha vida, me interessei pela incidência desse habitus eliasiano entre os pesquisadores negros.

A preferência por dizer afrodescendente ao invés de afro-brasileiro, por exemplo, transcreve, no meu ponto de vista, a falta desse sentimento de pertença por parte dos intelectuais negros nascidos no Brasil, preferindo ser descendente de qualquer país do Continente Africano, do que ser afro-brasileiro.

Esse é um dos elementos que estou chamando de tensões psicossociogenéticas, por exemplo – [preferências em usar um conceito, em detrimento de outro], e que tem impacto significativo no bilhar acadêmico que tomo como base empírica dessa análise e da criação da rede de pesquisadores/as negros/as.

É a partir disso que começo apontando as primeiras tensões sociolinguísticas, pensando a priori a partir de conflitos internos – relativos ao habitus, e na transcrição dessa segunda natureza, através da opinião pública, nesse caso, expressas a partir das temáticas dos COPENEs- Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, e das sub temáticas sistematizadas em Educação do referido congresso, assim como na ANPUH Educação.

Em sentido estrito, pode-se compreender por opinião pública a formação da opinião de um povo em relação a determinadas esferas da vida, em primeiro lugar em relação à política interna, em segundo à política externa. Nesse sentido, ressalta-se a influência da opinião pública na formação dos partidos e dos governos, na imprensa, nas grandes e pequenas questões do dia a dia de um país. (Elias, 2006. p. 127)

Compreendemos, portanto, que a opinião pública tem forte influência nos pequenos avanços da população negra no Brasil. Sendo esses avanços oriundos da força do habitus - a segunda natureza dos indivíduos que se reconhecem como parte da raça/etnia social-ideológica negra afro-brasileira.

Chamo aqui de raça social por entender que a discussão sobre raça já é amplamente estudada, e cabe aqui apenas reiterar as ideias já postas a esse

respeito. Biologicamente não há distinção entre um ser humano negro ou branco, no entanto, socialmente essa ideia é posta como verdade. Tomar o estigma para fortalecimento é o que nos faz persistir no uso da palavra raça. Porque pela lógica, se não há distinção de raças humanas, então, não existe racismo. Daí teríamos que elaborar outro nome para algo que é inclusive tipificado como crime no Brasil.

Fortalecidos pelo próprio estigma, sigamos a fundo na percepção do habitus e o devir do ser intelectual negro no Brasil. Radical da nossa segunda natureza – afro-brasileira, nosso genoma social – o racismo, e não o nacionalismo, por tradição. No entanto, apesar desse entendimento, o primeiro COPENE carregava em suas nuances uma chamada aos intelectuais negros evidenciando principalmente o fato de serem brasileiros.

Na entrevista com a professora Lídia Cunha em janeiro de 2023, compreendi a esse respeito, que havia uma necessidade de um nó, um nós. Um cordão umbilical epistêmico nacional que nos tornasse vistos. Uma onda de pensamento antirracista se fazia de fato urgente, não só pela virada do milênio, e uma preocupação quantitativa da representatividade negra acadêmica, mas, principalmente, pela compreensão de que sem mudanças no pensamento racista, a partir de uma educação básica que integre as famílias, torna-se mais complexa a ascensão da população negra na sociedade.

Nesse tocante, não havia sentido, segundo a professora, que se idealizasse um congresso que carregasse qualquer ideia africanista. Ela ressaltou com veemência: — Nós somos negros, e brasileiros! A frase veio embebida de uma crítica aos modelos Pan-africanistas de congressos.

Ela estaria talvez, criticando um movimento com forte tendência de sucesso no Brasil, sobretudo, entre a intelectualidade negra. Pois, no meu ponto de vista, o propósito na formação das identidades está também atrelado aos ancestrais, não somente aos antepassados, nos situar geo-ancestralmente, faz parte do uso metodológico da psicossociogênese – que tento exprimir nesta tese.

Nossa ancestralidade negra está enraizada em África, inevitavelmente. E as tensões enfrentadas por intelectuais negros que escolheram a corrente de pensamento panafricanista, não diferem das problemáticas afrontadas pelos

pares que estudam as correntes tradicionais do currículo superior. Subentender tradicionais por – eurocêntrico, branco. Estabelecidos.

As raízes de pensadores negros no Brasil, de fato, inter cruzam-se não somente com as correntes epistêmicas negras de África, mas, também, da diáspora e de afro-americanos. Não podemos nos abster, ainda, das nossas semelhanças com a organização da Índia, nossas castas não declaradas, e invisibilizadas pelo Estado, o que inclina nossos estudos para ascensão do nosso povo, para castas superiores.

Outrossim, concordo que um sentimento de pertença nacional deveria emergir no coração dos Movimentos Negros do Brasil. Concorde porque através dessa busca, inevitavelmente se chegará em África. E ao mesmo tempo, elabora, por predição, o sentimento de pertença, se não o nacionalismo – mesmo que panafricanista, o desejo de libertação.

Ao dizer que minha percepção a respeito da fala da professora Lídia é uma crítica a esses moldes estrangeiros de estudo, digo direcionada a um intelectual negro, reconhecido não só pela intelectualidade negra brasileira, como por grande parte dos intelectuais norte-americanos negros e não negros por ter uma mente brilhante. Trata-se de Abdias do Nascimento. O que quero dizer é que: o fator “brilhantismo” não deve inibir críticas, mas, por outro lado, deve ser reconhecido os avanços realizados através dos ideais de uma mente brilhante.

Segundo o Portal Geledés, Abdias do Nascimento foi um dos percussores do Pan-africanismo no Brasil (Geledés, 2017), assim como inseriu na agenda cultural de alguns países de África, a arte afro-brasileira. Ele é autor de diversas obras as quais estão tácitas as tensões sofridas por ele, comuns aos *outsiders*.

Ou seja, ser intelectual negro afro-brasileiro, seja no Brasil ou em países estrangeiros, insere na nossa identidade, um conjunto de fatores que nos coloca numa esfera outsider por natureza, não a segunda, mas a primeira. E a premissa que o uso desse estigma deva ser efetivado, não garante sucesso. Ou, não garante sucesso para todos.

E por que não? Porque ao que consta os estudos psicogenéticos, devido a uma política intrínseca de branqueamento existente no Brasil, atribui a nós, sujeitos negros, uma busca pela identificação aos Estabelecidos, para aprovação social. Essa política de branqueamento é usada para refutar o racismo institucional, por exemplo, pois, seria possível essa aprovação social através do mérito, ou do nosso esforço. Já que todos somos iguais biologicamente.

Essa política obviamente não surte em todas as camadas de pessoas negras, o mesmo efeito, sem relação causal, mas no sentido de predições neurais por cognições passadas, antepassadas e ancestrais, no meu ponto de vista. O que significa — para que os sentimentos de aprovação social, ou de pertença, sejam voltados para o desejo de libertação e não para o desejo de branqueamento, há uma série de fatores que devem incidir em sua educação, seja familiar ou institucionalizada, que estimule o desejo palmarino genuíno. As histórias de Zumbi dos Palmares, o Super-Herói que não nos contam, por exemplo.

Mas, para destrinchar tensões causadas pelo desejo de sobrevivência da nossa segunda natureza, observemos o exemplo ao qual passou Abdias do Nascimento em um congresso na Nigéria. Um dos organizadores do evento solicitou ao intelectual uma comunicação, e no dia da apresentação do texto no colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, teve a fala cerceada.

No seu prólogo em “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, Nascimento (2016) descreve o epistemicídio na prática, o que ele educadamente chamou de rejeição por motivos misteriosos, foi em suma, uma rejeição ao pensamento criativo e expansivo dele, uma tática de cancelamento, invisibilização de uma ideia fora da curva intelectual escolasticista, daquela ocasião.

A forma como nós intelectuais buscamos para sobreviver às tensões é que pode nos garantir ou não, a sobrevivência na rede. E devido a todo o trabalho desempenhado pelo professor Abdias do Nascimento, no decorrer de sua vida acadêmica e política, compreendo que ele encurtou em muito as nossas lacunas,

promovendo a partir de suas redes um movimento reticular empoderador, principalmente na tímida figuração acadêmica negra brasileira das décadas de 1980 e 1990, época na qual, Abdias fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Nota-se o desempenho articulador necessário à sobrevivência no campo político interno e externo às figurações de intelectuais negros, muitos de nós será o primeiro negro a realizar alguma coisa no Brasil, isso devido a forma de organização econômica e social herdada da escravização. Essa herança, além de nos colocar como minorias em espaços de liderança e de tentar nos embranquecer, promove através da violência institucionalizada, aniquilamentos.

Esse aniquilamento ocorre por diversos meios, e é isso que explica Abdias do Nascimento (2016). “O genocídio do negro brasileiro” é uma obra que apoia em muito nossa psicossociogênese. A psicossociogênese da nossa segunda natureza está fortemente ligada ao instinto de sobrevivência aos aniquilamentos institucionalizados, e não institucionalizados aos quais somos vítimas. O que muitas vezes nos coloca numa posição de vitimista, — notem, mais uma ferramenta de estigmatização. O que chamam hoje no ano 2023 do século XXI, de “mimimi”.

O “mimimi” é uma forma de imitar o choro, e quem pratica isso no geral são as crianças. As crianças choram por diversos motivos, principalmente quando não sabem se expressar através da língua usual do contexto em que vivem. Estigmatizar as pessoas negras como vitimistas, é nos colocar numa posição de infantilidade, e que não sabemos nos comunicar. Notem, há estigmas que não cooperam com o processo de progresso, estes, não devemos nos apropriar. Permitir que nos comparem a crianças, e encarar isso como verdade, corrobora ao mesmo racismo que nos tirou a alma, a humanidade. Reparem, animais irracionais também não têm a fala como instrumento de luta.

Houve um tempo ao qual não podíamos nos organizar mediante a conversação, quando sequestrados de diversas regiões de África. Cercar nossas falas é um hábito da colonialidade, e certamente Abdias do Nascimento não esperava por isso, afinal, a organização do evento havia solicitado a ele um texto que fugisse aos paradigmas escolásticos, e ao galgar êxito, fora rejeitado.

A rejeição ao trabalho “Democracia Racial no Brasil: mito ou realidade?” (1977) do professor Abdias, a ser apresentado no Colóquio do Festac – Festival Mundial de Artes e Culturas negras e Africanas, em 1977 na Nigéria, apesar de parecer misteriosa, foi a meu ver, rejeitado por motivos óbvios, e esses, estão alocados nos meandros políticos. São óbvios porque a democracia racial do Brasil só existe entre os povos caucasianos, no meu ponto de vista, impedindo que seja de fato democrático para todos os povos. O governo Nigeriano (1977) não se indispôs com o governo brasileiro, ao incitar, concordando, que o Brasil é um país racista. Mesmo com todas as evidências, e nomes de intelectuais brasileiros racistas apresentados por Nascimento, naquela ocasião.

Observem, o bilhar acadêmico não é palco, ou cenário, estruturado para os intelectuais negros brasileiros, nem mesmo, quando armado em África. Nem quando nos sentimos em parte africanos, nem quando nos sentimos brasileiros. Por isso, afirmo, a primeira natureza das pessoas negras nascidas no Brasil, é para o restante do mundo, uma natureza *outsider*. Nesse caso, as tensões que promovem a transmigração de um sujeito *outsider* por natureza, para Estabelecido, são inevitáveis. E elas começam, não somente quando o jovem negro decide entrar numa universidade, mas, sim, quando ele nasce, e passa a receber do mundo externo, todo o estigma gerado em torno das pessoas negras adultas.

A ruptura de estigmas se dá pela apropriação, e é muito difícil para as vítimas da estigmatização romperem com os preconceitos gerados, não apenas por falta de empoderamento, mas, principalmente, devido ao adoecimento que o estigma provoca. Esse adoecimento é caracterizado também, como *habitus* depressivo (Souza, 2008). Uma segunda natureza que pende para a introspecção, tristeza, solidão e morte, que ocorre a partir de um conflito interno ancorado entre a vontade de ocupar determinados espaços e as frustrações de não o conseguir.

Em resenha ao livro “Mozart Sociologia de um Gênio” de Norbert Elias, apresentada no XI Simpósio Internacional Processos Civilizadores, Souza (2008b), descreve o que em certa medida caracteriza um *habitus* depressivo, uma segunda natureza falida, provocada pela coerção externa.

Mozart desistió de vivir porque no consiguió comprender la sociedad en la cual mantenía sus funciones de músico, y no consiguió sublimar sus impulsos en la dirección de la educación recibida por su padre, que debería atender a las necesidades de los señores y señoras de la corte. A pesar de esa educación tradicional recibida, por lo menos en el tocante a la música, Mozart era un artista con fuerte tendencia para aquello que podríamos llamar, hoy, de popular, esto es, para él, suya arte debería ser aplaudida y apreciada no apenas por un círculo cerrado en las formalidades de la corte, pero por un público mayor de espectadores. (Souza, 2008. p. 596)¹⁶

Atender as expectativas geradas pela sociedade, no caso de Mozart, a sociedade cortesã, impele aos sujeitos coerções internas e externas que ao serem percebidas podem ao mesmo tempo, impulsionar e rebaixar os sujeitos à condição de peças de um jogo, que hora são imprescindíveis, e hora são desnecessárias à figuração. Saber lidar com o jogo, e jogar conforme as regras alinhadas a uma satisfação pessoal, exige para além da vontade, um esforço. Sendo a segunda natureza do sujeito caracterizada como depressiva, esse esforço aparenta ser fraco.

Podemos dizer, portanto, que o desejo em se libertar dos estigmas, ou a apropriação destes por parte da intelectualidade negra no Brasil tensiona o progresso das formas de comunicação pertinentes ao campo científico. O bilhar acadêmico é resumidamente, a arena das ideias que abarca a opinião pública e divulga paulatinamente os interesses progressistas de uma camada da sociedade.

Observemos agora, como tem se desenvolvido algumas ideias a respeito do uso da língua portuguesa na divulgação dos temas propostos pela intelectualidade negra no Brasil, entre 2000 e 2022 através do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as.

¹⁶Livre tradução: Mozart desistiu de viver porque não conseguia entender a sociedade em que mantinha suas funções como músico, e não conseguia sublimar seus impulsos na direção da educação recebida por seu pai, que deveria atender às necessidades dos senhores e damas da corte. Apesar dessa educação tradicional recebida, pelo menos no campo da música, Mozart era um artista com forte tendência para o que poderíamos chamar, hoje, de popular, ou seja, para ele, sua arte deveria ser aplaudida e apreciada não apenas por um círculo fechado nas formalidades da corte, mas por um público maior de espectadores. (Souza, 2008, p. 596)

4.2 – A LÍNGUA PORTUGUESA E AS TÁTICAS IMPLÍCITAS A APROPRIAÇÃO DE SEU USO E SOBREVIVÊNCIA NO BILHAR ACADÊMICO NO BRASIL.

Ao que consta as táticas no campo das ideias expostas através da língua, pode-se observar ações tão inteligentes quanto ao modelo político interno e externo, isso, encarando o fato de que a língua, ou as linguagens, são também instrumento político imposto à sobrevivência nas figurações, sejam elas acadêmicas ou sociais. Mas, ainda estão em processo de tensão quanto a adesão. Falo de estudos de Lélia González, por exemplo, quanto ao nosso pretuguês e a admissão de um português intercruzado do Atlântico Negroiro.

No entanto, no que tange os estudos quanto ao racismo linguístico ao qual sofrem principalmente as camadas populares, onde está a maioria da população negra afro-brasileira, podemos elucidar alguns dos fatores condicionantes do estigma gerado sobre aqueles que não se comunicam através do “português politicamente correto” tensionado na vida social, através das escolas, ou, a depender, do contexto social, de classe e de trabalho dos sujeitos. Através das leituras realizadas para compor este capítulo de tese, elenquei alguns destes fatores. São eles:

I – O grau de leitura deficiente, analfabetismo funcional; Desigualdade de direitos políticos e civis, promovendo escassez de entendimento de cidadania. (Guimarães, 1999).

II - A inserção “tardia”, ou a não inserção desses sujeitos em ambientes que intrinsecamente “forçam” (coerção externa) uma determinada etiqueta, (Elias, 1993, 1994a, 1994b) como em restaurantes, museus, shoppings etc.;

III - O “pensamento de normativismo linguístico” (Nascimento. G. 2019. p. 51), parte do projeto de branqueamento da população brasileira;

IV – A ausência de conhecimentos histórico-sociais que viabilizem a apropriação linguística, dificultando o processo do habitus – a busca pelo sentimento de pertença, e o entendimento da segunda natureza; (Gonzalez, 2019) (Elias, 1994c).

Os fatores condicionantes mencionados são, a meu ver, reflexos da inserção da Língua Portuguesa como língua obrigatória no Brasil. Uma vez que as línguas nativas dos povos indígenas aqui encontrados, e dos povos negros sequestrados de África, foram banidas e extintas progressivamente no decorrer dos séculos, forçando uma adaptação dos sujeitos ao comunicar-se, tendenciaram para que a maneira como se flexiona a língua, o português no Brasil, fosse distinta do seu uso em outros países lusófonos, ocasionando a partir disso, tensões linguísticas e histórico-sociopolíticas.

A história remonta que a obrigatoriedade do uso da Língua Portuguesa inicia-se em Portugal, quando na tradução das Leis escritas no Latim, no século XIII, sendo, portanto, uma variação ou “desdobramento do Latim vulgar” (Faraco, 2016, p.14). Neste sentido, avaliemos, portanto, a interação de outros vocábulos e a inserção destes no português brasileiro, como primeiro aporte de resistência das culturas africanas em solo tupi-guarani.

“No decurso de três séculos, povos linguisticamente diferenciados foram obrigados a falar português de qualquer maneira a difusão de empréstimos mútuos.” (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 133). Essa obrigatoriedade transformou o português do Brasil, em uma língua única, dado o fato da experiência escravagista e a necessidade de articulação entre os povos linguisticamente diferenciados.

[...] com o aumento de volume do tráfico **[negreiro]**, as línguas ameríndias, até então empregadas veicularmente, perderam a sua razão de ser, nos estabelecimentos da Costa e começaram, sem dúvida nenhuma, a ser substituídas pelos falantes africanos. Mas, nas senzalas, a necessidade de comunicação, entre os povos linguisticamente diferenciados, deve ter provocado a emergência de uma espécie de língua franca, que chamaremos de dialeto das senzalas. O aparecimento desse dialeto pode ter sido em parte facilitado por tendências internas de desenvolvimento, não só das línguas banto, como também de certas línguas Kwa, o que levou Greenberg a classificá-las numa grande família, por ele denominada niger-congo, cordofoniana. (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 135) **[grifo nosso]**

Ocorre ainda, a ideia de que o nivelamento linguístico entre os povos traficados de África dentro das senzalas, possa ter ocorrido a partir do grupo étnico majoritário, “ou de maior prestígio sociológico” (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 135), tática de sobrevivência, a apropriação da língua portuguesa e em partes, o esquecimento das línguas maternas originais, ao passo que garante “poder”

articulador, inibe o sentimento de pertença, aqui já mencionado.

[...] Os crioulos, negros, cafuzos etc., por terem nascido na Colônia como resultado de vários graus de diferentes mestiçagens biológicas que sempre se desenvolveram no Brasil, presumivelmente já se achavam desligados de sentimentos nativistas e mais susceptíveis à adoção e aquisição da língua de dominação econômica, com a qual entravam em contato ainda criança. (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 137)

Observa-se, a adaptação interativa provocada pelo contexto historicamente necessária à sobrevivência dos povos negros já nascidos no Brasil, que instigou uma característica peculiar aos povos africanos, o fato de serem bilíngues ou políglotas natos. Uma vez que em solo africano, já exercitavam o uso de outras línguas etnicamente diferenciadas.

Nesse processo de dupla interação, ladinos e crioulos, estes últimos já maioria da população escrava **[escravizada]** no Brasil nos fins do século XVIII, desempenharam um papel vital no processo de aportuguesamento dos africanos e de africanização do português, com a emergência de um novo falar que chamaremos de 'dialeto rural' ou 'das plantações'. Esse novo falar foi a consequência necessária do desenvolvimento dos dialetos das senzalas, presumivelmente a língua franca disponível para servir a uma escala maior de comunicação. (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 138) **[grifo nosso]**

Antes de qualquer observação quanto ao fato da necessidade política de adaptação linguística dos povos negros no Brasil, avaliemos as citações com base na evolução da língua, a qual é válido ressaltar. A comunicação de Castro, Vogt e Fry (1982) no III Congresso Afro-Brasileiro, "O Afro-Negro e a Língua do Brasil", trazem as palavras "escravos" e "dialeto", entre outras, que no século XXI, mais propriamente em 2023, carregam estigmas já rompidos.

Não nos é aconselhado chamar os negros traficados de África de escravos, uma vez que não é uma condição inata ao fato de ser negro, fomos, pois, escravizados, assim como, açoitados, aniquilados, assassinados, enfim, fomos assujeitados à condição de escravos, portanto, escravizados. Além disso, há hoje uma discussão a respeito da legitimação das línguas, não sendo apropriado chamá-las de dialetos, são línguas tão legítimas quanto o português, inglês, francês ou espanhol.

Compreendendo, e a partir disso, avaliemos neste tocante, os motivos pelos quais se faz importante sinalizar as táticas de sobrevivência através da obtenção e apropriação dos códigos linguísticos.

A capacidade de controlar os padrões de conhecimento e da fala de uma sociedade é, geralmente, um aspecto concomitante da distribuição das oportunidades de poder numa sociedade. Os impulsos de integração e de desintegração deixam, usualmente, marcas no desenvolvimento da língua e do conhecimento de uma sociedade. (Elias, 1994c. p.8)

Avaliando que é imprescindível para o desenvolvimento dos sujeitos e das sociedades, a obtenção e decodificação dos símbolos linguísticos, é tácito compreender as táticas implícitas a sobrevivência, sendo uma delas o aportuguesamento de palavras estrangeiras oriundas de línguas africanas como o Banto, Quicongo e Quimbundo, Ewe, entre outras. Além disso, a aprendizagem e difusão da língua política e econômica utilizada na sociedade é uma ferramenta de luta que garante aos sujeitos articulações de resistência, para além da existência.

Além da apropriação da fala como garantia de sobrevivência, fez-se necessária uma articulação de aprendizagem da escrita e obviamente da leitura. E é neste âmbito que se inicia, a meu ver, as primeiras articulações táticas à resistência. Era proibido aos sujeitos negros escravizados a decodificação e, por conseguinte, a difusão dos símbolos linguísticos. Estratégia *establishment* empregada para manipulação e manutenção de poder.

A partir dessa estratégia, os estabelecidos corromperam com o progresso das pessoas negras no Brasil. A falta de acesso aos conhecimentos institucionalizados inibi não só a vontade em ocupar espaços de notória visibilidade, como também, embarreira as possibilidades de êxito na busca e na compreensão de nossa identidade, a identidade afro-brasileira.

Sendo assim, o homem e a mulher afro-brasileiros, limitados na sua possibilidade de dominar a leitura, a escrita e de conhecer a realidade de forma global, por exemplo os países que compõem o mundo e as relações sócio-políticas ideológicas, são presas fáceis à dominação. No entanto, a educação como transmissão da realidade e dos acúmulos sócio-político culturais da humanidade, segundo a visão e ideologia dos que detêm o poder, é indispensável a todos. (Gonçalves e Silva; Barbosa, 1997, p.91)

Os parágrafos acima de Gonçalves e Silva e Barbosa (1997), reverberam a importância da educação e da adesão ao conhecimento institucionalizado como garantia de direitos e entendimento de deveres do ser cidadão em uma sociedade onde as transmissões orais são desvalorizadas. Não basta saber contar histórias, tampouco abastecer-se de conhecimentos milenares que auxiliam no cuidado, na cura, na engenharia e na agricultura. Para garantia de sobrevivência numa sociedade colonizada, fez-se necessária a articulação de táticas próprias ao contexto, sendo uma delas, a apreensão dos conhecimentos e decifração dos códigos às surdinas.

A adaptação das interações linguísticas derivava ainda a depender do contexto, fosse no contexto rural, urbano, da casa grande ou da senzala, compreende-se uma forçosa adequação por parte dos sujeitos negros escravizados. Mesmo sendo estes, grupos majoritários, devido ao uso da violência ao regime escravocrata, a tática melhor empregada para sobrevivência era a busca pelo entendimento do uso linguístico.

Ladinos e crioulos devem ter gozado de grande prestígio sociológico na sua situação de bilíngues, isto é, na posição de poderem participar das duas comunidades linguisticamente diferenciadas: a da casa-grande e a da senzala. Enquanto na casa-grande eram os preferidos para os trabalhos domésticos, privando da sua intimidade, nas senzalas lhes era confiado o poder de disciplina e do comando, que se estendia às plantações e aos engenhos. (Castro, Vogt, Fry, 1982, p. 137)

Portanto, a adaptação linguística por parte dos escravizados garantiu permanência nos espaços político-econômicos de outrora, e garante até a atualidade, não sendo possível adentrar ou permanecer nas figurações que exigem o uso da língua como principal ferramenta de combate, caso não se compreenda o poder implícito ao seu uso.

Sabendo disso, e sem mais delongas, observem na seção seguinte um razoável combate no uso da língua para permanência do debate antagônico ao discurso eurocêntrico no bilhar acadêmico brasileiro.

4.3 – OPINIÃO PÚBLICA, ERER, COPENE E ANPUH: ANÁLISE A PARTIR DA PROGRESSÃO DOS TEMAS GERAIS EM EDUCAÇÃO

A Educação das Relações Étnico-Raciais acontece no Brasil atrelada a Lei 10.639/03. A qual instigada pelos Movimentos Negros é inserida timidamente

nas escolas por uma interação do professorado com a história da cultura negra africana, e em 2008 sofre uma alteração, passando para lei 11.645/08, incluindo no currículo a difusão de conteúdos históricos indígenas – dos povos originários brasileiros.

A partir da legitimação da importância na propagação desses temas, observo uma forte influência da opinião pública não apenas no âmbito legislativo, mas, também, nas mídias sociais, tanto como advento de democratização da internet, como nos tradicionais veículos de comunicação, provocando a sociedade como um todo, a perceberem o quão distante estamos dos conhecimentos históricos tanto dos povos originários do Brasil, quanto dos povos africanos e afro-brasileiros.

Destarte, considero falha a avaliação da aplicabilidade das Leis supracitadas, no entanto, entendo como proveitoso o fato de existirem. Afinal, a partir da existência dessas Leis, os programas de pós-graduação, passaram a credibilizar com mais ênfase, pesquisas com recorte étnico-racial que além de difundir os temas, instigaram textos e autores decoloniais, afro diaspóricos, afrocêntricos e sobretudo, afro-brasileiros.

Apesar de reconhecer a resistência por parte de programas de pós-graduação em aceitar as correntes antagônicas aos currículos tradicionais, é válido compreender que não poderia ser diferente. Sem as fricções próprias do bilhar acadêmico não há avanço nos debates. É natural que as tensões próprias ao ambiente intelectual produzam paradigmas, é afinal, o que sustenta e subsidia a existência dessa figuração em questão.

Podemos chamar de resistência, de igual modo, a busca pela sobrevivência dos novos olhares dados as pesquisas que fogem do tradicionalismo. Isso, devido a persistência em romper com o eurocentrismo, buscando nivelar o debate embebidos por teóricos de outras correntes de pensamento.

A partir disso observemos, portanto, como o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as utiliza-se das tensões para permanecer atuante no bilhar acadêmico nacional, a partir dos seus temas, e a importância destes para

difusão de uma educação de nível superior composta certamente da opinião pública segura na segunda natureza da raça social negra.

Como dito anteriormente, o primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as – COPENE, que ocorreu em Recife nos anos 2000, carregava nas entrelinhas do seu contexto de elaboração, uma carga nacionalista, e talvez, hoje vista como de direita. Na entrevista com a professora Lídia Cunha (2023), foi observado, a partir dos incentivadores do congresso, que de fato, a partir da conjuntura política daquela ocasião, as nuances direitistas estavam presentes, sobretudo pela participação financeira do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Atualmente, depois da incidência de um governo de extrema direita liderada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022), é certo que a grande maioria de pesquisadores negros sinta vontade de fugir de qualquer relação feita ao ex-presidente em questão. Afinal, ele é declaradamente racista. No entanto, a busca pelo nacionalismo não deve estar atrelada a um partido político, ou a uma conjuntura política, pois, não é isso que define o nacionalismo.

Mesmo assim, e com certa razão, acredito que o sistema bolsonarista atrapalhou em certa medida, o sentimento de pertença das pessoas afro-brasileiras. Porque a estética majoritária dos sujeitos bolsonaristas é caucasiana, a classe social varia entre os ocupantes da classe média e alta, a religião de grande parte dos extremistas políticos, nesse caso, é a cristã, e os sujeitos enquadrados nessa descrição são considerados racistas, resguardadas as devidas proporções, obviamente.

Certamente, essa descrição dos sujeitos bolsonaristas não reflete todos os que compõem o quadro. Mas, é inevitável a comparação destes com os colonizadores do Brasil. Brancos, abastados, cristãos e racistas – chamados também de cidadãos de bem, pelos ocupantes desta rede. O conceito de cidadania atrelado a essas características, deturpa o sentido real da palavra.

O exercício da cidadania, apesar de estar diretamente ligado ao conhecimento dos direitos civis, carrega inevitavelmente características do sentimento de pertença, ou seja, do habitus. O que sugere um comportamento

baseado não só no nacionalismo, mas, principalmente, nos direitos individuais dos sujeitos.

Na busca pelos direitos, neste caso, de ser afro-brasileiro, e ser reconhecido como tal, vejo o primeiro COPENE como uma pequena janela a qual começam as primeiras investidas da figuração acadêmica negra no processo de resistência nos espaços embranquecidos ao longo dos séculos.

Com o tema - O Negro e a Produção do Conhecimento: dos 500 anos ao século XXI. O primeiro COPENE tem como objetivo avaliar e conhecer os pesquisadores negros preocupados com o desenvolvimento das pesquisas realizadas pela negritude acadêmica. O tema, certamente estava embebido da efervescente ideia do que ainda se chama em alguns ambientes de “descobrimento do Brasil”.

Nos anos 2000, data que se realizou o congresso, as mídias propagavam o aniversário de 500 anos do Brasil, com ênfase no vislumbre de ser brasileiro e miscigenado. Certamente, no âmbito acadêmico, se propagava entre os intelectuais negros o discurso de mudança desse pensamento, exigindo uma criticidade no que tange os moldes colonialistas de estudos.

Se preocupados com as produções intelectuais negras, o COPENE, começa a impulsionar a opinião pública para observação e análise da representatividade negra na academia. A partir disso, passa-se a pensar na representatividade negra em outros ambientes, como nas escolas, nos livros didáticos, nas mídias – jornais, novelas, revistas e afins.

A representatividade da população negra no mundo do trabalho também é incutida na opinião pública, pouco a pouco entendida de que o modelo político-econômico do País, não favorece os sujeitos abandonados à própria sorte a partir da “abolição”¹⁷.

O II COPENE realizado em 2002, traz a temática “De preto a Afro-descendente: a pesquisa sobre relações étnico/raciais no Brasil”. A grafia dos

¹⁷ A Lei 3.353 de 13 de maio de 1888 declara extinta a escravidão no Brasil com a assinatura da Princesa Imperial Regente - Isabel, no entanto, colocamos entre aspas o termo, por entender que a Lei Áurea, em certa medida, aprisionou ainda mais o negro afro-brasileiro, em um sentido ideológico e social. Tendo em vista que para além de uma Lei, dever-se-ia, amparar socialmente os escravizados “libertos” – jogados a própria sorte no ato da execução da Lei.

termos afrodescendente com hífen, e de étnico-raciais com barra, demonstra as primeiras conotações a serem dadas aos conceitos que no decorrer dos anos se modificam.

Acredito que as mudanças nas grafias sugerem uma mudança no pensamento dos intelectuais e da opinião pública concomitantemente. E as adaptações da linguagem escrita é uma ferramenta de resistência, como já falado anteriormente. “Entretanto, ao serem politizadas, as línguas têm cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder [...]”. (Nascimento, 2019. p. 22)

Com base nas colocações de Nascimento (2019), podemos observar para além das cargas ideológicas da língua – signos e símbolos incutidos na mesma (Elias, 1994c), as mudanças psicossociogenéticas em curso nas capas dos Cadernos de Resumos do Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, apesar do recorte temporal (2000-2022), a análise em tela parte de uma perspectiva metodológica de longa duração, afinal, levamos em conta todo o período e contexto histórico afro-brasileiro que antecede a inauguração do COPENE, que surge, justamente, quando comemorava-se os 500 anos de idade do Brasil.

Figura 39: Imagens do I e II Caderno de Resumos do COPENE



Fonte: arquivo pessoal da profa. Lídia Cunha e abpn.org.br respectivamente

Notem a mudança brusca de uma imagem para outra, percebam a fuga do habitus nacionalista afro-brasileiro. Além das cores – de verde, azul e branco, para vermelho, preto e marrom, com a permanência do amarelo, única cor que talvez seja repetida por questões panafricanistas, a tipografia itálica também recebe densidade e robustez.

A estética diferenciada do primeiro caderno de resumos para o segundo insere nuances significativas não só no contexto linguístico, mas, também, no contexto visual. Afinal, nossa identificação e busca por uma identidade está atrelada principalmente ao campo estético, seja do corpo físico, seja do campo ideológico e social.

Quanto ao tema do congresso, o interesse, no entanto, no processo civilizacional incutido na ideia de que passamos de “pretos” a “afrodescendentes”, conota uma apropriação para avanços em termos identitários, a priori, e, por conseguinte, perpetuação dessa identidade nos espaços de poder. “Ao produzir dicotomias, a língua possibilita, para o bem e para o mal, possibilidades de luta” (Nascimento, 2019. p. 23).

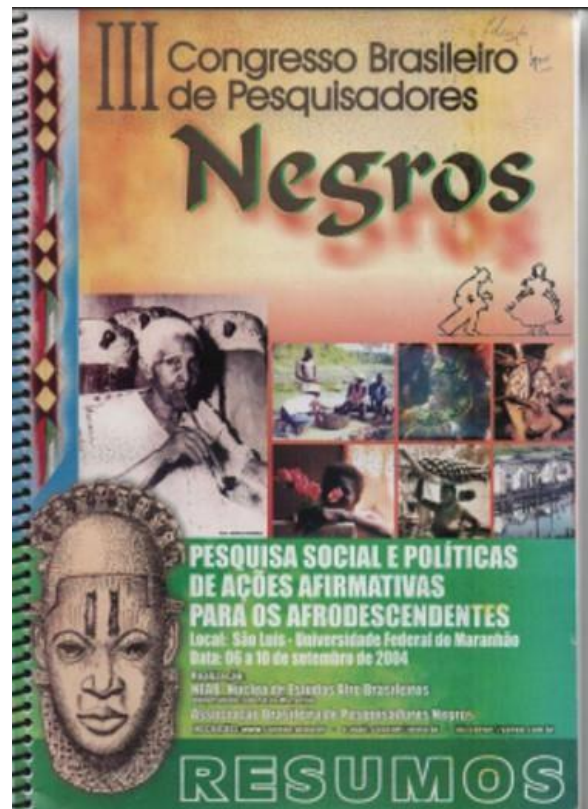
Assim, houve uma mudança significativa em termos estéticos entre as características dos símbolos utilizados na capa dos cadernos do primeiro para o segundo COPENE. As cores vermelho e preto utilizadas na segunda edição do evento partem para uma versão mais panafricanista, como dito acima, ao qual não ocorre na primeira edição. Essa corrente de pensamento identitária voltada para estética africana, começa a ser utilizada nas edições futuras.

Obviamente, as pesquisas sobre as relações étnico-raciais provocadas pela existência de um congresso de pesquisadores negros, deixa margem para as pesquisas sobre outras incidências étnicas nas instituições acadêmicas como as indígenas, ciganas, quilombolas entre outras. Fato, é que apesar dessa abertura, o COPENE tem instigado sobretudo, estudos direcionados ao povo negro, afro-brasileiro, pois, a afrodescendência pode se referir aos sujeitos negros de qualquer nacionalidade.

Mesmo com esse entendimento, devo confessar, meu entendimento pessoal, há uma insistência no uso do termo “afrodescendente”, encontrado

também no III COPENE com a temática, “Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para os Afrodescendentes (2004)”.

Figura 40: Caderno de Resumos do III COPENE



Fonte: abpn.org.br

Os símbolos e signos africanos começam a ganhar ênfase na divulgação do evento, demonstrando a relevância da compreensão afrodescendente nas pesquisas dos intelectuais afro-brasileiros. No III COPENE a discussão arrolou sobre as pesquisas no âmbito das ciências sociais e das políticas de ações afirmativas, temas ancorados para divulgação dos avanços em termos legais, do processo civilizador nacional.

De certo modo, e no meu ponto de vista, a divulgação de pesquisas baseadas nas políticas de ações afirmativas se faz de extrema importância nesse contexto, dada a conjuntura política que o Brasil passa a ter naquela ocasião, com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência. Contexto ao qual, fica evidente não apenas os pequenos avanços em políticas

públicas e educacionais para a população negra, mas, principalmente, o progresso econômico das classes trabalhadoras do Brasil.

Seguindo ainda a lógica de interpretação iconográfica incutida nas divulgações do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as, devemos considerar aspectos de identificação e representação negra incutida no processo de adesão e participação de pesquisadores/as negros/as no referido evento.

Entendo, obviamente, que a partir do primeiro COPENE uma série de modificações foram impostas ao ato de realizar eventos acadêmicos, adaptações são, portanto, próprias a esse universo, no entanto, no que tange as divulgações – anais, logomarcas, slogans e afins, me pareceu gritante essas mudanças em tão curto espaço temporal. Afinal, considerando a teoria do processo civilizador ou figuracional, essa observação só poderia ser feita após um século de sua realização.

A inserção de máscaras, adereços, mapas e grafismos africanos, por exemplo, na capa dos cadernos de resumos e ou anais, substituídas por imagens de pessoas negras, sejam fotografias, silhuetas ou desenhos, demonstra a meu ver, essa preocupação com a busca da identificação do público participante do COPENE.

4.3.1 – Identificação e comunicação antirracista: uma reflexão sobre máscaras coercitivas

Esse parêntese é para refletir sobre uma comunicação e publicização científica equânime, inclusiva e sobretudo, antirracista. E a esse respeito, compreendo que o uso de símbolos africanos, como as máscaras, por exemplo, comunica não só pela expressividade, mas, principalmente, pela memória, história e tradição que carregam.

No entanto, chamo de parêntese por entender que caberá aqui uma breve explanação sobre identificação negra e o uso de máscaras. Sejam físicas ou subjetivas, as máscaras utilizadas pela população negra afro-brasileira escravizada, pouco têm a ver com os símbolos impetrados na utilização de máscaras africanas como a apresentada em um dos cadernos de resumos divulgados pelo COPENE.

Digo isso, porque as máscaras africanas utilizadas em África representam um momento específico da comunidade étnica a qual estão inseridas. Momentos esses que variam entre, funerais, colheitas, e de fertilidade da terra e das mulheres. São inúmeras as variações de formatos, tamanhos, material utilizado e contextos aos quais os grupos étnicos utilizam-se dessas máscaras em África.

Já em países colonizados, como o Brasil, as máscaras utilizadas pelos negros não partiam da cultura africana, mas, sim, da cultura escravocrata. Esse aspecto continua imprimindo ao uso das máscaras, um objetivo, sendo que neste caso, o contexto era hostil, tornando o uso de máscaras uma violência contra o direito de ser humano.

Vejamos:

[...] a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/ as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. (Kilomba, 2010, p.172).

A Máscara a qual Grada Kilomba se refere no seu texto homônimo no livro *Memórias da Plantação* (2010), descreve com detalhes as intenções na utilização da máscara da mudez, como observamos no trecho acima. Além da mudança do contexto do uso deste aparelho, que passa de símbolo de culto a de tortura, mudam também os objetivos de seu uso, obviamente.

Além de tornar muda a pessoa escravizada, em seu uso prático, a máscara da mudez, incutiu um caráter subjetivo capaz de silenciar o sujeito submetido a essa violência até quando ele não está usando o aparelho, e, até mesmo, as gerações futuras, que não chegaram a utilizar essa espécie de mordaca, psicossociogeneticamente, se sentem incapazes de falar, devido a premissa de que mesmo falando, também não serão ouvidos, pois intrinsecamente, a máscara da mudez ainda está nos nossos rostos, de um modo subjetivo.

Adentrando, portanto, no caráter subjetivo do uso forçoso de máscaras por parte da população negra escravizada, e neste caso, buscando compreender quais mudanças identitárias foram necessárias para ressignificar o papel da pessoa negra nos espaços colonizados, a partir da apropriação dos estigmas gerados por aparelhos de tortura como esse – tendo como base empírica, o caso dos/as intelectuais negros/as afro-brasileiros, podemos identificar outras máscaras invisíveis, porém, eficazes, no quesito coerção – seja interna ou externa, como resquícios da colonização.

No meu ponto de vista, o uso subjetivo das máscaras é coercitivo interno e externo por razões óbvias. Primeiro, o fato de ser coercitivo já não nos deixa muitas escolhas – ou seja, a possibilidade do não uso da ferramenta ideológica de opressão (podendo o sujeito negro falar e comer livremente, por exemplo) desencadeava uma série de outras violências, como o açoite e a morte, e segundo, e como já dito, como resquícios da colonização, vestimos máscaras de adequação como instinto de sobrevivência. Onde, por vezes, não falar e não comer nos parece o mais correto a se fazer em determinados espaços, mesmo que não estejamos amordaçados.

E quantas outras máscaras vestimos para que conseguíssemos resistir aos sequestros, silenciamentos e outras atrocidades aplicadas pelo racismo durante esses mais de 500 anos de afro-brasilidade?

Responder a essa questão é no meu ponto de vista, reescrever uma versão da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, do psicanalista Frantz Fanon (2008), onde o cenário não seria a França, e sim, o Brasil. Apesar das diferenças histórico-sociais impostas ao recorte geográfico e resguardadas as devidas proporções, podemos dizer que nascer negro em um país colonizado nos impõe máscaras subjetivas similares ao de nascer negro em um país colonizador.

Observem: “[...] o negro não é um homem [...] O negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo” (Fanon, p. 26). Seja colonizado ou colonizador, os países que exerceram regime econômico escravocrata, utilizavam-se das mesmas ferramentas de opressão e violência, sendo uma delas, nos tirar a humanidade.

Seja a partir da subalternização ou objetificação, as primeiras máscaras que nos colocaram serviram para retirar nossos códigos ancestrais, nossas ligações afetivas foram brutalmente cortadas através do sequestro e tráfico negreiro. Os escravizados ao serem capturados e acorrentados perdiam o direito a ser pai, mãe, filho, filha, líder, guerreiro. Todas essas características intrínsecas ao ato de nascer em uma comunidade já estabelecida é retirada do sujeito que foi caçado, preso e amordaçado.

A partir da condição não-humana que se encontravam os escravizados, e por pensar em medidas que assegurassem a nossa sobrevivência, vestimos as máscaras que nos inviabilizavam. E isso reflete diretamente na opinião pública, se avaliado numa perspectiva de longa duração.

Invisibilizados e emudecidos durante séculos, nós, afro-brasileiros, precisamos constantemente vestir uma máscara de adequação ao tempo geológico em que vivemos, fato é que com o decorrer dos anos, sobretudo no pós-abolição, alcançar essa máscara de adequação foi ficando cada vez mais difícil, e é essa máscara de adequação aos ambientes colonizados que nos permite compreender o mundo [eurocêntrico] e opinar sobre ele.

Muitos de nós só conhece esse modo histórico de viver no mundo colonizado, inclusive, muitos de nós conhece muito mais as regras da convivência numa comunidade branca ou embranquecida, do que a si mesmo, tendo que, portanto, tornar-se negro, mesmo já o sendo fenotipicamente.

Tornar-se negro e despir-se das máscaras coercitivas é um processo complexo, muito embora eu acredite que tornar-se negro é vestir a máscara da alteridade que possui um alvo na testa como alerta Mbembe (2014), Neusa Santos Sousa (1983) pontua que é um exercício autônomo ao qual Elias (1994a, 1993, 1994b) nomeia de controle das emoções. É a decaída ou retirada do negro do mundo embranquecido através de uma tomada de consciência, a consciência negra. Talvez, tornar-se negro seja a compreensão de que nascer em espaços colonizados já é uma grande violência. E que ser “o outro” é uma conceituação colonial – estereotipada, preconceituosa e racista.

Destarte, e compreendendo que esse parêntese relativo às máscaras é importante no auxílio da compreensão de identificação intelectual afro-brasileira

e suas implicações no *habitus* e na opinião pública Nacional, retomo ao questionamento que nos trouxe até aqui. São muitas as máscaras que usamos para alcançar nossos objetivos, e a máscara intelectual é uma das poucas que nos permite acessar a arena do debate público e das políticas públicas.

Portanto, por esse prisma, podemos compreender o porquê de o uso das máscaras coercitivas implicar diretamente na opinião pública. Poder participar dos debates políticos nacionais é relativamente recente para nós, pessoas negras em países colonizados, lembrem-se, em outrora as máscaras de mudez cumpriam com sua função social, eram mais valorizadas, inclusive, do que a própria vida e opinião do usuário.

Antagonicamente a esse raciocínio e mais de um século pós abolição, surge o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Mas antes que houvesse a consolidação de um congresso com pesquisadores negros afro-brasileiros e afrodescendentes de um modo mais genérico, grandes esforços foram impetrados por meio da mobilização do Movimento Negro Unificado, dos Movimentos Negros e Sociais. Para que paulatinamente fossem retiradas as máscaras da subalternização da população negra, através do espelhamento de personalidades negras palmarinas. Ou articuladas por um *habitus* de desejo de libertação. Desse modo, tornar-se negro é de fato um exercício de autonomia (Sousa, 1983).

Paralelo a isso, buscamos ícones culturais de identificação que de certo modo restaure um elo perdido com África. Muitos de nós faz esse movimento a partir de manifestações culturais festivas, hora consciente, hora inconscientemente, por meio de danças, comidas e a inserção desses elementos no cotidiano. Trata-se de uma adaptação ao calendário cristão e um sincretismo necessário, mais uma vez, necessário à sobrevivência de culturas não cristãs.

No entanto, as práticas religiosas de matriz africana são as que mais trazem impactos ao processo de identificação dos afro-brasileiros com as tradições africanas. Porque no meu ponto de vista, neste quesito, as máscaras, adereços, vestimentas, movimentos corporais, língua e rituais, contam histórias que antecedem a Cristo. E, portanto, tem um papel pedagógico afrocêntrico, uma vez que em África, as práticas religiosas são de cunho tradicional particular a

cada grupo étnico, ou seja, está mais ligado ao habitus [segunda natureza] do que aos moldes de comportamento individual e social.

4.3.1.1 – *Despindo as máscaras e vestindo o Orí: uma identificação ancestral*

Para exemplificar, tomo como base o texto dos professores Alex Ratts e Flávia Rios (2010) intitulado *Lélia Gonzalez*. Uma biografia que relata os enfrentamentos identitários de Gonzalez e como a intelectual buscou pela essência africana em solo brasileiro.

Lélia Gonzalez relata que foi a psicanálise que a ajudou no entendimento de suas identidades, no entanto, foi a partir de interações candomblecistas que Lélia pôde experimentar uma espécie de “organizador psíquico social” (Ratts; Rios, 2010, p. 64). Além disso, “O Candomblé, religião que se tornou afro-brasileira, foi eleito por uma parte da militância negra como elemento da ‘bagagem cultural’ da diáspora e sinal de africanidade” (Ratts; Rios, 2010, p. 65).

Além do Candomblé existem outras variações das religiões de matriz africana no Brasil, como a Umbanda, Quimbanda etc. No entanto, não é a denominação religiosa que me faz acreditar no grande impacto que as práticas religiosas têm sobre a vida daqueles que a buscam em territórios fora de África. Mas, o que as práticas religiosas representam em seu sentido filosófico africano.

Segundo a tradição mítica yorubá, após sermos modelados por Oxalá (Orisa Nla), Ajalá é convocado com a tarefa de fornecer o Ori (cabeça) e cada ancestral nosso cede as substâncias necessárias para aperfeiçoar a forma de nossas cabeças. Estas substâncias nos acompanham todo o tempo e são merecedoras de respeito e culto. Portanto, mesmo que Ajalá se trate de um Orixá, não deixa de ter suas deficiências. É esquecido e descuidado e devido a isto nem sempre as cabeças saem boas. Como resultado disso a maioria das pessoas escolhem por si mesmas as cabeças sem recorrerem a Ajalá e acabam assim por escolher cabeças ruins e imprestáveis [...] (Poli, 2020, p. 7)

Se passarmos a nos perceber como produto de uma receita ancestral com propósitos destinados ou predestinados através da concepção do Orí, podemos compreender nossa função social terrena. E por isso acredito na capacidade de organização psíquica através da espiritualidade e suas ritualísticas. No trecho acima, podemos observar que apesar de sermos concebidos com substâncias de divindades ancestrais, alguns esforços devem ser exercidos para que haja equilíbrio entre o corpo físico e o corpo espiritual.

Ou seja, aproximar-se da concepção filosófica africana de culto, é em certa medida, vestir-se dos propósitos terrenos de seu Orí. o que não necessariamente tem a ver com prática religiosa, muito embora seja um culto, mas, de acordo com o que diz Poli (2020, p. 7), [...] Ori é nossa Origem, além de nossa simples cabeça física, [...] existem rituais e práticas como o Bori (que quer dizer em Yorubá bo Ori, dar de comer ao Ori) para restabelecer o equilíbrio necessário nesta nossa cabeça (que nos determina, a partir de nossa origem, o nosso destino).

A complexidade no entendimento do Orí pode torná-lo equilibrado e desequilibrado, como reflete Poli (2020) e está ligado a área de nossas vidas, ao qual o mundo colonizado e globalizado compreende como projeto de vida. A diferença é que, um projeto de vida é elaborado pelo empreendedor da ideia, o propósito que trouxe o Orí à Terra, tem ligações com a função social do sujeito nas sociedades para além de projetos pessoais. “Ori ode é a denominação da cabeça física e Ori Inu é a cabeça interior. Sendo que a primeira é confiada a Ossain e a Ogum, ou seja, ao saber médico; a segunda está ligada a Ifá e aos demais Orixás, ou seja, ao saber divino” (Poli, 2020, p. 8).

Manter-se equilibrado diante do conhecimento do propósito de vida é uma tarefa árdua, principalmente quando o mundo a nossa volta não nos parece saudável, portanto, desequilibrado “[...] é o Ori Inu que controla o Ori Ode. Isto sugere, portanto que o sucesso do ser exterior dependa essencialmente da natureza dinâmica interior do homem.” (Poli, 2020, p. 8)

Alimentar o Orí Inu (interior) vai além de práticas religiosas.

Em resumo, percebemos através destas representações de orixás que a percepção estética yorubá se faz representativa no que nos liga com o mundo sensorial do Aiyé (terra, mundo físico) através da forma enfática com que constrói nossos órgãos de sentido do mundo físico como o de audição, paladar, visão, tato e órgãos de reprodução. Por outro lado esta proeminência também se dá em nossas partes do corpo que nos ligam simbolicamente com o mundo intangível, como a cabeça no sentido de cabeça interior, que na verdade pertence a Orunmilá e ao Orun (céu) e para o qual tecemos orikis [...] (Poli, 2020, p. 10)

O Oriki é um – “[...] gênero da literatura oral yorubá **[que significa evocação]**. Utilizado para evocar a presença e o espírito do seu objeto. Um Oriki de Orixá, por exemplo, se corretamente pronunciado, pode fazer com que um iniciado entre em transe.” (Poli, 2020, p. 13). Por provocar reações em sua

elaboração no mundo externo, o oriki é considerado uma palavra carregada de Axé – força vital. “[...] que se expressa também em toda palavra. [...] vem de a se (assim seja, assim se faça) e desta forma como a palavra porta o Ase (Axé), ela tem o poder de fazer com o que está sendo afirmado se concretize.” (Poli, 2020, p. 11).

E o que isso implica na concepção identitária no processo de tornar-se negro e despir determinadas máscaras coloniais? Na compreensão e concretização do seu propósito terreno. “Apesar de entendido em diferentes acepções, Orí sempre se relaciona ao destino pessoal. E muito embora simbolizada pela cabeça, o seu significado não se restringe à cabeça. Trata-se de um elemento imaterial, a imaterialidade do ser humano, o íntimo da pessoa” (Cabral, 2022, p. 37).

“O Oriki comporta habitualmente três partes: uma enumeração de nomes que descrevem o status, os apelidos e a aparência da pessoa; um relato de suas realizações e de suas façanhas; comentários sobre o item precedente. São elaborados no decorrer da vida de uma pessoa a partir de frases, qualificativos, apelidos criados por seus contemporâneos e amigos íntimos. Os orikis representam assim a opinião pública sobre uma pessoa” (Lépine, apud. Poli, 2020, p. 17)

Compreendendo por esse viés do status, realizações e transmissão de nossos feitos, - do propósito terreno. Torna-se negro e despir-se de máscaras coercitivas como a da mudez ou silenciamento, invisibilidade, subalternidade e adequação, é encarar que apesar das condições as quais o sujeito negro está imerso e vestido, alguns feitos devem ser realizados por ele. Equilibrar-se e garantir o sucesso de sua jornada, torna-se imprescindível, além disso, o movimento para galgar êxito por si só, mobiliza uma estrutura externa, a começar pelo uso certo de palavras que evocam a força necessária para o fazê-lo.

4.3.2 – Identificação intelectual afro-brasileira por outros signos e símbolos africanos

No IV COPENE observa-se uma busca pela identificação com o continente africano, tanto a partir do tema gerador quanto no uso estético de figuras. Observem:

Figura 41 – Capa do Caderno de Resumos do IV COPENE, ano 2006.



Fonte 52: abpn.org.br

Com o tema – “Brasil Negro e suas Africanidades: Produção e Transmissão do Conhecimento”, o IV COPENE imprimiu como marca, o mapa do continente africano (em amarelo, vermelho e verde) sobre o mapa do Brasil (em preto), simbolizando, talvez, que no centro da construção da sociedade brasileira estão os africanos advindos de boa parte dos países deste continente.

Historicamente, sabemos que isso ocorreu de forma violenta e por longos períodos. No entanto, a relevância da africanidade brasileira é ressaltada no congresso pela construção dos conhecimentos a partir das resistências culturais e religiosas, meio pelos quais se difundiu diversos conhecimentos entre a negritude afro-brasileira.

Fato é que uma das formas de violência contra a população negra foi a proibição dos cultos religiosos advindos da cultura africana, pois, em África, as religiões são culturais e tradicionais das diversas etnias, e não um encontro muitas vezes utilizado como entretenimento aqui no Brasil. Em África as tradições religiosas são encaradas como a segunda natureza dos indivíduos,

enquanto aqui no Brasil, serve muitas vezes como forte ponto de encontro para rememorar o elo perdido com os ancestrais. O racismo religioso, ou intolerância religiosa é descrita como uma ferramenta de apagamento das formas de transmissão de conhecimentos.

No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio. (NogueiraA, 2020, p. 35)

Como sempre o estigma produzido para legitimar a natureza outsider dos sujeitos negros brasileiros, tem galgado êxito, estimulando os preconceitos até entre os afro-brasileiros, como forma de reprodução dos racismos. O que para a intelectualidade negra serve não apenas como objeto de pesquisa, mas, também, como mola propulsora de militância.

A militância no bilhar acadêmico não é vista com bons olhos, mas, inevitavelmente, quando nos propomos a investigar os estigmas gerados sobre nós, jogamos numa via de mão dupla, onde nossas tacadas levam a diante as problemáticas geradas pela história, e trazem como feedback, rupturas no pensamento racista. O que nos leva para a temática do V COPENE, “Pensamento Negro e anti-racismo: diferenciações e percursos”.

Figura 42 – Capa do caderno de resumos do V COPENE, ano 2008.



Fonte: abpn.org.br

Nota-se mais uma vez uma mudança na escrita no decorrer do tempo, nesse caso na palavra antirracismo, que no momento do congresso fora redigida com hífen. Na capa do caderno de resumos vimos diversas personalidades negras, desde literários a intelectuais que elaboraram conceitos bastante utilizados em pesquisas nos tempos atuais, inclusive no estudo em tela.

Guerreiro Ramos, James Baldwin, Audre Lorde, Frantz Fanon, Aimé Césaire, Cheik Anta Diop, Beatriz Nascimento, Clovis Moura, Carolina de Jesus, Mãe Aninha, Milton Santos e Lélia Gonzalez, são as personalidades negras impressas na capa de uma das divulgações do V COPENE.

O pensamento antirracista começa a ganhar peso, no meu ponto de vista, não apenas por sua aparição no COPENE, mas principalmente, quando se formula ferramentas de combate ao racismo, que para muitos não negros, é um

pensamento inconcebível, isso, por conta do descrédito que se dá a violência que só se sente na pele, sobretudo, na pele preta retinta.

Em seu livro “Racismo e Antirracismo no Brasil” Guimarães (1999), aponta para algumas mudanças da agenda do antirracismo Ocidental, indicando que tal pensamento, importado das agendas norte-americanas, faz parte de um programa político funcional-estruturalista. “No Brasil, esse programa, esposado por intelectuais ‘brancos’ de classe média, ignorou muitas vezes o antirracismo popular dos pretos e mulatos, que denunciavam as barreiras intransponíveis do ‘preconceito de cor’”. (Guimarães, 1999, p. 41)

Vejamos aqui, o termo “mulato” já seria motivo de rechaça por parte de intelectuais negros brasileiros, em 2023 do XXI, muitas palavras têm sido canceladas em nosso meio, já estimulados pelo pensamento antirracista. As mudanças no uso de palavras estigmatizantes demonstra o quão sério é o pensamento antirracista, inclusive entre os aliados brancos establishment.

Mas, concordando com o que afirma Guimarães (1999), os pretos de pele retinta das classes populares não são levados a sério quando no trato do racismo em ambientes de classe baixa, pobres, à margem da sociedade. Se faz necessário que a partir da intelectualidade negra, esse assunto seja levado para além das pesquisas, para credibilizar a opinião pública a esse respeito.

Foi o que ocorreu nos Estados Unidos, no pós-guerra e na África do Sul, com foco no apartheid. A opinião pública teve fundamental importância para a disseminação do pensamento antirracista. As impressões de pesquisadores estrangeiros sobre o racismo no Brasil são classistas, devido a falsa imagem de quem sofre racismo no País, são os negros pobres, o que não é necessariamente uma verdade absoluta.

A mudança de percepção da discriminação racial, nos Estados Unidos, alterou tanto a percepção do Brasil pelos anglo-americanos, quanto o programa político do antirracismo. Desde então, a denúncia das desigualdades raciais, mascaradas em termos de classe social ou de status, passou a ser um item importante na pauta antirracista. Os racismos brasileiro e norte-americano tornaram-se, portanto, muito mais parecidos entre si. (Guimarães, 1999, p. 43)

A principal diferença entre o racismo e antirracismo norte americano e brasileiro, deriva dos preconceitos de marca e de origem. Aqui no Brasil os tipos

de racismos prevalecem sobre as pessoas fenotipicamente negras, sobretudo sobre a cor da pele, enquanto no estilo norte americano, prevalece o racismo sobre as pessoas nascidas inclusive de relações interracialis, não necessariamente de cor de pele marrom, preta ou retinta.

Acredito, portanto, que a partir das ideias antirracistas emergirá uma opinião pública baseada no sentimento de ser afro-brasileiro, apesar das cargas genéticas advindas de África, fator importante para o sentimento de pertença da nossa segunda natureza nacionalista.

Uma discussão sobre a nacionalidade é de fundamental importância, porque, no Brasil, como já sugerido, as regras de pertença nacional suprimiram a e subsumiram sentimentos étnicos, raciais e comunitários. A nação brasileira foi imaginada numa conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua. Neste contexto nacional, o racismo brasileiro só poderia ser heterofóbico, isto é, um racismo que é a negação absoluta das diferenças [...] (Guimarães, 1999, p.52)

Entender a heterogeneidade como algo positivo em uma nação, seria talvez, a forma de inibir os tipos de racismos, no entanto, sabemos que aceitar as diferenças, ou os diferentes, tem sido uma tentativa de usar a equidade como parâmetro, e não a igualdade, sinto que passamos a negar o sentido de igualdade no trato racial, pois, as ações racistas estruturantes adiantaram em muito as desigualdades. Talvez, por isso, nossa insistência em afirmar a africanidade em nós. Ou melhor, a identidade afrodiaspórica, como observamos na temática geral do VI COPENE.

Figura 43 – Capa do caderno de programação do VI COPENE, ano 2010



Fonte 53: abpn.org.br

“Afrodiáspora: saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais”, foi o tema do VI COPENE (2010). A negritude espalhada pelos continentes colonizados, ou melhor, os conhecimentos afrodiapóricos disseminados a partir dos regimes escravocratas, ganha notoriedade com as progressões dos temas do congresso de pesquisadores/as negros/as.

O entendimento disso nos faz perceber que apesar do aumento de pessoas negras na academia, não há condições de apenas esquecer toda crueldade imposta a nós, pessoas negras, em sociedade regidas pelo colonialismo. No entanto, os pensamentos pós-coloniais nos dão garantias de que podemos habitar espaços outros, que no decorrer da história, nos foi negado.

Esses espaços, de poder, angariados pelos movimentos sociais, abolicionistas e afins, transformaram as militâncias em armas de uma guerra, ou melhor, de um jogo, o jogo da sobrevivência, em ambientes considerados, ambientes de luta e poder.

É inútil discutir acerca do ódio racial sem remeter aos custos e benefícios que ele implica para todos os seguimentos e atores sociais que compõem as sociedades e nações historicamente racializadas. De início, descartamos a ideia de que o racismo possa não resultar em benefícios explícitos para as populações fenotípicas (raças) e, conseqüentemente, para os indivíduos abrigados e protegidos por ela. Pois, em nenhum momento, se deve esquecer que, desde o que conhecemos do seu início, o racismo surgiu e se desenvolveu em torno da luta pela posse e a preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade. (Moore, 2012, p. 228)

Neste tocante, instigar pesquisas afrodiaspóricas, remete-nos as formas de sobrevivência epistêmica dos estudiosos negros espalhados pelo mundo. Formas estas, que além de preservar a história e cultura de um povo, alimenta a vontade de continuarmos pesquisando e inovando no ambiente intelectual. Muito embora, que com as dificuldades impostas ao processo, possamos desistir, ou não. A depender da posição de nossa segunda natureza, nos status quo a qual integramos.

Paulatinamente, observo a evolução dos temas geradores do Congresso de Pesquisadores/as Negros/as, como uma forma de auxílio à resistência negra nos ambientes acadêmicos, e, na sociedade de modo geral. A realização do COPENE, visibiliza não só os pesquisadores, intelectuais, mas também, personagens outros, dos movimentos sociais negros, modo de publicizar agentes de transformação histórico-cultural, a partir das pesquisas e do impacto dessas na sociedade brasileira.

Figura 44 – Banner de divulgação do VII COPENE, ano 2012.



Fonte: abpn.org.br

O VII COPENE (2012), por exemplo, preocupado com “Os desafios da luta antirracista no século XXI”, não se absteve as problemáticas das dissertações e teses de pesquisadores/as negros/as, mas com a luta existente para além da academia, e de que forma podemos enfrentar cotidianamente os tipos de racismos.

Quais e quantos desafios nos são impostos diariamente para conseguir arrancar de nós os racismos? Mesmo sendo intelectual, professor universitário, líder de um partido político, forte influência em determinados espaços, estamos fadados ao encaixe na estrutura racista que somos submetidos ao nascer.

O congresso em via de regra, reúne bianualmente centenas de sujeitos negros advindos de todas as regiões do Brasil, mas também, estrangeiros, e no escopo de nossas intenções está a vontade de enaltecer personagens apagados, esquecidos e principalmente, a nós mesmos, como parte importante dos avanços que só serão percebidos, talvez, num futuro próximo.

Percebam, edição após edição, os temas geradores do COPENE estão fortemente ligados a opinião pública, e isso é percebido não pelo volume de trabalhos recebidos, essa não é a questão. É percebido principalmente, pelas mudanças e adaptações decorrentes dos discursos utilizados para divulgação do evento, uma busca por aderentes e difusores dos debates antirracistas.

Figura 45 – Banner de divulgação do VIII COPENE, ano 2014



Fonte: dype.org.br

Podemos observar a difusão da opinião pública a partir dos COPENEs, através da preocupação em ambientar os participantes do congresso do que versam as Leis que amparam a população negra, por exemplo. A busca por

insistir em temas como as ações afirmativas, a cidadania e as relações étnico-raciais, como na oitava edição do evento, rememora inclusive, o que já havia sido escopo em outras edições.

Isso demonstra um movimento cíclico próprio das fricções existentes no bilhar acadêmico, devemos sim insistir em temáticas que promovam melhor entendimento e atualização dos debates nas relações étnico-raciais. Sempre haverá nova perspectiva, novos parâmetros de validação, novos caminhos para emergência de inovação no trato das pesquisas.

O próprio entendimento de conceitos como o de cidadania, auxilia a opinião pública, e o habitus dos aspirantes intelectuais negros, que passam a ser mais presentes nas universidades, a partir dos esforços de antepassados e quiçá dos nossos ancestrais. Estar ciente dos direitos civis e políticos é uma forma de penetrar na bolha racista que é uma universidade, atrelar esse entendimento ao escopo de pesquisas, reforça a importância das temáticas geradoras dos COPENEs, na opinião pública.

Figura 46 – Capa dos anais do IX COPENE



Fonte: abpn.org.br

Dizer que os temas gerais do congresso em questão reforçam a opinião pública, significa que antes de divulgarem as temáticas geradoras, as organizações do evento fazem um levantamento do quadro de pesquisas realizadas por intelectuais negros.

Podemos observar isso na nona edição do evento que partiu para um olhar técnico do que se chamou de “velhas práticas de discriminação”. Antes, observemos que pela primeira vez o COPENE abriu caminhos para os novos tipos de racismos em novos espaços de pesquisa, sendo esse, o universo da web.

“Novas fronteiras de Intolerância Racial: velhas práticas de discriminação e novos espaços – universo web” foi o tema gerador do congresso. Observemos que houve um gap de um ano para concretização do mesmo, sendo realizado em ano ímpar, diferente das outras edições nacionais, realizadas em anos pares.

Em 2017, não sabemos por quais motivos, realizou-se o IX COPENE com temática que fugiu em muito ao que vinha sendo feito anteriormente. O caráter inovador desse tema gerador, me levou sutilmente para um campo bastante relevante. A intolerância racial, em 2023 do XXI é tipificada como crime, em 2017 e anterior a essa data, os sujeitos racistas, criminosos, utilizavam-se da brecha

da intolerância para saírem ilesos de quaisquer condenações. Hoje, apesar de observar que o crime de racismo ainda deixa seus criminosos impune, em muitas situações, podemos dizer que avançamos.

A realidade é que o advento da internet, e do uso das mídias sociais como espaço de opinião pessoal, alimentou o instinto racista, sexista, homofóbico de muitos usuários da web. Local ao qual os criminosos têm a possibilidade do uso da fala e de se “esconderem” ao mesmo tempo.

Levantar esse aspecto como tema do congresso não resolve obviamente a vida das pessoas ofendidas e estigmatizadas, mas, levar isso em consideração e instigar o debate entre intelectuais negros é de extrema importância para o entendimento do que vem a ser opinião pública, ofensa, liberdade de expressão e crime.

Com uma certa “democratização” da liberdade de expressão atribuída aos usuários da web, percebemos um aumento nos casos de racismos, e de outros crimes, casos de estudos e averiguação comportamental. A ofensa deliberada a qual a internet oportuniza, não só aumentou o número de casos racistas, como alavancou as denúncias dessa atitude criminosa.

Observar como se comportam os sujeitos resguardados pelas telas de computador e celulares é tópico para uma outra tese. Entretanto, encontrar essa temática em um congresso composto e organizado por intelectuais negros estimula o debate e o caráter inovador que precisamos ter nas pesquisas.

As características observadas dos criminosos da web são diferentes das características dos supostos criminosos da vida real. O fator condicionante disso, é talvez, o pouco acesso das pessoas negras às ferramentas tecnológicas. No 23 do XXI não podemos afirmar isso, mas, em 2017, a democratização do sinal de internet certamente era pautada.

No ano seguinte, em 2018, é realizado o X COPENE, com tema: “(Re)existência Intelectual negra e Ancestral: 18 anos de enfrentamento” e é nessa edição que se realiza também, o Primeiro Simpósio Nacional de Educação Básica ABPN.

Figura 47 – Banner de divulgação do X COPENE, ano 2018



Fonte: abpn.org.br

Observa-se, aqui, uma organização preocupada com os pesquisadores frequentadores do “chão da escola”, e com a resistência na realização de um congresso negro, afro-brasileiro. Diferente das edições anteriores, o X COPENE traz a meu ver, um registro importante do que fora a primeira edição evento.

Não que as demais organizações tenham fugido ao fato de sermos brasileiros, mas, a preocupação com a resistência e existência intelectual negra nos espaços universitários e nas escolas, remete para mim uma perspectiva nacional afro-brasileira da formação dos sujeitos.

Um momento importante para averiguar em que pé andava a Lei 10.639/03 no locus de sua aplicabilidade, a educação básica. A reunião dos professores e professoras no primeiro Simpósio Nacional de Educação Básica ABPN, que se tornou permanente nas edições nacionais seguintes e nas edições regionais, demonstra o afincamento em se discutir o futuro da educação básica no Brasil, para além das questões do currículo e pesquisas da pós-graduação.

Apesar de o I Simpósio ser realizado no X COPENE, consta no site da ABPN, as tensões enfrentadas por esse seguimento de pesquisadores, iniciadas em 2014.

[...] percebendo que a maioria absoluta do segmento que representava **[a educação básica]** é de mulheres e negras, **[a ABPN]** passou a investir nessa representatividade. Contou com o apoio da professora doutora Fabiana Lima (UFSB) e de amigas também mestrandas e docentes da Educação Básica: Célia Christo (UNIRIO) e Josiane Climaco (UFBA). Finalmente, após GTs que se multiplicaram, a criação de um Fórum Permanente de Educação Básica foi colocado em pauta, como condição única da participação da professora Alessandra Pio na Chapa Dandaras, para a gestão 2016/2018 (ABPN, 2023)

Fato é que os professores e professoras da educação básica são personagens chave para elaboração, execução e avaliação de políticas públicas educacionais. A maioria dos congressos são pensados para receber pesquisadores e pesquisadoras da pós-graduação, esquecendo dos sujeitos que formam e estimulam a população para o campo acadêmico científico.

Os professores e professoras da educação básica, assim como os pedagogos e pedagogas, estão diariamente atentos ao desenvolvimento e formação da população, são estes que intrinsecamente espelham as futuras profissões do alunado, e resistem ao conjunto de opressões realizadas pelo estado, que tem como principal política, perpetuar a colonialidade do conhecimento, e do poder, sobre as camadas pobres da população brasileira.

São estes profissionais que tem como papel fundamental, tornar compreensível os direitos civis e políticos de uma sociedade, a partir dos ensinamentos básicos ministrados às crianças. Quando a maioria dos professores e professoras da educação básica são negros, esse papel passa a ter mais força, porque gera uma identificação por parte dos estudantes, sobretudo de escolas públicas.

A representação negra no professorado da educação básica torna a resistência mais forte, pois, atrelada a opinião pública, leva à consciência do alunado, ferramentas de progressão profissional. A identificação na busca da identidade negra, postula táticas de transformação no contexto social em que vivem as pessoas negras.

Sabemos que uma das formas de romper com o racismo estrutural é inserir nas esferas de poder, pessoas negras capazes de representar e agir taticamente não somente contra a discriminação, mas principalmente, para atrair a atenção de outros sujeitos negros a ocuparem lugares de notória visibilidade.

Entendo que o processo para este êxito é lento e de longa duração, mas, sem a reunião de pensadores negros na elaboração dessas táticas, não haverá possibilidades de avanços. Além disso, sinto que o sucesso do COPENE vem principalmente, das formas metodológicas antagônicas ao pensamento tradicional estruturalista, abrangendo pesquisas inovadoras com foco em intelectuais negros.

Nesta mesma época, em 2019 especificamente, o congresso da ANPUH – Associação Nacional de História, promove a primeira ANPUH Educação. Notem, o congresso da ANPUH já estava na sua trigésima edição, quando promove uma seção específica para professores e professoras da educação básica, enquanto na décima edição do COPENE essa rede já demonstra uma notável mobilização em prol dessa classe trabalhadora.

4.3.2.1 – ANPUH Educação e a opinião pública provocada por professores/as da educação básica

Como será observado, inicialmente, a ANPUH Educação foi formado por uma série de atividades que antecederam o 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2019, que aconteceu em Recife, onde além de uma comissão Executiva Local do Simpósio Nacional de História contou com a parceria da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, Secretaria Municipal de Educação e espaços culturais como o Paço do Frevo, Museu Cais do Sertão, Caixa Cultural, Instituto Ricardo Brennand, entre outras (ANPUH, 2019).

“O público-alvo da ANPUH Educação é formado por professores de História da Educação Básica – educação infantil, ensino fundamental, médio, profissional e tecnológico.” (ANPUH, 2019, n.p.). Assim como o Fórum de Educação Básica da ABPN, a ANPUH Educação demonstra uma preocupação com o currículo, sendo que neste caso, tem por objetivo:

[...] debater sobre o currículo de história na Educação Básica, e a importância da formação histórica para o exercício pleno da cidadania. Diante da iminência da aplicação da Base Nacional Comum Curricular, a ANPUH Educação se insere nesse cenário como um ato político, sustentado pela reflexão e produção acadêmica realizada por sujeitos implicados nessa realidade. (ANPUH, 2019, n.p.)

O colo político na união de esforços e reflexão sobre as implicações acadêmicas incutidas nesse ato propicia a elaboração de políticas públicas destinadas nas resoluções dos problemas educacionais. O que me instigou a compreender a rede de intelectuais da subárea “História” advindos da ANPUH, foi o fato dessa mobilização ocorrer 30 edições após sua inauguração.

O primeiro Simpósio de Professores de História do Ensino Superior da ANPUH, acontece em 1961, “Promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, instituto isolado de ensino superior do Governo do Estado de

São Paulo.” (ANPUH, 1962, p. 5), contando com a ilustre presença do governador e vice do referido estado, senhores Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e Porfírio da Paz, respectivamente. A presença de honra se justifique, talvez, pela temática do evento, que naquela ocasião, abancou o que os organizadores acreditavam ser “[...] senão todos, ao menos uma grande parte dos problemas que enfrenta o ensino de História, no Brasil.” (ANPUH, 1962, p. 11).

Apesar de achar pretencioso o escopo do evento, acredito que na ocasião, no ano de 1961, as preocupações acerca dos problemas educacionais eram tão vastas, quanto complexas, se comparadas as dificuldades atuais, do século XXI. No entanto, somente após 30 anos de esforços, essa rede começa a pôr em prática, políticas internas que auxiliassem na resolução destes problemas a partir da educação básica, ou melhor, a partir da mobilização e organização dos profissionais desta área – na ANPUH Educação.

Esse *gap*¹⁸ da ANPUH, entre a identificação dos problemas e as prováveis resoluções destes, em comparação ao gap da ABPN, que durou 18 anos, me fez perceber que o ano de 2018, foi, portanto, palco de mudanças para a política educacional, onde a mobilização dos professores e professoras da educação básica, atingiu duas redes de extrema importância para a tríade basilar da educação superior - ensino, pesquisa e extensão.

Em suma, e na minha opinião, no ano de 2018, inicia-se uma pequena mudança na valorização dos profissionais da educação básica, pois, é quando, começam a vencer o estigma de que não são intelectuais, a partir da própria rede de pares. Ou seja, começam a reagir as fricções – opiniões dos estabelecidos dessa configuração. Essas reações, também impulsionadas pela

¹⁸ O termo *gap* (lê-se: ‘gué-p’) em inglês significa brecha ou lacuna, já em termos políticos, ou de elaboração de políticas públicas, o conceito de *gap* define, a grosso modo, o tempo da elaboração de resoluções de problemas, seus ajustes e adaptações.

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2020, p. 19)

Ser mulher negra e pesquisadora é ser atravessada por diversas violências, sendo a primeira o racismo, depois a misoginia e sexismo, e a depender, pelo classismo inerente ao contexto social do arquétipo negro colonizado. Akotirene (2020) explana com maestria o que vem a ser a interseccionalidade - “um sistema de opressão interligado” (p.21).

Acredito que pela atualidade do tema, a opinião pública, muito embora possa compreender esse sistema de opressão, não está totalmente embebida dessa posição em prol das pesquisadoras negras. Talvez, sejam esses os temas atuais, que comecem a nos fazer perceber o feminismo negro como tensão e não como aporte teórico-metodológico.

Os povos colonizados herdaram traumas psíquicos, perderam significados espirituais, linguísticos e cosmológicos como parte da subjugação da Europa ao conhecimento de africanas e africanos, daí a marginalização das epistemes locais, [...] requerer um feminismo que aborde a produção de conhecimento a partir das categorias africanas e de como atualmente a antiguidade modela interconexões das relações sociais. (Akotirene, 2020, p. 80)

Diante das perdas e opressões cruzadas do Atlântico Negroireo percebe-se a mulher negra como sujeito de maior desprestígio, e talvez, nosso esforço, de mulher negra intelectual em se posicionar necessite de fato de uma formulação que tensiona ao passo que teoriza nossa presença nos bilhares acadêmicos.

Figura 49 – Capa de site do XII COPENE em 2022



Fonte: copene2022.abpn.org.br

A XII edição do COPENE trouxe como tema “Democracia, poder e Antirracismos: avanços, retrocessos legais e ações institucionais”. Em 2022 estava tácita a vontade de avançar após quatro anos do governo bolsonarista. Período ao qual fora derrocada diversas ações dos movimentos negros. O entendimento de democracia auxiliou os habitantes da esquerda a uma ação cautelosa de politicagem. Para meu entendimento, foi como se tivéssemos reaprendido a lutar pelos nossos direitos.

Após 16 anos dos governos Lula/Dilma, estávamos acomodados com a ideia de vitórias constitucionais. Um retrocesso se fez necessário para avaliação do estilo esquerdista de luta. Sentimos o impacto do comodismo e fizemos um esforço para reconquistar os espaços de poder.

As ações institucionais e uma política interna dentro dos movimentos sociais para instrumentalizar e mobilizar a opinião pública em prol de uma redemocratização do sentimento de pertença emergiu, e a intelectualidade negra se viu ao lado dos movimentos culturais e religiosos de resistência, ação necessária para viabilizar outros pequenos avanços. Não que já não fôssemos aliados, mas, uma mudança no discurso foi realizada para combater os extremos.

Obviamente, esse movimento teve de existir durante todo o governo bolsonarista (2019-2022), e culminou com a volta do Partido dos Trabalhadores a esfera mais alta de poder constitucional. No entanto, no meu ponto de vista, agregou aos intelectuais negros uma força ancestral advinda da ideia afrocêntrica, tendo em vista que os moldes nacionalistas se transformaram em um extremo ao qual muitos de nós não se identificou.

Agentes da extrema direita invadiram Brasília em 8 de janeiro de 2023, depredando equipamentos públicos, afirmando que tomariam o poder a todo custo, o que nos causou medo e repulsa, mais uma vez, uma espécie de anti-nacionalismo se impregna em parte da opinião pública, devido a não identificação com o estilo de patriotismo exacerbado.

Da mesma forma que lutamos para tirar de nós a impressão de que somos um país primitivo, seguimos postulando em nossas pesquisas, a civilidade, a partir das esferas institucionais. Fato é que apesar de aliada aos movimentos

negros, a esquerda no Brasil ainda é representada por homens brancos, cisgênero, heterossexuais e em certa medida, tradicionalistas.

Diante das formas de racismos, avalio como prudente a temática do último COPENE em 2022, carregar em seu tema o termo no plural “antirracismos”. Idealizando várias formas de lutas assim como são várias as formas de violências racistas.

É a partir dessa ideia dos “antirracismos” que farei um resumo digressivo dos processos que se evidenciam em 2018, ano em que ambas as associações, ABPN e ANPUH, concentram esforços no debate envolto aos profissionais da educação básica. Apesar de entender que esta será uma análise acrônica – sem relação de causalidade, acredito que haverá uma compreensão sobre o que tem a ver o debate antirracista com as mudanças na base da estrutura racista advinda do ensino colonial dos saberes.

Remontemos acrônicamente porque as mudanças decorrentes do processo civilizador não podem ser observadas no ato que elas ocorrem, e sim, posteriormente, não necessariamente devido a ação do tempo, sobretudo, devido às ações humanas no processo de adaptação a seu contexto temporal, não sob efeito ou reação, mas, adaptação para a sobrevivência. Talvez me faça melhor entender a partir de um quadro, ou, mapa mental – psicogenético; atrelado aos fatores coercitivos externos, como a criação das Leis Federais, e, — sociogênico, que impulsionaram tais mudanças, a partir das mobilizações sociais. Portanto, uma digressão psicossociogenética da educação para os afro-brasileiros.

Essa digressão até 1549, pontua a chegada dos jesuítas e a educação com vertente religiosa no Brasil – ainda colônia de Portugal. (Saviani, 2011). Perpassando assim, pela proibição das pessoas negras ao acesso à educação entre 1554 e 1889, quando enfim, é proclamada a República Federativa do Brasil. No entanto, quando o País passa a ser independente de Portugal, ainda vigorava a Lei Saraiva, a qual pessoas analfabetas eram proibidas de votar, prejudicando principalmente a população negra, que sem poder de participação política, não poderiam articular condições de melhoria de vida por caminhos democráticos.

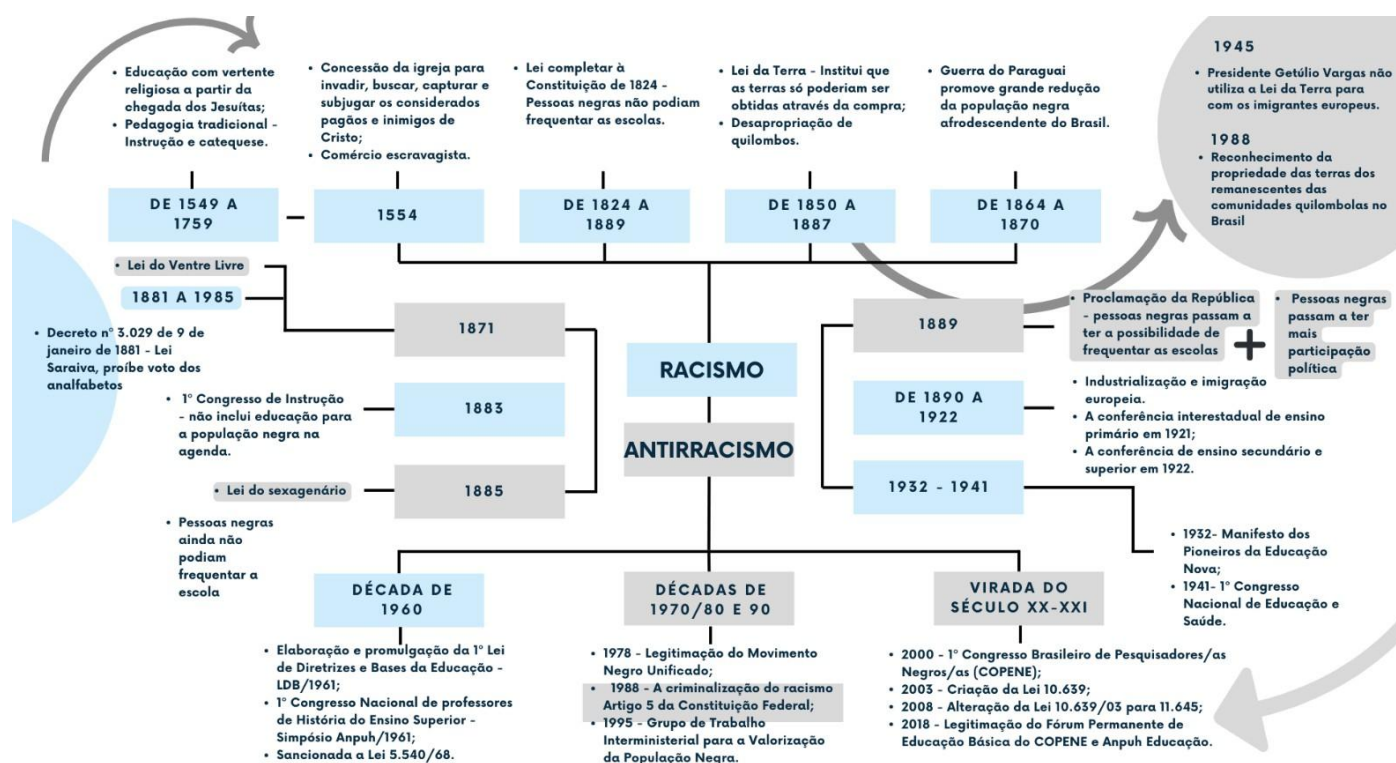
Mesmo com a Proclamação da República em 1889, a Lei Saraiva continua em vigência, uma política racista que perdurou 104 anos, sendo extinta em 1985. O não acesso a escola insere os afro-brasileiros em um limbo político-econômico geracional, com prejuízos individuais e sociais a toda população afrodescendente no Brasil.

Apesar de parecerem avanços abolicionistas, as Leis do Ventre Livre (1871) e Sexagenário (1885), não garantiam de fato a libertação do povo negro, pois, ainda vigorava a Lei complementar à Constituição de 1824 – que proibia a inserção da população negra nas instituições de ensino, prejudicando quem nascia livre e que sobrevivia até os 60 anos de idade.

Percebam, entre 1824 e 1885, são exatos 61 anos, e entre 1824 e 1871 são 47 anos. Isso significa que antes de nos conceder qualquer ferramenta legal abolicionista, nos foi proibida primeiro, a mais genuína forma de libertação, que se faz a partir da educação. Os nascidos libertos não poderiam de fato ser livres durante 47 anos desde a criação da Lei do Ventre Livre, e aos mais velhos, são destinados 61 anos de ostracismo. Ou seja, o marco legal que a lei complementar à Constituição de 1824 promoveu, pode ser avaliado como um grande retrocesso no tempo presente no século XXI, onde 10 milhões de brasileiros ainda são analfabetos, sendo em sua maioria, pretos e pardos (USP, 2022).

Não obstante, apresento em seguida o mapa psicossociogenético da digressão dos marcos legais que instituem políticas antirracistas pós retrocesso atrelado aos racismos que estruturaram e persistem em estruturar a nação brasileira.

Figura 50 – Digressão dos marcos legais que instituem políticas antirracistas



Fonte 54: Mapa elaborado pela autora

Veja aqui a versão ampliada do mapa:
<https://comunicacaointernaabpn.my.canva.site/marcoslegaisantirracistas>

A partir da década de 1970, com a insurgência do Movimento Negro Unificado no Brasil (MNU), passamos a diminuir em retrocessos e imputar esforços aos avanços legais. Certamente, anteriormente a essa década, e apesar da política reacionária e racista dos regimes escravocratas (1554 – 1888) e militar (1964 – 1985), podemos afirmar que entre as décadas de 1980 e 1990, com a criminalização do racismo e instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), passamos a enegrecer as políticas públicas.

Pode parecer tardia a inauguração de um congresso brasileiro de pesquisadores/as negros/as nos anos 2000, mas, a realidade é que sem toda a mobilização social promovida pelo MNU, juntamente com o panafricanismo – atrelada a organização de professores/as da educação básica, não seria possível a instauração de Leis Antirracistas, como a própria criminalização do racismo em 1988, e a Lei 10.639/03 – 11.645/08.

As sanções das leis antirracistas elaboradas por esses grupos fizeram diferença nas relações e dissolução de tensões étnico-raciais em educação no Brasil do século XXI. Podemos observar essa diferença no COPENE de 2022, a partir da rede de instituições envolvidas para o avanço da ciência, pesquisa e extensão. Além de universidades, institutos federais, escolas e autarquias, se fizeram presentes diversas secretarias de educação de estados e municípios, garantindo a participação efetiva de agentes políticos em prol das resoluções de nossos problemas educacionais. Um avanço? Certamente.

Quando em 1883 o 1º Congresso de Instrução não inclui na agenda a educação da população negra, em 2022, reúnem-se diversos órgãos governamentais para discutir e desenvolver instrumentos que auxiliem na condução e melhor administração da educação especificamente para este grupo. A começar pelo conceito de “instrução”, que se difere de ensino. Várias outras mudanças são observadas.

[illegible]

Analisando a rede acima observamos a interligação das universidades e institutos federais com outras instituições, demonstrando a mobilização da figuração acadêmica negra em ocupar espaços outros para além, e, sobretudo, em prol do chão da escola. Considero este, um avanço, que através das ações humanas incutem mudanças significativas no processo civilizador brasileiro. O impacto dessas ações só poderá ser observado a longo prazo, por isso, fecho esta tese, esperando estudos futuros sobre políticas públicas antirracistas vindouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você pensa que é muito pequeno para fazer a diferença, tente dormir em um quarto fechado com um mosquito!

(Provérbio africano)

Conforme o que foi até aqui analisado, este é um estudo de base psicossociogenética e, considerando as fontes teóricas e empíricas mobilizadas, avalio que a partir das lacunas deixadas por esta tese, uma nova perspectiva se inicia. A perspectiva da primazia em uma autoanálise e autoavaliação para prospecção de novos estudos da teoria figuracional, das transformações e mudanças no comportamento de intelectuais negros e negras, que poderia também ser compreendido como mudanças civilizacionais na forma de se fazer ciência na sociedade brasileira.

À esta seção dedico-me não somente a um breve resumo do que consegui analisar do ponto de vista teórico-empírico, mas, principalmente, ressalto que as tensões nas relações étnico raciais em educação, qualificam e legitimam as mudanças necessárias ao processo civilizacional da população afro-brasileira.

As principais dificuldades enfrentadas para realização desta tese foram principalmente de cunho psicogenético na relação sujeito-objeto, razão pela qual precisei expor um pouco a minha trajetória de mulher preta e periférica. Primeiramente, fui abalada por falsas críticas antes mesmo de começar a transformar esse estudo de pré-projeto para uma tese robusta. Essa foi a primazia de uma longa lista de tarefas metodológicas superadas a cada momento na construção narrativa deste estudo, especialmente quando da sinalização da hipótese.

Ser falsamente acusada de plágio me afetou de uma forma, que passei um ano para identificar lacunas propulsoras de inovação. Além disso, pensar em desistir da teoria figuracional, abalou toda a estrutura desta pesquisa. Como dito na introdução, com a ajuda do meu orientador, professor José Luís, arranquei forças extras para seguir em frente, inclusive, a força e a fé na ancestralidade.

Essa tensão, própria ao ambiente acadêmico, me levou a cuidar dos meus problemas psicológicos, como a depressão e a ansiedade em abandonar a vida. Por este motivo, voltei a fazer terapias, as convencionais, as holísticas e espirituais. Além da ajuda de psicólogos e psiquiatras, busquei tratamentos como hipnoterapia, reiki, floral, banhos energizantes e programação neurolinguística

(PNL).

Nesses tratamentos fui levada para uma regressão, onde pude identificar não somente maneiras de melhorar a saúde mental e física, mas, que me instrumentalizou para retirada de gatilhos mentais depressivos, substituídos por âncoras de conforto emocional – o controle das emoções. Desta forma, me abasteci de conhecimentos pessoais, que me levaram a compreender de forma leve e robusta a psicossociogênese aqui elaborada.

Através do conhecimento pessoal consegui atravessar por outras dificuldades, como por exemplo, o modo de explicar as minhas intensões de estudo, que muito embora pareçam ter sido simples, me foi extremamente complexa. Falar das minhas pretensões foi mais difícil do que escrever, a insegurança me prendeu por mais um ano de atraso na pesquisa, totalizando dois anos de prorrogação para qualificação.

A insegurança como problema, uma coerção interna capaz de estagnar o desenvolvimento desta escrita, me fez acumular trabalhos extras, forma de escapar e mostrar que eu era capaz de muito mais, para além do doutorado. Então, ao passo que pensava na minha incapacidade, escrevi alguns artigos nas áreas de formação de professores e currículo, história da educação e educação popular, referente a cotas para pretos e pardos, e participação efetiva em formações de bancas de heteroidentificação.

Meu corpo se modificou absurdamente nesse processo, emagreci cerca de 10 quilos e era notável o quanto eu precisava de ajuda médica. O interessante dessa situação, é que a ideia de que o corpo fala me levou a fazer cursos livres em Educação Sistêmica, Constelação Familiar e Psicologia Preta. E foi assim que eu consegui elaborar a hipótese desta pesquisa. Onde eu acredito que são as dificuldades, os estigmas e essas tensões, que nos ajuda a elaborar escapes de resolução dos problemas. Aí nasceu a tese.

Caso tenham percebido, eu menciono que entrevistei alguns personagens importantes para a contexto da intelectualidade negra, e essas entrevistas não aparecem como é de praxe em pesquisas qualitativas, a verdade é que meu estilo de escrita – jornalístico, também é uma dificuldade para pesquisas em educação. Não é comum ao meio, quero dizer. No entanto, não poderia dizer que não passei longas horas conversando com minhas entrevistadas.

Acontece que, além das fontes orais, pensadas inicialmente como ponto

de partida essencial para o estudo, eram vastas as fontes iconográficas. Assim, a partir da entrevista com a professor Lúcia Cunha, pude também elaborar minhas próprias fontes, que são no caso, as redes (Análise de Redes Sociais-ARS), gráficos, quadros bibliográficos e de digressão psicossociogenética – como o mapa mental da figura 50. De todo modo, com a perspectiva de escrita jornalística, minha formação, acredito que as possibilidades para pesquisas futuras aumentam, tanto a partir de outros vieses, ou olhares, quanto a partir de outras matérias, mais puras ou interdisciplinares, filosóficas, antropológicas, médico-clínicas e antirracistas.

Digo isso porque, no caminhar da pesquisa, elaborei além de artigos, dois materiais que avalio como ferramentas de políticas públicas educacionais, a Cartilha Antirracista: Informação e Proteção, distribuída em escolas municipais da cidade de Olinda, esforço em comum entre OAB-Olinda e Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as; e o Caderno da 1ª Jornada Antirracista da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Por esse motivo, me antecipei em um capítulo teórico-metodológico, para explicar os fundamentos e procedimentos psicossociogenéticos, base de todo escopo deste estudo. Além disso, uma revisão de como se apresenta a psicogênese e sociogênese em Norbert Elias, autor âncora deste trabalho, que apesar de afirmar que ambos os conceitos são inseparáveis, não os reuniu em uma só grafia, como feito nesta tese.

Ao me deparar com a Análise de Redes Sociais, percebi o quão valioso seria para Elias, hoje, ver que alguém imbricou metodologias (históricas, sociológicas e da saúde) para melhor compreensão da sua teoria figuracional. A rede de intelectuais negros/as, como base empírica, me fez elaborar uma breve escrevivência, das tensões geradas em mim, ao galgar espaço na rede em questão. E aos poucos consegui formular questionamentos que, embora deixassem lacunas, proporcionam tensões fora da caixa tradicional eurocêntrica.

Quando pensamos em tensões, imaginamos uma pequena rusga entre participantes de uma figuração. Sim, as tensões podem ser rusgas, mas, eu me preocupo aqui em relatar como o choque de opiniões podem gerar resoluções de problemas próprios a essa figuração.

A minha psicossociogênese me fez revelar como ultrapassei barreiras estigmatizantes, próprias ao que chamei de Bilhar Acadêmico. O jogo de bilhar

grosso modo, exemplifica aqui, o movimento reticular das opiniões geradas na figuração de intelectuais negros/as, e talvez, possamos avançar em diversos aspectos teóricos metodológicos, sem a sobreposição do ego. Ouvindo críticas, peneirando-as e aplicando-as quando possível. Sendo por exemplo, o caso da interseccionalidade, atravessamento próprio à intelectuais negras, onde eu me encontro.

A psicossociogênese das tensões aqui alocadas a partir das memórias do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as me fez caminhar pelo método digressivo eliasiano, ao qual eu espero ter alcançado êxito, em me fazer explicar.

Caso o leitor tenha percebido, essa digressão psicossociogenética e sociolinguística, atravessa os temas do COPENE, assim como estimularam a rede de professores/as da educação básica, sobretudo, os/as professores/as de história. Todo esse espectro, levou-me, em certa medida, a compreender um pouco da rede de historiadores através do Simpósio da ANPUH, figuração esta, que é o berço da rede de intelectuais negros/as.

Confesso, no entanto, que ainda acho este estudo um tanto frágil, algo poderia ser melhor explicitado, aprofundado, sobretudo, os aspectos empíricos. Em meio a pandemia da Covid-19 e meus próprios problemas psicogenéticos, não consegui realizar do modo que gostaria, mas, me esforcei em expor o mínimo quanto ao trato metodológico, grande problema das pesquisas em educação.

Qualitativa ou quantitativa? Que pesquisa é essa? Essa é só mais uma pesquisa que tentou inovar, usando ferramentas que enumeram, mas, também, nomeiam. Eu posso dizer que da introdução ao quarto capítulo a psicossociogênese se faz presente, no entanto, somente após ouvir e ler os mais renomados estudiosos de Elias, estudar por mais de 8 anos os livros deste autor, pude compreender o que eu mesma estava fazendo.

Portanto, a junção da psicogênese com a sociogênese, nada mais é que uma tentativa de me fazer visível em duas figurações que se entrelaçam, a de eliasianos e a de pesquisadoras negras, minha segunda natureza. E ao falar isso, acabo por inovar em outra perspectiva, a de estudos eliasianos puros no trato do *habitus*.

É sempre muito confusa a discussão sobre isso, porque alguns

pesquisadores confundem o conceito de *habitus* em Elias e Bourdieu. Enquanto Elias trata o conceito como segunda natureza – uma pele social construída pelas coerções externas e internas ao indivíduo e sociedade, Bourdieu explana como atributos comportamentais. Obviamente, ambos desembocam na opinião pública, tendo em vista que tanto no quesito comportamento, quanto no quesito segunda natureza, a opinião pública impulsiona mudanças no processo Civilizacional. Foi dessa maneira que pude compreender melhor na análise das progressões dos temas dos congressos da ABPN e da ANPUH.

A opinião pública auxilia ainda na concepção de identidades, uma vez que é a partir da identificação que passamos a ser e a pertencer a uma comunidade – figuração. Certamente, a opinião pública advém do uso da língua, o que justifica uma seção sobre o uso da língua portuguesa por parte dos afrodescendentes brasileiros, principalmente, por aqueles que conseguem se fazer ouvir por meio da pesquisa científica.

Ser ouvido, ou poder falar, já foi um problema, ou uma tensão muito forte gerada em nós pessoas negras. O que não nos impediu de sobreviver. Vestimos e despimos máscaras ao longo desses mais de 500 anos de existência em solo brasileiro, graças ao poder de adaptação, tanto da língua, quanto da apropriação dos estigmas.

Aliás, a hipótese deste estudo está ancorada no poder de apropriação para dissolução das nossas tensões. Não diferente do próprio movimento intelectual de fazê-lo. No caso da intelectualidade afro-brasileira, esta apropriação é ainda mais salutar, porque além do fato de sermos impedidos de estudar durante séculos, foram impetradas sobre nós, múltiplas violências que pudessem impedir nossa sobrevivência.

Mais uma vez, a necessidade de encontrar indivíduos que nos antecederam em espaços acadêmicos, nos deu poder de identificação. E se não fossem nossos ancestrais, por vezes, emudecidos, não seríamos capazes de hoje podermos falar, como pude dizer o que disse nesta tese.

Aqui, à guisa de finalização do que é ainda o início, proponho que me enxerguem, não apenas como uma nova intelectual diplomada, mas, como um fragmento de identidades outras, ancestrais e antepassadas, que puderam, de algum modo, falar pela minha voz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. -- (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

AMSELLE, Jean-Loup. M'BOKOLO, Elikia. **No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África**. Tradução: Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução: Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. – (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, TORRES, Nelson Maldonado, GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico** / -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades)

BERTH, Joice. **Empoderamento**. – (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. -- . (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUBER, M. O caminho do homem segundo o ensinamento chassídico. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, Distrito Federal, 1988.

CABRAL, Heuler Costa. **A concepção de Orí como autodeterminação humana**, 2022. 83f Dissertação (Mestrado) Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Redenção, 2022.

CASTRO, Flávia da Silva. **Letramento e alfabetização : sociogênese e/ou psicogênese, quais os caminhos da apropriação da escrita?**. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAPRA, Fritjof. Vivendo Redes. In. DUARTE, Fabio. QUAANDT, Carlos. SOUZA, Queila. (orgs.) **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CASTRO Yeda Pessoa de; VOGT, Carlos; FRY, Peter. Os afro-brasileiros. In.: **III CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO**, 3º, 1985, Recife. III Congresso Afro-brasileiro [Impresso]...Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1985.

CASTRO, Flávia da Silva. **Letramento e alfabetização: sociogênese e/ou psicogênese, quais os caminhos da apropriação da escrita?**. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ELIAS, N., DUNNING, E. A Busca da Excitação. Lisboa: DIFEL, 1992.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas Renato Janine Ribeiro. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1994a

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

ELIAS, Norbert. **Teoria simbólica**. 1ª Ed. Oeiras, Celta Editora, 1994c.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Tradução de Lya Luft. Rio de Janeiro: Zahar, 1997..

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo** / Norbert Elias; tradução, Andre Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001a.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte** / Norbert Elias; tradução, Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios; 1: Estado, processo e opinião pública/ organização e apresentação**, Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort; tradução textos em inglês, Sérgio Benevides; textos em alemão, Antonio Carlos dos Santos; textos em holandês, João Carlos Pijnappel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Edições 70. Lisboa, 2008.

ELIAS, Norbert. **Condição humana**: considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985). Tradução: Manuel Lourenço – Difel -- Memória e Sociedade Coleção coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto; Rio de Janeiro, 1991.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima, NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrevivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo / -- 1. ed. --* Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**/ Carlos Alberto Faraco. – 1. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREITAS, Maria Helena. **Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros** Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 3, p. 54-66, set./dez. 2006.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil).

GEBARA, Ademir, HONORATO, Tony. **GRUPO DE PESQUISA PROCESSOS CIVILIZADORES**. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/processoscivilizadores.htm> . Acessado em: 10/07/2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. . São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34. 1999. Acesso em: 20/9/2023

GUSMÃO, João Lucas Fagundes Versiani. **Corpo e raça durante o século XIX no filme “A Vênus Negra” (2010)**. XIX Encontro Nacional de História da ANPUH, 2014. Disponível em: www.encontro2014.mg.anpuh.org. Acessado em 10/05/2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação/ Nilma Lino Gomes, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. **Entre o Brasil e África**: construindo conhecimentos e militância. – Belo Horizonte: Mazza Edições. 2011.

GONZALEZ, Lélia. In. SANTANA, Bianca. **“Temas e problemas da população negra no Brasil”**. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1980. **Vozes insurgentes de mulheres negras** / organizado por Bianca Santana. - Belo horizonte: mazza edições, 2019. Visto em: <http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Vozes-Insurgentes-de-Mulheres-Negras.pdf>

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. BITAR, Marisa. JUNIOR. Amarílio Ferreira. HAYASHI, Carlos Roberto Massao. SILVA, Márcia Regina da. História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica scielo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 181-211, jan./abr. 2008

HIGGINS, Silvio Salej. **Análise de redes em Ciências Sociais.**/ Silvio Salej Higgins e Antonio Carlos Andrade Ribeiro. – Brasília: Enap, 2018

JÚNIOR, Marcelo Alves dos Santos. TAVARES, Camila Quesada. **Análise de redes sociais aplicada à comunicação política: uma proposta metodológica.** Encontro Anual da ANPOCS 2016. Visitado em: 20/11/2021 Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/318323618_Analise_de_redes_sociais_aplicada_a_comunicacao_politica

KILOMBA, Grada. **"The Mask"** In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MENIM, Francielly Giachini Barbosa. **Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766).** 29/08/2019 266 f. Tese. (Doutorado em História). Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba, Biblioteca Depositária: Sistema de Biblioteca da UFPR, 2019.

MILLS, Charles W. **Ignorância Branca.** Tradução: Breno Ricardo Guimarães Santos. Griot : Revista de Filosofia, Amargosa - BA, v.17, n.1, p.413-438, junho, 2018. - Texto original: MILLS, Charles W. 'White Ignorance'. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (eds.). Race and Epistemologies of Ignorance. Albany, NY: SUNY Press, p. 11–38, 2007. Autorização de publicação de tradução concedida pela SUNY Press, em 15 de dezembro de 2017.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo.** – Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In. MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012

NASSIF, L.F., A. (2005). **Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX): uma abordagem histórica.** Memorandum, 8, 79-87. Retirado em / / , do World Wide Web:
<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/nassif01.htm>

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa.** – (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

OLIVEIRA, Ícaro Oliveira de. **Análise de Redes Sociais Aplicadas ao Mercado**. 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1566290-Analise-de-redes-sociais-aplicadas-ao-mercado-msc-icaro-oliveira-de-oliveira-especialista-em-ciencia-dos-dados.html> Acessada em: 17/11/2023

PINSK, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo. Contexto, 2015.

POLI, Ivan. **Antropologia dos Orixás [recurso eletrônico]: a civilização Yorubá a partir de seus mitos, seus orikis e sua diáspora** / Ivan Poli. 1 ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2020. Disponível em: <https://admin.sindsep-sp.org.br/sistema/ck/files/Antropologia%20dos%20Orixas%20Word%2097-03.pdf> Acessado em: 19/02/2024.

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES nº.271, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. – (Retratos do Brasil Negro / Coordenada por Vera Lúcia Benedito). São Paulo: Sele Negro, 2010.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Tradução: Vera Ribeiro. – Salvador. Edufba; Pallas, 2007.

SCHNEIDER, Eliezer. **A psicologia a serviço da justiça**. In.: Psicologia e Práticas Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Psicologia, 1988.

SEVALHO, Gil. DIAS, João Vinícios dos Santos. **Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde para saúde coletiva brasileira**. Ciência e Saúde Coletiva; Scielo, 2022.

SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. **Sociogênese do conceito de etnia negra na educação brasileira**. 2011, 275 f. Tese. (Doutorado em Educação): Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** /Neusa Santos Sousa / Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.

SOUZA, Tulane Silva de. **O grupo escolar Elizeu Campos de Mirandiba-PE (1930-1990)**. 2017, 132f. Dissertação. (Mestrado). Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOUZA, Edilson Fernandes de. **MOZART: EI MANÍACO-DEPRESIVO EN VIENA: “UN ANÁLISIS SOCIOLÓGICO DE LA DEPRESIÓN”**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008b,

Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 595-599.

SOUZA, Edilson Fernandes de. **À luz do candeeiro e o constructo do “eu” fonte: educação pela arte, ciência e política**. Tese (Promoção para classe E - Professor Titular) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências da Saúde. Departamento de Educação Física. Recife, 2020.

SOUZA, Queila. R & QUANDT, Carlos O. **Metodologia de Análise de Redes Sociais**. In. F. Duarte; c. Quandt, Queila Souza (Org). O tempo das Redes. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, Andre Pereira Feitosa – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Ana Flavia Braun; FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de. **Norbert Elias em debate: usos e possibilidades de pesquisa no Brasil**/ [livro eletrônico]/ Ana Flavia Braun Vieira; Miguel Archanjo de Freitas Junior (Orgs.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

SITES

Anais Copene. ABPN, 2022. <https://abpn.org.br/anais-copene/>. Acessado em: 28/08/2023.

Banco de Dissertações e Teses. ABPN, 2023. <https://abpn.org.br/tesesedissertacoes/>. Acessado em 28/08/2023.

Anais do II Simpósio dos Professores de História do Ensino Superior – ANPUH. Curitiba, outubro 1962. Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1543937801_acf91c4675087b7aad8daffe2ceff5a.pdf. Acessado em: 28/08/2023.

ANPUH Educação.30º Simpósio Nacional de História, 2019. https://www.snh2019.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=450. Acessado em: 28/08/2023.

Fórum de Educação Básica Histórico. Abpn.org.br, 2022. Disponível em: <https://abpn.org.br/forum-de-educacao-basica/> Visitado em: 11/12/2023

HACKINGANALYTICS, **Tipos de rede Atributos de edge Atributos de nodes**. Wordpress.com. 04/2018. Disponível em: <https://hackinganalytics.files.wordpress.com/2018/04/sna.pdf> Visitado em: 04/12/2023.

Pan-africanismo: o conceito que mudou a história do negro no mundo contemporâneo. Portal Geledés, 2017. Disponível em: https://www.geledes.org.br/pan-africanismo-o-conceito-que-mudou-historia-do-negro-no-mundo-contemporaneo/?gclid=CjwKCAiAvoqsBhB9EiwA9XTWGUpvOn96v_WJYJgYqRF_s4X_557M7hMKChjAge-XUn-PnvWQFJPB4xoC62UQAvD_BwE Acesso em: 20/12/2023.

MÚSICA

ARANTES, Guilherme. **Aprendendo a jogar**. [Intérprete: Elis Regina] 1981. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/elis-regina/discografia/essential-brazil-elis-regina.html>

SOFTWARES

Borgatti, S.P. 2002. NetDraw: Graph Visualization Software. Harvard: Analytic Technologies

Borgatti, S.P., Everett, M.G. and Freeman, L.C. 2002. Ucinet 6 for Windows: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies.

Familyserch, © 2023 Intellectual Reserve, Inc. Todos os direitos reservados. Serviço prestado por [A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias](#)

Entrevista

CUNHA, Lídia Nunes. COPENE e ABPN [entrevista concedida a Tulane Silva de Souza Pedrosa]. 01 de maio de 2023.